

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

ENTRE O EXTRAORDINÁRIO
E O COTIDIANO:
OS PROCESSOS DECISÓRIOS DOS
AGRICULTORES ASSENTADOS –
*um estudo de caso do Assentamento
Domingos Carvalho (Rio Negrinho/SC)*

Alexandre Luís Giehl

Florianópolis, SC

2002

ENTRE O EXTRAORDINÁRIO
E O COTIDIANO:
OS PROCESSOS DECISÓRIOS DOS
AGRICULTORES ASSENTADOS –
*um estudo de caso do Assentamento
Domingos Carvalho (Rio Negrinho/SC)*

Dissertação apresentada como um
dos requisitos para a obtenção do
título de *Mestre em Agroecossistemas*,
do Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Federal de Santa Catarina.

apresentada por

ALEXANDRE LUÍS GIEHL*

Florianópolis, julho de 2002.

*Engenheiro Agrônomo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

DISSERTAÇÃO

submetida por

Alexandre Luís Giehl

como um dos requisitos para a obtenção do Grau de
MESTRE EM AGROECOSSISTEMAS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Schmidt
(Presidente)

Prof^a Dr.^a Maria José Reis
(Membro)

Prof. Msc. Mário Luiz Vincenzi
(Membro)

Dr. Joel Henrique Cardoso
(Membro)

Aprovada em: **04/07/2002**

Prof. Dr. Eros Marion Mussoi
Orientador

Prof. Dr. José Antônio Ribas Ribeiro
Coordenador do PPGAGR

Dedico

Aos inconformados, que buscam
um mundo onde as diferenças
sejam apenas a expressão
da diversidade.

Aos pós-graduandos que sabem
que o mundo é muito maior que suas teses e dissertações,
que fazem de sua pós-graduação um tempo de luta
por um mundo verdadeiramente democrático.

Aos que fazem do seu dia a dia
uma reafirmação de suas idéias;
aos que não negam,
com a prática diária,
os seus ideais.

“Estudar para servir ao Povo não é só um direito mas também um dever revolucionário”.

(Paulo Freire)

*“Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar...”*

(Pedro Munhoz)

*“As circunstâncias fazem os homens,
assim como os homens fazem as circunstâncias”.*

(K. Marx & F. Engels)

Agradecimentos

Inúmeras foram as pessoas com quem tive o prazer de conviver durante o período de realização do mestrado. Muitas delas acompanharam meu dia a dia, as dificuldades e angústias inerentes à elaboração da dissertação, a indignação perante alguns fatos do cenário sócio-político-econômico do país, a frustração e o sentimento de impotência diante das injustiças, que por vezes me assolavam. Contudo, puderam também acompanhar os momentos alegres, as festas (as inesquecíveis noitadas no Vermelhinho), os Congressos e Seminários, as divertidas e enriquecedoras horas passadas na sala do Agroecossistemas, na sala de estudos da ACP, na sala de reuniões da APG, etc.

Nesse período, muitas amizades novas foram construídas e antigas se consolidaram. Compreendi o verdadeiro sentido da palavra *companheiro* (“compartir o pão”) e pude, com muita satisfação, perceber a adequação desse termo a diversas pessoas próximas a mim. Pessoas com as quais comungo idéias, ideologias, ideais, sonhos, esperanças e, principalmente, a utopia de um mundo sem explorados e exploradores. Utopia não no sentido de algo irrealizável, inalcançável, mas sim de um objetivo que nos faz caminhar constante e indefinidamente em sua direção (como expressou bem em seus versos o grandioso Eduardo Galeano).

Nesse pequeno trecho de minha caminhada, todas as pessoas com quem convivi foram, de uma forma ou de outra, muito importantes em meu crescimento, como ser humano e como profissional. As contribuições de algumas delas estão materializadas de maneira implícita ou explícita nesta dissertação. Contudo, até mesmo por entender que uma pós-graduação é muito mais do que uma “simples” tese ou dissertação, valorizo todas as demais contribuições tanto quanto aquelas.

Mesmo correndo o sério risco de, por uma omissão involuntária decorrente da pressa e cansaço característicos desse momento, deixar alguns nomes de fora (ao quais, de antemão, peço desculpas), é necessário fazer alguns agradecimentos especiais a pessoas cuja presença e contribuição foram fundamentais para a conclusão deste trabalho e desta etapa.

Meus mais profundos e sinceros agradecimentos:

- Aos meus pais (Neli e Ivo) e irmãos (Marco e Cris), pelo apoio e pela compreensão (ainda que com uma indisfarçável resignação) de minha ausência.

- Ao Eros que, mais que orientador, foi sempre um grande amigo e companheiro (mesmo sendo colorado...).
- Aos companheiros do Centro Acadêmico de Agronomia (Maykol, Blumenau, Fábila, Andréia, Xique, Paula), cujo entusiasmo e determinação foram uma fonte de motivação da qual muito me utilizei.
- Aos queridos colegas e amigos da turma 2000 (em especial Laurilene, Ariadne, Marcello, Osmar, Ornella, Valmir, Carlos, Carol e Carmen), da turma 2001 (Dieter, Martha, Cláudio, Flávia, Juarez, Aline, Koller, entre outros) e da turma 2002 (apesar da curta convivência), pelos momentos de alegria, reflexão, discordância, discussão, fraternidade e amizade compartilhados.
- Aos professores do PPGAGR, pelos ricos espaços de debate e troca de idéias, proporcionados durante suas aulas. Em especial ao Prof. D'Agostini, por ter instigado profundas reflexões, que resultaram em uma maneira diferente de encarar o mundo.
- Aos amigos da ACP e Fucapro (Leti, Bruno, Tassi, Gigio, Chris, Tati, Antônio, Alcides, Carla, Grazi, Maria Fernanda, Vini, e todos os demais), pela convivência prazerosa e momentos alegres.
- À Prof^a Maria José, por sua disposição em ajudar sempre que solicitada e por ter me apresentado o fascinante mundo da Antropologia, ao qual arrisco algumas tímidas incursões no decorrer da dissertação.
- Ao Magrão, por sua presteza e solicitude em colaborar na realização deste trabalho.
- À classe trabalhadora brasileira que, por intermédio da Capes, custeou meus estudos através da concessão de uma bolsa de demanda social.
- Ao companheiro Ulisses, um dos responsáveis por minha opção pelo mestrado em Agroecossistemas.
- Aos assentados e assentadas do Domingos Carvalho que, com muito carinho e disposição, acolheram-me em suas casas nas diversas visitas intermediárias e durante a pesquisa de campo. Todo e qualquer mérito que este trabalho possa ter, é compartilhado com vocês...
- Ao grande amigo e companheiro Adilson, pelo estímulo e companheirismo.
- Aos inestimáveis companheiros da “APG revolucionária”: Gilmar, Giuliano e Evandro. Embora separados pela distância, tenho certeza de que continuaremos lutando “lado a lado”, em busca da utopia de um mundo melhor.
- À sempre amiga e companheira Lidiane, a quem devo, entre outras coisas, minha iniciação no movimento estudantil (primeiro passo para a busca de horizontes mais amplos), e cujo ombro esteve sempre à disposição para me consolar e incentivar nos momentos de maior angústia e incertezas.

RESUMO

Ao serem assentados numa determinada área, os agricultores beneficiários do processo de reforma agrária se vêem na contingência de estabelecer novas relações com o meio que passam a ocupar e reestruturar seus sistemas produtivos. Na definição e conformação desses sistemas, diversos fatores influenciam e direcionam os processos decisórios associados a eles. A presente dissertação tem por objetivo discutir e apontar alguns desses fatores cuja influência é mais marcante. Para tanto, parte-se da análise do Assentamento Domingos Carvalho, localizado no município de Rio Negrinho/SC. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas com os assentados, técnicos do Incra, do Icepta, do Projeto Lumiar e um membro da Coordenação Estadual do MST. A análise das informações obtidas aponta as questões internas, inerentes aos próprios assentados (especialmente a trajetória de vida e as perspectivas de futuro) como predisponentes ou mesmo, em alguns casos, condicionantes para a adoção de um determinado sistema agrícola. A ausência dos atores sociais externos ao assentamento em momentos cruciais do processo de desenvolvimento, foi um fator que estimulou o abandono de atividades “novas” (como a olericultura e a bovinocultura de leite) e o retorno àquelas “tradicionais” (principalmente o milho e o feijão), cujo itinerário técnico é de domínio dos agricultores. A motivação para a adoção desses cultivos ultrapassa razões meramente objetivas e utilitaristas, estando baseada também numa valorização simbólica e subjetiva atribuída a eles.

RESUMEN*

Los agricultores beneficiados por el proceso de reforma agraria, cuando son asentados en una determinada área se ven en la contingencia de establecer nuevas relaciones con el medio que pasan a ocupar y reestructurar sus sistemas productivos. En la definición y conformación de los sistemas, influyen diversos factores sobre todo en el direccionamiento de los procesos decisorios asociados a ellos. Esta disertación tiene por objetivo discutir y apuntar algunos de los factores cuya influencia son más marcantes; partiéndose del análisis del Asentamiento Domingos Carvalho, localizado en el municipio de Rio Negrinho/SC. Los instrumentos metodológicos utilizados en la pesquisa fueron: la observación participante y entrevistas semi-estructuradas con los asentados, técnicos de instituciones como Incra, Icepa, Proyecto Lumiar y un miembro de la Coordinación Provincial del MST. El análisis de las informaciones obtenidas apuntan cuestiones internas, inherentes a los propios asentados (especialmente la trayectoria de vida y las perspectivas de futuro) como predisponentes o en algunos casos condicionantes para la adopción de un determinado sistema agrícola. La ausencia de los actores sociales externos al asentamiento en momentos cruciales del proceso de desarrollo, fue un factor que estimuló el abandono de las actividades “nuevas” (como los cultivos de hortalizas y la ganadería lechera) y el retorno de aquellas “tradicionales” (principalmente el cultivo de maíz y fríjol), cuyo itinerario técnico es de dominio de los agricultores. La motivación para la adopción de los cultivos transpasa las razones meramente objetivas y utilitarias, basándose también en una valorización simbólica y subjetiva atribuida a ellos.

* A opção pela elaboração do resumo em espanhol, se deu em função da constatação de que os países vizinhos, que compõem a “grande pátria” Latinoamericana e com quem deveríamos priorizar o fortalecimento dos laços políticos e acadêmicos, têm o espanhol como língua oficial. Além disso, acredita-se que as reflexões propostas por este trabalho direcionam-se, principalmente, aos sujeitos sociais que buscam resistir e superar o modelo econômico e social ainda hegemônico (também na agricultura), sendo as experiências existentes nos países de origem latina uma forte expressão dessa luta. Por último, não parece-nos haver outro significado para um resumo em inglês neste trabalho, que não a pura e simples aceitação de uma lógica que reflète, embora de maneira sutil e sob o pretexto da universalização do conhecimento, o colonialismo intelectual que nos é imposto pelos países ditos “desenvolvidos” (e que tem sido aceito pela academia, muitas vezes de maneira acrítica).

ÍNDICE

Lista de tabelas e quadros.....	1
Lista de figuras.....	2
Lista de siglas.....	3

Capítulo I INTRODUÇÃO

1. O problema.....	5
2. Da complexidade do problema.....	8
3. Hipóteses e objetivos.....	10
3.1. <i>Hipóteses</i>	10
3.2. <i>Objetivos</i>	10
4. Estrutura da dissertação.....	11

Capítulo II CONHECER PARA COMPREENDER...

1. Caracterização da região e do município.....	13
1.1. <i>Histórico de Rio Negrinho</i>	13
1.2. <i>Caracterização do território</i>	14
1.2.1. <i>Aspectos físicos e fito-geográficos</i>	15
1.2.2. <i>Aspectos socioeconômicos</i>	17
2. Montando o palco: o Assentamento Domingos Carvalho.....	22
2.1. <i>Um breve histórico</i>	22
2.2. <i>Caracterização física e geográfica</i>	23
2.3. <i>Caracterização socioeconômica</i>	25
2.4. <i>Caracterização sociocultural</i>	30
3. Metodologia	32
3.1. <i>Os primeiros contatos</i>	32
3.2. <i>Os instrumentos de pesquisa</i>	33
3.3. <i>Caminhos e descaminhos da pesquisa de campo</i>	36

Capítulo III OS ATORES EXTERNOS

1. A Aroma.....	41
1.1. <i>“É a mesma coisa que a gente colocá dinheiro a juros...”</i>	47
1.2. <i>“Se não for fazer bem, mal que ele não faz...”</i>	50
1.3. <i>Síntese e considerações</i>	55

2. O Incra.....	57
2.1. Teorias de Estado.....	57
2.2. O Estado e a questão agrária.....	60
2.3. Um breve histórico do Incra.....	65
2.4. O Incra e os assentamentos.....	66
2.5. Síntese e considerações.....	74
3. O Lumiar.....	77
3.1. A assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária	77
3.2. Lumiar: uma luz no fim do túnel?	81
3.3. “Acabou o Lumiar e a gente ficou na mão...”	84
3.4. Síntese e considerações.....	92
4. O MST.....	94
4.1. As origens do MST.....	94
4.2. O MST e a questão produtiva.....	99
4.3. “Se o povo do Movimento tivesse junto, hoje a coisa aqui tava diferente...”	106
4.4. Síntese e considerações.....	112

Capítulo IV

OS ATORES INTERNOS

1. A trajetória de vida.....	114
1.1. A lógica camponesa.....	115
1.2. O valor simbólico da terra.....	119
1.3. Agricultura familiar e campesinato: continuidades na descontinuidade.....	121
1.4. Agricultura familiar e saber tradicional.....	126
1.5. “Eu digo, vou dar meu pulo aonde eu sei...”	130
1.6. “Porque tudo que vem por cima da subsistência é lucro...”.....	133
1.7. O assentado: Uma nova categoria social?.....	140
1.7.1. A ascensão das categorias empíricas.....	140
1.7.2. A formação do sujeito Sem Terra.....	142
1.7.3. Continuidades e descontinuidades: as vicissitudes do processo de assentamento	147
1.7.4. O conhecimento agroambiental dos assentados: construção ou resgate?	153
1.8. Síntese e considerações.....	159
2. O tempo presente: a organização social dos assentados.....	162
2.1. A cooperação agrícola na concepção do MST.....	162
2.2. A trajetória da cooperação nos assentamentos.....	163
2.3. Formas de organização do trabalho nos assentamentos de reforma agrária,	

segundo o MST.....	165
2.4. A organização social do Assentamento Domingos Carvalho.....	167
2.4.1. Coletivo.....	168
2.4.2. Coletivo II.....	169
2.4.3. Semi-coletivo.....	169
2.4.4. Cooperação.....	170
2.4.5. A associação.....	170
2.4.6. A organização atual.....	171
2.5. “O sujeito fica sem governar o que é dele...”	172
2.6. Organização e produção: descobrindo os vínculos.....	175
2.7. Síntese e considerações.....	180
3. Projetos de vida e perspectivas de futuro	182
3.1. Condição anterior e expectativas presentes.....	182
3.2. A relação “campo x cidade” no imaginário dos assentados.....	185
3.3. A centralidade da família e da terra no projeto de futuro	187
3.4. Síntese e considerações.....	190

Capítulo V

FRAGMENTOS DE UMA CENA...

1. O PDA.....	193
1.1. Descentralização e reforma agrária.....	193
1.2. O PDA: uma nova concepção de planejamento do assentamento?	196
1.3. O PDA do Domingos Carvalho.....	198
1.3.1. As estratégias produtivas.....	202
1.4. “Lá no lápis é bonito, mas na prática...”	203
1.5. Síntese e considerações.....	214

Capítulo VI

FECHANDO O PANO...

1. Considerações finais.....	216
2. Recomendações.....	220

Referências bibliográficas	222
---	-----

Anexos	235
---------------------	-----

<i>Anexo I – Roteiro de entrevista</i>	235
--	-----

<i>Anexo II – Os co-autores</i>	237
---------------------------------------	-----

LISTA DE TABELAS E QUADROS

<i>Tabela 1</i> -	Distância entre Rio Negrinho e os principais municípios catarinenses e paranaenses num raio aproximado de 100 km, e respectiva população.....	17
<i>Tabela 2</i> -	Representatividade das principais espécies reflorestadas em Rio Negrinho e na região agroecológica do Planalto Norte Catarinense.....	19
<i>Tabela 3</i> -	Principais produtos pecuários de Rio Negrinho e da Microrregião de São Bento do Sul	20
<i>Tabela 4</i> -	Principais produtos agrícolas de Rio Negrinho e da Microrregião de São Bento do Sul	20
<i>Tabela 5</i> -	Resultados das análises de solo feitas em 10 pontos do Assentamento Domingos Carvalho.....	24
<i>Tabela 6</i> -	Estrutura fundiária do Brasil - estabelecimentos (1950 a 1995).....	64
<i>Tabela 7</i> -	Estrutura fundiária do Brasil - área total (1950 a 1995).....	64
<i>Tabela 8</i> -	Tecnologias “modernas” utilizadas nos assentamentos da região Sul...105	
<i>Quadro 1</i> -	Comparação entre o Modelo Patronal e o Modelo Familiar.....	123

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1</i> -	Mapa de Santa Catarina, com destaque para os municípios da Microrregião de São Bento do Sul.....	15
<i>Figura 2</i> -	Área do Assentamento Domingos Carvalho.....	23
<i>Figura 3</i> -	Distribuição etária do Assentamento Domingos Carvalho.....	26
<i>Figura 4</i> -	Escolaridade.....	27
<i>Figura 5</i> -	Grau de instrução dos titulares dos lotes e seus cônjuges.....	27
<i>Figura 6</i> -	Ocupação produtiva.....	28

LISTA DE SIGLAS

- Acaresc** - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
- ALCA** - Área de Livre Comércio das Américas
- APA** - Área de Preservação Ambiental
- Aroma** - Associação de Reflorestamento e Recuperação Ambiental
- CCA/SC** - Cooperativa Central dos Assentamentos de Santa Catarina
- Ceasa** - Centrais de Abastecimento S.A.
- Cetap** - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- CNPA** - Comissão Nacional de Política Agrária
- Concrab** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CRUB** - Clube de Reitores das Universidades Brasileiras
- Empasc** - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
- Epagri** - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- Faser** - Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
- Fatma** - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
- FEAB** - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- Fundagro** - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina
- Ibama** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- Icepa** - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
- IICA** - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Iterra - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

JST - Jornal Sem Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Mirad - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização não-governamental

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PEA - População Economicamente Ativa

PMRN - Prefeitura Municipal de Rio Negrinho

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Procera - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

Supra - Superintendência de Reforma Agrária

UnB - Universidade de Brasília

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. O problema

Desde o início de sua colonização, o Brasil foi marcado por grandes distorções em termos de distribuição das terras. Com o passar dos anos, essas distorções apenas se agravaram. Na década de 60, tem início no país o processo de “modernização” da agricultura, cuja principal característica é a substituição de práticas tradicionais (ditas “atrasadas”) por aquelas denominadas de “modernas”. A impossibilidade de grande parte dos agricultores (especialmente os familiares) de adquirir o “pacote tecnológico” completo da Revolução Verde, levou à acentuação das diferenças sociais no campo e à exclusão de uma parcela significativa desses. Mesmo entre os que adotaram o “pacote” inteiro, houve um elevado índice de abandono do meio rural, devido aos problemas ecológicos, sociais, econômicos e culturais provenientes de sua implantação.

Durante a década de 70, com o fim do “milagre brasileiro” e o gradual “fechamento da fronteira agrícola”, duas das principais válvulas de escape utilizadas para aliviar as tensões sociais no campo, a reforma agrária começa novamente a ganhar destaque no debate político como uma das saídas para os problemas enfrentados pela sociedade. Acentuam-se também nesse período as mobilizações em torno da luta pela terra, culminando com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984.

Embora essa pressão tenha dado origem a uma política de assentamentos, os resultados são ainda incipientes, em face do tamanho do problema. Dados do próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, apontam para a existência de 4,5 milhões de famílias sem-terra, potenciais beneficiárias de um processo de reforma agrária. Essa situação ganha contornos ainda mais graves quando levamos em conta o número de famílias que continuam sendo obrigadas a abandonar o campo, que supera em muito o número de assentados. Para que se tenha uma

idéia, de 1995 a 1998 foram assentadas, segundo informa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 280.000 famílias¹. No entanto, nesse mesmo período, cerca de 400.000 pequenas unidades familiares deixaram de existir.

Isso deixa claro que, além de solucionar o problema da desigual distribuição de terras, é preciso também combater suas causas. Dentre essas, destacam-se a falta de políticas públicas efetivas voltadas à agricultura familiar, e o modelo produtivo que grande parte dos agricultores adota (ou tenta adotar), apesar de sua aparente inadequação.

Analisando a questão sob esta ótica, parecia-nos incoerente o fato de que o agricultor, que através de muito esforço e luta conseguiu novamente ter acesso a um pedaço de terra, buscasse adotar o mesmo modelo que foi responsável por sua exclusão. No entanto, essa era a realidade que se apresentava em grande parte dos assentamentos de reforma agrária. Observa-se inclusive casos em que o uso de mecanização e de insumos de síntese industrial é maior nesses espaços do que nas comunidades em que eles estão inseridos.

Uma das conseqüências desse processo é o fracasso de diversas iniciativas e o conseqüente abandono dos lotes, o que tem estimulado várias críticas à reforma agrária. A título de exemplo, o relatório elaborado pela FAO em 1992 (FAO/PNUD, 1992) registra um percentual médio de desistências nos projetos de assentamento de 22%. Nos casos mais graves, como o Pará, esse percentual chega a atingir 40%, estando relacionado principalmente ao desmatamento e uso inadequado do solo².

Da reflexão acerca do contexto descrito anteriormente, surgiram as perguntas que iriam nortear todo este trabalho: o que leva os agricultores assentados a optarem por determinados sistemas produtivos em detrimento de outros? Que fatores condicionam seus processos decisórios?

A princípio, colocava-se a necessidade de buscar uma área para a realização do estudo pretendido. A escolha do Assentamento Domingos Carvalho, no município de Rio Negrinho/SC, deu-se por diversas razões. Inicialmente, o fato deste ter sido o primeiro assentamento de Santa Catarina a adotar uma nova sistemática de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O caráter inovador do PDA que, de acordo

¹ Embora uma série de denúncias de “superfaturamento” dos dados, realizadas nos primeiros meses de 2002, coloquem sob suspeita esses valores, adotaremos-os como verdadeiros nesse caso. A confirmação dessas denúncias pode levar a diferenças ainda mais significativas entre o número de famílias assentadas e o de “retirantes”.

² A inadequação da forma de estruturação dos assentamentos ao tipo de agricultura predominante nessa região, baseada no pousio e na rotação de áreas, é uma das causas para a ocorrência de problemas dessa natureza.

com suas diretrizes, baseava-se numa concepção participativa, fazia-nos acreditar que naquele caso seria possível ter acesso a uma realidade “mais pura”, em contraposição aos assentamentos onde o planejamento inicial era elaborado pelos técnicos do Incra e refletia muito mais a interpretação que esses faziam do contexto, do que propriamente os interesses dos assentados.

Também a existência de momentos bem delimitados e destoantes no curto histórico produtivo do assentamento, chamava-nos a atenção. Segundo alguns relatórios a que se teve acesso na época, por ocasião da realização do PDA a grande maioria dos assentados havia manifestado interesse e optado pela olericultura orgânica ou agroecológica e pela bovinocultura de leite, como atividades principais. No entanto, algum tempo depois observava-se que poucas eram as famílias que se mantinham fiéis ao planejamento inicial, tendo a maioria passado à produção de grãos (milho e feijão, principalmente) em sistema convencional³. Aqui colocam-se mais alguns questionamentos aos quais se tentaria buscar uma resposta no decorrer da pesquisa: o que levou os assentados a optarem pela produção orgânica (ou agroecológica) e leiteira durante o PDA? A que se deve o subsequente abandono desses projetos e a priorização do cultivo de grãos?

Outro fator importante, embora não determinante, que levou à escolha do Assentamento Domingos Carvalho, foi sua localização geográfica. É bastante comum encontrar estudos desenvolvidos em assentamentos situados na região Oeste (Dionísio Cerqueira, São Miguel d’Oeste, Abelardo Luz) ou no Meio-oeste (Fraiburgo, Matos Costa) do estado. O Planalto Norte, por sua vez, embora abrigue diversos assentamentos (somente em Rio Negrinho existem 7 áreas), tem merecido pouca atenção da academia. Ao menos, não se tem conhecimento de nenhum estudo que envolva os assentamentos dessa região. Em função disso, a perspectiva de contribuir com a desconcentração da pesquisa referente à reforma agrária em Santa Catarina, também teve seu grau de influência na seleção da área.

Por último, é necessário mencionar o desvelo do técnico do Incra, responsável por aquele assentamento, e da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, em colaborar com a realização deste trabalho, disponibilizando algumas condições mínimas (como transporte e acesso às informações) para que ele fosse efetuado.

³ Também o reflorestamento, embora ainda economicamente incipiente, vem ganhando destaque dentro do assentamento, o que nos levou a abordar essa questão (de maneira mais ou menos sucinta) no início do capítulo III.

2. Da complexidade do problema

Uma vez definido o tema central da pesquisa (os *processos decisórios*) e a área de estudo (o Assentamento Domingos Carvalho), partiu-se para a identificação dos fatores cuja análise nos permitiria responder às questões anteriormente apresentadas.

Nos primeiros contatos com o assentamento, percebeu-se a importância de diversos atores sociais externos que, em suas relações com os assentados, acabavam influenciando de alguma forma as práticas agrícolas adotadas por eles. Dentre esses atores, destacavam-se a Associação de Reflorestamento e Recuperação Ambiental (Aroma), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Projeto Lumiar e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Além disso, fatores mais diretamente associados aos próprios assentados (como sua trajetória de vida, organização social e perspectivas de futuro), também mostravam-se fundamentais na conformação dos sistemas agrícolas preponderantes.

Ao contrário do que uma análise preliminar mais desatenta fazia crer, pôde-se constatar que os processos decisórios são regidos não por um ou outro fator que lhes determine o rumo, mas por uma complexa inter-relação entre as múltiplas variáveis.

Essa constatação nos fez antever as dificuldades e limites que seriam impostos pela herança da formação cartesiana, da qual os profissionais das ciências agrárias são vítimas freqüentes. Na estruturação desta dissertação, por exemplo, é possível perceber a marca e a força do paradigma ainda hegemônico, principalmente na análise dos atores envolvidos com os processos decisórios, que é feita separadamente. Contudo, empreendeu-se esforços no sentido de tentar amenizar esse problema. Ao abordar-se um determinado fator/ator, buscava-se resgatar questões relativas aos demais e estabelecer as relações possíveis.

A amplitude e complexidade da temática, obrigaram-nos a estipular alguns limites para a abordagem aqui pretendida. Embora correndo o risco de incidir em superficialidades e simplificações excessivas de determinadas questões, tal medida mostrou-se necessária até mesmo pelos impedimentos impostos pela formação essencialmente técnica de engenheiro agrônomo. Algumas incursões mais audaciosas por campos pouco conhecidos eram em geral acompanhadas de uma dose de insegurança e apreensão.

Assim, neste verdadeiro *“teatro da vida”*, tivemo-nos que contentar com o que os olhos pouco treinados de um iniciante nas artes da ciência conseguiram enxergar sob as *“máscaras”* dos atores sociais que integram o *“elenco”*. Na medida do possível, buscou-se

também adentrar nos “bastidores”, de modo a conhecer e compreender a direção e o verdadeiro funcionamento dessa “peça”.

3. Hipóteses e objetivos

3.1. Hipóteses

- ⇒ Os atores sociais externos ao Assentamento Domingos Carvalho (Aroma, Incra, Lumiar e MST) foram importantes na determinação dos sistemas agrícolas adotados pelos assentados.

- ⇒ Os fatores associados aos próprios assentados (trajetória de vida, organização e perspectivas de futuro) foram importantes na determinação dos sistemas agrícolas adotados por eles.

3.2. Objetivos

- ⇒ Compreender o papel dos diversos fatores, sejam internos ou externos, no delineamento dos processos decisórios relacionados à questão produtiva no Assentamento Domingos Carvalho.

- ⇒ Compreender a origem e a natureza das relações que os assentados estabelecem com o meio físico que ocupam.

- ⇒ Fornecer subsídios aos atores sociais que atuam na promoção e fortalecimento de formas mais estáveis de agricultura em assentamentos de reforma agrária.

4. Estrutura da dissertação

Além da introdução, a dissertação está estruturada em mais cinco capítulos. O capítulo II (*Conhecer para compreender...*), busca de maneira sucinta traçar um perfil do município de Rio Negrinho e do próprio Assentamento Domingos Carvalho. Além da caracterização física, apresenta-se alguns aspectos socioeconômicos desses espaços, com o intuito de localizar e contextualizar o leitor. Nesse capítulo descreve-se ainda a metodologia empregada na pesquisa, as razões que levaram à sua escolha e alguns percalços encontrados no decorrer da fase “de campo”.

No capítulo III (*Os atores externos*), adentra-se na discussão propriamente dita do tema central do trabalho. Inicia-se pela descrição e análise dos atores sociais externos ao assentamento (Aroma, Incra, Lumiar e MST), procurando destacar a atuação e influência de cada um nos processos decisórios.

O capítulo IV, por sua vez, trata das questões relativas aos próprios assentados (*Os atores internos*), como a trajetória de vida, a organização social e as perspectivas de futuro, simbolizando os três tempos envolvidos no processo de assentamento (passado, presente e futuro) e a sua respectiva interface com os rumos tomados pelo desenvolvimento desse espaço.

O capítulo V (*Fragments de uma cena...*), tem por objetivo discutir o processo de elaboração e implementação do PDA, sob a ótica de sua influência na adoção de determinados sistemas agrícolas. O posicionamento dessa temática no penúltimo capítulo, justifica-se pelo fato do PDA se constituir num momento/espço de encontro de praticamente todos os atores envolvidos com o assentamento. Assim, considerou-se apropriado primeiramente fazer a discussão geral do papel daqueles atores para, em seguida, tentar compreender o tipo de intervenção que eles tiveram no PDA.

O sexto e último capítulo (*Fechando o pano...*), mais do que concluir, busca sintetizar e apontar algumas considerações acerca da pesquisa e seus aspectos relevantes. A pretensão de contribuir com o avanço e desenvolvimento do processo de reforma agrária, bem como dar um sentido prático às reflexões efetuadas nesse trabalho, levou-nos à inclusão de algumas recomendações ao final desse capítulo.

Como já ressaltado anteriormente, embora a análise seja ainda uma tanto segmentada, realizou-se um esforço no sentido de estabelecer e demonstrar as relações existentes entre os vários atores e dimensões abordados. Isso levou à necessidade de, em

alguns momentos, abordar dentro de um capítulo temáticas que seriam novamente retomadas nos capítulos ou tópicos subsequentes (dessa vez para uma análise mais profunda e centrada), de forma a dar uma certa autonomia a cada um deles.

CAPÍTULO II

CONHECER PARA COMPREENDER...

1. Caracterização da região e do município

A compreensão das relações que se expressam numa determinada região ou município passa, primeiramente, pelo conhecimento das características físicas, históricas e socioeconômicas deste território. Nesse sentido, buscar-se-á no presente tópico, de forma bastante sucinta, caracterizar a região circunvizinha à área de estudo, de modo a localizar e orientar o leitor. Embora não se tenha a pretensão de fazer um resgate profundo a respeito destes aspectos, diversas informações apresentadas a seguir serão bastante úteis nas análises que se aspira fazer neste estudo.

1.1. Histórico de Rio Negrinho

A partir do início do século XIX, com a acentuação da crise econômica na Europa e a política de povoamento e substituição da força de trabalho escrava do governo brasileiro, o Brasil começa a receber um grande número de imigrantes europeus, que se instalam principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Em 1851 é criada a Colônia Dona Francisca, atual município de Joinville/SC, composta por imigrantes suíços, noruegueses e principalmente alemães. A necessidade de estabelecer vias de ligação dessa colônia com o restante do país, fez com que se passasse a cogitar a possibilidade de construir uma estrada que ligasse Dona Francisca à Vila de Rio Negro, no Paraná, fundada 20 anos antes e que já possuía ligação com Curitiba (RIO NEGRINHO, 2001a).

No ano de 1858 inicia-se a construção da Estrada da Serra (Estrada Dona Francisca) e com ela, as primeiras iniciativas de ocupação do Planalto Norte Catarinense

por parte dos imigrantes europeus. Em 1875 fixa-se a primeira família no território que atualmente compõe o município de Rio Negrinho. Com a conclusão das obras da estrada em 1880, a região recebe um grande número de famílias, quase todas de ascendência teuta. É nesse ano também que surgem as principais casas comerciais no povoamento que se formava¹ (RIO NEGRINHO, op.cit.). Além dos alemães, estabeleceram-se também em Rio Negrinho, embora em menor número, portugueses, poloneses e italianos.

A conclusão da Estrada Dona Francisca impulsionou a atividade de extração e comercialização de erva-mate, que foi durante muito tempo, ao lado da extração de madeira (estimulada pela grande presença do pinheiro-araucária), a principal atividade econômica da região do planalto, sendo inclusive denominada de “ouro verde” (FIESC, 2000).

Em 1910, com o início da construção da estrada de ferro que ligaria Rio Negrinho ao Porto de São Francisco do Sul, Curitiba e Porto União², observou-se um novo ciclo de expansão do povoado, com a chegada de um grande número de pessoas que vieram trabalhar na obra (RIO NEGRINHO, 2001a).

O término da construção da estrada de ferro em 1913, trouxe grande impulso às exportações de erva-mate e possibilitou a comercialização de madeira em toras para outras regiões. Atualmente, em função da intensa ação antrópica sobre as florestas, restam poucos remanescentes da vegetação original.

Em 1919 foi inaugurada a Jung & Cia, que mais tarde passaria a constituir a Móveis Cimo. Essa empresa, que chegou a ser a maior fábrica de móveis da América Latina, projetou Rio Negrinho no cenário internacional como a “Capital dos Móveis” e deu início a um novo setor que viria a ganhar destaque acentuado na região: o moveleiro.

A emancipação política veio através da lei nº 133, de 30 de dezembro de 1953, e a instalação do município ocorreu em 27 de fevereiro de 1954.

1.2. Caracterização do território

Um território pode ser caracterizado a partir de diversos aspectos. Neste trabalho, optou-se por abordar aqueles que foram considerados essenciais para o estabelecimento de um perfil da região: os aspectos físicos e os socioeconômicos.

¹ Mesmo com a existência de moradores anteriores a essa data, o ano de 1880 foi declarado como data oficial de fundação do povoamento (24 de abril de 1880).

² Na verdade, tratava-se de um ramal da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

Embora se tenha ciência de sua inter-relação e dependência mútua, eles serão aqui, para fins de descrição, tratados separadamente.

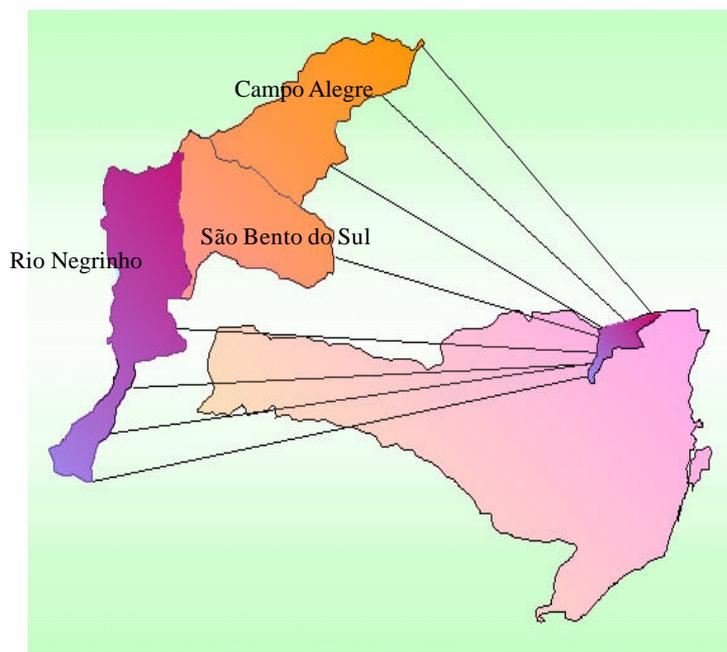
1.2.1. Aspectos físicos e fito-geográficos

O município de Rio Negrinho faz parte, segundo classificação do IBGE, da microrregião de São Bento do Sul, composta por três municípios: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre.

O município possui um território de 929,02 km², dos quais 37 km² são de área urbana e 892 km² de área rural³. A sede do município está localizada a 26°15'16" de latitude e 49°31'06" de longitude, numa altitude de 790 metros acima do nível do mar.

Rio Negrinho tem como limites territoriais: ao norte, o município de Rio Negro, no estado do Paraná; ao sul, os municípios de Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros; a leste, os municípios de Corupá, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e São Bento do Sul; a oeste, os municípios de Mafra e Itaiópolis.

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina, com destaque para os municípios da microrregião de São Bento do Sul.



³ Até janeiro de 2000, a área de Rio Negrinho era de 869 km². Nessa data, o município incorporou a localidade de Águas Claras (anteriormente pertencente a Mafra/SC), em função do Projeto de Consolidação das Divisas Intermunicipais do IBGE (RIO NEGRINHO, 2001a), aumentando sua área e população, principalmente rural. Em razão disso, algumas informações apresentadas no decorrer deste capítulo, anteriores à data acima referenciada, podem estar defasadas, dada a impossibilidade de ajustá-las. Contudo, acredita-se que tal problema não prejudicará a noção geral do município que se pretende transmitir.

De acordo com o Zoneamento Agroecológico da EPAGRI/CIRAM (1999), o município está situado na zona agroecológica 3B (ou região do Planalto Norte Catarinense)⁴, na qual predomina o clima Cfb, segundo Köppen, ou seja, clima temperado, constantemente úmido, sem estação seca definida e com verões frescos (temperatura média do mês mais quente < 22°C). A temperatura média anual varia de 15,5°C a 17,0°C e a temperatura média das máximas varia de 26,6°C a 24,0°C, enquanto a média das mínimas varia de 10,8°C a 11,8°C.

A precipitação pluviométrica total pode oscilar entre 1.360 e 1.670 mm por ano, com um total anual de dias de chuva compreendido entre 138 e 164 dias. A insolação anual é variável entre 1.413 a 1.613 horas. A ocorrência de geadas varia entre 5 e 14 dias durante o ano.

Segundo o levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (SANTA CATARINA/SDM, 1997), em 55% da região o relevo é ondulado a forte-ondulado, 15% apresenta relevo plano e suave-ondulado (próximo aos rios), e 29% fortemente ondulado a montanhoso. Quanto à classificação pedológica, predominam na região os seguintes solos: Cambissolo Álico, Cambissolo Húmico, Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, Podzólico Vermelho-Amarelo Distrófico e Cambissolo Distrófico. Em geral, os solos da região do Planalto Norte Catarinense apresentam restrições quanto ao seu uso agrícola por sua baixa fertilidade natural (baixa disponibilidade de nutrientes e elevada acidez).

Quanto à hidrografia, o município encontra-se situado na Região Hidrográfica 5 (RH5 - Planalto de Canoinhas), na bacia do Rio Negro, o qual apresenta como principais afluentes os rios Preto, Corredeiras, do Salto, Ribeirão dos Bugres e Negrinho (SANTA CATARINA/SDM, op.cit.).

A vegetação primária da região é composta principalmente pela Floresta Ombrófila Mista. Esse tipo de floresta caracteriza-se por apresentar como espécie predominante o pinheiro-araucária (*Araucaria angustifolia*), contando ainda com a presença de espécies como a canela-lageana, o angico-vermelho, a bracatinga, a imbuia, a sapopema e a erva-mate, entre outras (SANTA CATARINA/SDM, op.cit.).

⁴ Essa região agroecológica abrange as microrregiões de São Bento do Sul e de Canoinhas, sendo composta por 14 municípios. Sua área total é de 11.366,9 km².

1.2.2. Aspectos socioeconômicos

De acordo com o censo realizado no ano de 2000 pelo IBGE, o município de Rio Negrinho possui 37.691 habitantes, dos quais 86,59% residem na zona urbana e 13,41% na zona rural. Esses números, por si só, já demonstram a importância que as atividades urbano-industriais têm para o município. Contudo, é preciso levar em conta ainda que um número considerável de indústrias estão localizadas fora da área urbana e empregam a força de trabalho dos moradores de seu entorno, o que faz com que parte da população rural esteja ocupada com atividades não-agrícolas. Essa constatação torna-se evidente ao analisar-se a estrutura da População Economicamente Ativa (PEA) do município. Nota-se que as indústrias (setor secundário), comércio e serviços (setor terciário), representam 95% da PEA total (IBGE, 2001).

Rio Negrinho é, ao lado de São Bento do Sul, o município mais urbanizado do Planalto Norte, diferindo consideravelmente dos valores encontrados para a região como um todo (67,34% da população urbana e 32,66% rural).

A distância, relativamente curta, em relação a grandes centros populacionais, conforme apresentado na tabela 1, pode constituir-se num fator estratégico a ser explorado, principalmente no que tange à produção de alimentos. Contudo, a concorrência no mercado regional estabelecida pelo Ceasa de Curitiba, que responde por grande parte do abastecimento de hortifrutigranjeiros da região, tem representado um sério problema ao desenvolvimento de diversas atividades agrícolas em Rio Negrinho.

Tabela 1 – Distância entre Rio Negrinho e os principais municípios catarinenses e paranaenses num raio aproximado de 100 km, e respectiva população.

Município	Distância (km)	População (habitantes)
Curitiba	107	1.587.315
Joinville	90	429.604
Blumenau	112	261.808
São José dos Pinhais	115	204.316
São Bento do Sul	14	65.437
Mafra	46	49.940

Fonte: INCRA/ICEPA (2000a) e IBGE (2001).

Além da proximidade em relação a grandes centros urbanos, o município conta ainda com importantes vias de acesso que ligam-no a esses locais. As principais rodovias são a BR-280, a SC-301 e a SC-422, sendo que essa última não possui pavimentação

asfáltica (estrada de terra). A maior parte das estradas do interior do município é de saibro, com muito pó e, em períodos chuvosos, muita lama, o que ocasiona uma certa dificuldade ao tráfego de veículos, impossibilitando-o em alguns trechos. O município é cortado ainda por uma estrada de ferro, utilizada principalmente no transporte de cereais do norte do Paraná ao porto de São Francisco do Sul.

Em termos de estrutura econômica, segundo dados de 1997 (ano base 1996), o município apresenta a seguinte composição: setor primário (8,72%), setor secundário (81,46%) e setor terciário (9,82%) (RIO NEGRINHO, 2001b).

a) Setor Primário

O setor primário de Rio Negrinho é responsável por 8,72% do movimento econômico municipal e pela absorção de aproximadamente 4% da PEA.

Segundo o Censo Agropecuário 95/96 (IBGE, 1996), o setor agropecuário era formado por 374 estabelecimentos, que ocupavam uma área de 45.585 ha. Os estabelecimentos com área inferior a 50 ha, representavam 68,5% do total. No entanto, eles detinham somente 10,2% da área total, ao passo que as propriedades acima de 100 ha (16,3%), ocupavam 81% da área, demonstrando uma elevada concentração das terras.

No tocante à utilização das terras, de acordo com levantamento realizado pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/PMRN, 2000), tem-se que 61% são áreas ocupadas por matas e reflorestamentos (matérias-primas para o setor moveleiro e a indústria de papel e celulose), 28% são áreas de pastagem (utilizadas principalmente para a criação de bovinos) e apenas 11% são ocupadas nas demais atividades agrícolas. A pouca importância das atividades agrícolas tradicionais fica evidente quando se analisa os dados de valor da produção agropecuária do município. Segundo o Censo Agropecuário 95/96 (IBGE, 1996), de um total de R\$ 4.928.000,00 movimentados pela produção vegetal⁵, apenas R\$ 991.000,00 correspondiam a lavouras temporárias, R\$ 23.000,00 a lavouras permanentes e R\$ 11.000,00 a horticultura e floricultura. A silvicultura, por sua vez, movimentou cerca de R\$ 3.723.000,00 nesse período, o que corresponde a 75,5% do valor total. Além desses, é importante citar o extrativismo (principalmente de erva-mate), que foi responsável por R\$ 181.000,00.

Na silvicultura, tanto em termos municipais quanto regionais, verifica-se a predominância do plantio do pinus americano. De acordo com os dados do Zoneamento

⁵ No período de 01/08/1995 a 31/07/1996.

Agroecológico (EPAGRI/CIRAM, 1999), essa espécie representa 91,18% do total reflorestado em Rio Negrinho; somada ao eucalipto, chega-se a 98,34% do total. Apenas 1,65% do efetivo de árvores reflorestadas corresponde ao pinheiro-araucária e à bracatinga. Essas áreas, especialmente de pinus e eucalipto, estão orientadas, de forma geral, para o setor industrial e comercial. Os reflorestamentos são em sua maioria incentivados e administrados por grandes empresas madeireiras que atuam na região⁶, apresentando uma forte tendência de ampliação das suas atividades.

Tabela 2 – Representatividade das principais espécies reflorestadas em Rio Negrinho e na região agroecológica do Planalto Norte Catarinense.

Espécie	Efetivo (n° de árvores)	Percentual
<i>Rio Negrinho</i>		
Pinus americano	331.000.000	91,18
Eucalipto	26.000.000	7,16
Pinheiro-araucária	5.000.000	1,38
Bracatinga	1.000.000	0,27
Total	363.000.000	100,0
<i>Planalto Norte Catarinense</i>		
Pinus americano	6.417.000.000	64,82
Eucalipto	2.551.000.000	25,76
Pinheiro-araucária	209.000.000	7,02
Bracatinga	695.000.000	2,11
Acácia negra	77.000.000	0,27
Total	9.899.000.000	100,0

Fonte: Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico de Santa Catarina (EPAGRI/CIRAM, 1999).

Com relação à produção pecuária, observa-se que apesar de possuir 32% do rebanho bovino, a produção leiteira representa pouco mais de 20% do total da microrregião (IBGE, 1996). Diante disso, colocam-se duas possibilidades: o rebanho é formado preponderantemente por animais de corte; ou a atividade leiteira no município é desenvolvida, pela maioria, com um baixo padrão tecnológico, o que resultaria numa baixa produção. Levando-se em conta a realidade percebida durante a permanência no município, acredita-se que haja uma combinação dos dois fatores. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Turístico de Rio Negrinho (UNIVALI/PMRN, 2000), a bovinocultura de leite está presente na maioria das propriedades, sendo em geral encarada como uma atividade de subsistência ou complementar.

⁶ Como por exemplo, a Companhia Volta Grande de Papel (CVG) e a Cadam Papel e Celulose; as indústrias moveleiras Famine, Ruck e Müller; e as madeireiras Baptistella e Terra Nova.

O município apresenta ainda destaque, em termos microrregionais, na produção de suínos, ovinos e aves, conforme pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 – Principais produtos pecuários de Rio Negrinho e da Microrregião de São Bento do Sul.

Discriminação	Número de cabeças		% do município em relação à microrregião
	Rio Negrinho	Microrregião	
Bovinos	12.500	69.500	21,0
Suínos	19.600	37.783	51,8
Ovinos	1.850	6.770	27,3
Aves	355.500	1.501.667	23,6

Fonte: RIO NEGRINHO, 2001b.

A produção agrícola de Rio Negrinho está associada à pecuária, principalmente com o rebanho de aves, bovinos e suínos. O milho representa a principal fonte de matéria-prima na criação animal, sendo o município responsável por aproximadamente 23% da produção da microrregião. Merecem destaque ainda o fumo (22% da produção) e o feijão (22%). Mais recentemente, a produção de tomate vem crescendo e ganhando espaço no mercado regional, embora ainda não tenha uma expressão econômica acentuada.

Tabela 4 – Principais produtos agrícolas de Rio Negrinho e da Microrregião de São Bento do Sul.

Produto	Área colhida (ha)		Produção (t)	
	Rio Negrinho	Microrregião	Rio Negrinho	Microrregião
Milho	1.579	6.911	4.075	18.934
Fumo	123	675	194	875
Feijão (1 ^a e 2 ^a safra)	445	1554	279	1.282
Arroz	30	90	60	120

Fonte: RIO NEGRINHO, 2001b.

b) Setor Secundário

O município de Rio Negrinho apresenta uma forte “vocação” industrial, destacando-se como um dos mais industrializados da região do Planalto Norte, ficando atrás apenas de São Bento do Sul. O setor secundário   responsável por 81,46% da movimentac o financeira municipal.

A indústria apresenta uma importância tal para o município que até mesmo um de seus maiores símbolos está ligado a essa atividade: a chaminé da antiga fábrica de móveis

Cimo, localizada na região central da cidade, no pátio da Prefeitura Municipal. Outro símbolo da cidade, o Casarão Zipperer, que atualmente abriga o museu municipal, pertenceu ao fundador da extinta Móveis Cimo.

A primeira atividade industrial de destaque no município foi a indústria moveleira, tendo seu auge no período de existência da Móveis Cimo. Ainda hoje essa atividade tem grande importância econômica. Prova disso são os 128 estabelecimentos (de um total de 293) que atuam nessa área (RIO NEGRINHO, 2001a).

Também merecem distinção as indústrias madeireiras (responsáveis pela confecção de forros, assoalhos, portas, janelas, madeira bruta e beneficiada, etc.), em número de 48. Em número menor, mas com uma elevada importância sob o ponto de vista econômico, estão as indústrias de papel e celulose.

A indústria cerâmica também possui uma certa importância, produzindo principalmente canecos que, entre outras coisas, são utilizados nas famosas “festas de outubro” do estado de Santa Catarina. Nesse sentido, a proximidade com municípios de colonização alemã onde se realizam tais festas (como Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville), bem como a existência de festas típicas alemãs no próprio município, impulsionam essa atividade.

c) Setor Terciário

De acordo com o Cadastro dos Contribuintes da Prefeitura Municipal, Rio Negrinho possui 870 estabelecimentos na área comercial e 569 estabelecimentos de prestação de serviços.

A importância desse setor, que em 1995 representava 7,83% da movimentação econômica, vem crescendo de forma acelerada, atingindo 13,53% no ano 2000.

Apesar desse crescimento, a pesquisa realizada pela Univali (UNIVALI/PMRN, 2000) ressalta a existência de inúmeras ameaças e o risco de uma crise no setor, em função do baixo poder aquisitivo da população e a elevação das taxas de desemprego na região. Outro problema apontado é a evasão de compras para outras cidades. Embora a boa estrutura viária de acesso ao município facilite o transporte de mercadorias, ela favorece também a “fuga” de consumidores para os centros urbanos maiores próximos, como São Bento do Sul, Mafra, Joinville e Curitiba, em busca de preços mais baixos. Assim, as aquisições efetuadas em outros municípios representam 38% dos artigos de vestuário, 34% dos calçados, 23% dos alimentos, 15% dos eletrodomésticos e 10% dos móveis.

2. Montando o palco: o Assentamento Domingos Carvalho

Embora o Assentamento Domingos Carvalho esteja localizado no município de Rio Negrinho e, em função disso, se enquadre nas características anteriormente apresentadas, ele traz algumas especificidades, tanto físicas quanto socioeconômicas que merecem menção. E é com o objetivo de aprofundar o “mergulho” do leitor no campo de pesquisa que se faz tal descrição neste tópico.

2.1. Um breve histórico

A maioria das famílias atualmente assentadas no Assentamento Domingos Carvalho, fazem parte do grupo original que se formou alguns anos antes e que participou de duas outras ocupações.

A primeira ocupação ocorreu em 18 de julho de 1996, na Fazenda Potreiro, em Mafra. Neste local eles ficaram até aproximadamente abril de 1997. Obrigado a sair dessa área, o grupo ocupou a Fazenda Batatais, também em Mafra, onde permaneceu durante 6 ou 7 meses.

Novamente ameaçados de despejo, os acampados partiram em busca de outra área, vindo a ocupar a Fazenda Corredeiras, desta vez no município de Rio Negrinho, em 26 de novembro de 1997.

Algumas famílias pertencentes ao grupo original, após a saída da Fazenda Batatais, participaram da ocupação de uma área na localidade de Rio dos Bugres, em Rio Negrinho, juntando-se mais tarde ao restante do grupo acampado na Fazenda Corredeiras, quando foram despejados daquela área.

Inicialmente estavam acampadas na Fazenda Corredeiras aproximadamente 40 famílias. Uma avaliação inicial feita por técnicos do Incra, constatou que a área tinha capacidade de suporte para 30 famílias. A pedido dos acampados, essa capacidade foi elevada para 34 famílias, já que os mesmos tinham intenção de trabalhar com atividades que exigem pouca área mas demandam muita força de trabalho, como é o caso da olericultura.

A partir de junho de 1998, embora a área ainda não tivesse sido desapropriada, as famílias acampadas começaram a receber as primeiras visitas do técnico do Projeto Lumiar responsável pela região. Diversas culturas já vinham sendo produzidas como forma de garantir a subsistência das famílias.

A área somente foi desapropriada em 1999, sendo o auto de imissão de posse assinado em 25 de janeiro daquele ano. A portaria que destina aquela área à criação de um assentamento rural foi assinada em 04 de fevereiro de 1999.

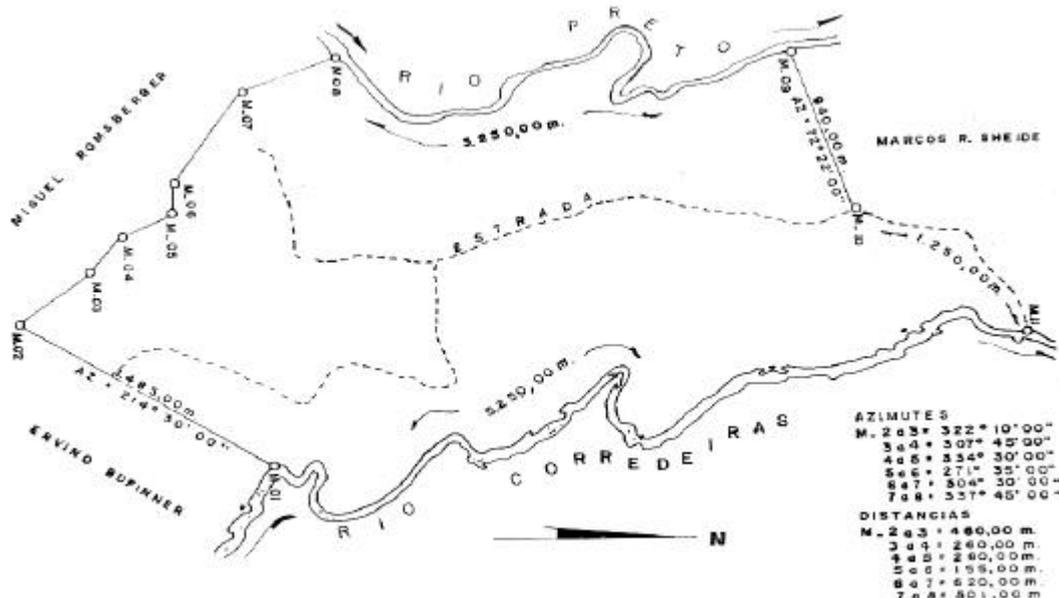
Em agosto do mesmo ano, iniciaram-se as discussões entre técnicos do Incra, do Projeto Lumiar e do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Icepa), com os assentados, acerca da elaboração do PDA. Esse processo, que se estendeu até o início do ano 2000, foi composto de diversas etapas que serão tratadas mais adiante.

O assentamento foi oficialmente inaugurado no mês de dezembro de 1999, sendo denominado de Assentamento Domingos Carvalho, em homenagem a uma das principais lideranças do grupo, que faleceu durante o período de acampamento.

2.2. Caracterização física e geográfica

O Projeto de Assentamento Domingos Carvalho possui área total de 618 ha⁷, localizando-se na Comunidade de Corredeiras, entre o Rio Preto e o Rio Corredeiras, sob as coordenadas geográficas com longitude oeste de 49°35'00" e latitude sul de 26°25'00". Está distante cerca de 25 km da sede do município.

Figura 2 - Área do Assentamento Domingos Carvalho.



⁷ De acordo com o levantamento topográfico realizado pelo Incra por ocasião da vistoria do imóvel. No registro em cartório, no entanto, constam 564,17 ha.

Segundo as avaliações realizadas durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), ocorrem basicamente duas classes de solos na área: Cambissolos e Solos Litólicos (INCRA/ICEPA, 1999). As análises laboratoriais de solo, realizadas no mesmo período, revelam que o pH em todos os pontos de amostragem (num total de 10) é muito baixo, demonstrando grande acidez. Da mesma forma, foram encontrados teores de alumínio (Al) bastante elevados em quase todos os pontos. A matéria orgânica também apresentou valores altos em 5 pontos de amostragem, médios em 3 e baixos em 2. Contudo, os teores de fósforo (P) encontrados foram baixos (em 3 pontos), muito baixos (em 5 pontos) e limitantes (em 2 pontos). Esses 10 pontos de amostragem, difusos por todo o assentamento e inseridos em suas diversas paisagens, nos dão uma dimensão das condições do solo em termos de fertilidade.

Tabela 5 – Resultados das análises de solo feitas em 10 pontos do Assentamento Domingos Carvalho.

Ponto de amostragem	pH	Matéria orgânica (%)	Fósforo (ppm)	Alumínio (cmolc/l)
01	4,0	4,5	1,5	12,1
02	3,8	6,7	3,5	7,7
03	4,2	7,4	2,1	6,5
04	4,4	1,7	2,8	4,6
05	5,0	3,6	2,2	1,0
06	4,2	5,5	0,5	6,8
07	4,1	2,3	0,9	11,7
08	4,3	5,1	5,1	7,4
09	4,4	6,2	1,6	6,5
10	4,0	3,1	3,7	3,1

Fonte: INCRA/ICEPA (1999).

Em relação ao relevo, observa-se que a maior parte da área (334 ha ou 54 %) está localizada nas classes de declividade suave-ondulado e ondulado. Por outro lado, 43,5% da área apresenta relevo ondulado pouco profundo e forte-ondulado, que dificultam a mecanização e aumentam o risco de erosão (INCRA/ICEPA, op.cit.).

O assentamento apresenta ainda uma área relativamente grande de remanescentes da vegetação original, composta pela Floresta Ombrófila Mista. A mesma encontra-se distribuída na área de reserva legal (aproximadamente 128 ha) e nas áreas de preservação permanente, presentes em praticamente todos os lotes. Um componente que se destaca na paisagem é o pinheiro-araucária (*Araucaria angustifolia*), presente em grande número. Contudo, a maioria dos exemplares apresenta porte bastante reduzido, o que é fruto da ação antrópica, anterior e posterior ao processo de assentamento.

Em termos de recursos hídricos, o assentamento encontra-se bem abastecido, sendo margeado pelos rios Preto e Corredeiras, como já foi dito anteriormente, além de contar com inúmeros riachos, córregos e fontes d'água, distribuídos por quase todos os lotes.

2.3. Caracterização socioeconômica

O Assentamento Domingos Carvalho é composto por 34 famílias. Contudo, atualmente apenas 33 encontram-se assentadas, haja vista que uma família abandonou a área e até o momento não foi substituída.

Inicialmente, o assentamento encontrava-se organizado em torno de 4 grupos: Coletivo, Coletivo II, Semi-coletivo e Cooperação⁸. Por ocasião dos primeiros contatos, o grupo Coletivo contava com 8 famílias, o Semi-coletivo com 8 famílias, o Coletivo II com 3 famílias e o Cooperação com 15 famílias⁹. Entretanto, em função de uma série de problemas, os grupos ou foram dissolvidos, ou encontram-se bastante enfraquecidos. No momento da realização da pesquisa de campo, apenas o Coletivo (com 4 famílias) e o Coletivo II (3 famílias) continuavam existindo. A associação que congregava todos os grupos, criada ainda durante o período de acampamento, também já não existe mais. As dificuldades encontradas em função da precariedade organizacional são grandes, chegando esse fato a se constituir num fator limitante ao processo de desenvolvimento. A descrição mais detalhada de cada grupo (histórico, funcionamento, situação atual) é feita no capítulo IV, quando se trata da organização interna do assentamento.

Cada família conta com uma área de aproximadamente 12 a 14 ha (o tamanho do lote varia em função das condições do terreno), sendo a área do grupo Coletivo formada pelo somatório das áreas individuais de seus membros.

Residem no assentamento um total de 144 pessoas. Muitas delas são familiares de assentados que, na ausência de condições de acesso à terra e moradia próprias, se vêm

⁸ No grupo Coletivo, a terra e os demais meios de produção são de propriedade do grupo. No Coletivo II, apenas as áreas de lavoura são compartilhadas, sendo as áreas de pastagem (bem como as vacas leiteiras) pertencentes a cada um dos membros de forma individual (contudo, deste grupo fazem parte pai e filho, que compartilham também a pecuária). No grupo Semi-coletivo, cada família possui uma área de 2 ha para desenvolver atividades individuais, sendo o restante da área trabalhada de forma coletiva. No grupo Cooperação, os lotes e os meios de produção permanecem sob propriedade de cada assentado, realizando-se trocas de serviço entre as famílias pertencentes a esse grupo.

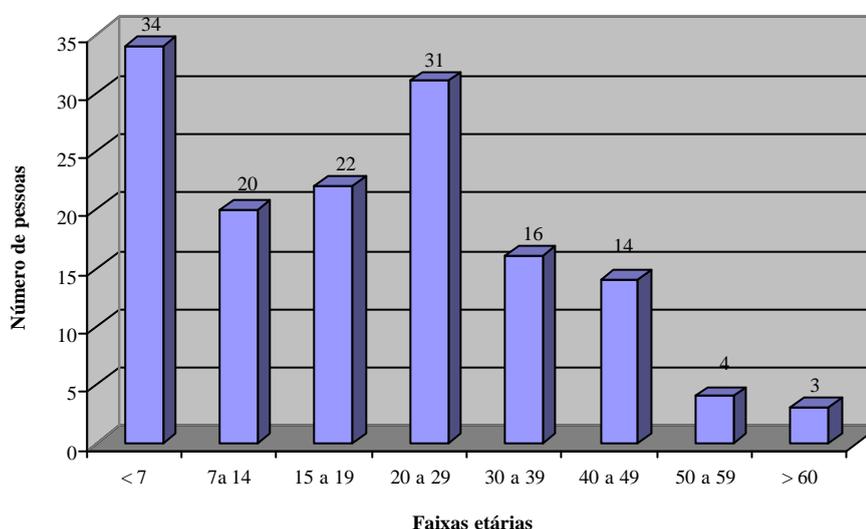
⁹ No decorrer deste trabalho, eventualmente utiliza-se a terminologia “assentados individuais” para fazer referência aos membros do grupo Cooperação, pois de maneira geral eles se estruturam de tal forma.

obrigadas a residir junto com estes. Dos residentes não assentados, a maioria ocupa-se com atividades não-agrícolas fora do assentamento (principalmente numa madeireira limítrofe à área). A presença destas pessoas explica a dimensão de alguns núcleos familiares¹⁰, que chegam a contar com 10, 11 ou até mesmo 15 pessoas, bem acima da média geral, que é de 4,4 pessoas/família.

Em termos de gênero, a distribuição é bastante equilibrada, havendo uma pequena superioridade numérica em favor do sexo masculino (51% e 49%).

Com relação à idade, o gráfico abaixo nos apresenta a distribuição da população pesquisada nas diversas faixas etárias.

Figura 3 - Distribuição etária do Assentamento Domingos Carvalho



Fonte: Pesquisa de campo, julho/agosto de 2001.

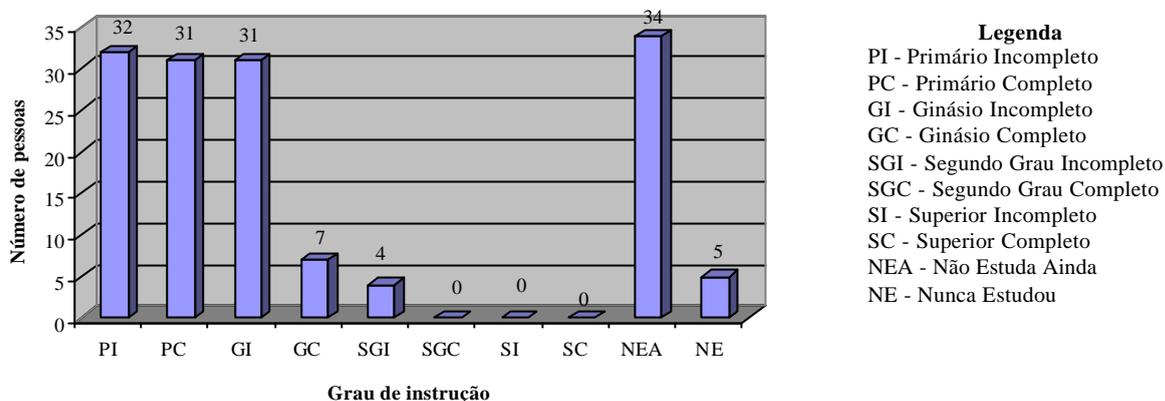
Nota-se que os indivíduos das faixas etárias de 20 a 29 e 30 a 39, considerados a força de trabalho mais atuante e ativa, somam aproximadamente 33%. Contudo, a maior fatia encontra-se nas faixas etárias inferiores a 20 anos, que congregam 53% do total de residentes no assentamento. Essa é uma questão que merece reflexão, haja vista que uma parcela significativa desses jovens são potenciais demandantes de terra e, mantidas as condições atuais, sérios candidatos a se transformarem em novos sem-terra num futuro próximo.

Outra questão bastante preocupante é o grau de instrução. O levantamento feito durante a pesquisa de campo indica que 61,8% dos indivíduos acima de 7 anos têm no

¹⁰ Por *núcleo familiar* entende-se o grupo formado pelo assentado e todas as pessoas residentes no lote, que apresentam algum laço de parentesco com o titular da área.

máximo o curso primário completo (até a 4ª série). Esse número aumenta para 90% se incluirmos aqueles que cursaram durante algum tempo o chamado ginásial (5ª a 8ª série), sem contudo concluí-lo.

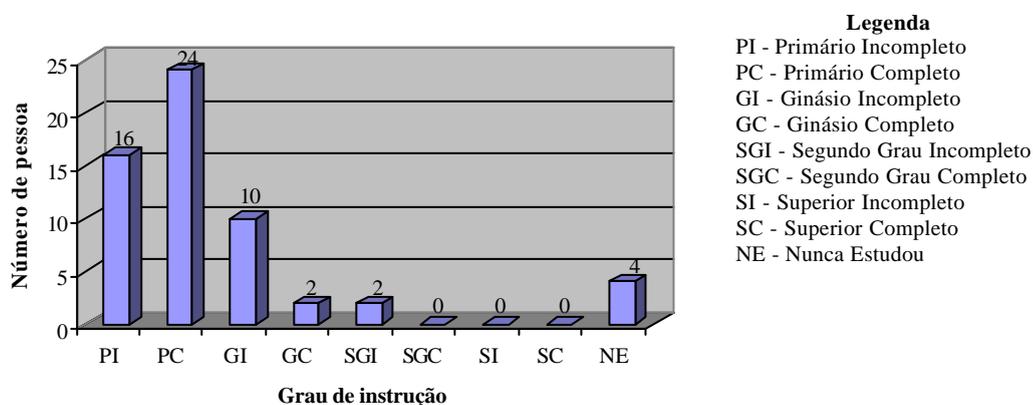
Figura 4 - Escolaridade.



Fonte: Pesquisa de campo, julho/agosto de 2001.

Os dados acima apresentados referem-se à população total do assentamento, aí incluídas as crianças e os jovens em idade escolar que ainda freqüentam a escola. Entretanto, se tomarmos apenas os titulares dos lotes e seus respectivos cônjuges, que em geral constituem o centro decisório do *núcleo familiar*, a situação torna-se ainda mais preocupante: 86% dos indivíduos possuem, no máximo, o ginásial incompleto. Além disso, 4 pessoas (7%) declararam nunca terem freqüentado a escola. É interessante salientar que todas essas 4 pessoas são mulheres.

Figura 5 - Grau de instrução dos titulares dos lotes e seus cônjuges

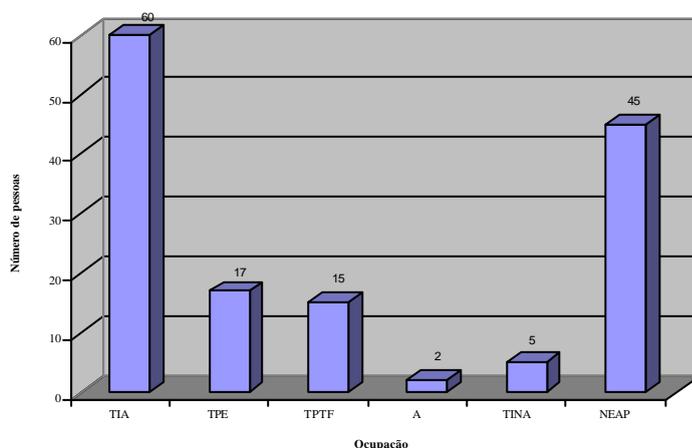


Fonte: Pesquisa de campo, julho/agosto de 2001.

Esses índices, contudo, ainda são bem melhores que a média dos assentamentos da região Sul que, segundo o I Censo da Reforma Agrária, apresentam uma taxa de 14% de analfabetismo entre os titulares (BERGAMASCO, 1997). O baixo nível de escolaridade torna-se mais problemático quando analisamos que, em geral, são essas pessoas as responsáveis pela administração e gerenciamento dos lotes. Também a baixa capacitação de grande parte dos assentados e as dificuldades de aprendizagem causadas pela escolaridade reduzida, podem, em alguns momentos, tornar-se fatores de entrave ao processo de desenvolvimento.

A dificuldade em garantir a manutenção da família unicamente por meio das atividades agrícolas, faz com que alguns assentados tenham que buscar outras alternativas. Assim, observa-se que 5 pessoas (3%) têm dedicação integral à atividades não-agrícolas, todas fora do assentamento. A que mais se destaca é o trabalho numa madeireira próxima, que emprega 3 pessoas. Além disso, 15 pessoas (10%) trabalham em tempo parcial na agricultura, exercendo alguma outra atividade no restante do tempo. Destas, destaca-se o artesanato (que ocupa 4 pessoas) e o emprego como trabalhador rural temporário nas propriedades vizinhas ao assentamento. Um número relativamente grande de jovens (12%) estuda e ao mesmo tempo auxilia o restante da família nos trabalhos na lavoura. Ainda que 42% das pessoas declarem ter dedicação integral à agricultura, é comum ouvi-las afirmar que esporadicamente realizam atividades remuneradas não relacionadas à sua própria lavoura.

Figura 6 - Ocupação produtiva



Legenda

- TIA - Trabalho Integral na Agricultura
- TPE - Tempo Parcial (Estuda)
- TPTF - Tempo Parcial (Trabalha Fora)
- A - Aposentado
- TINA - Tempo Integral Não Agrícola
- NEAP - Não Exerce Atividade Produtiva

Fonte: Pesquisa de campo, julho/agosto de 2001.

Embora alguns assentados que exerçam atividades fora do assentamento, essas em geral apresentam um caráter complementar (com exceção de 3 casos em que elas adquirem posição privilegiada no sustento da família). A principal fonte de renda da maioria é a agricultura, em especial a produção de grãos. Segundo o levantamento feito por ocasião da pesquisa de campo, a área plantada com milho na safra 2000/2001 foi de aproximadamente 95 ha, com uma produção de 4500 sacos (270 toneladas ou 47,4 sacos/ha). Desse total, em torno de 1700 sacos (38%) foram consumidos dentro do próprio assentamento, seja para o trato dos animais (a maioria), seja para a alimentação humana (farinha de milho). O restante foi vendido principalmente para cooperativas e cerealistas da região, destacando-se a Cereagro, de Mafra.

Outra importante fonte de renda é o feijão, com uma área plantada de aproximadamente 21 ha e uma produção de 420 sacos (25,2 toneladas ou 29 sacos/ha) na safra 2000/2001. Cerca de 29% do feijão produzido foi consumido pelos próprios assentados, sendo o restante comercializado para cooperativas e, com menor frequência, para atravessadores.

Sem grande importância em termos comerciais, mas com um grande valor para a manutenção/subsistência dos agricultores, encontra-se o arroz (de sequeiro). A produção anual é de cerca de 120 sacos (7,2 toneladas), sendo ele todo destinado ao consumo interno.

A olericultura, que já chegou a ser a principal fonte de renda dos grupos Coletivo e Semi-coletivo, atualmente é praticada unicamente para o autoconsumo. Apenas um assentado apresenta interesse em expandir a área e a produção de olerícolas destinadas ao mercado.

Também apresentam grande importância para a subsistência dos agricultores assentados a mandioca, a batata, a batata-doce e, mais recentemente, a batata-salsa.

A atividade leiteira, que fazia parte dos planos iniciais de diversas famílias, atualmente possui um relevante significado econômico para apenas duas (pai e filho), com um plantel de 8 vacas (cruzamentos entre holandês e jersey, em sua maioria) e uma produção diária média de 60 litros, destinados à uma empresa de laticínios da região. Levando-se em conta uma lactação simultânea de 6 a 7 animais, obtém-se uma média de 8 a 10 litros/vaca/dia, o que é uma produção razoável para o município, cuja média é de pouco mais de 2 litros/vaca/dia.

Em termos de pecuária, além da produção leiteira adotada por 2 famílias, é possível destacar a criação de suínos ao ar livre praticada por alguns assentados (embora ainda não

em caráter comercial) e a criação de aves (galinhas caipiras), com a venda eventual de carne e ovos. Essas duas atividades não se utilizam das chamadas técnicas “modernas”, sendo seu manejo basicamente “artesanal” e voltado ao autoconsumo.

Chama a atenção ainda a importância atribuída ao carvão. Um total de 6 famílias relatou ser esta uma de suas principais fontes de recursos. O assentamento conta com 6 fornos construídos, além de 2 em construção. Contudo, todos os entrevistados afirmaram que se trata apenas de uma atividade temporária, cujo objetivo, além do incremento financeiro, é fazer o aproveitamento da madeira que encontra-se enleirada, proveniente do desmatamento e destoca dos lotes. Seguindo-se o ritmo atual, a grande quantidade de madeira disponível torna possível sua utilização por mais dois ou três anos, na previsão dos próprios assentados. No entanto, receia-se que, uma vez habituados com a existência dessa fonte “segura” e constante de recursos, eles procurem mantê-la após o fim da madeira já derrubada. Um dos assentados já procurou, inclusive, orientações a respeito do plantio de bracatinga com vistas à produção de carvão.

2.4. Caracterização sociocultural

Pretende-se nesse tópico apenas traçar um breve perfil sociocultural do público-alvo desta pesquisa, destacando sua origem territorial e atividades desenvolvidas anteriormente. Informações mais aprofundadas serão apresentadas no decorrer do trabalho.

Constatou-se que aproximadamente 75% das famílias assentadas no Assentamento Domingos Carvalho, são originárias da própria região do Planalto Norte Catarinense ou residem nesta região há bastante tempo (pelo menos há mais de 5 anos), o que pressupõe um bom conhecimento e adaptação às características socioculturais e físicas da mesma. Dos demais assentados, a maioria é oriunda do Paraná, especialmente da região Sudoeste daquele estado, havendo também algumas provenientes do Oeste catarinense.

No que tange às atividades anteriores desses agricultores, antes de serem assentados, 75% afirmam terem se dedicado exclusivamente à agricultura (em áreas próprias, arrendadas, como meeiros ou na propriedade dos pais) ou, no máximo, terem passado por pequenas experiências como empregados (sejam urbanos ou rurais), em geral inferiores a um ano. Os 25% restantes dividem-se igualmente entre aqueles que antes do assentamento atuaram, preponderantemente, como empregados urbanos (empregada

doméstica, construção civil) ou rurais (trabalhando principalmente em empresas de reflorestamento).

De qualquer forma, em graus diferenciados, todos os assentados demonstraram ter algum contato anterior com a produção agrícola, mesmo que em alguns casos essa se destinasse exclusivamente para o autoconsumo ou complementação da renda proveniente de outras atividades.

3. Metodologia

Mais do que a simples escolha de uma ferramenta de coleta de dados, a metodologia empregada numa pesquisa explicita a própria concepção na qual esse trabalho se baseia. Em função disso, o trabalho de campo propriamente dito, foi precedido de um período de reflexão em que se buscou delinear as bases teóricas e metodológicas nas quais se fundamentaria a pesquisa. A opção de tomar os assentados (suas idéias, opiniões e percepções) como referência central na análise e a partir daí incorporar outras questões, levou-nos a uma identificação com a Antropologia Social, pois, segundo DA MATTA (1981, p.150),

“a Antropologia Social toma como ponto de partida a posição e o ponto de vista do outro, estudando-o por todos os meios disponíveis. Se existem dados históricos, eles são usados; se existem fatos econômicos, isso também entra na reflexão; se há material político, eles não ficam de fora. Nada deve ser excluído do processo de entendimento de uma forma de vida social diferente. Mas tudo isso, convém sempre acentuar, dentro da perspectiva segundo a qual a intermediação do conhecimento produzido é realizada pelo próprio nativo em relação direta com o investigador. Ou seja, na postura às vezes difícil de ser entendida, posto que se baseia num ponto crucial: que o nativo, qualquer que seja sua aparência, tem razões que a nossa teoria pode desconhecer e – freqüentemente – desconhece; que o ‘selvagem’ tem uma lógica e uma dignidade que é minha obrigação, enquanto antropólogo, descobrir”.

Embora na essência este não possa ser considerado um trabalho antropológico, utiliza-se de uma série de contribuições dessa ciência em sua construção.

Busca-se neste tópico não apenas descrever a metodologia adotada, mas também apresentar um pouco dos caminhos e razões que levaram à sua escolha. Além disso, os percalços encontrados mereceram também ser objeto de reflexão, pois ajudam-nos a compreender as limitações dos métodos perante a complexidade das questões “reais”, bem como as próprias dificuldades do pesquisador quando busca dar conta desta complexidade.

3.1. Os primeiros contatos

Ainda durante o ano de 2000, depois de definido o assentamento em que se realizaria a pesquisa, foram efetuados os primeiros contatos. A primeira visita foi feita em abril, acompanhando um técnico do Incra que realizava uma visita de rotina. Esse contato foi bastante rápido, servindo apenas para que se pudesse fazer uma apresentação inicial,

bem como a solicitação de permissão à comunidade para a realização da pesquisa pretendida.

Depois disso, outro contato um pouco mais prolongado foi feito em agosto do mesmo ano. Nessa ocasião, técnicos do Incra e Icepa realizaram a primeira avaliação do PDA, momento considerado ideal para conhecer um pouco mais sobre esse processo que parecia ter tido tanta influência na vida da nova comunidade que se formava. Buscando criar uma maior intimidade e familiaridade com os assentados, além interagir um pouco com a rotina e o modo de vida dos mesmos, decidiu-se pela permanência no assentamento durante os 3 dias de duração da avaliação, inclusive o pernoite. Nesta visita, pôde-se conhecer uma das dificuldades enfrentadas pelos assentados e que se faria presente também durante toda a pesquisa de campo a ser realizada no ano seguinte: o rigor do inverno no Planalto Norte Catarinense, com temperaturas próximas de 0°C, inclusive durante o dia. Esse período mostrou-se extremamente válido como um preâmbulo e um preparativo para as etapas posteriores.

Além da rapidez com que foram realizadas, essas duas visitas apresentaram um outro problema de ordem metodológica: ambas foram feitas na companhia de técnicos do Incra e Icepa. Alguns autores da área das ciências humanas e sociais, como por exemplo GOLDENBERG (1997), destacam o risco dos “nativos” estabelecerem uma (indesejada) associação entre o pesquisador e os atores sociais que introduzem-no num determinado grupo.

Procurando contornar um pouco esse efeito e “refinar” as hipóteses e os instrumentos de pesquisa, programou-se uma 3ª visita, denominada de *pesquisa exploratória*. Esta, posta em prática em fins de janeiro de 2001, com duração de uma semana, efetivou-se sem a participação/intervenção de qualquer outro agente externo ao assentamento. De forma semelhante à anterior, permaneceu-se no assentamento em tempo integral, fazendo caminhadas pela área durante o dia, de maneira a tomar contato com o maior número possível de assentados, e realizando as refeições e pernoites nas casas de algumas famílias indicadas pelos próprios grupos.

3.2. Os instrumentos de pesquisa

Concomitante aos contatos iniciais que ia-se estabelecendo, procurou-se definir o tema central da pesquisa e a forma de colocá-la em prática. Uma vez feita a opção pela

análise dos fatores que influenciam as escolhas produtivas efetuadas pelos assentados (os *factores decisórios*), restava buscar as “ferramentas” que permitissem tal avaliação.

Por entender tratar-se de um processo dinâmico e de grande complexidade, que abrange uma série de dimensões, e por vislumbrar dificuldades em confinar essa complexidade toda a uma avaliação quantitativa, optou-se por estruturar o projeto na perspectiva de uma abordagem qualitativa, elencando a entrevista *semi-estruturada* como ferramenta principal de pesquisa.

A entrevista semi-estruturada é um método de recolha de informações em que se dispõe de uma série de “temas-guia”, relativamente abertos, que têm o propósito de receber informações sobre o assunto em estudo diretamente dos atores sociais envolvidos com a questão. Segundo QUIVY & CAMPENHOUDT (1992), nesse tipo de entrevista deve-se, o tanto quanto for possível, “deixar andar” o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe convier. Contudo, o entrevistador deve preocupar-se em reencaminhar a conversa para os objetivos centrais sempre que o informante se afastar demasiadamente deles, devendo fazer isso da forma mais natural possível. MINAYO (1998) define a entrevista semi-estruturada como uma “conversa com finalidade”, onde o roteiro tem a função de orientação e balizamento para o pesquisador, e não de cerceamento da fala dos entrevistados. Uma das principais vantagens da entrevista é o grau de profundidade das informações recolhidas, uma vez que ela nos permite obter dados objetivos (quantidades, datas, números, locais) e também subjetivos (valores, atitudes, opiniões).

Contudo, é importante esclarecer que a opção pela pesquisa qualitativa não significa a aceitação dessa como expressão da verdade absoluta e nem tampouco a desconsideração da relevância da pesquisa quantitativa. Com relação a essa questão, concorda-se com ORTÍ (1994, p.209), quando ele afirma que,

“si hemos criticado el ingenuo ‘triumfalismo’ del ‘imperialismo cuatitativista’ en la investigación sociológica - que confía en reducir todos los problemas del análisis adecuado de los fenómenos sociales a cuestiones resolubles por las simples *técnicas estadísticas* de registro y cálculo -, hemos de evitar también el caer en cualquier “*triumfalismo cualitativista*”, igualmente ingenuo y falsificador de las posibilidades reales de la investigación sociológica ante las enormes dificultades – teóricas y prácticas – del estudio empírico de cualquier fenómeno social” [grifos no original].

A escolha do enfoque qualitativo deu-se, neste estudo, por sua melhor adequação aos objetivos propostos.

Assim, elaborou-se um roteiro de perguntas (anexo I), divididas em 8 temas condutores. Em cada tema procurou-se abranger uma dimensão/fator que se acredita ter relação com os processos decisórios. No entanto, como já apontado anteriormente, as perguntas têm a função apenas de guiar e não restringir, o que fez com que muitas vezes as conversas (entrevistas) seguissem rumos não planejados.

Todas as entrevistas foram gravadas em fitas cassete e transcritas de forma quase integral.

Também foram entrevistados, além dos assentados, diversos outros atores sociais que mantêm ou mantiveram alguma relação com o assentamento: um membro da Coordenação Estadual do MST; dois técnicos do Icepta que elaboraram o PDA aplicado no assentamento; o técnico do Incra responsável pela área por ocasião da pesquisa; o ex-técnico do Lumiar que prestava assistência técnica ao assentamento.

Outra ferramenta de pesquisa utilizada foi a *observação participante*. Esta técnica realiza-se através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (MINAYO, 1999). O pesquisador convive junto com a comunidade que está estudando e apreende a sua lógica de raciocínio, de modo a tentar interpretar as atitudes desse grupo a partir de seus próprios valores.

A pretensão inicial era de permanecer um dia com cada família assentada, de modo a acompanhar todas as atividades (especialmente agrícolas) que ela exerce nesse período, estabelecer um diálogo de interconhecimento e realizar a entrevista. Contudo, os primeiros dias no assentamento mostraram que tal tempo de permanência tornava-se quase que desnecessário em alguns casos e insuficiente em outros. Em vista disso, houve uma flexibilização, o que fez com que em algumas famílias com as quais já se tinha contato anterior, a permanência durasse pouco mais de meio dia; em outras, permanecia-se um ou até dois dias. A aceitação ou “naturalização” (embora nunca completa) da presença do pesquisador e o estabelecimento de uma certa “afetividade”, eram variáveis de uma família para outra, sendo os fatores determinantes da duração de cada visita.

A inexistência de atividades agrícolas no período da pesquisa (entressafra), se por um lado auxiliava por permitir aos agricultores uma maior disponibilidade de tempo para as conversas, por outro praticamente restringia as observações a atividades não-agrícolas,

como a construção das casas¹¹, ou aos “passeios” às áreas de lavoura em pousio invernal, o que prejudicou um pouco a observação da realidade.

A seqüência das visitas obedeceu a distribuição dos assentados na área, iniciando-se pela sede da antiga fazenda (entrada sul do assentamento). As refeições e os pernoites eram sempre realizados nas famílias em que se estava no respectivo momento.

Além das duas ferramentas anteriormente descritas, utilizou-se também o *questionário*, com o intuito de coletar informações acerca da situação socioeconômica dos assentados, o que permitiu a elaboração de um perfil do Assentamento Domingos Carvalho, apresentado no tópico 2 deste capítulo.

Ainda como forma de complementar ou corroborar os dados obtidos por meio das entrevistas e da observação participante, utilizou-se o expediente da *pesquisa documental*, realizada principalmente junto ao Incra através da análise de relatórios, processos e outros documentos.

A pesquisa de campo propriamente dita foi posta em prática no período de julho e agosto de 2001, conforme havia sido previsto no cronograma apresentado no projeto de pesquisa. Foram entrevistados um total de 32 dos 33 titulares de lotes existentes no assentamento (97%). Em muitos casos, participaram também da entrevista a esposa ou o marido do(a) titular do lote, bem como seus filhos.

3.3. Caminhos e descaminhos da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi, com certeza, um dos momentos mais ricos e importantes de todo esse processo. Contudo, não é possível ignorar os diversos percalços e dificuldades que se encontrou no decorrer de sua realização. Muitos deles, fruto da inexperiência e despreparo do próprio pesquisador. Outros, da desconfiança e receio que acompanham rotineiramente esses homens e mulheres, ressentidos que estão dos duros anos de acampamentos, ocupações, despejos, confrontos com a polícia, privações, ausência de apoio e reconhecimento por parte do Estado.

Pretende-se, de maneira bastante breve, apresentar algumas das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo, de modo a propiciar ao leitor uma compreensão

¹¹ Grande parte das famílias estava ainda em pleno processo de construção de suas moradias (ou em fase final do mesmo).

mais apurada sobre o que efetivamente foi este trabalho e ajudar a justificar algumas das considerações que se faz no seu decorrer.

Um dos primeiros desafios enfrentados foi o da “entrada em campo”. Conforme já afirmado anteriormente, em razão das primeiras visitas terem sido realizadas em conjunto com técnicos do Incra e do Icepa, havia o risco dos assentados estabelecerem uma associação indesejada entre esta pesquisa e aquelas entidades, o que poderia inibir ou enviesar algumas respostas e opiniões.

Apesar da tentativa de dissuadi-los dessa idéia por meio da pesquisa exploratória, observou-se que a associação já havia sido estabelecida por muitos assentados. Foi necessário um grande esforço e bastante argumentação durante a pesquisa de campo para convencê-los de que tratava-se de um trabalho “para a universidade”, não tendo nenhuma relação com o Incra. Mesmo assim, as desconfianças não foram dissipadas por completo, o que pôde-se sentir pela timidez de algumas respostas durante as entrevistas e o receio de citar nomes quando da formulação de críticas.

Segundo SCHWADE (1992), o primeiro passo para qualquer “estrangeiro” que penetra num território que não é o seu, é a conquista da confiança, através do reconhecimento. O grupo pesquisado precisa identificar o pesquisador: quem ele é, de onde vem, quais são suas intenções, a quem representa, com quem se relaciona. Um dos fatores que facilitou a identificação foi o que a autora chama de “troca de espelhos”, que nada mais é do que a simpatia pela causa do grupo como “recompensa” pelas informações obtidas. No caso, a simpatia e apoio à luta pela terra tornaram-se facilitadores importantes nesse processo. A participação em diversas manifestações, mobilizações, passeatas, protestos e outras formas de luta durante os anos de militância estudantil eram indícios do engajamento e da disposição em auxiliá-los. Da mesma forma, os contatos anteriores mantidos com outros assentamentos e lideranças do MST (e a “anuência” destas em relação à pesquisa) eram uma espécie de chave que abria uma série de caminhos. Contudo, nem sempre ressaltava-se essa proximidade, já que em alguns assentados percebeu-se uma certa resistência ao Movimento¹².

A inibição apresentada por alguns assentados não está relacionada apenas à desconfiança em relação ao meu vínculo ou intenções, mas também, e principalmente, ao uso do gravador durante as entrevistas. Vários foram os casos em que, durante as conversas

¹² Sempre que utilizarmos o termo *Movimento*, com a primeira letra maiúscula, estamos nos referindo ao Movimento Sem Terra.

(supostamente) despreziosas, o assentado expunha opiniões e posições bastante contestadoras. Contudo, uma vez ligado o gravador, ele relutava em repetir as mesmas idéias e muito raramente citava o nome de pessoas próximas. É preciso registrar que, antes de cada entrevista, o assentado era consultado a respeito da possibilidade de utilização do gravador, não havendo nenhuma objeção quanto a isso.

Procurou-se superar essa dificuldade ressaltando os reais objetivos da pesquisa, além de esclarecê-los de que as informações por eles prestadas eram sigilosas e caso alguma fosse utilizada, o informante não seria identificado.

Outra dificuldade sentida durante todo o período de permanência no assentamento foi a falta de adaptação ao clima da região. Rio Negrinho localiza-se na região do Planalto Norte Catarinense e, em função disso, apresenta invernos bastante rigorosos. Por um lapso no planejamento, a pesquisa de campo foi realizada justamente no auge da estação fria. Para tornar a situação ainda mais difícil, na primeira semana o frio se fez acompanhar de uma chuva forte e contínua, quase impossibilitando qualquer deslocamento dentro do assentamento devido às condições precárias das estradas. Apesar da maioria dos assentados serem oriundos de Rio Negrinho ou de municípios próximos, são constantes as queixas acerca dos prejuízos (principalmente na olericultura) e dificuldades causadas pelo frio intenso.

No entanto, o *estranhamento* sentido não se refere apenas ao clima. Aquele era um ambiente diferenciado e, por mais que se buscasse a familiarização, este espaço pertencia a um grupo social do qual não se fazia parte. No máximo, poder-se-ia afirmar que minha participação naquele grupo se dava de forma bastante especial e temporária. É o que SCHWADE (op.cit.) chama de “máscara de pesquisador”. Mesmo tentando exercitar o viver como um nativo, o pesquisador nunca deixará de ser o “outro”, o “de fora”, o “estagiário”. E realmente, este último termo se adequou bem à situação vivida. De certa forma, a permanência no Domingos Carvalho foi uma espécie de estágio de vivência¹³, onde procurou-se conhecer os hábitos e costumes dos assentados, suas formas de agir e pensar. A diferença, é que num estágio convencional existe a figura do coordenador, enquanto na

¹³ O estágio de vivência é uma atividade na qual estudantes universitários residem durante um certo período (em geral um mês) com uma família de agricultores familiares ou assentados, buscando conhecer o modo de vida e as dificuldades enfrentadas por eles. As primeiras experiências foram organizadas pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, ainda durante a década de 80. Na década de 90, esse estágio foi incorporado ao currículo de alguns cursos universitários brasileiros, dentre os quais, de maneira pioneira, o curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da UFSC.

pesquisa de campo todos os problemas, dúvidas e angústias tinham que ser resolvidos/encaminhados ‘por conta própria’.

Em função disso, a angústia foi algo que se fez presente em diversos momentos. O fato desta ser minha primeira experiência de pesquisa de campo envolvendo diretamente pessoas e o receio do novo e desconhecido que a cada dia se apresentava (a cada nova família visitada) potencializaram em muito essa sensação. A ansiedade se fez sentir também por parte dos próprios assentados. Diversas foram as vezes em que se ouviu relatos de que as famílias seguintes aguardavam a visita com grande expectativa. A visita do “estagiário” (mais tarde passaram a chamar-me pelo nome, talvez pela intimidade criada após algumas semanas de convivência) era tida por alguns como prova de que eram importantes e que tinham algo a ser dito e ouvido. A maioria não se importava em “perder meio dia” (ou um dia inteiro) de serviço para conversar e serem entrevistados. Em alguns percebia-se um forte sentimento de alegria e ao mesmo tempo alívio, tal era o receio de não serem visitados e, por conseguinte, não poderem expressar sua opinião. De acordo com ZALUAR (1986), a mera presença do pesquisador junto a um grupo de pessoas pode vir a aumentar o prestígio e a força desse em detrimento dos demais.

Houve também aqueles que parecem ter vislumbrado na minha figura uma forma de ver suas críticas e reivindicações ouvidas e atendidas, talvez por ainda acreditarem na existência de uma relação de proximidade com o Incra, apesar dos esforços em demonstrar o contrário. ZALUAR (op.cit.) já alertava para o risco do pesquisador, sem perceber, acabar transformando-se num mero registro de um discurso *para fora*, que busca alcançar um público mais amplo ou alguns atores específicos, como o Estado e suas agência executoras. Segundo a autora, o pesquisador é sempre uma espécie de intermediário entre o grupo que estuda e o resto do mundo. Tal postura foi encarada de maneira natural, sem se constituir numa pressão adicional, uma vez que, dado o histórico de exclusão desses sujeitos, é normal que busquem todas as formas de apoio que estão (ou parecem estar) ao seu alcance.

A idéia inicial de que a dissertação deveria trazer alguma contribuição significativa na melhoria das condições de vida daquelas pessoas foi aos poucos sendo fragilizada ao perceber-se as limitações do trabalho acadêmico, o que causou uma certa sensação de frustração e impotência. Aqui vale uma autocrítica ao tema de pesquisa proposto. Não nos parece que o estudo dos *fatores decisórios* seja uma questão que figure no rol das preocupações imediatas ou mesmo de longo prazo dos assentados. Com certeza, se fossem questionados, eles formulariam uma extensa lista de prioridades, onde provavelmente não estaria presente o objeto desta dissertação. Apesar do tema ter despertado o interesse de

algumas lideranças do MST, ele parece não trazer nenhuma contribuição *direta* aos assentados do Domingos Carvalho.

Contudo, numa crítica à autocrítica, também não podemos deixar que essa preocupação nos leve a assumir uma postura paternalista e populista, onde o único objetivo é atender as demandas imediatas dos sujeitos da pesquisa e a visão de mundo desses é tomada como verdade absoluta. A legitimidade e aceitação de um determinado tema decorre do diálogo entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, bem como da sensibilidade do primeiro em perceber questões de importância e interesse desses últimos para além do pragmatismo imediatista. Em função disso, procurou-se no decorrer da pesquisa de campo, incluir ou dar maior destaque a temas cuja relevância somente se fez sentir nesse contato mais aprofundado. A inclusão de algumas recomendações no final deste trabalho também é uma tentativa de estreitar as relações entre a academia e o “mundo real”, dando um sentido instrumental às reflexões aqui efetuadas.

Conforta-nos ainda a afirmação feita por ZALUAR (op.cit.) de que a pesquisa não precisa, para os pesquisados, trazer vantagens materiais imediatas, não sendo esse o fator determinante do grau de participação e envolvimento dos mesmos. O fato de receberem a atenção de alguém “estudado”, faz com que se sintam valorizados. Essa auto-estima, por si só, já é suficiente para trazer alguns avanços na qualidade de vida dessas pessoas e justificar a realização da pesquisa.

CAPÍTULO III

OS ATORES EXTERNOS

Adentrando no que se poderia denominar “resultados e discussão”, apresentar-se-á na seqüência os atores sociais (Aroma, Incra, Lumiar e MST) que mantiveram ou mantêm uma destacada relação com os assentados do Domingos Carvalho e cuja atuação acredita-se ter afetado, de forma mais ou menos intensa, os rumos seguidos pelo assentamento. Para além da apresentação, busca-se realizar algumas reflexões acerca do papel que os mesmos tiveram no decorrer do processo de assentamento e desenvolvimento desta nova comunidade rural, bem como a percepção que os assentados têm deles.

1. A Aroma

A Associação de Reflorestamento e Recuperação Ambiental - Aroma - é uma organização não-governamental com sede no município de Itaiópolis/SC, que atua em toda a região do Planalto Norte coordenando atividades de derrubada de mata e reflorestamento, além de realizar a intermediação entre o interessado em executar a derrubada e os órgãos ambientais responsáveis (Ibama/Fatma)¹.

A Aroma possui grande respaldo e divulgação na região, tendo por isso sua atuação chegado ao conhecimento dos assentados que, interessados e necessitados de realizar o desmatamento de parte da área para poder implantar suas lavouras, não tinham informação dos trâmites legais para proceder tal tarefa. Dessa forma, entraram em contato com a entidade, que realizou algumas visitas ao assentamento e elaborou um projeto que previa inicialmente o desmatamento e a destoca de aproximadamente 2 alqueires (4,8 ha) de mata

¹ É importante destacar que as informações aqui apresentadas acerca da Aroma foram obtidas junto aos assentados, durante as entrevistas, ou em documentos do Incra. Embora tenha-se tentado por diversas vezes fazer contato diretamente com a Aroma, não se obteve sucesso em tal intento.

por família e o plantio de 25.000 mudas de espécies exóticas (pinus, eucalipto e uva japão), de modo a compensar as árvores derrubadas². É necessário destacar que em muitos lotes já existiam áreas deflorestadas, decorrentes da utilização anterior da fazenda. De acordo com a vistoria realizada pelos técnicos do Incra, que deu origem ao processo de desapropriação, dos 618 ha da Fazenda Corredeiras, 50 ha eram áreas destinadas à produção agrícola (que no entanto encontravam-se em pousio) e aproximadamente 37 ha eram de pastagens. Como essas áreas estavam distribuídas de maneira desigual pela propriedade, enquanto alguns lotes possuíam até mais de 2 alqueires já “abertos”, outros eram ainda totalmente cobertos pela mata.

O projeto elaborado pela Aroma também previa o aproveitamento da madeira dos pinheiros (*A. angustifolia*) derrubados para a construção das casas. Outro componente, era o manejo e aproveitamento de uma área de 8 ha de reflorestamento de pinus, já existente no assentamento.

Contudo, nota-se atualmente que apenas parte das mudas de espécies exóticas foram plantadas, não sendo observado nenhum plantio de nativas. Alguns assentados reclamam que havia sido acordado também a produção de mudas de espécies nativas e frutíferas por parte da Aroma. No entanto, estas nunca chegaram a ser entregues.

*“Nós escolhemo, na época do projeto nós fizemo a escolha [das espécies]. Só que daí não veio certo aquelas que nós tinha pensado - eu acho que a Aroma de certo não conseguiu essas mudas -, que eram prá ser o daqui, em alguns lugar o vime, nos banhados. (...) Essa parte não trouxeram. E daí outros tipos de árvores também, da região aqui, eles não trouxeram também. As árvore natural que tem aqui. Eles iam produzir muda e trazer prá nós. [Mas trouxeram] Só eucalipto e pinus”.*³

Wilson⁴, assentado

Esse tipo de depoimento reflete o interesse por parte de alguns assentados em adotar espécies diferentes do pinus e eucalipto, destacando-se a erva-mate, espécie endêmica e de grande importância na região. A baixa frequência com que esse tipo de queixa se apresentou nas entrevistas, entretanto, causa estranheza. Se existia o interesse por essas espécies e a Aroma havia se comprometido em produzi-las, por que as reclamações

² Nos contatos iniciais com o Incra, os assentados haviam manifestado o interesse em plantar 110.000 mudas, sendo 60.000 de exóticas e 50.000 de nativas.

³ Optou-se por utilizar, na transcrição das entrevistas, a forma literal com que as palavras eram mencionadas. Tal opção deve-se ao entendimento de que essa maneira deixa o depoimento mais rico e mais fiel ao sentido dado pelos assentados e pelos técnicos.

⁴ Todos os nomes de assentados, técnicos e demais entrevistados citados nesta dissertação, são fictícios.

acerca do não cumprimento do acordo foram tão reduzidas? A explicação para isso talvez esteja no desconhecimento de grande parte dos assentados de como se deu o processo de escolha das espécies a serem utilizadas. Quando questionados sobre a quem cabia a responsabilidade da escolha, praticamente 1/3 não soube responder, alguns disseram que a decisão havia sido tomada pela Aroma, enquanto a maioria afirmou que a seleção havia sido feita em conjunto pelos assentados e pela Aroma, por meio de reuniões. Mas, mesmo dentre estes últimos, encontra-se algumas declarações que dão a entender um certo direcionamento desse processo por alguns assentados.

“Aí foi a turma toda ali embaixo, a turma do Coletivo, já digo, os maior, os líder. Eles falavam que árvore plantá. E tudo vamo ter que plantá, isso tudo nós vamo ter que plantar essas árvore. O pinus, o eucalipto, uva japão”⁵.

Renato, assentado

Segundo um Relatório de Visita Técnica da Aroma, datado de 25 de janeiro de 2000,

*“ficou acordado que a AROMA irá fornecer 25.000 mudas de espécies exóticas (pinus, eucalipto e uva japão) para o Assentamento e que irá *orientar* a produção de mudas de espécies nativas (araucária, erva-mate, etc.) para fins de enriquecimento da reserva legal e para recuperação de áreas de preservação permanente. *Na medida do possível*, a AROMA irá viabilizar a entrega e/ou produção de mudas de plantas frutíferas (araçá, caqui, etc.) para formação de pomar doméstico e para enriquecimento da floresta existente” [grifos nossos].*

Ao que se constatou nas entrevistas, a *orientação* na produção de mudas de espécies nativas não foi realizada, nem tampouco foi entregue qualquer muda de frutíferas. Embora vários assentados tenham experiência de trabalho em reflorestamento, seja com plantio ou manejo, nota-se uma certa dependência das orientações da Aroma. Mesmo no caso de espécies nativas, dois assentados relataram ter conhecimentos sobre o processo de produção de mudas desse tipo, sem que isso tenha despertado interesse na comunidade.

Apesar dos problemas citados, a atuação da Aroma dentro do assentamento foi considerada boa e de grande importância pela quase unanimidade dos entrevistados, chegando-se a ouvir algumas declarações mais exaltadas.

⁵ Declarações como essa demonstram um grau elevado de conflitos de interesses, idéias e poder entre os grupos existentes no assentamento, envolvendo principalmente o Coletivo e o Cooperação. Tal questão será analisada com mais cuidado no capítulo IV, quando tratarmos da organização.

“A Aroma foi uma das melhores coisas que aconteceu aqui dentro prá nós. Que o pessoal veio, deu assistência como fazê as destoca, em primeiro lugar, com as fonte de água não mexer, em lugar que tinha rio não chegar muito perto com as destoca, que um lugar que podia ser explorado prá lavoura”.

Osmar, assentado

Ao que indicam os relatos, a Aroma teve três linhas de atuação principais, além da elaboração e encaminhamento do projeto de destoca, e que são constantemente lembradas pelos assentados: produção de mudas, assistência no plantio e condução das mudas, participação na escolha das áreas a serem desmatadas/destocadas. Do ponto de vista ecológico, a contribuição mais importante e positiva se deu nessa última linha. Embora a delimitação inicial tenha se dado em função do mapa de fertilidade do solo, elaborado por um técnico contratado pelo convênio Incra/Icepa durante o PDA, a demarcação definitiva das áreas se deu apenas após a avaliação do técnico da Aroma. Também foi citado o fato da entidade ter atuado no sentido de estabelecer/criar uma consciência ambiental entre os assentados.

*“A Aroma desempenhou um papel importante, principalmente em esclarecimento, que as vezes a pessoa, não foi o meu caso, em outro lugar eu já vi o pessoal desmatá em beira de rio. Só desmatá e não plantá nada. E a Aroma fez um trabalho nesse sentido, de a gente preservar as nascentes d’água e beira de rio, as terras mais dobradas. E ao mesmo tempo, um incentivo de a gente repor, reflorestar”.*⁶

Sandro, assentado

Contudo, a preocupação ecológica demonstrada por diversos assentados durante as entrevistas quando se abordava outras temáticas (como por exemplo a questão produtiva, o MST, as perspectivas de futuro), apontam para o fato de que essa “consciência ambiental” não estava de todo ausente do seu cotidiano. A própria decisão de contatar a Aroma para orientar os trabalhos de desmatamento e destoca, é um indicativo da valorização atribuída à essa questão. Claro, o interesse em fazer tudo “dentro da lei” e a busca de mais uma alternativa econômica também tiveram um peso forte em tal decisão, mas com certeza não foram exclusivos. Outras dimensões também se fizeram presentes no quadro de preocupações e motivaram o contato com a Aroma.

⁶ Algumas manifestações dos assentados precisam ser relativizadas, pois parece que muitos se esquecem (ou desconhecem) que a assistência e as mudas produzidas pela Aroma não foram atos de generosidade dessa entidade. Cada assentado pagou aproximadamente R\$ 200,00 por esses serviços, descontados do crédito de investimento a que cada um tinha direito.

“Então, foi aberto prá eles que havia várias organizações disponíveis no mercado prá que eles pudessem manter esse contato e ver qual tipo de plano que poderia ajudá-los lá. Eles tiveram um contato com algumas delas. E como a Aroma se mostrou menos ‘bicho grilo’, ou seja, ‘se for preciso derrubar um pinheiro, nós derrubamos mesmo’, eles resolveram chamar a Aroma prá fazer uma discussão com eles”.

Antônio Augusto, técnico do Inkra

“Porque nós sabia que nós não poderia derrubá nenhuma árvore (...). Nós era consciente disso e somo consciente na questão de preservá a natureza, a água, os rios, as nascentes, os próprios animais. Mas o problema [é que] se nós não fizesse nenhuma destoca nem nada, as famílias não teriam como sobrevivê. Aí é uma faca de dois gumes: você defende a natureza e deixa as famílias passá fome!?”.

Ademir, assentado

Como bem avaliaram Paulilo & Castells (1992, *apud* CARDOSO, 1994), em trabalho realizado no assentamento Putinga, no município de Matos Costa/SC, “a questão central não é se eles têm ou não preocupações com o meio-ambiente, mas se as condições de vida que conseguiram depois de tanta luta lhes permite ter esse tipo de preocupação”. Não que se seja partidário da teoria defendida por vários autores e lideranças políticas conservadoras de que a “pobreza impede visão ecológica” (CARNEIRO, 2001) e que em função disso as camadas mais desfavorecidas da sociedade são responsáveis pelas mazelas que atingem a natureza. Diversos trabalhos (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2000; CAPORAL, 2001; PINHEIRO, 1999; entre outros) mostram que a maior parte dos recursos naturais é consumida pelas classes mais “privilegiadas”, embora estas representem a minoria da sociedade. Mas, como destacou CARNEIRO (op.cit.), “não há como impedir que, em nome da legítima sobrevivência, os miseráveis explorem irracionalmente os únicos meios de que dispõem”. Talvez o termo “irracional” não seja o mais adequado para expressar o processo decorrido no Domingos Carvalho (e em outros assentamentos). É necessário que se analise o papel do Inkra ao desapropriar uma determinada área e destiná-la ao assentamento de trabalhadores rurais. Além disso, é preciso que se tenha em conta que, do ponto de vista dos agricultores, a exploração da área pode estar se dando de forma racional, embora essa racionalidade possa não privilegiar os aspectos ecológicos ou atribuir diferentes pesos a cada uma das dimensões de acordo com o momento e a situação.

A atuação da Aroma é ainda contraposta à atuação dos órgãos ambientais do Estado, especialmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), aos quais é atribuído um papel meramente punitivo e repressivo.

Alguns depoimentos ilustram e sintetizam bem o sentimento geral em relação à atuação destes órgãos.

“Ela [a Aroma] fez a parte dela. Se ela falhou em alguma parte, quem falhou mesmo foi o Ibama. Ela foi lá, fez o projeto e levou pro Ibama. O Ibama nunca veio aqui fazer uma reunião com nós, ‘tinha que ser’ ou ‘não pode ser’. Quando aconteceu algum erro, eles souberam chamar a gente na justiça e fazer o processo. Eles não vieram orientar em nada”.

Carmen, assentada

“As leis que são feitas nesse país, elas são feitas de forma punitiva, nada de forma preventiva. A partir do momento que o agricultor se obrigou a derrubar um pedaço de terra prá fazê a roça, porque a terra dele devido ao uso de agrotóxico, uso de adubo, uso de químico, ela já se esgotou, aparece alguém lá prá prendê ou prá multá, é isso que tá acontecendo. A lei nesse país é feita de forma punitiva, policalesca. Então a Aroma, ela fez primeiro aqui um papel preventivo. Ela conseguiu chegar aqui e estabelecer ‘olha, isso daqui não dá prá mexer, cabeceira de água não se mexe, beirada de córrego não se mexe, os manancial que tão aí não podem ser mexido, as encosta inclinada não podem ser mexida’. (...) Então eu acho que a Aroma, ela tem esse papel de orientação. Até porque ninguém veio aqui dizer pro assentado o que ele pode fazer e o que ele não pode fazer, dos órgão oficial, o Ibama não apareceu. Apareceu a [Polícia] Ambiental aqui prá autuar o pessoal aqui, mas não apareceu aqui prá [dar orientações]”.

Luiz Renato, assentado

A autuação a que se refere o entrevistado ocorreu em função da denúncia de que se estaria praticando desmatamento irregular no Assentamento Domingos Carvalho. Em vistoria realizada em 05 de março de 2000, a Polícia Ambiental embargou a área e proibiu a continuidade das atividades. Segundo o Boletim de Ocorrência Ambiental, houve a “supressão da vegetação nativa em estágio avançado de regeneração [500.000 m²], seguido de queimada sem autorização do órgão competente”. Apesar da proibição, o desmatamento e a destoca tiveram continuidade, até que em 13 de outubro do mesmo ano, noutra vistoria da Polícia Ambiental, as atividades foram paralisadas definitivamente e deu-se entrada num processo judicial contra o conjunto dos assentados.

Embora a Aroma afirme ter encaminhado toda a documentação de forma correta e, não tendo recebido nenhuma negativa acerca da execução do desmatamento, orientado o início das atividades, o Ibama alega que a autorização para o corte não havia sido concedida, já que a área toda pertence ao domínio da Mata Atlântica, ficando por isso protegida de qualquer ação de supressão, segundo determinação judicial. Por fim, acabou sendo feito um acordo pelo qual cada assentado comprometia-se a plantar 300 mudas de pinheiro-araucária num prazo de 5 meses e a promotoria arquivava o processo.

1.1. “É a mesma coisa que a gente colocá dinheiro a juros...”

Como foi apresentado no capítulo anterior, uma das atividades econômicas mais importantes da região é a silvicultura, voltada principalmente para a produção de móveis, de papel e celulose. Nas áreas limítrofes ao assentamento, a paisagem é dominada pelos reflorestamentos, especialmente de pinus. No interior do próprio Domingos Carvalho, a presença deste tipo de cultivo começa a se tornar uma cena comum.

A abordagem desse tema no presente trabalho dá-se principalmente em função da proliferação dos reflorestamentos com espécies exóticas dentro do assentamento e da surpresa causada por tal constatação. Não que se esperasse deparar com sua completa ausência. O assentamento, por estar inserido nesse contexto e fazer parte da dinâmica econômica do município, dificilmente poderia ficar totalmente imune a esse processo. Mas a intensidade de sua expansão e a importância atribuída a ele pelos assentados, causaram estranheza.

Na visita realizada durante a pesquisa exploratória, o comentário de um assentado sobre os motivos que lhes levavam a não expandir o plantio de pinus, conforme havia sugerido o técnico da Aroma, parecia ter sintetizado a opinião e a posição de todo o grupo, ou ao menos daqueles politicamente mais próximos ao MST⁷.

“Nós do Movimento temos o compromisso de produzir alimentos para o povo. A gente ganhou essa terra e tem que retribuir para a sociedade produzindo alimentos”.

Mário, assentado

Contudo, durante a pesquisa de campo, não foi exatamente este o quadro que se apresentou. A maioria absoluta dos assentados vêem o reflorestamento como uma alternativa possível e desejável para o futuro do assentamento. Tal opinião advém principalmente do fato de vislumbrarem nesse tipo de atividade uma fonte de renda que as atividades agrícolas tradicionais (milho, feijão, arroz, etc.) não conseguiriam mais proporcionar (ao menos nas atuais condições que se colocam à agricultura familiar, carente de políticas de apoio e fortalecimento efetivas que garantam um mínimo de segurança e dignidade ao agricultor). Também as facilidades de comercialização da madeira, em

⁷ Este tema será tratado de forma mais detalhada no tópico 4 deste capítulo.

função da proximidade de madeireiras e grandes indústrias de papel e celulose, são lembradas por alguns.

“Eu acho que infelizmente, infelizmente, devido à política agrícola que nós temos hoje, [o reflorestamento] é uma das poucas alternativas. O que se mostra na prática? Se hoje essa área de pinus tivesse pronta para corte, ninguém ia tá brigando por recurso. O reflorestamento é mais barato, muito mais barato que a agricultura. Tu faz uma vez na vida, não se contrai dívida excessiva com reflorestamento, e existe um campo muito grande para isso. Por exemplo hoje lenha. Lenha é uma necessidade hoje, porque não existe. (...) Então é isso. Eu acho que o reflorestamento é uma das saídas que ainda restam”.

Luiz Renato, assentado

Em seu estudo realizado em Joanópolis/SP, BRANDÃO (1999) faz algumas considerações semelhantes à respeito da adoção dos reflorestamentos de eucaliptos pelos agricultores. Segundo ele, a opção pelo eucalipto é sempre dúbia e se fala dela como uma espécie de saída frente à “crise do gado” (importante atividade no município) e aos problemas da economia de cereais na região. “Alguns donos de sítios”, continua BRANDÃO, “falam mesmo da ‘lavoura de eucalipto’ como ‘a salvação do homem do campo’ ”.

Um grande número de assentados destaca a importância do reflorestamento na garantia de um futuro digno para os filhos e para si próprios. Por não sofrer de forma tão intensa as inconstâncias da produção agrícola convencional, ele é visto como uma espécie de poupança, um investimento a longo prazo, cuja implantação se justifica quando pensado em termos de estratégia de sobrevivência e reprodução da família.

“Futuramente é uma aposentadoria garantida, porque a gente sabe que não tem retorno imediato, mas é pro futuro”.

Mário, assentado

“Mas eu gostaria muito pro futuro, pro filhos. Eu já tô aí praticamente com 50 anos, meu marido com 63, a gente logo logo tá arreando a... Quando eles pegar a carga para assumir, eu gostaria de deixar um começo, já que dali eles possam sair mais fácil. Então eu pensei: que tal a gente pudesse reflorestar um pedaço aí, botar uns pinus?”.

Carmen, assentada

O reflorestamento é pensado não apenas como uma oportunidade de futuros ingressos monetários. Em alguns casos, sua importância está muito mais em servir como um recurso adicional a ser explorado e utilizado dentro da própria propriedade familiar.

Segundo ABRAMOVAY (1998), não podemos compreender o campesinato unicamente com base na idéia de *comportamento econômico*. Ou seja, o camponês possui uma lógica bastante peculiar que leva em conta diversos fatores alheios à esfera econômico/financeira em sua tomada de decisões, destacando-se dentre estas a reprodução da família e da unidade familiar de produção. E de certo, poderemos encontrar diversos traços campesinos nos agricultores estudados neste trabalho.

“O reflorestamento é bom. É uma boa alternativa, principalmente prá nós aqui. Eu e o filho, nós temo que plantá mesmo, porque nossa área vai ficá sem nem uma árvore em cima, quase. E se fica alguma não dá prá tirá. Então, nós temo que fazê isso, temo que se dedicá”.

Cláudio, assentado

Nesta mesma linha de raciocínio, o reflorestamento é apresentado ainda como uma maneira de realizar um aproveitamento total do lote, pois o mesmo se presta às áreas declivosas e com solos pouco profundos ou com incidência elevada de pedregulhos, não indicados para o plantio de lavouras.

“Eu acho que é [uma boa alternativa], porque você pode reaproveitar áreas que prá agricultura não servem, áreas quebradas, com problema. Onde tem deficiência de água também, você pode reflorestá”.

Alfredo, assentado

“Mas numa terra que teje degradada, que ela não tem utilidade prá lavoura ou uma coisa assim. Uma terra que seja tipo um pedregulho, um saibrão, que aqui na nossa área tem bastante, então essa área deve ser aproveitada prá fazê reflorestamento”.

Mário, assentado

Dadas as dimensões reduzidas dos lotes diante da atividade dominante no assentamento (o cultivo de grãos, que demanda uma área bastante extensa e tem retorno econômico baixo), os agricultores se vêm impelidos a ocupar todos os espaços disponíveis com alguma atividade produtiva, mesmo aqueles mais degradados. Como relata GUANZIROLI (1991), a maioria dos assentamentos “herdou” terras com condições naturais pobres, fruto de sua utilização prévia para o plantio de monoculturas (deixando os solos erodidos e compactados). Além disso, a própria destinação exclusivamente de áreas improdutivas (muitas vezes por suas características naturais) à desapropriação, é responsável por tais ocorrências. GUANZIROLI *et al.* (1998) constatam em seu estudo,

realizado em assentamentos de todo o país, que o quadro natural (qualidade físico-química dos solos, disponibilidade de água, frequência das chuvas e relevo) é um pré-condicionante para o desenvolvimento dos assentamentos. Segundo esses autores, a maioria dos assentamentos classificados como sendo de menor desempenho apresentam sérios problemas no quadro natural de sua área. Ressalta-se ainda que os assentamentos mais desenvolvidos não são, necessariamente, os que estão nas melhores áreas, mas sim os que não possuem fortes restrições no quadro natural que impossibilitem os processos produtivos.

1.2. “Se não for fazer bem, mal que ele não faz...”

O Movimento Sem Terra frequentemente manifesta em seus documentos e materiais de divulgação o seu compromisso com a preservação das matas e o reflorestamento de novas áreas, tendo inclusive realizado uma Campanha Nacional de Plantio de Árvores. Embora não se explicitasse nesses materiais o tipo de reflorestamento a que o MST se refere, a fala de uma de suas lideranças estaduais parece excluir espécies exóticas, como o pinus e o eucalipto, desse rol.

“E até a gente queria discutir aí, já provocamos e tanto te provocando pra levantar alguns estudos do resultado desse tipo de reflorestamento que as empresas fazem, meramente com o objetivo de lucro, que é madeira, produzir madeira, e não têm avaliado as consequências para o meio ambiente como um todo - o solo, água, animais, outras espécies e tal - que é a monocultura do pinus e eucaliptos. (...) Santa Catarina está sendo coberta por pinus, com o único objetivo pra madeira, que se tornou um dos principais pontos de exportação do estado. (...) Mas nós tanto preocupado com isso, porque o nosso estado, especificamente, está sendo coberto de pinus”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Embora dessa declaração possa se tirar uma conclusão bastante clara e inequívoca acerca da posição do Movimento em relação ao cultivo do pinus⁸ e os problemas oriundos de tal atividade, a realidade encontrada em grande parte dos assentamentos mostra-se um

⁸ Nos referimos apenas ao pinus por este ser a espécie dominante nas áreas de reflorestamento, tanto a nível regional quanto estadual. Contudo, as críticas e opiniões direcionadas ao pinus aplicam-se também a outras espécies exóticas utilizadas em reflorestamentos, como por exemplo o eucalipto.

tanto distante disto⁹. Como já foi ressaltado anteriormente, a maioria dos assentados do Domingos Carvalho consideram o reflorestamento uma boa alternativa para o desenvolvimento da comunidade. Além disso, praticamente 2/3 dos entrevistados afirmaram acreditar na inexistência de problemas (econômicos, sociais ou ecológicos) associados ao reflorestamento com espécies exóticas. Muitos inclusive ressaltam as pressupostas vantagens de cunho ecológico advindas desta atividade.

“Não, eu acho que o reflorestamento é o mais importante que tem. Porque, por exemplo, a parte florestal é a parte verde, e é sinal de que ele traz umidade mais. Porque tem pessoa que diz que o pinus resseca a terra. Mas eu acho que não, porque tudo que dá na terra, ele... Talvez a cobertura dele até ajuda a terra, porque dá alto lá em cima e lá embaixo é fresquinho. Acho que é um dizer do povo. No meu pensamento acho que não prejudica, talvez ainda ajude mais”.

Wilson, assentado

Contudo, essas idéias não são acolhidas por todos os assentados. Um grupo numericamente razoável acredita que o plantio de pinus traga algumas conseqüências negativas e aponta como principal problema o fato dele “secar” ou “estragar” o solo.

“Traz. Ele tira a força do solo. Por exemplo o pinus. Onde plantá o pinus outra cultura já não dá. É só o pinus mesmo. Além dele seca a terra, não sei o que acontece que a terra já não tem força prá mais nada”.

Alves, assentado

Trabalho elaborado pela FAO (1989) cita como principal fator negativo das plantações de eucaliptos a elevada absorção de água do subsolo, devido à alta taxa de crescimento. O pinus apresenta um consumo de água ainda maior, podendo chegar a absorver 85% da água de origem pluvial que chega ao solo. Outros problemas decorrentes desses cultivos são a ruptura de valores e tradições locais, a susceptibilidade à erosão do

⁹ Existem diversos casos, no entanto, onde o reflorestamento não é sinônimo de monocultura. É o que acontece, por exemplo, em assentamentos localizados na região do Pontal do Paranapanema, aonde vem se desenvolvendo projetos de “ilhas de biodiversidade” e “cinturões verdes” (MST, 2001). Os cinturões verdes, implementados por meio do Projeto Abraço Verde (desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, e pelo MST), consistem no plantio de espécies nativas no entorno de fragmentos florestais da Mata Atlântica, de modo a criar zonas de amortecimento, que amenizem a degradação nas bordas desses fragmentos, e permitam a utilização econômica das áreas reflorestadas através do manejo agroflorestal. As ilhas de biodiversidade, por sua vez, consistem em aproveitar o banco de sementes que as matas vizinhas aos assentamentos ainda apresentam, como forma de produzir mudas em viveiros e, em seguida, construir bosques com essas espécies no lote de cada assentado. O objetivo é que esses bosques funcionem como um “trampolim ecológico” para que espécies da fauna e da flora (ou seu potencial genético) possam migrar entre os fragmentos de floresta que se encontram isolados.

solo, o não provimento de alimentação adequada e *habitat* para a fauna selvagem e o comprometimento da fertilidade do solo em certas circunstâncias¹⁰.

O receio de que as áreas utilizadas para reflorestamento se tornem permanentemente inúteis para o plantio de outras culturas é apontado por muitos assentados como um grave problema dessa atividade e explica a sua recusa em ampliá-la. De forma semelhante, BRANDÃO (1999) cita os custos iniciais elevados e o temor do esgotamento da terra para outras lavouras futuras, como principais motivos pelos quais os “sitiantes” por ele estudados “nunca se arriscam a plantar a floresta estéril em grandes porções de seus sítios (...). Escolhem ‘manchas’, terrenos de má serventia, subidas de morros de um alqueire a dez alqueires”.

Mesmo dentre aqueles assentados que afirmaram não vislumbrar nenhum problema inerente ao reflorestamento, percebe-se que diversos fizeram-no por ter em mente a ocupação daquelas áreas inaptas à agricultura. A partir do momento em que o pinus ocupa as áreas de lavoura, eles passam a perceber e apontar os problemas e as restrições dessa atividade. Isso explicaria por que, em muitos casos, ele é visto ao mesmo tempo sob um ângulo positivo (sendo considerado uma importante ferramenta de recuperação do meio) e negativo (responsável pela degradação dos espaços que ocupa).

“Não, não tem problema nenhum. Desde que a gente saiba onde fazê reflorestamento e onde fazê lavoura. Não pode ser as duas coisas num pedaço de chão”.

Paulo, assentado

“Olha, eu acho que, dependendo da forma que é feito, ele [o reflorestamento] não tem nada de problema. Se for bem cuidada a questão de como fazer ele, das áreas a ser usadas, eu acho que não tem nada de problema. Claro, o cara vai ter que trabalhar numa forma que ela não venha a prejudicar áreas que possa ser utilizadas prá outras coisas, prá outras culturas”.

José Antônio, assentado

Nestas falas, observa-se uma questão latente e que se fez presente em diversos outros momentos das entrevistas, que é a preocupação com a *subsistência*. O reflorestamento é bom enquanto não ameaçar as demais atividades agrícolas (embora estas não apresentem um retorno financeiro muito estimulante), especialmente se estas

¹⁰ BARRY (2002) é enfático ao afirmar que “plantações de árvores não são florestas”. Segundo ele, assim como qualquer sistema agrícola intensivo em recursos e baseado em monoculturas, a maioria dos plantios comerciais de árvores são ambientalmente danosos e ecologicamente não sustentáveis.

atividades se destinarem à subsistência da família. As lavouras convencionais (milho, feijão) são incluídas neste rol, mesmo que se destinem à comercialização, pelo fato dos ingressos financeiros daí oriundos garantirem a sobrevivência do grupo familiar e a aquisição de produtos que não são passíveis de serem produzidos na propriedade¹¹. Surge então uma contraposição entre reflorestamento e subsistência, o que é resolvido pelo aproveitamento de áreas inadequadas a uma atividade para a implantação da outra.

“Eu acho que aí tem que ter muito cuidado. É aquela velha questão que eu toquei já hoje, é a vocação. Como a agricultura tá cada vez mais inviável, talvez amanhã ou depois, não só nesse assentamento, mas em geral - a gente tá vendo já isso aí -, os pequeno agricultor pegando as terra que podia ser usada prá agricultura e enchendo de pinus. Isso eu acho que é um ponto negativo, esse aí é um dos problemas. O segundo problema seria o desequilíbrio ambiental. (...) Então, nós temo que tê bem claro, ‘olha, é bom, mas não podemos baseá só nisso’. E terceiro, que pode ocorrer aquele velho erro dos plantador de soja do Paraná ou dos plantador de fumo, que plantou fumo no quintal de casa, e não criou galinha. E ele não sabe porque a coisa não dá, porque ele tem que comprá tudo. (...) Pinus é bom? É bom. Uva japão é bom? É bom. Eucalipto é bom? É bom. Só que também não podemos confundir as bola. Você tem que ter a terra prá ter o leite, a terra prá ter o porco, a terra prá ter a galinha, prá ter um feijão, prá ter a verdura, prá ter o milho”.

Luiz Renato, assentado

O Incra, que tinha uma posição contrária à utilização das áreas reformadas para o plantio de pinus e eucalipto, por entender que os assentamentos deveriam ser essencialmente agrícolas, atualmente aceita, sem maiores restrições, a implantação e expansão dos reflorestamentos dentro dos projetos a ele vinculados. Essa mudança de concepção é fruto de formulações apresentadas no “Novo Mundo Rural”, um projeto de reestruturação da reforma agrária divulgado pelo governo federal em 1999 e que vem norteando a ação dos diversos órgãos relacionados à questão agrária e agrícola. Nos objetivos do projeto, cita-se a criação e ampliação das oportunidades de renda das famílias na agricultura familiar dentro e fora dos assentamentos da reforma agrária, inclusive com atividades não agrícolas. Afora a discussão sobre a classificação do reflorestamento como atividade agrícola ou não, toma-se esta manifestação como uma intenção de estimular a diversificação de atividades e produtos vindos dos assentamentos, o que é confirmado nos objetivos do documento: “Criar e ampliar as oportunidades de renda das famílias na

¹¹ MARTINS (1986) afirma que a *economia caipira*, a qual tomamos a liberdade de interpretar também como a economia característica da agricultura familiar sulina, *não é uma economia de subsistência*. Segundo o autor, “ela envolve uma estratégia econômica que combina a produção direta dos meios de vida (...) e a produção programada de excedentes comercializáveis”. Outros autores, como Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) (*apud* ABRAMOVAY, 1998), utilizam a noção de *alternatividade* para explicar a opção dos camponeses por culturas que apresentam um grau de flexibilidade elevado. Tal questão será abordada com maior profundidade no capítulo IV.

agricultura familiar dentro e fora dos assentamentos da reforma agrária, *inclusive com atividades não agrícolas*” [grifos nossos].

Não se pode deixar de considerar tal proposição interessante, pois a diversidade de atividades da agricultura familiar sempre foi apresentada como um dos fatores responsáveis por sua resistência frente às dificuldades impostas pelo modelo econômico atualmente hegemônico e que lhe garante papel de destaque nas propostas de desenvolvimento rural. Prova do valor atribuído à essa questão é a notoriedade que vem ganhando as discussões acerca das atribuições da agricultura na dinâmica do desenvolvimento, culminando com o surgimento de novos termos/noções que procuram dar conta desta realidade, como é o caso da *pluriatividade* e da *multifuncionalidade*¹².

Além disso, a construção de novas formas de desenvolvimento tem sido uma das questões de maior influência na condução dos debates que tratam do rural e, certamente, a diversificação é encarada como um caminho necessário e primordial na busca do que comumente se denomina ‘sustentabilidade’. O próprio texto do “Novo Mundo Rural” destaca e coloca como um dos objetivos do projeto, “assegurar a sustentabilidade social e ambiental” das unidades familiares de produção.

Contudo, nesse caso o discurso entra em choque com a prática, uma vez que se entende não ser possível conciliar o desenvolvimento dito “sustentável” com a manutenção e o incentivo à monocultura de pinus ou eucalipto. A intenção manifesta no “Novo Mundo Rural” de tomar como elemento central na construção dos planos de desenvolvimento as potencialidades específicas de cada local, embora tenha seus aspectos positivos, abre espaço para a ocorrência de assentamentos direcionados única ou preponderantemente para a produção de madeira, caso estejam localizados em áreas onde esta atividade comande a dinâmica econômica municipal ou regional.

¹² A multifuncionalidade foi definida pelos Ministros da Agricultura da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) da seguinte maneira: “Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais” (MALUF *et al.*, 2001). A pluriatividade, por sua vez, de maneira sucinta pode ser descrita como a multiplicidade de atividades praticadas no interior da unidade de produção familiar, desde agrícolas a não-agrícolas. Para maiores informações, consultar CARNEIRO (1998) ou ALENTEJANO (1999).

“Então pode ter um projeto de assentamento de reflorestamento. Lá em São Cristóvão do Sul, o prefeito disse ‘mas aqui é tudo reflorestamento’. ‘Não, mas vamos fazer um projeto de assentamento em reflorestamento’. (...) Hoje em dia não tem restrição nenhuma do Incra. Se o cara quiser pegar a área [toda] dele e reflorestar, na época que ele tiver que reembolsar, se ele tiver o dinheiro para reembolsar, não tem problema”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

É claro que, do ponto de vista econômico, essa medida pode ser importante na viabilização do assentamento. Mas perde-se a oportunidade de implantar nessa área uma proposta de desenvolvimento que poderia garantir não apenas a viabilidade econômica a curto ou médio prazo, mas que incorporasse e contemplasse uma série de dimensões no decorrer do processo. Processo esse que poderia ainda, em última instância, servir de foco disseminador de uma nova proposta produtiva para toda a região.

O fato dos assentamentos terem sido incluídos no Programa Florestas Catarinenses, do governo do estado de Santa Catarina, representa um estímulo a mais para a expansão da silvicultura dentro dessas áreas. As dificuldades de acesso ao crédito e as vantagens apresentadas por esse programa, podem direcionar muitos assentados para tal atividade¹³.

1.3. Síntese e considerações

No presente tópico procurou-se avaliar o papel da Aroma na construção dos sistemas produtivos adotados pelos assentados. Pelo fato da atuação dessa entidade ter se restringido à assistência técnica nas atividades de desmatamento e reflorestamento, concentrou-se parte da análise nesses dois temas.

Primeiro, considerou-se necessário discutir até que ponto a decisão de implantar reflorestamentos com espécies exóticas era fruto de razões internas e interesses preexistentes dos assentados ou influência das recomendações da Aroma. Embora essa seja uma questão bastante controversa, com vários relatos discordantes, o conjunto de informações recolhidas nos faz crer na conjugação desses dois fatores de análise. Tanto os

¹³ No componente “Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda” deste programa, o agricultor familiar cuja renda mensal não exceda 2 salários mínimos, recebe um auxílio de meio salário mínimo/mês, durante 4 anos, para o plantio de até 2 ha de florestas. O reembolso deve ser feito em 20 anos, em forma de equivalência-produto. Já no componente “Programa Florestal de Integração Produtor Rural e Indústria” são beneficiários os agricultores das regiões de interesse das indústrias florestais, como é o caso de Rio Negrinho. O agricultor recebe R\$ 200,00 por hectare reflorestado, até o máximo de 5 ha.

assentados já apresentavam uma predisposição em adentrar nessa atividade, especialmente pela experiência de trabalho anterior em madeireiras e no manejo de áreas reflorestadas que alguns tinham, quanto a Aroma incentivou e recomendou as espécies, de pronto aceitas pelos assentados.

Também foi crucial na decisão dos assentados o fato deles vislumbrarem no reflorestamento uma fonte de renda segura e lucrativa, que poderia garantir um futuro mais digno para si próprios e principalmente para os filhos, haja vista a instabilidade e inconstância dos produtos agrícolas tradicionalmente produzidos na região.

Contudo, isto não significa um abandono desses produtos. Pelo contrário, o pinus vem para ocupar principalmente aquelas áreas que não se prestam ao milho e feijão. Embora o pinus possa apresentar vantagens do ponto de vista econômico, ainda está longe de dominar por completo a paisagem interna do assentamento. A valorização das culturas agrícolas tradicionais, voltadas principalmente para a subsistência, impede uma expansão acelerada do pinus, ao mesmo tempo em que dificulta o surgimento de outros tipos de culturas. Dificulta mas não impossibilita, pois inúmeras são as experiências realizadas ou em curso, destacando-se atualmente a produção de batata-salsa, por diversas famílias. Isso ocorre principalmente pela possibilidade de retornar às atividades tradicionais em caso de insucesso. O mesmo não se sucede com o pinus, que altera as características físico-químicas do solo e, na visão dos assentados, “inutiliza” aquela área para outras atividades. O agricultor deixa de ter o controle absoluto sobre sua propriedade, pois as áreas reflorestadas impedem uma rápida reconversão, caso isso seja necessário ou desejado.

Pode-se afirmar que, do ponto de vista ecológico, a Aroma teve uma atuação bastante ambígua no Assentamento Domingos Carvalho. Se por um lado ela estimulou e auxiliou o plantio de pinus e eucalipto (em detrimento da utilização de mudas nativas), por outro, trabalhou e consolidou uma “consciência ambiental” (já existente em muitos assentados). No entanto, o nível de consciência trabalhado pela Aroma restringiu-se principalmente à questão da mata ciliar e outras áreas de preservação permanente, pouco adentrando na temática do modelo agrícola, por exemplo.

Assim, com exceção da silvicultura, não foi possível perceber alguma influência da atuação da Aroma na adoção e estruturação dos sistemas agrícolas atualmente vigentes.

2. O Incra

Não é uma tarefa muito fácil discutir e analisar a atuação do Incra nos assentamentos, pois ela se dá em diversos momentos do processo e, muitas vezes, de maneira indireta e difusa. Procuraremos tomar aqui apenas as formas mais claramente delimitáveis e cujo resultado possa ter influência sobre o sistema produtivo adotado pelos assentados, intenção central deste trabalho.

Contudo, iniciaremos este item tratando de uma questão mais teórica e menos pontual. O Incra, por ser um órgão do Estado e um instrumento de ação desse dentro dos assentamentos, tem suas linhas de atuação consonantes com as demais políticas públicas definidas pelo governo. Tais políticas são resultantes da correlação de forças que se estabelece na sociedade e da visão de Estado adotada pela classe dominante. Dessa forma, considera-se de grande valia abordar neste trabalho, mesmo que de maneira sucinta, as teorias que procuram dar conta do papel do Estado. Esse embasamento teórico nos será útil no entendimento de algumas ações do Incra que serão tratadas mais adiante.

2.1. Teorias de Estado

De acordo com MUSSOI (2002), à respeito da questão do Estado, dois grandes grupos de teorias clássicas que abordam esse tema podem ser diferenciados.

Um desses grupos acredita que o Estado tenha uma função “positiva”, sendo incumbido de amenizar as desigualdades geradas pelo capitalismo, sem no entanto alterar esse sistema econômico. É conhecido como “Estado bem-feitor” ou “Estado do bem comum”. O outro grupo afirma que o Estado tem uma função “negativa”, atuando apenas para atender aos interesses da classe dominante (no caso, a burguesia), através do uso de aparelhos ideológicos e de coação específicos. É denominado de “Estado de classes”. Começaremos tratando desse último.

Para Marx (*apud* CARNOY, 1990), o Estado é um aparelho para o exercício do poder, que não visa ao interesse geral, mas apenas ao interesse de um grupo particular e restrito, que é a classe dominante. O Estado agiria como um comitê dessa classe, com a função de concentrar o poder repressivo, a fim de manter a produção sob o seu controle. De acordo com Poulantzas (1975, *apud* CARNOY, *op.cit.*), o Estado “não é uma entidade

instrumental que existe por si, não é uma coisa, mas a condensação de um equilíbrio de forças”.

Ainda segundo Marx (*apud* MAAR, 1988), o Estado não representa o bem comum, mas é a expressão política da classe burguesa e precisa se submeter ao comportamento e aos interesses manifestados nessa. O Estado capitalista seria o mediador do conflito de classes, tendo a função de manter a ‘ordem’ e garantir a reprodução do domínio econômico da burguesia.

Engels (*apud* BOBBIO, 1995), afirma que a classe economicamente dominante se utiliza do Estado para se tornar também politicamente dominante, adquirindo assim mais um instrumento para subjugar e explorar a classe oprimida. Através da política institucional do Estado, os interesses da classe dominante são apresentados como interesses gerais da sociedade.

Assim, o Estado acaba sendo um aparelho repressivo da burguesia, detentor do monopólio da força, servindo para legitimar o poder, para reprimir, para forçar a reprodução da estrutura de classe e das relações de classe. Ou, como diria Lênin (*apud* CARNOY, 1990), “o Estado é o braço armado da burguesia, a violência concentrada e organizada da sociedade”.

O Estado, como instrumento de uma classe, procuraria normativizar a atuação dos movimentos de base das outras classes, como é o caso da legislação sindical, que vincula os sindicatos ao Estado, limitando sua atuação (MAAR, 1988).

Gramsci (*apud* CARNOY, 1990), afirma que o Estado tem a função de promover um único conceito de realidade (o conceito burguês), sendo por isso um importante ator na perpetuação da estrutura de classe e da hegemonia burguesa. Gramsci também acredita que o Estado é o ponto-chave para que se possa compreender a aceitação da sociedade de classes por parte das classes dominadas.

A manutenção da hegemonia burguesa se dá através de diversas formas, dentre as quais se destacam a coerção direta (polícia, exército, poder judiciário) e a coerção ideológica (a educação formal, a mídia).

Por outro lado, BOBBIO (1995) relata que o Estado é considerado por muitos autores como o “ponto de escape da barbárie, da guerra de todos contra todos; visto como o domínio da razão sobre as paixões, da reflexão sobre o instinto”. Fora do Estado, existiria um mundo de paixões incontroláveis e interesses antagônicos e, apenas sob a proteção dele, o homem poderia expressar toda a sua razão.

De acordo com a *teoria do Estado liberal*, o Estado deve estar baseado nos direitos individuais dos cidadãos e agir visando o bem comum (CARNOY, 1994), a fim de controlar as paixões dos homens, possibilitando que seus interesses se sobreponham às paixões.

Dentro da *doutrina liberal*, destaca-se o pensamento de Adam Smith. Segundo ele, a atuação de um indivíduo em seu próprio interesse econômico resultará por beneficiar toda a sociedade (MUSSOI, 1998). Para que isso seja possível, o mercado deve funcionar de maneira livre e ilimitada. Adam Smith considera o mercado livre uma força tão poderosa em termos de melhoria das condições humanas que “ele pode por si mesmo sobrepor-se às leis pobres e à um Estado intervencionista”. Smith afirma ainda que a promoção do bem estar coletivo através da ação individual se dá inconscientemente. Ou seja, o indivíduo que busca enriquecer não estaria consciente de que seus esforços estariam dando lugar a uma sociedade melhor.

De forma resumida, poder-se-ia dizer que, dentro dessa visão, o Estado teria a função de afastar os obstáculos ao perfeito funcionamento da iniciativa privada, ou ainda, como afirma CARNOY (1994), fornecer a base legal com a qual o mercado pode maximizar os “benefícios aos homens”.

De acordo com ROSANVALLON (1981), o *Estado-providência* ou *Estado do bem estar*, considerado uma forma de “reencaixamento” das questões sociais no contexto econômico, corrigindo e compensando os efeitos do mercado, teria duas tarefas básicas: a produção de segurança e a redução da incerteza. Esta dupla tarefa seria executada através do direito de propriedade¹⁴.

Bentham (*apud* MUSSOI, 1998), por sua vez, afirma que o Estado não é necessário nem para gerar a subsistência nem a abundância, pois isto seria conseguido pela própria produção capitalista, pelo medo da fome e pela ganância dos homens. Sua função mais importante seria garantir a segurança da propriedade privada.

Segundo Burke (*apud* ROSANVALLON, 1981), o Estado deve manter suas decisões no campo político e intervir o menos possível no campo econômico. No entanto, como bem destaca ROSANVALLON, a fronteira entre o político e o econômico está longe de ser clara e precisa. É muito difícil, mesmo para os pensadores liberais, estabelecer um critério preciso de delimitação da atuação do Estado, haja vista que sua intervenção na área econômica torna-se necessária em diversos aspectos para garantir o bom funcionamento da mesma.

¹⁴ Rousseau (*apud* MUSSOI, 1998), chega a afirmar que o direito de propriedade é o “mais sagrado de todos os direitos do cidadão, e mais importante em certos aspectos que a própria liberdade”.

2.2. O Estado e a questão agrária

Desde os seus primórdios, a estrutura agrária do território “descoberto” e colonizado pelos portugueses e que mais tarde daria origem ao Brasil, mostrou-se bastante concentrada. Da mesma forma, a atuação do Estado (da Coroa Portuguesa, do Império e posteriormente do Governo Republicano) foi no sentido de garantir e aprofundar essas distorções.

Apesar da chegada dos portugueses ter se dado em 1500, é somente em 1530, com o início do declínio da fase puramente extrativista (denominada por alguns autores de *fase do escambo*) e a necessidade de ocupar o território para garantir a soberania sobre ele, que se iniciam as primeiras tentativas de colonização efetiva do Brasil. Esse período, que se estendeu até 1822, ficou conhecido como *Regime de Sesmarias*. Nele, donatários, reis, imperadores e governadores gerais (conforme o sistema político-administrativo predominante em cada época) podiam conceder vastas extensões de terra (as sesmarias) a quem desejasse e pudesse cultivá-las. Em função do elevado preço recebido pelo açúcar no mercado internacional, havia um forte direcionamento das atividades agrícolas para a produção de cana. Tanto é assim, que havia alguns tipos específicos de sesmarias em que o beneficiário somente a recebia mediante o compromisso de construir um engenho e produzir açúcar. Logicamente que isso demandava elevadas somas em dinheiro, o que impedia o acesso à terra, de forma legal, para a maioria da população pobre. A pequena agricultura (basicamente de subsistência) restringia-se às áreas marginais não ocupadas pelos latifúndios canavieiros¹⁵.

Contudo, a distribuição desregrada de terras e a ausência de um serviço de registros eficiente, acabaram por gerar uma situação de caos e conflito entre muitos latifúndios que colocava em perigo a própria propriedade latifundiária (GUIMARÃES, 1981). Em vista disso, em 1822 o regime de sesmarias foi extinto. A não existência de alguma legislação que tratasse da questão do acesso à terra, fez com que se instaurasse o denominado *regime de posses*. Esse regime é marcado pela completa retirada do Estado como agente de regulação fundiária.

Isso proporcionou uma rápida expansão no número de pequenas propriedades (GRAZIANO DA SILVA, 1990), mas, ao mesmo tempo, o país foi percorrido por “uma onda

¹⁵ Não se desconsidera, contudo, a importância da pequena agricultura na gênese do Brasil colonial. Eram os agricultores familiares os principais responsáveis pelo abastecimento alimentar do país, uma vez que os latifúndios estavam voltados principalmente para os produtos de exportação.

de volúpia pela criação de latifúndios, (...) de posses descomunais, delimitadas por meros acidentes visíveis” (INCRA, 1987). Como, em última instância, o que decidia a ocupação de uma determinada área era o poderio econômico do(s) interessado(s), o agricultor familiar encontrava-se em ampla desvantagem. De forma geral, não houve alteração significativa no perfil da estrutura agrária do país nesse regime (GUEDES PINTO, 1996).

Durante a década de 1840, principalmente, com o fim iminente da escravidão no Brasil, os latifundiários passam a interessar-se pela “importação” de imigrantes europeus para substituir a força de trabalho escrava.

Embora o regime de posses fosse um fator essencial no estímulo à imigração, uma vez que isso atraía os imigrantes, ele também constituía uma ameaça aos latifundiários, pois os imigrantes tinham esperança de conseguir seu pedaço de chão e, em virtude do caráter de exploração da terra essencialmente minifundiário e familiar vigente na Europa, dificilmente se submetiam ao trabalho assalariado nos latifúndios (GUIMARÃES, 1981).

Tendo em vista a dificuldade encontrada para resolver tal problema, os latifundiários apelam ao governo para que intervenha no caso. Assim, em 1842 o Conselho de Estado, órgão de assessoria do Imperador, dá o seu parecer:

“Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente para obter trabalhadores livres, é de seu parecer que dora em diante sejam as terras vendidas, sem exceção alguma. Aumentado-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios para se fazer proprietário” (Medeiros & Albuquerque, 1888 *apud* GUIMARÃES, *op.cit.*).

Dessa forma, em 1850 é criada a *Lei das Terras*, cujo objetivo principal era proibir a aquisição de terras por outro meio que não a compra e, dessa forma, extinguir o regime de posses. A Lei das Terras permitia a revalidação das sesmarias que se mantivessem cultivadas ou com princípios de cultura e que fossem habitadas, legitimando dessa forma os grandes latifúndios (INCRA, 1987).

Essa situação de extrema concentração e a exclusão social proveniente dela (especialmente com o início da modernização dos latifúndios), foram responsáveis pelo agravamento da crise no campo nas primeiras décadas do século XX. Como resultado dessa crise surgem diversos movimentos de contestação à situação socioeconômica e às políticas que o Estado implementava (ou deixava de implementar) no campo. Um desses movimentos que ganhou grande destaque na década de 50 e início dos anos 60 foram as Ligas Camponesas, especialmente na região Nordeste (CARVALHO, 1994). Além disso, a

atuação de alguns partidos de esquerda e setores mais progressistas da Igreja Católica resultou na organização de grandes massas de trabalhadores rurais e na criação de sindicatos (embora não reconhecidos oficialmente).

Tal conjuntura levou o governo a apresentar o *Estatuto do Trabalhador Rural*, em março de 1963. Essa lei se limitava a levar ao campo direitos já garantidos aos trabalhadores urbanos pela Consolidação das Leis do Trabalho (promulgada em 1943), como o direito ao salário mínimo, à férias anuais remuneradas, ao repouso semanal, ao aviso prévio e à indenização em caso de demissão, entre outros. Concedia também o direito aos trabalhadores rurais de se organizarem em sindicatos nos moldes dos urbanos, registrados no Ministério do Trabalho (ANDRADE, 1987). O governo procurava dessa forma diminuir a pressão que vinha sofrendo e colocar os sindicatos rurais sob a tutela do Estado, adotando um modelo consagrado pelo fascismo italiano. Os sindicatos praticamente deixavam de ser entidades de representação política e passaram à condição de meros prestadores de serviços.

Mas, em função das dificuldades de pôr em prática o que preconizava o Estatuto e a pretensão das entidades ligadas aos trabalhadores rurais de avançarem ainda mais nas conquistas (tendo como objetivo principal a reforma agrária), a pressão popular se manteve¹⁶. Como relata ANDRADE (1987), o movimento se fortaleceu bastante devido à pressão feita pelo governo dos Estados Unidos no âmbito da *Aliança para o Progresso*, à respeito da necessidade da reforma agrária. O presidente Kennedy, após a Revolução Cubana e o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, pretendia desenvolver um programa de transformações sociais na América Latina. Dentro deste programa, previa-se a realização de reformas agrárias conservadoras nos países latino-americanos, que reduzissem as tensões sociais no campo, mas mantivessem as velhas estruturas políticas.

Tanto Jânio Quadros quanto seu sucessor João Goulart, aceitaram a “orientação” estadunidense e procuraram ampliá-la e colocá-la em prática. Contudo, como expressa MARTINS (1996), “a reforma agrária comprometia a base do poder. Uma reforma agrária distributiva que fragmenta e redistribui a propriedade solapa a base da existência política dessa gente, que é o latifúndio, a grande propriedade”. Assim, para evitar as *reformas de base* que pareciam iminentes, desfechou-se o golpe de Estado (em 1º de abril de 1964).

Nesse contexto, o governo militar que assume após o golpe elabora e envia ao Congresso o *Estatuto da Terra*, o qual é transformado em lei em 30 de novembro do

¹⁶ Conforme CARVALHO (1994), “a bandeira da reforma agrária é o cimento entre os vários movimentos rurais e o elo de ligação entre o urbano e o rural”.

mesmo ano. O Estatuto da Terra, considerado uma proposta de reforma agrária moderada, procurava, a um só tempo, “possibilitar uma reformulação fundiária e desenvolver uma política agrária que levasse a agricultura brasileira a se enquadrar nos modelos capitalistas empresariais” (ANDRADE, 1987). Nesta mesma linha, PALMEIRA (1989) afirma que o Estatuto, em sua ambigüidade, abria espaço para diferentes vias de desenvolvimento. No entanto, apenas uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em detrimento daquela que aparentemente era privilegiada pela letra da lei, a da formação de propriedades familiares. Para MARTINS (1996), “o Estatuto da Terra foi utilizado para desmontar as tensões sociais no campo e não para resolver a questão agrária; foi utilizado para resolver a questão política sem resolver a questão agrária”¹⁷.

Na década de 60 ganha forte impulso o processo de modernização da agricultura brasileira que teve como principal objetivo desenvolver as relações capitalistas no campo e introduzir a agricultura no circuito econômico-industrial que estava se formando. Esse processo favoreceu principalmente a introdução de inovações tecnológicas nas grandes propriedades, sem causar alterações significativas na estrutura fundiária, o que justifica a denominação “modernização conservadora” dada ao mesmo (GRAZIANO DA SILVA, 1981). De acordo com MEDEIROS (1994), fortes estímulos foram concedidos pelo Estado para a modernização tecnológica dos latifúndios, com vistas a transformá-los no que o Estatuto da Terra denominava de “empresas rurais”. Para SANTO (1998), a participação do Estado neste contexto foi principalmente como agente financiador, através do crédito rural subsidiado. O crédito era fornecido para determinadas culturas selecionadas (em sua maioria destinadas à exportação) mediante a aplicação do “pacote tecnológico” completo.

A extensão rural, criada oficialmente no Brasil no início dos anos 50 e consolidada nas décadas seguintes (MUSSOI, 1985), foi responsável pela disseminação do modelo conhecido por “Revolução Verde” no meio rural. A pesquisa agrícola, por sua vez, tinha a incumbência de adaptar os produtos e tecnologias desenvolvidos em outros países para a realidade brasileira. Também o ensino agrícola teve um importante papel nesse processo todo, “moldando” os técnicos que iriam atuar na extensão e na pesquisa de acordo com os interesses vigentes.

Os resultados dessa política implementada, gerida e estimulada pelo Estado podem ser vislumbrados nas tabela 6 e 7.

¹⁷ Segundo LINS (1994), o Inbra foi, durante muitos anos, uma “extensão civil” do Conselho de Segurança Nacional.

Tabela 6 - Estrutura fundiária do Brasil - estabelecimentos (1950 a 1995).

Classes de área (ha)	Estabelecimentos (%)						
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
< 10	34,4	44,8	51,4	52,2	50,4	53,0	49,7
10 a 100	51,0	44,7	39,4	38,1	39,2	37,2	39,6
100 a 1.000	13,0	9,4	8,5	8,9	9,5	8,9	9,7
> 1.000	1,6	1,0	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados adaptados de OLIVEIRA (1994) e Censo Agropecuário do IBGE 95/96.

Tabela 7 - Estrutura fundiária do Brasil - área total (1950 a 1995).

Classes de área (ha)	Área total (%)						
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
< 10	1,3	2,4	3,1	2,8	2,5	2,7	2,2
10 a 100	15,3	19,0	20,4	18,6	17,7	18,5	17,7
100 a 1.000	32,4	34,4	37,0	35,8	34,8	35,1	34,9
> 1.000	51,0	44,1	39,5	42,9	45,1	43,8	45,1
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados adaptados de OLIVEIRA (1994) e Censo Agropecuário do IBGE 95/96.

Esses números, por si só, demonstram o grau de concentração da estrutura fundiária brasileira e a intensificação desse processo nas últimas décadas. Se levarmos em conta apenas o período de 1985 a 1995, tem-se que aproximadamente 906 mil propriedades menores que 100 ha deixaram de existir. Dessas, 662 mil eram menores que 10 ha.

Em meados dos anos 80, com o início da “Nova República” e a intensa mobilização de alguns setores da sociedade (favorecidos pelo processo de “redemocratização”), o governo lança o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias. No entanto, o PNRA acabou resultando num retumbante fracasso, devido à falta de apoio nos setores de sustentação política do governo.

Em 1994, com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária ganha um certo impulso, mas ainda longe do que esperam as entidades que lutam por ela. Na verdade, o que o governo pôs em prática foi uma política de assentamentos rurais, que tinha por objetivo aliviar as tensões sociais nas regiões de maior conflito agrário. Prova disso é a concentração de assentamentos criados no período de 1995 a 2001 nos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso, sabidamente regiões de intensas e graves disputas entre trabalhadores rurais e latifundiários e que concentram 45% dos assentamentos e 52% da área obtida no período em referência (TEIXEIRA, 2002). A “reforma agrária” do presidente

Fernando Henrique tem servido não apenas para a diluição das tensões sociais, mas principalmente como instrumento de publicidade política¹⁸.

Sob a alegação de dar mais agilidade e moralidade ao processo, o governo dá início à mercantilização da reforma agrária. Primeiro, é lançado o Projeto-piloto *Cédula da Terra* (1997), em 4 estados da região Nordeste, além de Minas Gerais. Em 1999, antes mesmo do encerramento e avaliação oficial do projeto-piloto, é criado o *Banco da Terra*, com abrangência nacional. Esses dois instrumentos de crédito fundiário têm por objetivo valorizar a sistemática de compra e venda como forma de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais sem terra, além de reduzir as atribuições do Estado, que passa a atuar apenas como um mediador das negociações¹⁹.

Contudo, o Banco da Terra não é um programa isolado. Ele segue a linha de atuação proposta pelo governo no documento intitulado “O Novo Mundo Rural”, onde são lançadas as bases de uma “nova reforma agrária” (com estreita vinculação ao mercado de terras) e de uma nova forma de atuação do Estado no tocante à questão agrária e mesmo agrícola.

2.3. Um breve histórico do Incra

Segundo DIÉGUES (1994), a primeira manifestação oficial à respeito da reforma agrária data de 1951, durante o governo de Getúlio Vargas, com a criação da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA). Nos três primeiros anos de existência dessa comissão realizaram-se fecundos debates e discussões. Depois, a CNPA foi gradativamente diminuindo seu ritmo e sua importância, até ser extinta em 1962. Seu acervo foi passado ao Conselho Nacional de Reforma Agrária, então criado, o qual foi posteriormente incorporado à Superintendência de Reforma Agrária (Supra), em outubro de 1962. MEDEIROS (1994) afirma que o novo órgão trazia uma novidade: sua independência em relação ao Ministério da Agricultura, espaço tradicionalmente sob o controle dos grandes proprietários de terra.

¹⁸ Embora o governo auto-proclame suas ações como sendo “a maior reforma agrária do mundo” e afirme ter assentado 482 mil famílias no período de 1995 a 2000, cálculos realizados por TEIXEIRA (op.cit.) demonstram que esse valor está superestimado e apontam para um número real abaixo de 268 mil famílias (já incluso o ano de 2001).

¹⁹ Para maiores informações sobre o Banco da Terra, consultar TEIXEIRA & HACKBART (1999); SAUER (2000); OLIVEIRA & SANTOS (2000); CAMARGO *et al.* (2002) entre outros.

Em 1965, logo após a promulgação do Estatuto da Terra, são criados dois organismos para tratar da questão agrária: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) (INCRA, 2002a). Em 1970, o INDA e o IBRA são extintos e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), novamente sob tutela do Ministério da Agricultura.

Na época, muito mais do que a reforma agrária, a tarefa principal do Incra era promover a colonização da região amazônica. Por meio do órgão, levadas de migrantes, especialmente nordestinos, foram levados a ocupar as margens da rodovia Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários (INCRA, 2002a).

Em 1985, com a “redemocratização” e a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, o tema *reforma agrária* entra “efetivamente” na pauta de preocupações do Incra. Mas, com o fracasso do PNRA, houve um recuo considerável nessa questão. De maneira semelhante, segundo GOMES DA SILVA (1994), a constituição Federal de 1988 representou um grande retrocesso em relação às cartas anteriores - inclusive a do governo militar - na parte relativa à reforma agrária. O descaso da questão agrária neste período fica ainda mais visível com a extinção do Incra por decreto presidencial, em 1987, e do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), em 1989 (COSTA, 1994). Em março de 1989, por decreto do Legislativo, o Incra é recriado.

Apesar desse descaso, começa-se ainda durante a década de 80 a observar, embora de maneira lenta e irregular, a implantação de assentamentos rurais em todos os estados da Federação. Contudo, como afirma Norder (1997, *apud* BERGAMASCO, 1997), “são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar”.

2.4. O Incra e os assentamentos

Como se afirmou no início deste tópico, o Incra atua de diversas formas dentro dos assentamentos, tanto de maneira direta como indireta. A intenção aqui, contudo, é analisar apenas aqueles aspectos que tenham um papel preponderante na determinação dos sistemas produtivos adotados pelos assentados.

Dividiremos essas formas de atuação, para fins de análise, em dois momentos: antes do “Novo Mundo Rural” e depois do “Novo Mundo Rural”. Embora existam diversos comportamentos e práticas que não se alteraram, a mudança de algumas concepções centrais que norteiam todo o trabalho de intervenção do Incra, nos faz crer na importância (gradativamente maior) desse ‘ponto de inflexão’.

Num primeiro momento, tanto nos projetos de colonização quanto nos assentamentos rurais, o Incra tinha um papel de extrema relevância no processo de desenvolvimento destas áreas. A ele cabia a responsabilidade da seleção das famílias, a escolha da área a ser desapropriada, a divisão dos lotes, a elaboração dos projetos de aplicação dos recursos, a viabilização da infra-estrutura, entre outros.

Assim, como afirmam DULLEY & CARVALHO (1994), a primeira questão que deveria ser observada pelo Incra antes da desapropriação é a aptidão ou capacidade de uso (preferimos tratar como ‘características do meio físico’), a qual deve se adequar e estar em consonância com os interesses demonstrados pelos beneficiários do processo. Uma vez selecionados os imóveis desapropriáveis, poder-se-ia planejar sua ocupação conforme essa “aptidão” (ou essas características). Contudo, ressaltam os autores, não há nenhum indicador de que tais informações tenham sido utilizadas na definição das áreas. Isso reflete, de certa forma, a falta de planejamento com que a reforma agrária é tratada no país.

“Porque, o que o Incra fazia? Normalmente os movimentos sociais ocupavam a área, aí o Incra ia à reboque, fazia a vistoria”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

Definido o imóvel, a questão volta-se para o desenho do projeto: localização, dimensionamento, distribuição dos lotes (DULLEY & CARVALHO, op.cit.). É necessário ter ciência de que as áreas destinadas à reforma agrária não são totalmente homogêneas. Mesmo aquelas que apresentam um quadro natural favorável, podem ter em seu interior zonas bastante diferenciadas, de forma que a divisão dos lotes (desconsiderando tais variações) pode ter efeitos restritivos ao desenvolvimento do assentamento como um todo. Como apontam GUANZIROLI *et al.* (1998), a divisão espacial dos lotes, considerando apenas a área média de cada um, favorece a diferenciação econômica interna e direciona as perspectivas produtivas de cada assentado em função das características de sua área.

Neste sentido, DULLEY & CARVALHO (1994) acreditam ter havido alguma evolução ao longo das últimas décadas: “partiu-se de uma situação em que os projetos de reforma

agrária eram feitos em gabinetes de empresas privadas”, dando origem ao que se convencionou chamar de ‘quadrado burro’²⁰, para uma nova metodologia em que “os lotes passam a ser definidos respeitando as condições de solo e topografia”. Quando existem variações em termos de qualidade do quadro natural dentro de um assentamento, apontam GUANZIROLI *et al.* (1998), procura-se compensar os que recebem solos mais fracos por meio da destinação de lotes maiores. No entanto, quantificar essas diferenças qualitativas e convertê-las em área nem sempre é uma tarefa fácil.

Há que se considerar também que, muitas vezes, a própria pressão dos movimentos sociais e de toda a sociedade para ampliar o número de beneficiários (bem como o interesse do governo em cumprir suas metas), pode levar a um subdimensionamento dos lotes ou a ocupação de áreas de preservação, caracterizando o que DULLEY & CARVALHO (1994) chamam de “contradição entre o interesse social imediato e o de longo prazo”. É o caso da Fazenda Val Formoso, localizada no Vale da Ribeira de Iguape, em São Paulo. Esse assentamento está situado numa área de preservação ambiental (APA), sendo a sua utilização sujeita à determinadas condições. Em função disso, antigos posseiros viram-se obrigados a abandonar suas tradicionais práticas agrícolas após a intervenção do Estado. DULLEY & CARVALHO criticam a eficiência do Estado em sua atuação fiscalizadora e a desarticulação e despreparo de sua ação extensionista²¹.

Essa “ineficiência” é uma característica que marcou não apenas os serviços de assistência técnica executados após a implantação dos assentamentos, mas, principalmente, a elaboração dos projetos de aplicação dos recursos financeiros, que orientavam e direcionavam as principais atividades produtivas.

O relato abaixo demonstra como se dava a elaboração destes projetos.

“Então media os lotes, dava os créditos para as pessoas, e quando chegava no Procerá²², que era o crédito mais pesado, de investimento e custeio, era simplesmente feito um projeto básico, simples, porque as culturas mais predominantes eram o milho e o feijão. (...) Até pelos nossos próprios colegas do Incra, os agrônomos (...), quando desapropriava uma área, se tu pegar os processos lá dentro, tu pode ver que dizia assim ‘a área se presta a milho e feijão’, que era o básico, que mais o colono conhecia e tal. Então, praticamente esses projetos todos, anteriores ao Novo Mundo Rural, eles eram dirigidos basicamente prá milho e feijão”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

²⁰ As áreas eram divididas em lotes de formato padrão (quadrado ou retangular), sem que se considerasse o acesso à água, à estrada, distância da agrovila ou questões relativas à qualidade do solo.

²¹ Tal situação pôde ser observada também no Assentamento Domingos Carvalho, onde o Ibama e a Polícia Ambiental mostraram-se eficientes na aplicação das penalidades e ausentes na orientação aos assentados.

²² Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, criado pelo governo federal em 1986 e extinto em 1999.

Esse tipo de procedimento enquadra-se perfeitamente no que D'AGOSTINI & SCHLINDWEIN (1998) chamam de *abordagem tradicional* (referindo-se aos sistemas de classificação da aptidão de uso dos solos), preocupada exclusivamente com a avaliação das características do meio quanto ao seu potencial (ou aptidão) em sustentar determinado processo produtivo. Os profissionais de agronomia têm rotineiramente lançado mão desses esquemas classificatórios (como é o caso da “Metodologia para classificação da aptidão de uso das terras no estado de Santa Catarina”, de UBERTI *et al.*, 1991; e das recomendações de cultivares, elaboradas anualmente pela Epagri²³) para indicar o tipo de atividade agrícola que melhor se adequa a uma determinada região. Tais esquemas partem do pressuposto de que são as características físicas que imprimem significado e importância (econômica, social e cultural) às atividades agrícolas adaptadas àquelas condições. É na natureza que se deve procurar as virtudes e os defeitos, segundo a ainda hegemônica percepção cartesiana que nos leva a abstrair o ser humano do restante da natureza.

Ignora-se, muitas vezes, o fato de que os fatores decisórios são afetados por uma série de dimensões que nada têm a ver com a viabilidade técnica (ou onde este critério entra apenas como *um* dos componentes). Dentre essas dimensões, uma das mais ignoradas historicamente no processo de planejamento dos assentamentos é a opinião/interesse dos assentados. Partia-se de percepções generalistas, nem sempre verdadeiras, para fazer inferências sobre situações específicas (“...era o básico, que mais o colono conhecia”). GUANZIROLI *et al.* (2001), corroborando tal afirmação, concluem não haver dúvidas da existência de um grande desconhecimento, por parte dos órgãos públicos, das regiões e populações assentadas. Esse desconhecimento vem em geral acompanhado da dificuldade de percepção de práticas culturais e costumes de produção que fazem parte da experiência dos assentados, o que leva ao desprezo ou subvalorização dos mesmos. Os autores citam como exemplo alguns assentamentos da Bahia, onde a prática dos “fundos de pasto” (áreas coletivas, onde são criados caprinos soltos, cercado-se apenas as áreas de roça) não era levada em consideração pelos técnicos do Incra, que insistiam em promover a divisão da área em lotes. Somente após muita luta e resistência, os assentados conseguiram impedir o loteamento.

A negligência em relação à participação dos assentados fica evidente com a constatação de que os projetos de investimento eram elaborados por técnicos do Incra²⁴,

²³ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

²⁴ Os projetos de custeio eram em geral elaborados pelas empresas públicas de extensão rural de cada estado, ou mesmo ONGs, que assistiam aos assentamentos, ficando a cargo do Incra apenas o planejamento inicial.

baseados preponderantemente nas características edafo-climáticas das áreas. Aliado à falta de alternativas oferecidas pelos técnicos, o forte direcionamento do crédito recebido estimulava (obrigava) a aceitação por parte do agricultor do projeto que lhe era “apresentado”. Em sua pesquisa, que abrangeu assentamentos de todo o país, GUANZIROLI *et al.* (1998) afirmam que um dos problemas apontados pelos assentados, principalmente nos assentamentos com menor desenvolvimento, foi a imposição de tecnologias não adaptadas ou sem apoio da assistência técnica, bem como a imposição do tipo e valor dos investimentos (principalmente na compra de animais) a serem realizados por eles. A não observância das recomendações/restrições do Incra poderia resultar na exclusão do assentado do programa de crédito, independente dos fatores que tivessem levado a tal procedimento²⁵.

“Até teve alguns assentados que plantaram pinus no [assentamento] Butiá, e foram cortados do Procera, por terem feito isso”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

GUANZIROLI *et al.* destacam ainda a demora na liberação dos créditos (ou o não recebimento desses) como um fator que afeta o processo de desenvolvimento dos assentamentos e obriga muitos agricultores a alterarem seu planejamento produtivo. Os autores citam o caso dos assentamentos estudados no Paraná, Maranhão e Pará, onde os recursos do Procera Custeio e Investimento chegaram somente depois de oito anos de instalação dos assentados na área, o que estimulou a desistência de algumas famílias. Esse problema também se fez presente no Domingos Carvalho, embora em menor magnitude.

“Acho que um pouco [dos problemas que ocorreram] também é porque demorou prá sair o recurso. Daí aquele planejamento que a gente tinha foi meio por água abaixo. Porque você sem dinheiro, não tem como fazê aquilo que você planeja”.

Luciano, assentado

Não negando a existência desses problemas, CURADO (2000) procura relativizá-los afirmando que entraves culturais e burocráticos têm feito com que todas as questões pertinentes à reforma agrária sejam remetidas ao Incra, apesar de sua clara incapacidade de

²⁵ GUANZIROLI *et al.* (op.cit.) afirmam que alguns agricultores, dos assentamentos com menor desenvolvimento, muitas vezes devido à situação de extrema miséria a que estão submetidos, desviam recursos para a compra de bens básicos, como geladeira e fogão ou mesmo alimentos e medicamentos. A exclusão destes agricultores do acesso ao crédito agrava ainda mais a sua crise.

lidar com elas. Nos últimos tempos, o reconhecimento dessa incapacidade, bem como a pressão da sociedade e de organismos internacionais sobre o poder público, têm gerado algumas tentativas de mudança e abertura institucional²⁶.

A partir de 1999, com o lançamento do “Novo Mundo Rural”, o Incra passa a reestruturar suas orientações e formas de intervenção nos assentamentos. Uma das principais mudanças suscitadas por este documento foi a incorporação efetiva da noção de “desenvolvimento sócio-econômico sustentável” no discurso do Incra²⁷, bem como o reconhecimento (e uma suposta valorização) da existência de 4 dimensões centrais no meio rural: a) a de espaço produtivo; b) a de espaço de residência; c) a de espaço de serviços e; d) a de espaço patrimonial (ou territorial).

Assim, o campo (e mais especificamente a agricultura familiar) passa a ser visto como espaço de múltiplas atividades geradoras de renda, não necessariamente agrícolas, e sua valorização uma forma de reverter (ou amenizar) o crescente quadro de exclusão social. Dessa forma, fica bastante claro o papel reservado à reforma agrária dentro do atual quadro político: um instrumento de escamoteamento das tensões sociais²⁸.

Contudo, a política econômica neoliberal assumida pelos governos brasileiros da década de 90, demanda uma redução drástica dos gastos estatais com a área social. Sendo a reforma agrária encarada como uma política social, ficou também sujeita a tais restrições. Uma primeira consequência disso para os assentamentos já criados foi a extinção do Procera, em 1999, considerado um “privilégio real para a parcela dos agricultores familiares oriunda da reforma agrária”, e a incorporação dos assentados ao Pronaf (BRASIL/MEPF, 1999), disputando os escassos recursos desse com os demais agricultores familiares. Tal procedimento exigia, de antemão, a equiparação entre as categorias de *agricultor familiar* e *assentado*, coisa que o “Novo Mundo Rural” tratou de fazer classificando de “diferenciação artificial” as variações existentes. Veremos mais adiante, no capítulo IV, a impropriedade da adoção dessa percepção sem os devidos cuidados e ressalvas. Por ora, basta-nos ter em mente que tal diferenciação é real e a sua não

²⁶ Provas dessa abertura, segundo CURADO, seriam a criação de dois instrumentos quase simultâneos que visavam a incorporação da questão ambiental, anteriormente também ignorada pelo Incra: a “Agenda Ambiental” e o “Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos”, em 1998.

²⁷ Embora esta discussão já se fizesse presente em 1998, por meio principalmente do “Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos”, sua abrangência e impacto eram bastante reduzidos.

²⁸ Alguns indícios nos demonstram que tal percepção já era anterior ao “Novo Mundo Rural”, como é o caso do Projeto Casulo, um projeto de geração de emprego e renda a ser implantado na periferia dos conglomerados ou núcleos urbanos (INCRA, 2002b), onde a atividade agrícola é, quando muito, apenas uma renda complementar. Da mesma forma, a existência de 2 ministérios (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Agricultura) aponta para a dicotomia com que é tratada a agricultura no país.

observância pode levar a equívocos na condução do processo de desenvolvimento dos assentamentos e afetar de forma direta as atividades produtivas praticadas nesses.

É preciso considerar ainda que a proposição de “criação de um sistema descentralizado de extensão rural, com serviços contratados diretamente pelos agricultores”, contida no texto do “Novo Mundo Rural”, tem fortes reflexos sobre os assentamentos. Tais reflexos tanto podem ser positivos, dada a possibilidade dos próprios assentados selecionarem sua assistência técnica em função de seus interesses, como podem também ser negativos, haja vista que, de acordo com o documento, a assistência técnica para atividades específicas “será *sempre* custeada por *financiamentos* concedidos para as referidas atividades” [grifos nossos] (BRASIL/MEPF, 1999). A não especificação das condições desses financiamentos deixa margem à possibilidade/necessidade de reembolso dos mesmos, dificultando ainda mais o acesso já precário dos assentados à assistência técnica²⁹. A ausência ou debilidade desse serviço, em especial nos primeiros anos após o assentamento, pode comprometer a viabilização do projeto, em razão da inexistência de conhecimentos agroambientais a respeito dessa nova área que esses sujeitos sociais passam a ocupar, conforme veremos no tópico 3 deste capítulo e no capítulo seguinte.

No entanto, é preciso ressaltar que esta nova concepção de atuação do Inbra apresenta alguns aspectos bastante interessantes como é o caso da mudança na metodologia de planejamento das atividades a serem desenvolvidas no assentamento, no parcelamento da área (lotes) e outras ações características dessa fase do processo. Essas ações, anteriormente efetuadas sem a participação dos beneficiários, passam a incorporá-los através da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Este plano prevê, além da descentralização das decisões por meio da participação dos assentados, a valorização de dimensões que ultrapassam o agrícola. Devido à sua importância no processo de desenvolvimento do Assentamento Domingos Carvalho (o qual foi o primeiro projeto de assentamento novo no país a se utilizar desta sistemática) e ao fato de representar um espaço de encontro/diálogo entre os atores externos (Aroma, Inbra, MST, Icepta, assistência técnica), o PDA merecerá atenção especial no capítulo V, quando então tratar-se-á de sua importância e influência nos processos decisórios, entre outros aspectos.

Mas, de antemão, percebe-se que apesar de várias inovações por parte do Estado, alguns velhos problemas persistem e prejudicam o perfeito funcionamento das atividades

²⁹ Segundo aponta MUSSOI (1998) em sua tese de doutorado, a descentralização dos serviços de extensão rural é uma das recomendações feitas pelo Banco Mundial aos países “em desenvolvimento”, e tem se mostrado o primeiro passo rumo à privatização desse serviço.

agrícolas preconizadas, como é o caso dos atrasos na liberação dos recursos de investimento e custeio e da implantação da infra-estrutura básica (estradas, pontes, energia elétrica, água).

Por ocasião da realização da pesquisa de campo, a grande maioria das famílias do Domingos Carvalho não possuíam acesso à energia elétrica (e aquelas que possuíam-no, esse em geral se dava de forma bastante precária, por meio de extensões improvisadas) ou água tratada (a água provinha principalmente de poços, alguns relativamente distantes das residências), embora já estivessem assentadas há mais de dois anos. Da mesma forma, as estradas no interior do assentamento encontravam-se em péssimas condições, dificultando ou até mesmo impossibilitando o tráfego de veículos e pessoas em dias chuvosos. Essa situação condiz com aquela encontrada por GUANZIROLI *et al.* (1998), que constataram a inexistência de acesso à energia elétrica e precariedade das estradas internas na maioria dos assentamentos com menor desenvolvimento por eles estudados. GUANZIROLI *et al.* (2001) trazem dados ainda mais alarmantes: somente 17% dos assentamentos têm estradas consideradas boas e em apenas 27,8% há eletrificação completa. Ainda segundo esses autores, a falta ou a precariedade das estradas e a dificuldade de transporte é apontada por muitos assentados como um fator motivador de abandono da área. Outros fatores de infra-estrutura também são bastante citados.

A ausência de estradas adequadas compromete principalmente o processo de escoamento da produção, pois impede a entrada dos veículos que realizam o transporte dos produtos. Os principais prejudicados são os agricultores que produzem produtos perecíveis, como é o caso das verduras (as dificuldades de comercialização, agravadas pelos problemas de transporte, são inclusive apontados por alguns como a causa dos prejuízos com essa atividade) e do leite.

“É o que eu vinha dizendo, que não foi medido, feito a soma dessa distância aqui na cidade. Porque no asfalto você viaja 40 km com carro, não dá diferença. E aqui é 25 km de estrada de chão que acaba com o carro. Se você forma aqui bastante verdura prá você vendê aí, tem que saí de madrugada. É aquela poeira, chega lá aquela verdura feia, ou murcha, porque é lenta a viagem”.

Paulo, assentado

As duas famílias que produzem leite com vistas à comercialização, apesar de terem acesso à energia elétrica (o que garante a possibilidade de refrigerar e conservar o produto), não podem fazer uso de uma ordenhadeira mecânica adquirida com recursos do

Pronaf Investimento, pois a baixa capacidade de suporte da rede elétrica (monofásica) torna frequentes as oscilações e quedas de energia, quando da utilização desse equipamento. Essa restrição praticamente inviabiliza a expansão do plantel bovino (atualmente composto de 8 animais).

Também a irrigação de algumas culturas, especialmente as verduras, fica restrita à existência de declives entre a localização da fonte d'água e a lavoura, limitando as áreas passíveis de utilização para tal atividade.

Outra atividade prejudicada pela falta de energia elétrica é o beneficiamento da produção de grãos (milho e feijão), que precisa ser feita por meio do uso de trator, com um elevado custo, ou manualmente.

2.5. Síntese e considerações

A análise, mesmo que sucinta, da evolução da estrutura agrária brasileira deixa bem claro qual foi o papel do Estado nesse processo. Como instrumento de ação da classe dominante, o Estado buscou criar formas de garantir a reprodução das relações de poder que concedem o domínio sobre a terra a essa classe. A perpetuação das estruturas hierárquicas e fundiárias somente é possível por meio da manutenção da 'ordem'. Tal tarefa é realizada através de diversas formas de coerção, sejam elas diretas (polícia, exército, poder judiciário) ou ideológicas (escola, mídia). Contudo, o poder coercitivo nem sempre é suficiente para evitar o surgimento de conflitos, obrigando o Estado a atuar como mediador ou moderador e fazer algumas concessões às classes dominadas. É nesses momentos que surgem algumas vitórias parciais desses segmentos da sociedade, como é o caso do Estatuto do Trabalhador Rural, o Estatuto da Terra e a realização dos assentamentos de reforma agrária.

Mesmo estes recuos (ou avanços, dependendo da ótica com que se analisa a questão) que o Estado é obrigado a efetuar, somente são possíveis num contexto onde as incertezas e inquietações sociais representam uma ameaça às estruturas historicamente vigentes e a realização de reformas (dentro dos limites estabelecidos por estas estruturas) é a única saída vislumbrada (ou a menos traumática) para tal situação. O assentamento de trabalhadores rurais é um bom exemplo disso. Desde os primeiros momentos de apropriação do discurso da reforma agrária pelo Estado, sua implementação se deu muito

mais no sentido de dar conta de conflitos localizados do que resolver um problema social de grandes dimensões e que tem por origem a própria estrutura da sociedade.

De maneira semelhante, a atuação do Incra dentro dos assentamentos realizados, refletia a política autoritária e centralizadora da condução do Estado. Não é de se estranhar, portanto, que os trabalhadores rurais sem-terra se convertessem em “sujeitos passivos” do processo de assentamento. Toda a definição das estratégias de desenvolvimento era feita por técnicos do Incra, baseados em esquemas padronizados e preconcebidos de planejamento, que nem sempre levavam em conta o interesse ou as condições socioculturais dos beneficiários. Além disso, a hegemonia do paradigma newtoniano-cartesiano, que preconiza um controle do homem sobre a natureza³⁰ e cuja aplicação à agricultura deu origem à Revolução Verde, fazia com que a “modernização” fosse vista como único caminho possível e viável para o desenvolvimento dos assentamentos.

Entretanto, os atrasos na liberação dos créditos (ou a insuficiência desses), comprometeram a implantação das atividades planejadas. Mesmo onde não houve essa restrição, a imposição de tecnologias específicas para a liberação dos recursos de investimento (um dos principais instrumentos utilizados no direcionamento das atividades produtivas praticadas nos assentamentos), transformou investimentos que *a priori* pareciam produtivos e rentáveis, em verdadeiros fracassos, tanto sob o aspecto econômico, quanto social e cultural.

Isso nos leva a concluir que os rumos seguidos pelo processo de desenvolvimento dos assentamentos, bem como o insucesso de muitos projetos, têm relação estreita com as formas de intervenção do Incra, consideradas centralizadoras e direcionistas. As opções produtivas dos assentados se explicam em muito pelos planejamentos elaborados pelo órgão (e que não davam muita margem para outras alternativas), bem como pelo forte vínculo entre o crédito rural e os chamados “pacotes tecnológicos”.

No entanto, dentro de um contexto de descentralização, impulsionado a partir da década de 90, o governo federal lança o “Novo Mundo Rural” que, entre outras coisas, objetiva expor as bases de uma nova forma de ação intervencionista do Incra. Consonante com as linhas gerais de reestruturação do Estado, o documento traz como uma de suas premissas a necessidade de uma “efetiva descentralização das ações e democratização das decisões”. Para pôr em prática tal proposição, reestrutura-se o Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

³⁰ E, como apontam PAULUS & SCHLINDWEIN (2001), do homem sobre o próprio homem.

Contudo, o novo formato do PDA apresentou uma série de problemas decorrentes da manutenção de “vícios” antigos, como as estruturas hierárquicas (tanto entre técnicos e assentados como entre os próprios assentados) e a presença inconstante do Estado (que se fez ausente do Assentamento Domingos Carvalho nos momentos de maior dificuldade).

Da mesma forma, a atuação mais direta do Incra, relacionada principalmente à liberação de recursos de investimento e custeio, provimento de infra-estrutura e assistência técnica, continua também apresentando problemas que comprometem e limitam as opções produtivas dos assentados, bem como o grau de desenvolvimento dos assentamentos. A própria ausência do Incra em muitos momentos de grande importância ou dificuldade, pode resultar numa sensação de abandono.

No caso do Assentamento Domingos Carvalho, a influência do Incra sobre os sistemas agrícolas adotados pelos assentados, parece ter se dado mais de maneira indireta (através do PDA, dos problemas com a assistência técnica, liberação dos recursos) do que direta.

3. O Lumiar

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares brasileiros é a falta de assistência técnica. Durante o período de ascensão da Revolução Verde, quando uma gigantesca estrutura estatal de extensão rural foi usada para dar sustentação a esse processo, a opção do Estado de trabalhar prioritariamente com os chamados “agricultores potencial” (aqueles que possuíam capital e “espírito inovador” para adotar as proposições da extensão), bem como a inadequação do “pacote tecnológico” às condições apresentadas pela maioria dos agricultores familiares, foram responsáveis por sua marginalização e falta de acesso a esse serviço³¹.

A partir de meados da década de 80, com o agravamento da crise do Estado, tem início o desmonte do serviço de extensão rural, comprometendo ainda mais a já precária assistência direcionada aos produtores familiares.

Os agricultores assentados, como é de se esperar, não ficaram imunes às conseqüências desse processo. Contudo, o seu grau de organização foi responsável por algumas diferenças no desenrolar do mesmo.

Neste tópico, procurar-se-á apresentar rapidamente a trajetória da assistência técnica dentro dos assentamentos (a qual teve seu auge com o surgimento do Projeto Lumiar), bem como a importância (potencial) desse aspecto nos rumos tomados pelo processo de desenvolvimento do Assentamento Domingos Carvalho.

3.1. A assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária

Procurando entender melhor o papel e a importância da assistência técnica para os assentados, optou-se por iniciar esta análise traçando um breve histórico da atuação desse ator social dentro das áreas reformadas. A pouca disponibilidade de informações à respeito do assunto, contudo, obrigou-nos a basear o presente item nos relatos coletados durante a pesquisa de campo, principalmente nas entrevistas realizadas com o membro da Coordenação Estadual do MST, o técnico do Inbra e o ex-técnico do Lumiar.

³¹ Para maiores informações sobre o assunto, ver MUSSOI (1985), BELATO (1985) e PRETTY (1995), entre outros.

De acordo com a perspectiva apresentada por esses entrevistados, pode-se dividir a história da assistência técnica nos assentamentos em 2 fases distintas.

Numa primeira fase, que iniciou em meados da década de 80, após as iniciativas pioneiras de criação de assentamentos de reforma agrária, a assistência técnica era feita basicamente pelas empresas estaduais de extensão rural. Em Santa Catarina, essa atividade era executada pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc) que, influenciada pelos “ventos democráticos” e pelos recursos da “Nova República”, chegou a montar equipes exclusivamente para atender aos assentamentos. Em 1987, com recursos da União, a Acaresc contratou 12 agrônomos e 12 extensionistas rurais (que constituíam as equipes) para realizarem tal tarefa. Embora se mostrasse uma experiência interessante, teve uma duração curta e sofreu as mazelas que afligiam a extensão rural como um todo. As equipes foram sendo gradativamente desestruturadas e precarizadas, até que em 1991/92 praticamente não existiam mais. Depois disso, os assentados passaram a disputar a atenção dos técnicos da extensão rural oficial com os demais agricultores dos municípios em que estavam instalados.

Outra experiência semelhante, descrita por CORDEIRO *et al.* (1991), teve lugar na região do Alto Uruguai, Noroeste do Rio Grande do Sul. No período de 1987 a 1990, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), uma ONG coordenada pelos movimentos sociais populares da região, prestou assessoria a 13 assentamentos no processo de planejamento, implantação e execução de projetos que utilizavam recursos do Procer. Contudo, apesar dos resultados positivos, essa atividade também não teve continuidade e restringiu-se àquela área.

Em 1991, a Acaresc acabou sendo fundida à Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), ao Instituto de Apicultura de Santa Catarina (IASC) e à Associação de Crédito e Assistência Pesqueira (Acarpesc), dando origem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a qual assumiu a responsabilidade de assessorar os assentamentos.

Contudo, desde o início dessa fase, a Revolução Verde já não estava mais em seu auge e experimentava um período de estagnação ou mesmo de descenso³². A diminuição

³² No que diz respeito à interferência do Estado no setor agrícola, nota-se uma gradual diminuição no volume de créditos, bem como o desestímulo à expansão do sistema extensionista. Para que se tenha uma idéia, enquanto em 1979 o crédito rural total perfazia cerca de 20,4 bilhões de dólares, em 1984 esse valor caiu para 6,7 bilhões (TREVISAN, 2000). Embora durante a segunda metade da década de 80 tenha-se mais uma vez observado um incremento, chegando a atingir 14,2 bilhões de dólares em 1986, o início dos anos 90 vem acompanhado de novo declínio, que perdura até os dias atuais.

dos recursos disponíveis e o quadro de funcionários deficitário acentuaram a crise da extensão rural e tornaram o trabalho dos extensionistas ainda mais pontual. Ganhou força a “lógica dos projetos”: o principal (senão único) contato do agente de extensão com o seu público alvo era no momento da elaboração de projetos destinados à obtenção de crédito. O acompanhamento das fases de implantação e execução dos mesmos era bastante deficiente ou inexistente.

Tal situação se mantém até os dias atuais em grande parte das empresas estaduais de extensão. Os assentados, conseqüentemente, também são afetados por este contexto desfavorável. Em recente pesquisa realizada em assentamentos de todo o país (GUANZIROLI *et al.*, 2001), constatou-se que 15,2% dos projetos analisados não recebem qualquer tipo de assistência técnica. Daqueles que têm acesso à assistência, seja estatal ou de organismos não-governamentais, em 50% ela foi considerada precária, 14,7% regular e 23,5% boa³³. Em outro estudo, GUANZIROLI *et al.* (1998) apontam como principais fatores responsáveis pela precarização do trabalho de extensão nos assentamentos: a não priorização da reforma agrária pelas empresas estaduais de extensão, a redução do quadro técnico dessas empresas e a mudança do tipo de demanda dos assentados (atividades de gestão, processamento e organização produtiva).

O relato da liderança estadual do MST entrevistada neste trabalho, de certa forma resume a atuação da assistência técnica durante grande parte dessa primeira fase³⁴.

“Nós não tinha assistência técnica. Assistência técnica nós fomos consegui... quem dava era a Epagri, na época nem era a Epagri, era a Acaresc. Mas aqueles técnicos só faziam projeto. Assistência técnica de fato, nós não tinha. Orientação nesse sentido nós não tinha”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Em muitos casos, essa situação ganhava contornos ainda mais delicados. Pelo fato das áreas reformadas constituírem-se em espaços de acentuado conflito e disputa, o interesse dos agricultores ali assentados muitas vezes era relegado a um segundo plano. A orientação político-ideológica própria aos assentamentos, e em geral oposta à das oligarquias locais dominantes, torna bastante problemática a relação com as empresas estaduais de extensão, muitas delas sob influência ou poder dessas oligarquias. A falta de

³³ Nos demais 11,8%, as opiniões foram destoantes, aparecendo respostas diversificadas de acordo com a área do assentamento.

³⁴ Embora tenham existido algumas iniciativas de caráter diferenciado, como aquelas reportadas anteriormente, essas foram pontuais e de curta duração, sendo sua influência pequena quando comparadas ao padrão de assistência técnica que foi preponderante nos assentamentos.

interesse institucional em apoiar ou estimular as iniciativas de desenvolvimento nessas áreas, teve como resultado a precarização ainda maior do serviço de extensão à disposição dos assentados (ou mesmo a ausência desse).

Para aquém dos conflitos mais abrangentes (de cunho político-social), pode-se observar conflitos localizados numa esfera microssocial, decorrentes das diferenças de formação e expectativa entre o técnico e o assentado. O extensionista, ao encarar o assentado como um agricultor familiar tradicional, utilizava-se de suas metodologias e práticas corriqueiras na relação que estabelecia com ele. Contudo, o assentado, em função das particularidades do processo que lhe deu origem³⁵, tinha demandas e objetivos diferentes dos que lhe eram impostos (sejam de ordem técnica ou metodológica)³⁶. A formação reducionista dos técnicos e a proximidade entre as universidades e as grandes empresas multinacionais do setor agrícola são vistas pelo MST como responsáveis pela inadaptação desses profissionais à realidade dos assentamentos.

“Agora, o problema é o seguinte. O problema tá nos nossos órgãos de ensino, as instituições. Na verdade, geralmente, infelizmente, eles [os técnicos] não são formados prá pensá e desenvolvê alternativas. As instituições de ensino formam eles prá reproduzí pacotes. Se for vê na área agrônômica, qual é a mentalidade? Por trás das universidades, tão as grandes empresas, que financiam professores, que financiam testes, práticas. Então na verdade, tem isso. As instituições de ensino são as responsáveis pela difusão das tecnologias das grandes empresas. São as grandes responsáveis. E o técnico sai com aquela visão”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

A segunda fase da trajetória da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária, inicia-se em 1994. Nesse ano, é criado o Projeto Lumiar, que se propunha a estruturar um novo sistema de assistência aos assentados, dada a “incapacidade” da extensão rural estatal em atender tal demanda. O Projeto Lumiar estendeu-se até o início de 2001, quando foi “suspensão” (aparentemente, de forma definitiva) pelo governo federal.

³⁵ O processo de formação desta nova categoria social denominada *assentado*, bem como as suas peculiaridades, serão discutidos no próximo capítulo, no item 1.7.

³⁶ Com isso, não se pretende afirmar que as práticas adotadas pelos extensionistas eram adequadas ou de interesse dos agricultores familiares. Busca-se apenas chamar a atenção para o fato de que elas foram desenvolvidas para o trabalho com esses, sendo insuficientes até mesmo para os objetivos a que se propõem (bastante conservadores) quando o público alvo são os assentados.

3.2. Lumiar: uma luz no fim do túnel?

O Lumiar é um projeto do governo federal, implementado pelo Incra, que tinha por objetivo garantir os serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas.

Esse Projeto surgiu como resultado das pressões dos movimentos sociais, principalmente o MST, para que os assentamentos contassem com uma assistência técnica efetiva (não apenas “fazedora de projetos”) e, acima de tudo, conhecedora da realidade desses espaços.

Como afirma MOREIRA (1997), por meio do Lumiar, a ação governamental introduziu nos assentamentos algumas inovações em termos de concepção e implementação de políticas públicas. A responsabilidade direta pela assistência aos assentados deixa de ser do Incra e das empresas públicas estaduais de extensão rural, mediante a terceirização desse serviço³⁷. Não se pode deixar de perceber e apontar a sintonia entre esse projeto e a lógica neoliberal de descomprometimento e retirada do Estado das áreas de produção e de oferecimento de serviços básicos, com o conseqüente repasse dessas atividades para a iniciativa privada, mesmo que continuem demandando financiamento público.

Mas, apesar disso, o Lumiar também trouxe consigo uma série de aspectos e novidades positivas. Uma delas é a participação dos assentados, por meio de suas entidades representativas, no processo de seleção e avaliação dos técnicos que lhes prestariam assistência³⁸. Assim, o perfil do profissional demandado podia ser definido de antemão, de forma a orientar a escolha. Além disso, a dedicação exclusiva aos assentamentos, permitiria a realização de um trabalho mais profundo e um acompanhamento constante das atividades.

Contudo, ressalta MOREIRA (op.cit.), isso não resolveu o problema da formação deficitária dos técnicos egressos das universidades e escolas técnicas³⁹. Os baixos salários e o fato da contratação ser temporária, também não tornavam o Lumiar atrativo para

³⁷ A contratação dos técnicos era feita por meio das organizações dos assentados (no caso de Santa Catarina, a Cooperativa Central dos Assentamentos – CCA/SC), com recursos repassados pelo Incra.

³⁸ O Lumiar era coordenado nacionalmente pela Comissão Procer/Lumiar, e nos estados pelas Comissões Estaduais Procer/Lumiar. Além de representantes dos assentados, faziam parte dessas comissões representantes do Incra, do banco oficial credenciado, da Secretaria de Estado da Agricultura e da entidade estadual de representação dos trabalhadores rurais.

³⁹ Situação semelhante observa-se na extensão rural como um todo. Segundo CAPORAL & COSTABEBER (1994), a mudança de enfoque e de discurso da extensão rural durante os anos 80, não se fez acompanhar da necessária mudança na formação dos extensionistas, o que acarretou um distanciamento entre discurso e prática.

aqueles profissionais de maior experiência. Grande parcela dos contratados era de recém-formados, que vislumbravam nesse projeto uma espécie de estágio profissional.

Mas, se por um lado as condições de trabalho adversas eram um problema, por outro constituíam-se num fator interessante para o próprio sucesso do projeto, já que implicitamente exigiam um certo grau de comprometimento ideológico com a causa da reforma agrária. Segundo GUANZIROLI *et al.* (1998), a identificação e o comprometimento dos técnicos com os assentamentos, atitude encorajada pelas diretrizes do projeto, ajudou a potencializar o serviço de assistência nessas áreas, uma vez que promoveu a confiança mútua entre o técnico e o assentado. Os técnicos do Lumiar eram, inclusive, identificados pelos assentados como sendo dos movimentos sociais.

D'INCAO (1998), tratando da questão da reforma agrária no estado de São Paulo, considera como central o papel exercido pelos *técnicos-militantes*⁴⁰ no sucesso de diversos projetos.

A própria falta de experiência dos técnicos, não era considerada de todo problemática. O baixo grau de “sedimentação” das estruturas cognitivas, facilitava a adaptação e estimulava a busca de novos conhecimentos e alternativas por parte desses profissionais.

“O pessoal do Lumiar veio com uma nova mentalidade. Então eles vieram ousando, fazendo o novo. Tirou um pouco o pessoal de dentro de uma cultura que eles tavam acostumado a fazer e jogou eles... Teve o pêssego em Faxinal [Faxinal dos Guedes/SC], teve a 1ª Festa do Pêssego, a 1ª Festa da Carpa lá em Abelardo Luz [SC], a 1ª Festa da Melancia. Então teve vários eventos que foram alavancados pela rotatividade do modo de cultura que foi implantado dentro dos projetos”.

Antônio Augusto, técnico do Inbra

O papel decisivo dos movimentos sociais, especialmente do MST, na estruturação e estabelecimento das diretrizes de funcionamento para o Lumiar, fica evidente no relato abaixo.

“Mas até nos próprios encontros dos técnicos, a gente discutia muito essa questão agroecológica, né. Então o processo talvez tenha se construído, por esse lado da agricultura orgânica, das discussões e troca de experiências entre nós. E a gente sabe que hoje as empresas têm um sistema, que é o uso do pacotão. E o MST já trabalha assim numa linha diferenciada, que é a produção orgânica. Vamo dizê assim, a discussão... no geral entre os técnicos aí, nós da equipe técnica, era trabalhá a agroecologia, nos assentamentos. Desenvolvê esse projeto de agroecologia.

⁴⁰ Nunca é demais ressaltar que, para D'INCAO, a palavra “militante” designa compromisso e engajamento ético e político com uma determinada causa.

Pergunta: Esses encontros, quem é que promovia?

O próprio MST. Então a gente... que ali eram planejadas as atividades, e feito uma avaliação do que tava sendo construído”.

Juares, ex-técnico do Lumiar

GUANZIROLI *et al.* (1998) criticam essa vinculação excessiva dos técnicos do Lumiar aos movimentos sociais ao afirmarem que, embora facilitasse a integração técnico-assentado, o fato de estarem submetidos às diretrizes desses, dificultava a construção de novas formas de atuação decorrentes de sua relação cotidiana com os agricultores.

Apesar do aspecto inovador e dos impactos positivos que trouxe aos assentamentos, o Lumiar sempre esteve cercado por uma fragilidade institucional pois, como consta no próprio documento de apresentação do projeto (INCRA, 2002c), tratava-se de “um projeto com caráter de excepcionalidade”. Dessa forma, sua renovação anual dependia dos interesses políticos e da correlação de forças reinantes naquele momento. Eram freqüentes, em decorrência disso, os atrasos na liberação de recursos para salários e despesas de custeio das atividades.

Por fim, em meados de 2000 o Lumiar foi suspenso, sendo retomado depois por alguns meses, até ser definitivamente cancelado no início de 2001⁴¹.

Durante o segundo semestre de 2001, alguns assentamentos do estado de Santa Catarina (dentre os quais o Domingos Carvalho) receberam assistência técnica por meio de um convênio firmado entre o Incra, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (Fundagro) e a Epagri. Nesse convênio, o Incra repassava os recursos, a Epagri fornecia a estrutura gerencial, operacional e a capacitação, e a Fundagro fazia a contratação dos técnicos. Uma das principais novidades desse novo modelo foi a exclusão dos assentados (e suas entidades de representação) dos processos de seleção e avaliação dos técnicos, efetuados pela Fundagro, e a vinculação desses profissionais aos escritórios regionais da Epagri, o que significa uma menor liberdade de atuação e a priorização dos programas e atividades desenvolvidas por essa instituição. Exemplo disso é a tentativa do técnico do Convênio Incra/Epagri/Fundagro, responsável pelo Assentamento Domingos Carvalho, de convencer os assentados a ingressarem no Programa Florestas Catarinenses, fato observado durante a pesquisa de campo.

⁴¹ É necessário destacar que, durante o ano de 2000, os assentados do Domingos Carvalho iniciaram a implantação dos projetos discutidos e elaborados na fase anterior do PDA.

Esse convênio teve uma duração efêmera de 6 meses e, até o momento da conclusão desta dissertação, não havia sido renovado, apesar das promessas nesse sentido feitas pelo Incra e do “compromisso” assumido pela própria Epagri de que garantiria a manutenção da assistência por alguns meses, até que os trâmites de renovação estivessem concluídos⁴².

3.3. “Acabou o Lumiar e a gente ficou na mão...”

Os assentados do Domingos Carvalho começaram a receber assistência técnica ainda na fase de acampamento, em junho de 1998, quando cultivavam algumas pequenas áreas voltadas ao autoconsumo.

O fato de o técnico ser contratado pelo Lumiar, fez com que esse assentamento sofresse também os percalços e a inconstância característicos do projeto. Dessa forma, quando questionados acerca do recebimento de assistência técnica para a implantação das primeiras lavouras após o assentamento e nas atividades subseqüentes, as respostas dividiram-se em três grupos⁴³.

Num primeiro grupo de 11 assentados, estão aqueles que relataram ter recebido assistência nessa fase. Embora a maioria desses entrevistados avalie como satisfatório o trabalho desenvolvido pelo técnico, é bastante freqüente a idéia de que um acompanhamento mais constante teria trazido benefícios mais significativos. Contudo, eles reconhecem que, em função do grande número de assentamentos que o técnico tinha que atender, isso tornava-se praticamente impossível.

“Mas o Juarez [ex-técnico do Lumiar] também não podia fazê tudo, porque não era só nós que ele atendia. Ele atendia vários outros assentamentos também”.

Cláudio, assentado

Outro grupo, que reúne 6 entrevistados, afirmou ter recebido assistência técnica, mas que essa foi muito aquém do necessário. Além do excesso de atribuições, os assentados apontam ainda como fatores responsáveis pelo não atendimento das

⁴² Segundo informações dos técnicos contratados pelo convênio.

⁴³ Além desses, um quarto grupo, constituído de 3 entrevistados, não respondeu essa questão ou não foi possível extrair uma resposta conclusiva de suas falas.

expectativas, a falta de experiência do técnico e os problemas do próprio Lumiar (principalmente a inconstância no repasse do salário), que resultaram na ausência do técnico nos momentos em que sua presença era imprescindível.

“Muito pouco. Porque nós tinha o técnico, muito bonzinho o nosso técnico, só que ele... a prática dele era pouca. E já começou aquele negócio, paga, não paga. A hora que nós mais precisava do técnico, ele tava ausente daqui, porque não tava recebendo”.

Paulo, assentado

O terceiro grupo, constituído por 12 entrevistados, afirmou não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica, com exceção daquela destinada à elaboração dos projetos. As possíveis explicações para isso vão desde a suspensão do Lumiar no momento em que esse se tornava mais necessário, até a “preferência” do técnico em trabalhar com os membros dos grupos Semi-coletivo e, principalmente, Coletivo. Além das vantagens apresentadas pelo trabalho com grupos de agricultores, essa “preferência” era decorrente do próprio estímulo do MST, como veremos mais adiante.

“Vou te dizer não. Não recebemo porque na época [de implantação dos projetos do PDA] o técnico tava desempregado, o contrato dele já tinha vencido. Às vezes ele aparecia aí, mas ele vinha por conta própria. Não tivemo porque não existia técnico. Então a gente fez o que pode, por conta. Eu vi que a necessidade nossa bastante grande é um técnico.

Pergunta: *O que teria que melhorar na assistência técnica para ajudar vocês?*

Não sei nem como te explicar. Eu acho que ele devia de permanecer mais dias nos assentamentos, e vir trabalhar, na função dele, se dedicar. E também não vim num grupo e daí achar que nós temo que copiar daquele grupo. Eu acho que ele deveria fazer isso por família. Como houve um tempo que o Juarez era técnico, ele mais se dedicava ao Coletivo”.

Carmen, assentada

Assim, para uma parcela significativa dos assentados, não houve muitas alterações na lógica do técnico “fazedor de projetos”. Embora o Lumiar tivesse um caráter diferenciado, alguns problemas da extensão rural convencional permaneciam, como é o caso da alta relação ‘número de famílias atendidas/técnico’. Segundo dados do INCRA (2002c), no período 98/99 foram contratados em Santa Catarina 30 técnicos para as equipes locais do Lumiar⁴⁴, os quais atendiam 3.308 famílias, perfazendo uma média de

⁴⁴ Cada equipe local, composta por vários técnicos, era responsável pelos assentamentos de uma determinada região dentro do estado.

110 famílias por técnico⁴⁵. Embora esse valor se aproxime bastante daquele considerado o máximo aceitável pela Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER, 2002) de 100 famílias atendidas/técnico, é necessário considerar que as equipes locais eram multidisciplinares, contando com agrônomos, veterinários, economistas, sociólogos, engenheiros florestais, técnicos agrícolas, psicólogos, administradores, entre outras categorias⁴⁶. Não é possível simplesmente dividir o número de assentados atendidos pelo número de técnicos contratados, sendo necessário levar em conta também as atribuições específicas de cada um desses profissionais. Para entender melhor essa questão, recorramos ao exemplo hipotético de uma região que contasse com 300 famílias assentadas e cuja equipe do Lumiar fosse composta por 3 profissionais de diferentes áreas (agronomia, veterinária e administração, por exemplo). Ao invés de 100 famílias atendidas/técnico, tem-se na verdade 300 famílias/técnico, uma vez que, pelo tipo de formação a que foram submetidos, o veterinário trabalhará principalmente (embora não exclusivamente) com a produção animal, o agrônomo com a produção vegetal e o administrador com o gerenciamento.

Além disso, é preciso considerar ainda o fato de que a distância entre os assentamentos dentro de uma mesma região, por vezes é bastante elevada, o que, aliado à precariedade na conservação de muitas estradas, dificultava e tornava moroso o deslocamento de um para outro.

Dessa forma, apesar das inovações (profissionais com atuação exclusiva nos assentamentos, participação dos assentados na seleção, definição de diretrizes de trabalho e avaliação dos técnicos, etc.), a assistência técnica continuava apresentando diversas deficiências, dentre as quais a carência de técnicos para atender a elevada demanda. Aparentemente buscando amenizar esse déficit e difundir a adoção da cooperação agrícola, o Movimento estimulava as equipes locais a trabalharem preferencialmente com grupos, o que facilita e aumenta a abrangência do trabalho.

“Então, a orientação pra assistência técnica é de que pegue alguns grupos e comece a trabalhar algumas experiências”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

⁴⁵ Em termos nacionais, durante o ano de 1999, o Lumiar contava com 1.400 técnicos, que atendiam 117 mil famílias, perfazendo uma média de aproximadamente 84 famílias/técnico (BRASIL/MDA, 1999).

⁴⁶ No caso da região do Planalto Norte Catarinense, contudo, a “equipe” era composta por apenas um técnico agrícola.

Contudo, tal procedimento acabava privilegiando aqueles assentados que já tinham um grau maior de organização em detrimento dos individuais ou das formas de organização informais ou mais flexíveis. A análise das entrevistas nos mostra que a maioria daqueles indivíduos que afirmaram não ter recebido assistência técnica na implantação e acompanhamento de suas lavouras, faz parte do grupo Cooperação. Por outro lado, aqueles que alegaram ter recebido assistência, pertencem principalmente ao grupo Coletivo e ao Coletivo II. A própria divisão e o relacionamento conflituoso entre os “de cima” e os “de baixo”⁴⁷, deram origem à críticas bastante incisivas no que diz respeito à atuação do técnico.

“Ele [o técnico] conhecia só a sede da fazenda, prá cá ele não vinha”.

Luiz Alexandre, assentado

Mesmo com relação à presença de outros atores sociais (pesquisadores⁴⁸, técnicos do Incra, autoridades municipais, etc.) no assentamento, percebe-se uma certa disputa entre os dois “grupos”, da qual nem nossa pesquisa conseguiu escapar⁴⁹.

“Tinha um técnico aí, mas mais ele visitava as casa. Mas aqui prá cima, muito pouco eles viam ele. (...) A maioria do pessoal de fora, já vem assim... já é meio escolhido, já digo mais... naquelas pessoas tipo assim mais importante. (...) Não só o técnico, mas a maioria do pessoal que vem de fora, aqui prá cima vem poucas vez”.

Jorge, assentado

A falta de assistência e o desconhecimento do itinerário técnico de certas culturas (ou as especificidades decorrentes da mudança de meio), obrigaram muitos assentados a buscarem as informações de que necessitavam por outras vias. Uma das formas mais comuns encontradas, foi a consulta a vizinhos ou membros do grupo ao qual pertenciam.

⁴⁷ Os “de baixo” são aqueles assentados que moram na entrada do assentamento, localizada na área de menor altitude. São em sua maioria membros do Coletivo, Coletivo II e (ex)Semi-coletivo. Os “de cima”, são aqueles que residem na área de maior altitude, localizada nos fundos do assentamento, sendo constituído por membros do Cooperação e alguns do extinto Semi-coletivo.

⁴⁸ Da FAO, do Icepa e do presente trabalho.

⁴⁹ O fato do trabalho de campo ter se iniciado com as visitas às famílias residentes na entrada principal do assentamento (os “de baixo”), permanecendo-se ali por algum tempo, fez surgir o boato de que a pesquisa se restringiria àqueles e que os “de cima” não seriam visitados.

“A gente perguntava prá outros que já sabiam. A gente buscou informação. Até a mãe mesmo, já tem o costume”.

Alves, assentado

Outra possibilidade da qual alguns assentados se utilizaram, foi a busca de auxílio nos vizinhos limítrofes ao assentamento, muitos dos quais podem ser classificados como agricultores familiares consolidados, altamente tecnificados e utilizadores de insumos de síntese industrial em larga escala. Os assentados buscam nesses vizinhos não apenas informações, mas também apoio “logístico” para o manejo da lavoura. Não se pode desconsiderar também a influência que a vizinhança exerce na própria escolha das práticas a serem adotadas. É o que TEDESCO (1999) chama de *pressão simbólica* e que teria influenciado, no caso da pesquisa realizada por esse autor no Nordeste do Rio Grande do Sul, a opção de muitos “colonos” pela aquisição do trator. A pressão simbólica ocorre quando uma determinada tecnologia ou prática é utilizada por um agricultor e, devido à valorização dessa e inferiorização das práticas tradicionais no imaginário popular (seja de forma espontânea ou induzida), passa a despertar nos vizinhos o interesse e a “necessidade” de adotá-la também.

“Que nem o adubo, o seu Rodolfo [vizinho externo ao assentamento] plantou prá mim, ele sabia a quantia de adubo que ia, quantos sacos por pacote de milho. Faz tempo que eu luto com lavoura. Que eu também não entendia nada quanto é que ia de adubo. Daí ele plantou, que ele plantava, tinha a regulagem na plantadeira.

Pergunta: *O senhor nunca tinha utilizado adubo?*

É que no nosso lugar nós não usava adubo. Só pro fumo, mas em lavoura de roça, milho e feijão, nós não usava.

Pergunta: *E quando surgia alguma dúvida, o senhor pedia ajuda pro seu Rodolfo?*

É, porque ele tinha mais prática. Que nem do veneno, ele sabia dos bichinho que comiam o milho dele, ele já me orientou ‘olha, teja de olho, a hora que os bichinho começá a atacá...’. Mandou eu comprá o veneno, deu o nome do veneno. ‘E a hora que eles começá a atacá, me avisa, eu venho passá o veneno prá você’. Eu fiquei olhando, quando eles começaram a cortá, eu fui lá falei e ele passou o veneno”.

José Carlos, assentado

“Esse [veneno] daí, essas turma daqui da comunidade já usam, esses polaco, esses granjeiro do lado, esses que trabalham com lavoura. Daí eles ensinavam nós. Até esses alemão que nós trocamos serviço. Eles que vieram passá, compraram o veneno prá nós, não tinha dinheiro. Daí trocamos serviço”.

Tércio, assentado

Outro problema, anteriormente apontado e que se fez presente na fala de diversos assentados, foi a pouca experiência do técnico responsável pelo assentamento. Como atesta o relato do próprio Juarez, o Lumiar foi o seu primeiro emprego, após a conclusão do curso de técnico em agropecuária. O fato de ter realizado sua formação em escola localizada em outra região (no município de Concórdia, oeste catarinense), pode também ter contribuído num *estranhamento* inicial das condições do assentamento. Além disso, segundo ressaltam WEID & ALMEIDA (1997), tanto as universidades como as instituições de ensino técnico foram moldadas para se integrarem à estratégia de implantação e difusão do modelo da *modernização conservadora* e continuam fundamentalmente orientadas pela lógica reducionista que lhes é característica. A demanda por um conhecimento diferenciado apresentada pelos assentados, coloca em xeque grande parte dos ensinamentos de que o técnico é “abastecido” durante a sua formação escolar.

“O Juarez, excelente de um companheiro, mas ele não vencia tá em todos os assentamentos. Porque daí época de plantio é aquela época. E nas hortaliça ele teve algumas vez, mas ele fugia da hortaliça, parece que não era muito o ramo dele. Então a gente, nas hortaliça, tocou mais com a nossa experiência mesmo”.

Mário, assentado

Procurou-se também no decorrer da pesquisa, traçar um perfil do trabalho desenvolvido pelo técnico, buscando identificar se sua atuação era *propositiva* (trazia e/ou recomendava produtos, práticas e culturas novas) ou *reativa* (apenas buscava atender a demanda dos assentados). Mais uma vez, observa-se uma diferenciação nas opiniões dos assentados, de acordo com o grupo no qual se enquadravam. Embora a maioria das entrevistas aponte para um perfil propositivo, é possível notar que aquelas que sugerem um caráter reativo na atuação do técnico, concentram-se nos “de cima”, especialmente no grupo Cooperação. Com relação a isso, entende-se que a própria orientação da intervenção no assentamento, mais dirigida ao trabalho em grupo, favorecia esse tipo de comportamento diferenciado. Enquanto que para o Coletivo, principalmente, buscava-se estabelecer um trabalho de longo prazo, do qual faziam parte a apresentação e experimentação de atividades ou práticas novas, para os assentados individuais (do Cooperação) tornava-se impossível adotar o mesmo procedimento para cada família em separado, o que fazia com que a assistência se restringisse, quando muito, ao atendimento de demandas pontuais e imediatas.

“Ele [o técnico] esperava mais nós ir de atrás dele, na hora que nós precisava”.

Valmir, assentado (Cooperação)

“Ele trazia às vezes algumas sugestões novas, digamos assim. (...) Ele dizia ‘de repente prá vocês, o clima de vocês aqui, de repente vocês poderiam experimentá, fazê o teste um ano, de repente se produz bem, batata-doce, o aipim, aquela batata-salsa. Então de repente vocês poderiam experimentá, de repente o clima aqui é bom prá esse tipo de produção’. Então ele sempre orientava algumas coisas além daquilo que a gente sabia, algumas coisas a mais”.

Rainer, assentado (Coletivo II)

Em alguns relatos daqueles assentados que afirmaram que o trabalho da assistência técnica tinha um perfil propositivo, é possível perceber indicações acerca do direcionamento que se dava ao mesmo.

“A gente notava, ele [o técnico] não se declarava, até porque acho que ele era meio novo na área, eu pelo menos sempre notei isso nele, que ele era muito sobre a questão da agroecologia. Onde ele pudesse evitá a questão do uso do agrotóxico, ele contribuía bastante”.

Maria José, assentada

Apesar das críticas e dos problemas, é praticamente unânime a opinião de que a assistência técnica é fundamental para o desenvolvimento do assentamento. Tal observação condiz com a análise feita por REIS (2001) em dois reassentamentos (Campo Erê/SC e Marmeleiro/PR) de agricultores atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá, os quais colocavam grandes expectativas na possibilidade de superar parte de suas dificuldades por meio da assistência técnica, apesar das inúmeras deficiências que essa apresentava. O estudo realizado por GUANZIROLI *et al.* (1998) parece legitimar essa expectativa, ao concluir que a assistência técnica desempenhou um papel importante para o desenvolvimento dos projetos mais bem estruturados e que, por outro lado, a debilidade com que tem atuado na maioria dos assentamentos pouco desenvolvidos, apresenta-se como principal limitante à superação das complexas questões que se colocam nesses.

Observa-se que a importância da assistência técnica é associada tanto ao aporte por ela proporcionado de práticas e procedimentos que não são do conhecimento dos assentados, quanto à sensação de segurança na execução das atividades corriqueiras que decorre de sua presença.

“Ele participou, sempre orientando como que deveria plantar. Até no milho, a gente... apesar que a gente já sabia como que plantava milho, plantando milho desde... feijão também. Mas assim mesmo ele participou, que era o trabalho dele. E contribuiu muito. Na verdura também. Muita coisa que a gente tava fazendo errado ele foi e corrigiu. Diz ele ‘muita coisa que eu não sei, eu quero aprender com vocês’. E assim foi. (...) A gente sabia plantar, mas a gente não tinha aquela formação que ele tem, um técnico, aí a gente ia às vez mais no papo dele. Muita coisa a gente fez na conversa dele. Que nem a distância do milho, a quantia de adubo, que às vez tava colocando exagerado demais adubo”.

Osmar, assentado

O tipo de assistência técnica desejada pelos assentados incorpora duas características principais: acompanhamento constante das atividades produtivas; um elevado grau de acessibilidade e “abertura” do técnico.

Ao serem questionados sobre o que deveria melhorar na assistência técnica, a resposta imediata de todos os entrevistados foi de que o técnico deveria estar mais próximo do assentamento, de forma a acompanhar o seu dia-a-dia e prevenir ou corrigir eventuais falhas nos processos produtivos. A convicção com que se apresentava essa resposta, com certeza, está relacionada à experiência que tiveram durante a implantação do PDA, quando a ausência ou a baixa frequência do acompanhamento técnico resultou em diversos encaminhamentos errôneos e abandono dos projetos originais.

“A assistência técnica deveria de tá mais junto de nós na hora da prática mesmo, na hora de plantá. Acompanhá o crescimento. Por exemplo, nós perdemo muito feijão porque deu antracnose no feijão. Então, na hora que deu antracnose, por exemplo, só depois que o feijão tava maduro que a gente foi ver que era antracnose. Mas se o técnico tivesse prá dizê ‘ó, vamo fazê esse tratamento aqui; não tem como fazê, então vamo arrumá uma alternativa’, de repente a gente não tinha tomado prejuízo. No caso do tomate, por exemplo. Só quando tava quase morto o tomate, que daí veio a orientação de que faltava cálcio. Então, teve esses problema. Se tivesse um acompanhamento, né...”.

Mário, assentado

Surgiram também algumas reclamações acerca da irregularidade e inconstância com que tem atuado a assistência técnica. A necessidade de um trabalho continuado e de longo prazo é percebida e valorizada pelos assentados.

*“Só que ele tem que permanecer. Não adianta vir um técnico só 6 meses, se nós vamos ficar aqui eterno. E nós não vamos plantar só esse ano. Nós não vamos precisar de um técnico só esse ano. Nós vamos precisar sempre. Por que contratar só pra 6 meses?”*⁵⁰

Carmen, assentada

Outra característica bastante lembrada durante algumas entrevistas é a “abertura” e acessibilidade do técnico. A busca de um novo profissional, que saiba “ouvir” e valorizar o conhecimento do agricultor, partindo desse para a implementação de novos caminhos de desenvolvimento, parece, afinal, não ser uma demanda restrita à academia e aos intelectuais que tratam do tema. Também os assentados já se aperceberam da importância de seu próprio saber e que esse, ao invés de ser substituído, deve ser complementado e aprimorado pelo saber do técnico. Contudo, segundo GRZYBOWSKI (1987), o que tem normalmente ocorrido na confrontação dos dois saberes é a imposição do saber do técnico sobre o saber dos “camponeses”, com a conseqüente desqualificação desse último e não o seu aperfeiçoamento.

“Tipo, se eu tiver um problema, e perguntá pra ti, tu é o técnico, ‘ó Alexandre, tô com um problema na minha lavoura, aconteceu isso, aconteceu aquilo’, se ele não souber, mas que ele vá buscar fora pra solucioná aqueles problemas. Porque, tu tá se formando, mas tem coisa que tu não sabe. Ninguém sabe tudo. Tipo, isso a gente tinha acesso com o Juarez”.

Maria José, assentada

“Talvez ele vai aprender alguma coisa com nós também. Ele faz a gramática e nós fazemos a prática. Então nós dois junto com certeza vamos dar certo. Porque não vai dar certo eu sozinha. E nem ele sozinho. Tem que ser nós dois junto”.

Carmen, assentada

3.4. Síntese e considerações

A assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária tem enfrentado problemas semelhantes àquela recebida pelos demais agricultores familiares. A desestruturação das empresas estaduais de extensão rural, a não priorização dos

⁵⁰ Os “6 meses” fazem referência ao técnico contratado pelo Convênio Incra/Fundagro/Epagri, que iniciava suas atividades durante o período de realização desta pesquisa e cujo contrato encerrava-se em dezembro de 2001.

assentamentos e a falta de habilidade dos técnicos para esse tipo de trabalho, torna a situação ainda mais precária em alguns casos.

Contudo, graças ao seu grau de organização e poder de pressão, os assentados conseguiram garantir a implantação de uma nova estrutura de assistência técnica, que trazia como principal novidade o caráter democrático no qual se fundamentava. Apesar disso, o Projeto Lumiar não conseguiu superar uma série de dificuldades comuns à extensão rural, como a baixa disponibilidade de técnicos e a formação reducionista de grande parte dos profissionais das ciências agrárias. A própria inconstância e fragilidade político-institucional que sempre acompanharam o Lumiar, dificultaram o andamento dos trabalhos, culminando com a “suspensão” do Projeto em 2001.

No caso do Domingos Carvalho, a ausência da assistência técnica num momento crucial de seu processo de desenvolvimento (a implantação das atividades planejadas durante o PDA) foi um dos responsáveis pelo fracasso de algumas iniciativas (como a olericultura) e pela alteração de um grande número de projetos.

HEIDEN (2001), em estudo realizado no assentamento, reforça a idéia de que a assistência técnica deficiente ocasionou diversos transtornos e aponta como exemplo a escolha do local para a construção de abrigos e túneis (para o cultivo de olerícolas), que não levou em consideração critérios técnicos fundamentais, como a disponibilidade de água para irrigação, a proteção contra ventos fortes e o preparo da área.

A assistência técnica demonstrou-se extremamente importante, principalmente na fase inicial dos projetos de assentamento, dada a inexperiência na atividade agrícola de algumas famílias, a falta de tradição no gerenciamento da propriedade, o longo período que muitos estiveram afastados da agricultura e o desconhecimento das características do novo ambiente do qual passam a fazer parte. A própria segurança representada pela presença do técnico pareceu ser um fator que predispõe o assentado a buscar alternativas (culturas ou práticas) diferenciadas.

Por outro lado, a ausência da assistência nesses momentos iniciais, fez com que alguns assentados buscassem auxílio nos vizinhos externos ao assentamento e, conseqüentemente, reproduzissem o modelo utilizado por esses, baseado na elevada utilização de adubos de síntese industrial e agroquímicos.

Em função disso, pode-se afirmar que a influência mais significativa da assistência técnica na determinação dos sistemas agrícolas atualmente preponderantes no Domingos Carvalho (milho e feijão), deu-se não em função de sua atuação, mas sim de sua ausência.

4. O MST

Diversas são as formas pelas quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST) afeta as vivências cotidianas dos indivíduos que dele fazem parte. Essa influência se expressa tanto de maneira direta (quando os acampados ou assentados fazem determinadas escolhas ou adotam certos comportamentos seguindo orientações explícitas do Movimento) ou até mesmo indireta (quando é decorrente do modo de ser *Sem Terra*, originado do processo de formação desse sujeito). Neste tópico, buscar-se-á tratar apenas do primeiro caso, embora em sua análise possam entrar alguns elementos do segundo (esse, contudo, será tratado com a devida profundidade apenas no capítulo IV, item 1.7).

Inicialmente, faz-se um rápido resgate do processo de formação e evolução do MST. Em seguida, passa-se à análise do papel outorgado à produção agropecuária pelo Movimento, procurando destacar as diferentes formas com que este tema tem sido tratado ao longo de sua história. Por último, discute-se o grau de influência do MST, especialmente por meio de suas lideranças, nos sistemas produtivos adotados no Assentamento Domingos Carvalho.

4.1. As origens do MST

Para que se possa entender o surgimento e a evolução do MST, é preciso “olhar para trás”, buscando enxergar elementos da história que estão além de seu período de existência.

Segundo STÉDILE & FERNANDES (1999), diversos fatores foram determinantes na gênese do Movimento. O principal deles foi o caráter das transformações sofridas pela agricultura brasileira na década de 70. A mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características capitalistas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, foram responsáveis pela expulsão rápida e intensa de grandes contingentes populacionais do campo durante aquela década. Essa massa de excluídos acabou tomando dois caminhos principais. Uma parte migrou para as regiões de colonização (a chamada “fronteira agrícola”), especialmente Rondônia, Pará e Mato Grosso, deslocamento esse incentivado pelo próprio governo. Mas, ao chegar a essas regiões, o migrante deparou-se novamente com alguns dos problemas enfrentados na região de origem: pressão do latifúndio, falta de

uma política agrícola adequada, falta de acesso ao crédito e aos meios necessários à produção. A esses, somavam-se outros novos, como o isolamento, a distância dos mercados consumidores e o ambiente desconhecido. Uma outra parcela desse contingente foi para as cidades, motivada pelo acelerado processo de industrialização, conhecido por “milagre brasileiro”. No final da década de 70, com o fim do “milagre”, a economia entra em crise e as indústrias deixam de absorver a força de trabalho que migra das zonas rurais para as cidades. A massa de migrantes que continua sendo “empurrada” para os grandes centros, acaba intensificando o processo de suburbanização ou favelização em curso nesses, além de contribuir para a elevação dos índices de miséria e desemprego.

Tal situação levou muitos agricultores a lutarem para permanecer em seu pedaço de terra e motivou um grande número de excluídos a tentarem retornar às suas origens. É essa a base social que gerou o MST (STÉDILE & FERNANDES, op.cit.).

Ainda segundo esses autores, é preciso levar em conta também a existência de alguns movimentos sociais anteriores ao golpe militar de 1964, cuja influência na construção do MST não pode ser desprezada. Entre esses movimentos destacam-se as Ligas Camponesas, que tiveram como área de abrangência a região Nordeste, especialmente Pernambuco. MORISSAWA (2001) chega a afirmar que a história das Ligas tem sua continuidade no Movimento Sem Terra, uma vez que elas, assim como o MST, constituíam-se em movimentos independentes, nascidas no interior das lutas que travavam, e tinham a reforma agrária como principal objetivo.

MORISSAWA (op.cit.) destaca ainda as lutas camponesas radicais, ocorridas durante a década de 40 e início de 50, como elementos relevantes na formação do MST. Essas lutas, embora espontâneas e localizadas, aconteciam em quase todo o território brasileiro, tendo algumas das mais importantes ocorrido no Norte do Paraná, no sudoeste do Maranhão, na região de Governador Valadares/MG, entre outras. CALDART (2000, p.72) busca elementos históricos ainda mais distantes, ao afirmar que

“Cada sem-terra carrega em si (ainda que não saiba disso) a herança rebelde de Sepé Tiaraju, de Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas”.

Afora esse período predisponente, pode-se dizer que o MST teve uma “gestação” que durou de 1979, ano em que foi ocupada a Fazenda Macali, em Ronda Alta/RS, até janeiro de 1984, quando foi oficialmente criado durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel/PR (CALDART, op.cit.; MORISSAWA, 2001).

Durante essa gestação, várias outras ocupações foram sendo realizadas, consolidando essa forma de ação como marca registrada do Movimento. Dentre essas ocupações, destacam-se: a Fazenda Brilhante (em Ronda Alta/RS), ainda em 1979; a Fazenda Annoni (Sarandi/RS), em 1980; o acampamento da Encruzilhada Natalino (no entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo/RS), em fins de 1980; a Fazenda Burro Branco (Campo Erê/SC), em 1980; além de diversas outras nos demais estados.

Também o surgimento de alguns movimentos regionais de luta pela terra durante esse período foi importante na estruturação do MST. O caso principal é o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), criado a partir de famílias expropriadas pela construção da hidrelétrica de Itaipu, mas que logo incorporou outros sem-terra e alastrou-se por todo o estado, mais tarde dando origem ao MST no Paraná.

Segundo CALDART (2000), sob o ponto de vista de sua expressão e atuação no contexto sócio-político, é possível identificar três momentos distintos na trajetória do MST. Num primeiro momento, que vai do período de gestação do Movimento até 1986/87, buscou-se uma articulação nacional da luta pela terra. O MST foi se estruturando como *movimento social de massas*, com uma abrangência maior, seja em termos de área, seja em termos de público envolvido⁵¹. A decisão de construir um movimento nacional foi fruto da reflexão das lideranças da época, que viram nessa expansão a única possibilidade de fortalecer esse processo contestatório e impedir que fosse reprimido. Tal percepção era decorrente do próprio aprendizado histórico com os movimentos camponeses que precederam o MST, rápida e facilmente eliminados por sua atuação muito localizada.

O segundo momento, iniciado em 1986/87 e com continuidade nos dias atuais, é marcado pela constituição do MST como uma *organização social* dentro de um movimento de massas. Apesar de manter a luta pela terra como eixo central, o Movimento passa a incorporar em sua agenda política uma série de outras reivindicações que têm por objetivo estruturar as bases de uma verdadeira reforma agrária. A utilização do termo *organização social*, explica CALDART (2000), se faz para caracterizar o formato organizacional e de atuação na sociedade que “extrapolam o caráter temporário e o perfil comum a um movimento social de massas”. De maneira semelhante, MARTINS (1996) afirma que a tendência dos movimentos sociais, uma vez atingidos seus objetivos ou esgotada sua capacidade de pressionar, é desaparecer ou transformarem-se em organizações partidárias ou de outro tipo. No caso do MST, percebe-se que, embora o

⁵¹ É o que FERNANDES (1996) chama de *territorialização*.

objetivo principal seja a conquista da terra, uma vez de posse dessa os assentados não deixam de participar das lutas e continuam fazendo parte da base social do Movimento, o que confirma seu caráter de organização permanente.

O terceiro momento da trajetória do MST é a sua inserção na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. É o momento mais recente, decorrente de sua afirmação como organização social de massas. Embora esse processo não esteja totalmente concluído, o MST é “chamado a dar um passo a mais”, no sentido de participar de forma ativa de lutas em conjunto com os demais setores da classe trabalhadora brasileira (CALDART, op.cit.). A importância e o poder de pressão conquistados pelo Movimento ao longo de sua história, tornaram fundamental seu envolvimento com as discussões sobre alternativas de desenvolvimento para o Brasil, passando a integrar a partir de 1997, juntamente com outros movimentos e entidades sociais (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Central de Movimentos Populares, Sindicatos, etc.), o conjunto de iniciativas e debates denominado *Consulta Popular*.

A ampliação do espectro de lutas encampadas pelo Movimento Sem Terra, pode ser vislumbrada em algumas reportagens e entrevistas veiculadas pelo Jornal Sem Terra: “Governo privatiza a maior estatal do país” (JST, agosto de 1998), “Projeto Popular para o Brasil: precisamos recuperar nossa cidadania” (JST, novembro de 1998), “Plebiscito da Dívida Externa: é hora do povo decidir” (JST, junho de 2000), “A Alca, o Plano Colômbia e os interesses populares” (JST, junho de 2001), “Alternativas nacionais para resolver a crise de energia” (JST, agosto de 2001), “Imperialismo faz guerra para impor nova ordem mundial” (JST, outubro de 2001), “Política do FMI mata 11 milhões de crianças por ano” (JST, novembro de 2001).

Segundo CALDART (2000), episódios marcantes dessa “evolução” do MST foram as mobilizações organizadas durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. Tal fato teria causado um certo espanto na opinião pública, e mesmo entre a esquerda nacional, servindo para mostrar que “os Sem Terra não querem apenas terra, mas também o direito de cidadania plena” [grifos no original].

As mudanças sofridas durante sua trajetória refletem-se também nas palavras de ordem adotadas pelo Movimento. A primeira, “*Terra para quem nela trabalha*”, adotada em 1984 durante o I Encontro Nacional, apontava como preocupação central a conquista da terra, principalmente por parte dos posseiros e arrendatários. Também reflete a forte influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no processo de criação do MST, já que essa palavra de ordem era utilizada pela própria CPT anteriormente.

Em 1985, o Movimento conclui que, sem enfrentamento direto, não haveria reforma agrária. Dessa forma, e tendo em vista também o processo de “redemocratização” do país, durante o seu I Congresso Nacional é criado um novo lema: “*Ocupação é a única solução*”.

Como resultado das reflexões e amadurecimento interno e da própria conjuntura desfavorável decorrente do fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o V Encontro Nacional, em 1989, surge uma nova palavra de ordem: “*Ocupar, resistir e produzir*”. Reafirma-se a ocupação como forma principal de luta e instiga-se a resistência perante os ataques dos setores conservadores da sociedade (principalmente a União Democrática Ruralista) e do próprio governo⁵². Por outro lado, esse lema demonstra a ampliação da noção de reforma agrária: não basta mais apenas conquistar a terra, é preciso lutar por condições para produzir. Além disso, é necessário mostrar para a sociedade que a reforma agrária é viável, é preciso “mostrar serviço”.

Em 1995, durante o III Congresso Nacional, mais uma mudança: “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”. Esse lema reflete, já com uma convicção maior, o “segundo momento” apontado por CALDART (2000), ou seja, a transformação do MST em organização social, com a conseqüente incorporação de outras lutas e aglutinação de outros setores em torno da luta pela reforma agrária. A sociedade é chamada a participar desse processo e uma série de atividades que buscam aglutinar outros setores é organizada, como é o caso da “Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, em 1997.

A palavra de ordem que surge do IV Congresso Nacional, realizado no ano de 2000, busca mais uma vez envolver toda a sociedade na luta pela reforma agrária: “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”. A tática utilizada é de esclarecer o público, apresentando a situação fundiária brasileira, os problemas causados pelos latifúndios e as vantagens (econômicas, sociais e ecológicas) advindas da criação de assentamentos rurais. Nesse mesmo período, é lançada a campanha pela emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil. Como é explicitado no próprio material de divulgação da campanha,

“a reforma agrária passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como *uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo rural e do inchaço e violência*”

⁵² Com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da república em fins de 1989, a situação agravou-se ainda mais. Segundo STÉDILE & FERNANDES (1999), no II Congresso Nacional realizado em maio de 1990, o MST não mudou sua palavra de ordem, mas passou a dedicar especial atenção ao *resistir*.

4.2. O MST e a questão produtiva

Conforme já comentado anteriormente, a partir de 1989, uma preocupação que vinha ganhando proporções cada vez maiores dentro do próprio Movimento, é finalmente explicitada na nova palavra de ordem adotada: “Ocupar, resistir e produzir”.

Embora não estivesse de todo ausente no período anterior, a questão da produção nos assentamentos não era tratada com a atenção que demandava. Além do mais, afirmam STÉDILE & FERNANDES (1999), havia uma visão romântica da produção por parte dos próprios assentados.

Conquistados os primeiros assentamentos e com a gradual expansão em seu número, o MST viu-se diante do desafio de estabelecer novas relações de produção dentro desses espaços. É nesse contexto que iniciam as discussões acerca da *cooperação agrícola*⁵³, apontada como uma das poucas saídas possíveis para a agricultura de base familiar.

Para CALDART (2000), o fato de ser uma organização pensada para fazer a luta massiva pela terra, tornava as questões pragmáticas relativas ao cotidiano das *frações de território* conquistadas um verdadeiro desafio ao Movimento.

Em função disso, em abril de 1986, o MST promove o Encontro Nacional dos Assentados, cujo objetivo era discutir os rumos a serem seguidos nesses espaços. Nesse Encontro, surgiu a proposta de criação de um outro movimento (“Movimento Pé no Chão”), específico para os assentados (STÉDILE & FERNANDES, 1999). Com receio de que tal proposta pudesse trazer a fragilização e conseqüente desestruturação da luta pela reforma agrária, ela acabou sendo superada. Mas, em compensação, criou-se a Comissão Nacional dos Assentados, voltada a discutir e encaminhar as dificuldades enfrentadas pelas famílias nos assentamentos.

Uma das primeiras questões pertinentes à produção encampadas por essa Comissão, foi o crédito. De acordo com STÉDILE & FERNANDES (op.cit.), com o fim dos subsídios

⁵³ Embora não se pretenda entrar em aprofundamentos sobre esse tema neste tópico, já que o mesmo será retomado no capítulo IV, ao tratar-se da questão da organização, é impossível não fazermos referência a ele em alguns momentos, haja vista sua importância e seu estreito relacionamento com a questão produtiva.

creditícios e a redução dos recursos destinados à agricultura, o acesso dos pequenos agricultores (e entre eles os assentados) ao crédito tornou-se ainda mais difícil. Em razão disso, iniciou-se a luta por uma linha de crédito especial para a reforma agrária, que acabou resultando na criação do Proceca, em fins de 1986.

Mais tarde a Comissão Nacional dos Assentados foi transformada em *Setor dos Assentados*⁵⁴, e uma de suas principais atividades foi promover o debate sobre cooperação agrícola. A partir de 1988, o Setor dos Assentados passou a trabalhar na estruturação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que culminou com a fundação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), em maio de 1992 (MORISSAWA, 2001).

Com o crescimento do número de assentamentos e a conseqüente complexificação das questões a serem tratadas no âmbito desses, o MST criou um setor para tratar especificamente da atividade agropecuária: o Setor de Produção.

A preocupação do Movimento com a questão produtiva expressa-se até mesmo em sua produção cultural.

“Quando chegar na terra, lembre de quem quer chegar.
Quando chegar na terra, lembre que tem outros passos prá dar.
(...) Quando chegar na terra, é preciso fazer produção
Este é o primeiro passo que damos na revolução...”

“Quando chegar na terra” - Ademar Bogo
(CD “Arte em Movimento”)

Contudo, salienta CALDART (2000), permanece uma certa tensão entre as duas lógicas organizativas distintas: aquela necessária para fazer avançar a luta pela terra (a “lógica do rolo”, na linguagem do MST) e aquela necessária ao avanço da produção nos assentamentos (a “lógica da empresa social”). A relação dialética entre essas duas lógicas, ao invés de comprometer ou obstruir a atuação do MST, afirma a autora, resultou num novo perfil organizativo, com a utilização de alguns elementos da “lógica do rolo” na condução das atividades produtivas nos assentamentos e, por outro lado, de alguns

⁵⁴ Os setores são instâncias internas do MST que têm por objetivo promover a discussão e o encaminhamento de temas específicos, considerados fundamentais para o avanço e sucesso da reforma agrária. Os 5 principais setores, segundo MORISSAWA (2001), são: Frente de Massas, Setor de Formação, Setor de Produção, Setor de Educação e Setor dos Assentados. Além desses, outros setores estão presentes na estrutura do MST: Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais, Gênero e Direitos Humanos. Contudo, de acordo com STÉDILE & FERNANDES (1999), existe um certo dissenso entre o que é classificado como setor e o que se enquadra dentro de alguma das outras instâncias. Isso é decorrente, segundo esses autores, do fato de que nunca houve “a preocupação de ter um organograma certinho, aliás, nunca existiu um organograma do MST”.

elementos da “lógica da empresa social” na organização e encaminhamento da luta pela terra.

Em função da valorização que lhe foi atribuída, a discussão em torno da questão produtiva sofreu avanços significativos, até atingir o “estágio superior” em meados da década de 90: a agroindustrialização (MORISSAWA, 2001).

Durante todo esse processo, mudou também a própria *concepção de produção* que o Movimento defendia e estimulava nos assentamentos.

Num primeiro momento, subsequente ao seu surgimento, o MST apresentava uma visão essencialmente produtivista da agricultura. O importante era conseguir uma escala de produção que viabilizasse a permanência dos assentados no campo. Esse foi, inclusive, um dos fatores que estimulou o surgimento de muitas cooperativas e grupos coletivos. Além da cooperação, a adoção de técnicas e insumos modernos era também vista como condição necessária para o sucesso do assentamento.

De acordo com PAULO (1994), o fato da maioria dos sem-terra serem originários do processo de exclusão característico da “modernização” da agricultura, fez com que eles compactuassem com esse modelo produtivista, pois tinham medo de “ficar para trás” novamente. Para esses assentados, a única maneira de evitar isso era utilizando-se de todo o aparato tecnológico que agora estava mais facilmente ao seu alcance (graças, entre outras coisas, ao crédito subsidiado conseguido via Procefa). Corroborando essa idéia, PAULO (1990) apresenta o caso do Assentamento Putinga (Matos Costa/SC), onde o projeto de futuro incorporado pelos grupos coletivos, era de criar “empresas rurais”, com um grande número de produtores, máquinas e ativa participação no mercado. Mesmo para os demais assentados, continua a autora, estava claro que ser um pequeno produtor “tradicional”, isto é, com pouca terra, não mecanizado e sem insumos modernos, não era o caminho a ser seguido.

Para D’Incao (*apud* PAULO, 1994), o receio de reproduzir bolsões de pobreza, levou à adoção de uma postura produtivista por parte dos responsáveis pela elaboração e execução da política de redistribuição de terras. Além disso, o respaldo encontrado por tal posição entre líderes do Movimento e militantes ligados à Igreja Católica, teria sido fundamental para a sua difusão dentro dos assentamentos.

A afirmação de ALMEIDA (1991) corrobora as análises expostas acima. Segundo ele, mesmo setores sociais mais progressistas deixaram-se influenciar pela concepção de que a marginalização dos pequenos produtores era a face perversa de um progresso técnico que seria extremamente positivo, se não tivesse efeitos excludentes. Ou, como resume o autor,

adotou-se a visão de que “a tecnologia é boa; o que é mau é a forma de sua aplicação”. Tal percepção traz consigo a idéia de que a solução para os problemas da agricultura estaria na viabilização do acesso do pequeno agricultor ao pacote tecnológico completo, resultando numa “democratização” desse padrão agrícola.

A própria necessidade de demonstrar a viabilidade dos assentamentos, acabou por levar à exacerbação do critério econômico e a busca da máxima eficiência em termos de produção e produtividade. Contudo, a não observância de aspectos ambientais⁵⁵ e a tentativa de inserção no modelo de agricultura vigente se mostraram erros estratégicos e foram responsáveis pelo fracasso de diversas iniciativas.

O relato de um membro da Coordenação Estadual do MST, de certa maneira parece confirmar as análises anteriores. Embora ele afirme que a preocupação ambiental sempre esteve presente no Movimento, reconhece em seguida que essa restringia-se a algumas poucas pessoas. Tal situação, avalia ele, é fruto da própria conjuntura que se apresenta em cada período histórico, que faz com que alguns aspectos sejam privilegiados em detrimento de outros.

“Acho que, de certa forma, sempre teve uma preocupação ambiental. Mas se nós for vê no início, aqui em Santa Catarina, quando iniciamos o Movimento Sem Terra em 85, qual que era o objetivo fundamental das pessoas? Era deixar de pagar renda e ter um pedaço de terra prá plantá. O Movimento achava que a terra... tendo um pedaço de terra, o restante era subjetivo. Não é que não tinha, já tinha alguns que tinha consciência. Mas a grande maioria do pessoal que ia prá ocupações queriam terra. (...) Então na verdade, o objetivo principal era esse, era a terra. E também em 85, não tava tão agravada a questão ambiental como tá agora. Pega nesses 16 anos aí, tem outro fator que é abismante: a barbaridade que tão fazendo com o meio ambiente”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

A partir de meados da década de 90, a questão ambiental passa a se fazer presente de maneira mais incisiva e destacada nas discussões do MST. De acordo com STÉDILE (1997), o III Congresso Nacional, realizado em 1995, representou um grande avanço no tratamento dispensado a essa temática. Em documentos do Movimento posteriores a essa data, observa-se um posicionamento crítico bastante claro à respeito do padrão hegemônico de agricultura e de suas conseqüências.

“O modelo tecnológico adotado na produção agrícola brasileira segue apenas uma lógica da maximização do lucro. (...) são visíveis as conseqüências e a completa desadequação da

⁵⁵ Embora entenda-se “ambiental” como um conceito mais amplo e abrangente, assumimo-lo aqui como sinônimo de “ecológico”.

tecnologia adotada no meio rural à realidade dos trabalhadores e aos recursos naturais. (...) Esse modelo representa hoje um enorme problema que compromete: a potencialidade da produção existente, a eficiência e a qualidade dos produtos, a disponibilidade dos recursos naturais para as gerações futuras. Essa concepção de ‘desenvolvimento’ agrícola, baseada nesse pacote tecnológico, já causou enormes prejuízos sociais e ao meio ambiente como: contaminação das águas, desmatamento, destruição da flora e fauna, degradação do solo e uso predatório de todos os recursos naturais disponíveis” (MST, 1996, p.16-17).

De maneira complementar, ao tratar do tipo de reforma agrária que defende, algumas considerações acerca do modelo tecnológico se apresentam.

“Deve-se desenvolver pesquisas e técnicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e preservação dos recursos naturais.

Utilizar técnicas adequadas e desenvolver programas massivos de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país. Especializando quadros em diferentes áreas específicas do novo modelo tecnológico.

Implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que levem a um novo modelo adequado à realidade nacional e de desenvolvimento autosustentado.

(...) Preservar os recursos de flora e fauna existentes como patrimônio de toda a sociedade” (MST, op.cit., p.25-26).

Mais recentemente, como resultado do IV Congresso Nacional, o MST lançou uma campanha intitulada “Nossos compromissos com a terra e com a vida”. No material de divulgação dessa campanha, são apontadas algumas preocupações relativas principalmente ao meio físico, cuja discussão passa a ser estimulada pelo Movimento. Diversos outros documentos que tratam da questão produtiva, trazem implícita ou explícita essa preocupação (MST, 2000; MST, 2001; Jornal Sem Terra, junho de 2000; entre outros).

A incorporação da questão ambiental ao discurso do MST é decorrente de inúmeros fatores, mas três parecem se destacar nesse sentido.

Um primeiro fator é a constatação da inadequação do modelo produtivista convencional à realidade dos assentamentos. Conforme já citado anteriormente, o agravamento da crise ambiental no decorrer das décadas de 1980/90 obrigou a uma reflexão sobre o tema e a subsequente tomada de consciência à respeito dos efeitos desse modelo.

“Quem que é o nosso assentado? As vezes tá lá, com câncer, mas se nós for vê o motivo do câncer foi o veneno que ele usou, que é uma questão de saúde. As crianças tão doentes por quê? Porque a água tá contaminada pelo uso do veneno. Então são questões práticas que tem consequência e tal. (...) Essa é uma razão de consciência das pessoas. A questão ambiental é fundamental. (...) E a gente foi entendendo melhor essa questão do meio ambiente. No início é... agricultores e tal, depois quando se foi buscando conhecimento, se viu essa necessidade, a gente tem que defender o meio ambiente. Por uma questão de sobrevivência da humanidade. Se tu pensá a humanidade, nós se reproduzindo, nós temo que preservá. Se elevou essa consciência. Então eu acho que com o Movimento foi crescendo outras coisas, como a saúde,

tem que se preocupar com a saúde. No começo era a terra. (...) E outro fator é a questão de sobrevivência. Nós temo que buscam alternativas produtivas, que consigam fazer produzir. Porque o modelão, pacotão que tá aí, da forma que ele tá, não tem espaço pra pequena propriedade. Se nós continuá reproduzindo, nós não sobrevivemo. Então tem necessidade da gente desenvolvê um modelo diferente por uma questão econômica. Por uma questão econômica e de sobrevivência”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Outro fator, destacado por TREVIZAN & ALGER (2000), está associado à construção da *cidadania*, objetivo da maioria dos movimentos sociais, dentre os quais o MST. A obtenção da cidadania plena, contudo, somente é possível através da conscientização e exigência do cumprimento das conquistas sociais. Uma dessas conquistas foi o reconhecimento público, por meio da Constituição Federal de 1988, de que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida” (Art. 225, Título VIII, Capítulo VI - Do Meio Ambiente). A defesa do meio físico tornou-se, portanto, condição necessária à construção da cidadania, sendo por isso incorporada às reivindicações dos movimentos sociais.

Um terceiro ponto que levou à incorporação da questão ambiental, foi a necessidade de conquistar o apoio da opinião pública, cada vez mais influenciada e sensibilizada pelas “mensagens ecológicas” veiculadas pelos meios de comunicação. Segundo afirma uma das principais lideranças nacionais do MST (BOGO, 1999) a produção de “alimentos saudáveis” nos assentamentos é uma forma de estabelecer uma relação de confiança com a sociedade, cujo apoio à reforma agrária torna possível alguns avanços nesse sentido. Nas palavras de um membro do MST da região do Pontal do Paranapanema (SP) entrevistado por BEDUSCHI FILHO (2000), “*nós temos é que por a mão na massa, plantar árvores e mostrar para o povo que nós temos consciência ambiental*”.

Como fruto desse processo de mudança de enfoque, surgiram inúmeras iniciativas ou experiências de caráter conservacionista e agroecológico nos assentamentos, como por exemplo: a Campanha Nacional de Plantio de Árvores, a produção de sementes de hortaliças agroecológicas (Bionatur) no município de Hulha Negra/RS, a proposta de criação de uma escola técnica agroecológica na Fazenda Mitacoré (São Miguel do Iguaçu/PR) e os diversos assentamentos que estão produzindo e comercializando produtos orgânicos (para citar apenas alguns casos de Santa Catarina, tem-se os assentamentos Justino Draszewsky, em Araquari, Conquista no Litoral, em Garuva, Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira e a produção de sementes de milho crioulo em diversos assentamentos da região Oeste do estado).

Apesar disso, diversos autores afirmam que, embora o MST e demais movimentos sociais tenham incorporado a questão ambiental em seu discurso, pouca coisa concreta tem sido feita, ficando essa discussão restrita às lideranças (DULLEY & CARVALHO, 1994; SILVA, 2000; WEID & ALMEIDA, 1997).

As informações levantadas durante o I Censo da Reforma Agrária, realizado em 1997 (*apud* MELLO, 2000), de certa forma corroboram essa posição. Segundo o Censo, os assentamentos da região Sul vinculados ao Incra apresentam os maiores índices de utilização de tecnologias “modernas” de elevado impacto ao meio. A tabela 8 apresenta o percentual de assentamentos que adotaram esse tipo de tecnologia dentro de cada estado.

Tabela 8 - Tecnologias “modernas” utilizadas nos assentamentos da região Sul.

Estados	Sementes ou mudas selecionadas (%)	Mecanização - tração motoriz. (%)	Adubação química (%)	Agrotóxicos (%)
Paraná	90,2	69,7	87,9	72,7
Santa Catarina	69,6	21,0	75,8	55,2
Rio Grande do Sul	68,4	77,0	90,3	65,4

Fonte: Incra/CRUB/UnB, 1997 (*apud* MELLO, op.cit.).

É claro que, quando analisadas no âmbito da totalidade dos assentamentos de reforma agrária do país, essas experiências são ainda minoritárias. Mas, mesmo assim, não é possível desconsiderar a sua importância enquanto tentativas de construção de um novo “modelo” e de rompimento com o modelo ainda dominante na agricultura brasileira. Além disso, é preciso levar em conta que o estudo acima mencionado foi realizado em 1997, próximo ao período em que o MST tomou o posicionamento contrário ao padrão convencional de maneira mais clara. Grande parte das iniciativas de caráter agroecológico tiveram seu início posteriormente ao Censo.

“Nós precisamos prá agricultura um novo modelo. No entanto, enquanto isso não vem, esse novo modelo, a gente tem que ir desenvolvendo. Então nós poderia dizer assim que hoje, um exemplo que talvez desse prá usar, quando vão pros assentamento as pessoas dizem ‘não, mas aqui tá pronto, não tá; eu achei que aqui era segundo o que o MST escreve e tal, tem a política definida. Então achei que tava feito, que a agroecologia já tava funcionando, que o meio ambiente era preservado na íntegra’. E não é essa a realidade. Então as pessoas meio que se decepcionam. Faz aproximadamente um mês, nós tamo a nível nacional, num convênio com a FEAB, fornecendo estágio pros estudantes nos assentamentos. Então aqui em Santa Catarina tiveram alguns, a nível nacional a gente tá desenvolvendo isso. Na avaliação, alguns dos alunos diziam ‘não, mas pela discussão com o Movimento, nós achava que tava tudo prontinho’. Nós colocava prá eles o seguinte: nós temos a definição política, que prá nós já é um ponto fundamental, de fazê isso. Nós poderia citar o exemplo de um arquiteto. Um arquiteto, antes de começar a construir a casa, ele primeiro faz a planta, faz a maquete. Tudo

bonitinho, pintadinho. Tá aqui a maquete. Agora, quando vai prá obra, começa a construção, qual é que é a parte... Alguns assentamentos a gente tá fazendo a terraplanagem prá construção. Em outros a gente já começou a levantar os primeiros alicerces e tal e daí é uma obra feia, né. Ela tem materiais prá cá, tem ferragens prá lá, tem areia prá cá. Então a gente tá começando a construção. Noutros lugares, dá prá dizer que a construção já tá levantada, mas ainda não tá acabada. Tem os retoques finais, tem o reboco e coisa e tal. E outros, eu acho... Coisa pronta mesmo, dizê pintadinha, bonitinha, a gente não tem”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Os ritmos em que se processa essa mudança, são também bastante diferenciados de um assentamento para outro, como constata-se pelo relato anterior. Essas diferenças são oriundas principalmente da formação multicultural desses espaços. Os assentados que sofreram as conseqüências diretas da “modernização” e cujo ambiente em que conviveram predispunha uma reflexão crítica acerca da mesma, em geral incorporam mais facilmente o discurso e as propostas da agroecologia do que aqueles que, embora tendo sofrido do mesmo processo, foram estimulados a acreditar que o problema estava neles mesmos e na sua incapacidade de adotar o “pacote”.

A opção política do Movimento pela construção de uma forma diferenciada de agricultura, já é um passo muito importante para a sua difusão dentro dos assentamentos. Contudo, a superação do modelo convencional de maneira generalizada, exige um esforço de grandes proporções, do qual devem fazer parte, necessariamente, os demais atores envolvidos com os assentamentos. Até mesmo porque a adoção de um determinado sistema ou padrão produtivo é um processo bastante complexo, no qual o posicionamento técnico-político do MST é apenas um dos fatores determinantes. O próprio grau de influência do Movimento sobre essa decisão é bastante variável de uma família para outra, como veremos no item seguinte.

4.3. “Se o povo do Movimento tivesse junto, hoje a coisa aqui tava diferente...”

Embora o Movimento tenha acumulado uma boa discussão nos últimos anos acerca da questão produtiva, a possibilidade de que essa discussão seja colocada em prática é dependente, entre outras coisas, da relação que ele mantém com os assentados. Em muitos

casos, a existência desses laços tem se mostrado fundamental para o sucesso de diversos assentamentos.

Para que se tenha uma idéia da importância do MST (e também de outros movimentos sociais) na viabilização dos projetos de assentamento, basta analisar alguns fatores, como o índice de evasão. De acordo com GUANZIROLI *et al.* (2001), os assentamentos de reforma agrária podem ser originados através de 4 processos principais: a concessão do título de propriedade ou de cessão de uso a antigos “posseiros” ou “moradores”; a desapropriação de áreas afetadas por conflitos característicos da “dinâmica de fronteira”; áreas desapropriadas por pressão de sindicatos de trabalhadores, federações e Igreja, ou por ações de ocupação promovidas principalmente pelos movimentos sociais de luta pela terra; a desapropriação por iniciativa do Incra, independente da existência de demandas para tanto das organizações e movimentos sociais. Segundo estudo realizado por esses autores, existem diversas variações entre esses tipos de assentamentos, como por exemplo os índices de evasão. O índice mais elevado ocorreu naqueles assentamentos constituídos por iniciativa do Incra (35,4%). Os assentamentos vinculados aos movimentos sociais apresentarem um valor bastante inferior (21,2%), estando entre os de menor evasão.

Tais diferenças estão muito relacionadas à interferência desses movimentos na condução dos processos internos de desenvolvimento e nas articulações com os atores externos. Em trabalho desenvolvido por TREVIZAN & ALGER (2000) em 8 assentamentos da Bahia, sendo 4 deles vinculados ao MST e 4 sem vínculo algum, concluiu-se que a existência de vínculos com o Movimento Sem Terra foi um fator essencial para que os indicadores de sustentabilidade analisados (assistência técnica, atividades fora do assentamento, transporte para o mercado, distância do mercado e reserva de mata) se apresentassem mais favoráveis nesses do que naqueles sem vínculo.

Não obstante o fato de que no estudo acima citado cada assentamento tenha sido analisado em seu conjunto, percebe-se que normalmente existem diferentes graus de relação com o MST⁵⁶ dentro de um mesmo assentamento. Uma interação maior pode ser observada nos grupos coletivos. Os indivíduos que compõem esses grupos costumam ter uma maior *afinidade e identificação* com as “bandeiras de luta” empunhadas pelo Movimento.

⁵⁶ Embora nesse trabalho se utilize, de maneira geral, uma concepção ampla dos termos *Movimento e MST*, na qual se inclui os assentados como partes integrantes e constituintes fundamentais dessa organização (“*o Movimento somos nós, todos nós assentados*”), neste item adotaremos uma conotação mais restrita dos mesmos. Ao nos referirmos a esses termos, subentenda-se as lideranças do MST, a chamada “estrutura orgânica”.

“Consequentemente, o que nós falava antes, um grupo coletivo tem uma maior participação, possibilita uma maior participação das pessoas, possibilita uma maior capacitação das pessoas internamente. Inclusive, querendo ou não, a inserção da direção, dos dirigentes do Movimento Sem Terra é maior dentro dos grupos coletivos”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Essa maior inserção é resultante, entre outras coisas, do fato da maioria dos dirigentes serem oriundos justamente de grupos coletivos ou mesmo semi-coletivos, dada a estrutura organizacional desses que permite a liberação de alguns membros para a militância política.

“E como a direção tá mais permanente, tá mais presente dentro, inclusive parte da direção sai desses grupos, porque dificilmente uma pessoa com lote individual pode ter uma função a nível de estado, por exemplo. Porque ele tem que tocar a sua propriedade. E assim, se ele sai do grupo, as pessoas que permanecem lá tão tocando, tão garantindo a liberação dessa pessoa prá tá atuando, prá tá desenvolvendo as atividades”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Contudo, SOUZA (2001) alerta para o risco de distanciamento entre a ideologia defendida pelas lideranças do MST e o contexto cultural de grande parte da base, o qual por vezes resulta na exclusão do assentado enquanto participante do processo no sentido de opinar, propor e expor os seus anseios. Isso pode torná-lo, inclusive, refratário a muitas das propostas que venham do Movimento.

Em relação ao Domingos Carvalho, é possível perceber claramente a existência dos graus diferenciados de relacionamento com o MST, conforme apontado anteriormente. Embora todos os entrevistados tenham afirmado que continuam mantendo algum vínculo com o Movimento após o assentamento, esse pode se dar de maneira mais “passiva” (participando de mobilizações, passeatas e reuniões) ou mais “ativa” (fazendo parte das instâncias de decisão do Movimento, como coordenações e diretorias)⁵⁷. Nesse último caso enquadram-se principalmente os membros do grupo Coletivo e alguns do Semi-coletivo. Um membro do Coletivo, inclusive, faz parte da Coordenação Regional do MST.

Dessa forma, dentro desses grupos apresenta-se uma maior influência do Movimento em algumas decisões do cotidiano, como a própria estrutura organizacional adotada. Mesmo entre os demais assentados, o relato da maioria aponta para a existência

⁵⁷ É claro que, mesmo aqueles que estamos denominando de “passivos”, têm uma atuação política bastante expressiva. A utilização dos termos “passiva” e “ativa”, no entanto, se faz com o intuito de diferenciar dois graus bem marcados de atuação.

de iniciativas do MST no sentido de tentar direcionar as atividades produtivas para padrões considerados mais adequados por ele.

De acordo com as entrevistas, é possível perceber e caracterizar três linhas principais de atuação do Movimento dentro do assentamento, no que diz respeito às questões produtivas.

Segundo a maioria dos assentados, a principal “recomendação” que o Movimento fazia durante o período de acampamento e a fase inicial de assentamento, era com relação à organização. O MST, por vislumbrar na coletivização a forma ideal de cooperação, procurava argumentar com os assentados, mostrando-lhes suas vantagens e importância.

“Inclusive nós tivemos cursos aqui. Cursos de preparação, curso de capacitação sobre cooperativismo, sobre cooperativa, sobre como organizá a produção. Nós tivemos esse trabalho antes do PDA, ainda em fase de acampamento. E também teve noutros acampamentos essa discussão. Então o Movimento vem orientando”.

Ademir, assentado

Outro tema bastante presente nas discussões que os assentados tinham com o Movimento era a questão da subsistência. Considerada medida prioritária na fase inicial do assentamento, principalmente por garantir a sobrevivência e um certo grau de independência ao assentado, a subsistência (ou produção de autoconsumo) merece lugar de destaque nas propostas voltadas à produção dentro dos assentamentos (CONCRAB, 1998).

“É, o Movimento tem uma preocupação muito grande com a subsistência das famílias, em produzi basicamente o... pro consumo. Cada encontro, cada reunião que o Movimento faz, dentro do assentamento, nos encontros regionais, a gente tá batendo nisso”.

Mário, assentado

Uma terceira preocupação do MST, é com relação ao padrão tecnológico adotado nos assentamentos. Consonante com a mudança na concepção de desenvolvimento ocorrida na fase mais recente de sua história, o Movimento buscou, no Domingos Carvalho, estimular a adoção de práticas que causem um menor impacto ao meio, como por exemplo a adubação orgânica, a adubação verde, a utilização de sementes crioulas, entre outras.

“A orientação era, na medida do possível, quanto menos trabalhá com milho e feijão, melhor. Diversificá a produção. Porque milho e feijão todo mundo planta. Diversificá com novas

culturas, novas formas de produção. Essa era a orientação deles. (...) O incentivo do MST é eliminá totalmente o químico, [fazer] na base do orgânico. E a gente tá procurando, eu pelo menos, tô procurando usar essa linha, eliminar totalmente o veneno”.

Alfredo, assentado

Apesar disso tudo, a importância do MST na constituição das formas de produção atualmente vigentes no Domingos Carvalho, acabou sendo bastante restrita. A perceptível preponderância da produção de subsistência, por exemplo, deve-se mais a outros fatores, inerentes aos próprios assentados (que serão discutidos no próximo capítulo) que à atuação do Movimento. Com relação à cooperação, embora houvesse inicialmente o objetivo, por parte principalmente do MST, de que toda a produção do assentamento fosse feita de forma coletiva, por ocasião da pesquisa de campo apenas dois grupos continuavam existindo de fato (o Coletivo e o Coletivo II), e ainda assim bastante debilitados.

A produção “orgânica”, por sua vez, embora a princípio apresentada como uma proposta a ser trabalhada em todo o assentamento, poucos avanços registrou. Apenas o estímulo do MST não foi suficiente para o desenvolvimento desse projeto. Uma série de outros fatores, como a ausência de assistência técnica, crédito, conhecimentos técnicos e de um histórico de interação com a área, limitaram e tornaram restritas as mudanças. Contudo, não é possível desconsiderar a existência de algumas iniciativas ainda em andamento, como o plantio direto, a produção de olerícolas sem utilização de adubos de síntese industrial e agrotóxicos, a não utilização de agrotóxicos nas lavouras de maior escala (milho e feijão), entre outras. Tampouco pode ser desprezado o fato de a grande maioria dos assentados ter expressado algum interesse em adotar práticas menos agressivas ao meio, uma vez superadas as barreiras atuais. Isso demonstra a construção de uma consciência crítica acerca dos problemas criados pelo padrão convencional de agricultura, embora a superação do mesmo ainda seja algo aparentemente difícil para os assentados.

“Foi posto adubo e uréia, nos dois [milho e feijão]. Só, outro veneno, essas coisa a gente não precisou, né, que a terra é nova. Então, aqui quem pudé cuidá do seu pedaço de chão, o veneno acho que nunca vai sê posto. Porque é pouca lavoura prá cada um. Então tem como conseguí mantê a área sem praga. Então o veneno não... eu acho que o veneno vai sê descartado. E a tendência também... a minha tendência de agora em diante é, a hora que a gente consegui plantá sem produto químico, é muito importante prá lavoura, pro chão, né. (...) Porque, o que cai no chão, do químico, vai prá água. E a água... não adianta nós preservá as cabeceira, não desmatá as cabeceira, e daí começá a plantá com adubo e veneno, sendo que vai prejudicá do mesmo jeito a água”.

Paulo, assentado

“Em primeiro lugar, acho que tá faltando recurso, né. A gente não tem como... dizê assim ‘vou investi esse ano em adubação verde, por inteiro o pedaço que nós temo’. A gente não tem ainda uma estrutura prá esse nível”.

Ariadne, assentada

Alguns assentados afirmam que a baixa contribuição do Movimento no direcionamento dos sistemas produtivos no Domingos Carvalho, deve-se à pouca presença de suas lideranças dentro do assentamento, especialmente durante o processo de construção do PDA.

“Aí no caso, sugestão o que seria o mais ponto forte de produção, acho que o Movimento falhou muito, porque eu até acho que foi isso um dos problemas que aconteceram, principalmente no início da Associação e daí não conseguimos segurá entre nós. Eu acho que a Direção Estadual, eles tem mais experiência nisso daí, eu acho que eles falharam muito nessa parte. Porque, eles como tinham experiência, de várias cabeçadas deles no início de assentamento, eles deixaram a desejar prá nós. Porque, no caso nosso, nós tivemos o início da verdura, não deu certo e se nós fosse lidar com o leite, que tava no projeto, acho que também não ia ter retorno. Então hoje nós tamo lidando totalmente diferente do que foi planejado. Eu acho que uma grande culpa foi a falta do Movimento tá junto”.

Marília, assentada

A própria falta de preparo do Movimento para lidar com a questão produtiva é apontada por outro assentado, ex-membro da Coordenação Estadual, como um dos fatores que têm dificultado sua atuação e influência dentro dos assentamentos. Embora o MST tenha procurado formar “quadros” que difundam e assessorem a proposta produtiva da organização, chegando inclusive a criar um instituto⁵⁸ para tal fim, a fala desse assentado parece demonstrar a insuficiência dos esforços até agora empreendidos.

“E... não foi trabalhado essa questão da produção. Eu acho que hoje uma das deficiências do Movimento é essa. O Movimento vai ter que rever isso aí. Preparar gente. Como se prepara o militante político, nós temo que prepará o militante prático. É aquele cidadão que tem capacidade prá ir pro assentamento, discuti a produção, discuti os problemas internos, as pecuinagem interna”.

Luiz Renato, assentado

Mesmo com todos esses problemas, o Movimento continua sendo o depositário das esperanças de muitos assentados, descrentes com a possibilidade de conseguir qualquer

⁵⁸ O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), com sede em Veranópolis/RS, foi criado em 1995 e é coordenado pela Concrab. Oferece, entre outros, cursos técnicos ligados à produção e à administração rural, como o TAC (Técnico em Administração de Cooperativas).

melhoria de forma individual, sem o amparo da organização que lhes representa e da qual eles próprios são uma parte importante.

“E outra que o Movimento, queira ou não, ele tem um aspecto político, mas também tem um aspecto de resolver os problemas do dia a dia. Isso nós temos que ter claro. Que é por dentro do Movimento que nós vamos resolver isso. Nós não vamos resolvê-lo isolado”.

Luiz Renato, assentado

4.4. Síntese e considerações

Para entender o tratamento dispensado à questão produtiva pelo MST, torna-se necessário analisar o processo de construção e evolução do mesmo. A base social que compõe o Movimento, é formada em sua maioria por agricultores excluídos pela “modernização” da agricultura e que tiveram obstruídas as duas principais saídas (migração para regiões de colonização e para as cidades), em função do “fechamento da fronteira agrícola” e a crise na economia brasileira.

Tal origem levou o Movimento a assumir um modelo de agricultura essencialmente produtivista, acreditando que o principal problema do padrão “modernizante” estava em sua concentração em um pequeno número de agricultores, sendo a sua universalização apontada como medida necessária para reverter o processo de exclusão em curso no meio rural.

Com a gradual expansão no número de assentamentos, a questão produtiva tornou-se bastante complexa, demandando uma maior atenção por parte do Movimento.

Paralelo a isso, a *territorialização* do MST e sua transformação em *organização social*, fazem com que outras questões, além da luta pela terra, sejam incluídas em seu rol de reivindicações. Assim, o amadurecimento do debate, as reflexões feitas acerca do padrão convencional de agricultura e o fracasso de diversos assentamentos que adotaram esse padrão, levaram o MST a adotar e defender um “modelo” que, sem desconsiderar a necessidade de elevar o nível de vida dos assentados, seja menos agressivo ao meio físico.

Como resultado desse processo, surgem várias iniciativas de caráter conservacionista e agroecológico nos assentamentos. Mesmo assim, diversas são as críticas que afirmam que, embora tendo incorporado a questão ambiental em seu discurso, pouca coisa concreta tem sido feita. A análise das inúmeras experiências em andamento nessas

áreas, contudo, mostra que não é possível ignorar a sua importância e nem tampouco a influência que o Movimento teve em sua implantação.

No caso do Domingos Carvalho, percebe-se que, embora o MST tenha procurado estruturar o sistema produtivo de acordo com as discussões acumuladas ao longo de sua história (estimulando a produção coletiva, prioritariamente voltada à subsistência e de menor impacto ao meio), sua contribuição foi bastante restrita. A principal causa disso parece ser a baixa frequência e participação das lideranças do MST no processo de elaboração do PDA e no período subsequente à criação do assentamento, o que pode ser confirmado pelos relatos de inúmeros assentados, desde os individuais até membros do grupo Coletivo. A falta de “quadros” capacitados a trabalharem questões pertinentes à produção pode ter levado a essa situação.

Isso, contudo, não exclui a importância potencial que o Movimento tem na determinação dos rumos a serem seguidos nos assentamentos a ele vinculados, como confirmam diversas entrevistas.

CAPÍTULO IV

OS ATORES INTERNOS

Neste capítulo, proceder-se-á uma reflexão sobre os atores sociais internos ao assentamento, os *assentados* e *assentadas* do Domingos Carvalho, e os fatores decisórios diretamente associados ou dependentes deles. Por entender que a compreensão das idéias e valores desses sujeitos não se faz por meio de uma simples *fotografia* do assentamento (a avaliação de um momento estático e isolado), pois as mesmas são fruto de um processo histórico e dinâmico, optou-se por tomar como base de reflexão e análise alguns fragmentos deste extenso e complexo processo que procuram sintetizar/representar as suas várias fases (passado, presente e futuro)¹. Embora não seja possível fazer uma precisa e nítida separação entre esses três *tempos*, uma vez que eles se confundem e aspectos de um podem influenciar e ter continuidade nos demais, eles serão tomados como referência e fio condutor desta análise.

Assim, inicia-se o capítulo discutindo a trajetória de vida (o passado) dos assentados e sua importância enquanto fator decisório. Em seguida, toma-se a atual organização social (o presente) como objeto de análise e, por último, os projetos de vida (o futuro) dos assentados do Domingos Carvalho.

1. A trajetória de vida

Uma grande parcela dos assentados tem origem na chamada *agricultura familiar* e procura reproduzir esse “modelo” dentro dos assentamentos. Mais do que um *modo de produção*, a agricultura familiar é considerada um *modo de vida*, que apresenta uma série de

¹ Segundo LAMARCHE (1993), os agricultores “organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro”.

características próprias que lhe conferem um alto grau de aceitação social e um lugar privilegiado nos programas que têm por objetivo o “desenvolvimento sustentável”.

Na literatura que trata da *produção familiar* ou *agricultura familiar*, esse é um conceito bastante controverso. Não pretende-se aqui adentrar em tal polêmica, pois isso fugiria aos objetivos deste trabalho. Ao invés disso, procurar-se-á tomar alguns pressupostos comuns às mais diversas correntes de análise para caracterizá-la. Obviamente, tal opção impossibilita qualquer atribuição de precisão ao conceito, coisa que, aliás, considera-se improvável e indesejável, haja vista que, como afirma LAMARCHE (1993), “a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”.

Dessa forma, procura-se inicialmente traçar um rápido perfil da agricultura familiar (e da agricultura camponesa, que está nas origens dessa), suas práticas, valores e racionalidades. No entanto, o processo de assentamento tem se mostrado capaz de inserir uma série de fatores novos no cotidiano dos sujeitos demandantes de terra. As mudanças decorrentes desse processo seriam capazes de causar alguma ruptura drástica, que torne possível diferenciar o assentado e o agricultor familiar tradicional? É o que se pretende discutir no item 1.7, que abordará a formação desse sujeito social denominado *assentado*.

1.1. A lógica camponesa

De acordo com WANDERLEY (1999), a agricultura familiar não é uma categoria social recente ou uma nova categoria analítica da sociologia rural, mas a ênfase com que vem sendo tratada nos últimos anos no Brasil lhe atribuem ares de novidade. Segundo a autora, o agricultor familiar é visto como um *novo personagem*, diferente do *camponês tradicional*. Contudo, algumas análises tratam a agricultura familiar como uma espécie de “evolução” ou “modernização” do campesinato. Se assumirmos como verdadeira essa afirmação (mesmo que parcialmente), cabe-nos, primeiramente, procurar entender o que vem a ser o *campesinato*.

LAMARCHE (1993) encara a exploração camponesa como um conceito que define um modelo de funcionamento bem particular da exploração agrícola. Da mesma forma que se afirmou anteriormente para a agricultura familiar, o campesinato também é, mais do que um modo

de produção, um *modo de vida*, regido por uma série de princípios descritos por Chayanov (*apud* LAMARCHE, op.cit.): a) há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; b) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro e; c) o objetivo é a produção de valores de uso e não valores de troca. Tais princípios podem ser resumidos numa única frase “o camponês é um sujeito criando sua própria existência” (Chayanov, 1925 *apud* ABRAMOVAY, 1998).

Mendras (*apud* LAMARCHE, 1993) apresenta cinco características para o que ele chama de *sociedades camponesas* (e que podem perfeitamente ser transpostas para as próprias unidades de produção camponesas): a) autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; b) importância estrutural do grupo doméstico; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de inter-relacionamentos e; e) a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral.

Contudo, acerca dessa discussão, o que nos interessa neste trabalho, mais do que conhecer as características que permitem identificar ou descrever o camponês, é entender sua lógica de raciocínio e como essa afeta as decisões do seu cotidiano.

De acordo com Chayanov (*apud* ABRAMOVAY, 1998), a tomada de decisões se dá fundamentalmente em função de fatores internos à dinâmica da família camponesa. O que determina o comportamento camponês não é o interesse de cada membro individualmente, mas as necessidades oriundas da reprodução do grupo familiar. Essa internalização das decisões seria possível graças à autonomia relativa desfrutada por essas unidades.

Mas quais são os fatores que presidem (ou conduzem) a tomada de decisões por parte desses agricultores? É o que se buscará discutir a seguir, abordando algumas teorias que procuram dar conta de responder a essa questão, embora sob um viés essencialmente econômico.

Uma primeira teoria, celebrizada pelo economista Theodore Schultz (SCHULTZ, 1964), encara o “agricultor tradicional”² como um *maximizador de lucro*. SCHULTZ afirma que “o setor agrícola em grande número de países pobres é relativamente eficiente no uso dos fatores de produção à sua disposição”. Ou seja, o camponês consegue maximizar o retorno econômico nas condições que se apresentam a ele. No entanto, tal assertiva trouxe consigo a conclusão de que,

² Interpretamos a expressão “agricultor tradicional” como sinônimo de camponês.

se os agricultores maximizavam o retorno dos meios de produção de que dispunham e mesmo assim permaneciam pobres, era necessário substituir a base produtiva a que eles tinham acesso. Esse foi um dos dogmas que orientou a pesquisa e a extensão rural durante a Revolução Verde e estimulou a adoção de novas tecnologias e insumos.

Mas, apesar disso, como aponta ABRAMOVAY (1998), cabe a Schultz o mérito de refutar as visões dominantes da agricultura tradicional como algo atrasado e retrógrado, e do agricultor (ou camponês) como um ignorante e preguiçoso. Ao contrário disso, SCHULTZ (1964) vê esse tipo de agricultura como “um sistema coerente e racional de uso dos fatores cuja compreensão econômica é perfeitamente possível e cujo funcionamento é praticamente perfeito”.

Diferentemente de Schultz, outros teóricos, como é o caso de Lipton (1968 *apud* ABRAMOVAY, 1998), definem o comportamento do camponês baseando-se em sua *aversão ao risco*. Segundo essa linha de pensamento, não é possível comparar o comportamento do camponês ao das empresas econômicas modernas, como Schultz faz, devido à existência de riscos diferenciados entre ambas. Para a empresa, ou mesmo para o que Lipton chama de “agricultor próspero do Ocidente”, um investimento equivocado pode representar, quando muito, a perda de parte do patrimônio físico ou, em último caso, a falência do negócio. Contudo, para aquelas famílias de agricultores que vivem “dentro do limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte” (Lipton, 1968 *apud* ABRAMOVAY, op.cit.). Está em jogo mais do que a possibilidade de obtenção de uma renda adicional, mas a própria sobrevivência. Assim, o camponês seria um maximizador não de lucros, mas sim de *oportunidades de sobrevivência* (ou um *minimizador de riscos*).

Essa teoria não despreza a idéia da “conduta racional”, mas percebe-a como atrelada ao objetivo primeiro da sobrevivência (seja enquanto indivíduo, ou enquanto sujeito social).

Uma terceira corrente de pensamento segue as idéias ‘chayanovianas’ e valoriza a relação existente entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário para atingir tal nível (o chamado *balanço entre trabalho e consumo*). Segundo essa corrente (representada pelas idéias de Mellor, 1963; Sen, 1966 e Nakagima, 1969; *apud* ABRAMOVAY, op.cit.), é da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que irão depender as escolhas da família com relação à alocação de recursos (financeiros, materiais e, principalmente, humanos) para determinada atividade.

“Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho – embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho” (ABRAMOVAY, op.cit., p.91).

De acordo com essa teoria, a lógica produtiva do camponês associa-se diretamente à necessidade (ou interesse) de consumo da família. Aqui expressa-se bem uma das características fundamentais utilizadas por Chayanov para descrever a agricultura camponesa: a inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo.

Não se pode, entretanto, tomar a *racionalidade econômica* como única determinante das opções empreendidas pelos agricultores. Uma série de outros critérios é utilizada por esses sujeitos no seu dia-a-dia. Tal afirmação é consonante com a idéia de que o campesinato é, acima de tudo, um *modo de vida*, com normas bastante específicas. Segundo Galeski (1968, *apud* ABRAMOVAY, op.cit.), “as funções produtivas de uma família camponesa tradicional ligam-se organicamente à totalidade de suas funções econômicas, sociais e culturais”.

Essa série de normas é, no geral, implícita, e regula a atuação de seus membros. Um bom exemplo disso são as normas de uso da terra. Segundo ABRAMOVAY (1998, p.124-125),

“o uso da terra responde a um conjunto de normas sociais sobre as quais a comunidade tem um poder decisório superior ao do indivíduo isoladamente e que extrapolam, freqüentemente, as próprias regras nacionalmente vigentes sobre as transferências de propriedades. Na verdade, as sociedades camponesas montam um sistema jurídico a reger suas operações econômicas, particularmente constrangedor no que se refere ao uso do solo”.

MUSUMECI (1988) e SEYFERTH (1985) trazem exemplos desse poder do *coletivo* sobre o *individual*. A primeira autora aborda o caso da região do médio Mearim, no Maranhão, onde o acesso à terra é mediado pelo *direito* de uso³, dependente da legitimação social por parte do restante da comunidade. A segunda autora trata das formas de transmissão do patrimônio fundiário entre os camponeses do Vale do Itajaí-mirim, em Santa Catarina, guiadas por regras próprias e que nem sempre estão de acordo com o Código Civil.

³ Segundo MUSUMECI (1988), a noção mais utilizada pelos camponeses da área pesquisada “não é *posse* ou *benfeitoria*, mas *direito*. Com esse termo, designam-se os domínios individuais de apropriação da terra, a extensão e a antigüidade da posse, e o objeto das transações mercantis (diz-se, por exemplo: ‘comprei o *direito* de Fulano’; ‘vendi um *direito* de quinze anos’; ‘tenho um *direito* de cinquenta hectares’)” [grifos no original].

1.2. O valor simbólico da terra

O uso do solo não é regulado apenas pelas normas sociais implícitas, mas pela própria relação que o camponês estabelece com sua terra. WANDERLEY (1995a) aponta para a existência de um *valor afetivo* nessa relação, resultando em laços extremamente fortes que unem o agricultor “à terra a que pertence, e deverá continuar a pertencer, a sua família”. Mais do que um meio de produção ou uma mercadoria, afirma WANDERLEY (1999), a terra (e a sua propriedade) é encarada pelo camponês como uma condição necessária para sua própria existência enquanto tal, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e transmiti-la para as gerações seguintes.

De forma semelhante, BRANDÃO (1999) percebe uma relação “amorosa” entre os camponeses e a sua terra, denominada por eles próprios de “afeto pela terra”. Tal relação estaria ausente apenas entre os produtores já muito modernizados, cujo contato com a terra e os seus seres (plantas, animais) é reduzido e se dá de maneira mais pragmática do que simbólica. BRANDÃO reconhece que o *afeto* está presente com maior ênfase quando a terra é “própria” e, principalmente, quando é um “bem de raiz”, ou seja, a sua *socialização*⁴ foi decorrente de um esforço despendido pelos ancestrais pioneiros e a posse da área perpassa várias gerações. Como diria um agricultor entrevistado pelo autor: “O trabalho de meu avô e o de meu pai estão enterrados nesta mesma terra onde agora eu planto”. Além disso, BRANDÃO “arrisca-se” a afirmar que o ato de lavrar a terra (trabalhá-la) é o mais *sagrado* de todos os ofícios exercidos pelo homem. Esta percepção estaria presente nos próprios camponeses, pois os mesmos têm ciência de que lidam “com espécies de forças e matérias vivas”, fazendo com que a terra seja percebida também como “um campo benévolo de seres vivos e materiais revivificadores”. O trabalho sobre (e com) esses seres e materiais durante o processo de interação que denominamos agricultura, dá origem a nada menos que a própria vida.

De forma paradoxal, esse ‘desejo’ e esse afeto à terra são também responsáveis pela grande *mobilidade* dos agricultores brasileiros. Expulsos pelos latifúndios (ou procurando fugir da opressão desses), um grande contingente se vê obrigado a migrar para outras regiões (as

⁴ Por meio desse processo, porções da “natureza” são dominadas e incorporadas aos “domínios humanos”, à sociedade (BRANDÃO, op.cit.). Essa incorporação se dá através da derrubada da mata e o subsequente cultivo da terra, transformando em “limpo” o que anteriormente era “sujo”.

chamadas “regiões de fronteira”) em busca da tão sonhada terra e da chance de se manter como agricultor. Também a relação desigual entre o tamanho da família e a área da propriedade, haja vista a lógica de reprodução social das famílias que prevê a alocação de cada filho em uma propriedade, foi responsável por parte dos deslocamentos (WANDERLEY, 1999). O que à primeira vista, afirma WANDERLEY, pode parecer falta de apego ao território familiar e comunitário é, na verdade, a única forma encontrada em muitos casos para constituir (ou reconstituir) o patrimônio familiar camponês, mesmo que seja numa região distante.

Isto não significa dizer, entretanto, que não exista nenhum vínculo do agricultor com o entorno geográfico e socioeconômico onde se localiza sua propriedade, como pôde-se, por exemplo, constatar durante a pesquisa de campo, pelas queixas de alguns assentados acerca dos laços de amizade e das qualidades de sua região de origem, perdidos durante as sucessivas migrações. Por outro lado, em muitos casos tais laços não chegaram a se estabelecer, em função do estilo de vida “nômade” que eles eram obrigados a assumir.

“Até me sinto bem, porque hoje eu tenho onde trabalhar, e o chão é até uma área boa. Tem umas criaçõezinha. Então prá gente viver tá melhor. E lá não tinha nem moradia. Um ano num lugar, outro ano noutro lugar. E agora não, graças a Deus tenho a casa já prá morá e o terreno prá trabalhá. Só ter interesse agora”.

José Carlos, assentado

A situação atual (“com terra”) é caracterizada como condição necessária ao acesso à segurança e tranqüilidade almejados, sendo contraposta à anterior (“sem terra”), quando reinavam a insegurança e as incertezas.

“Daí você não tinha sossego, só se batia, você não tinha parada, vivia rolando mesmo. Não tinha parada, não tinha lugar certo. Você ficava uns 6 meses num lugar, um pouco mais ou menos, já tinha que espirrá. (...) Daí eu digo, ‘sabe que a melhor coisa que é mesmo é você conseqüi um lugar prá você não vivê rolando ao menos, prá você vivê tranqüilo’ ”.

Jorge, assentado

De acordo com BRANDÃO (1999), um mesmo pedaço de terra ganha significado e é merecedor de vínculos carregados ou não de motivação, de afeto e de sentidos, segundo o tipo de relação que o agricultor estabelece com ele. Assim, um trabalhador volante dificilmente será

“amoroso” com uma terra que não lhe pertence e que é encarada unicamente como um local de trabalho temporário. Por outro lado, o camponês proprietário da terra valoriza também uma série de questões subjetivas relacionadas a ela, como o caso do “trabalho ancestral” presente naquele espaço⁵.

Contudo, BRANDÃO lembra ainda que a condição de proprietário ou arrendatário não é suficiente para o estabelecimento de relações de afeto com a terra. O autor cita o exemplo da pesquisa realizada no Bairro dos Pretos, em Joanópolis/SP, onde os “batateiros” (principalmente os arrendatários) são vistos como o ator social mais desqualificado entre aqueles que lidam com a agricultura, em função da voracidade com que usam a terra para a obtenção de lucros rápidos. Tal atitude opõe-se às formas tradicionais de uso que “sobrepõem ao seu interesse de ganhos uma espécie de nem sempre confessado direito natural da terra a manter-se fértil, se possível para as gerações seguintes de outros donos, seus herdeiros” (BRANDÃO, op.cit.).

Mesmo que algumas atividades (como o cultivo da batata) possam trazer melhorias no nível de vida dos agricultores, sua adoção leva em conta os efeitos que estas têm sobre o solo. Assim, muitos preferem abster-se do lucro imediato em prol da manutenção da qualidade de suas terras pois, como afirmou um agricultor entrevistado por BRANDÃO, “*o dinheiro avoa, mas a terra da gente fica*”.

1.3. Agricultura familiar e campesinato: continuidades na descontinuidade

Embora muitas vezes os termos *agricultura familiar* e *agricultura camponesa* sejam utilizados como sinônimos, vários são os autores que criticam tal tipo de associação, dentre os quais destaca-se ABRAMOVAY (1998). Segundo ele, uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado e capaz de absorver os principais avanços tecnológicos, não pode de forma alguma ser considerada camponesa. Pelo contrário, o traço básico das sociedades camponesas é sua *integração parcial a mercados incompletos*. A integração parcial é representada pela flexibilidade das relações que o camponês mantém com o mercado: ele pode optar por não

⁵ BRANDÃO (op.cit.) estabelece seis categorias que representam graus diferenciados de acesso e relação com a terra: 1) *Eu e uma terra qualquer*; 2) *Eu e uma terra de alguém*; 3) *Eu e a terra de minha lavoura*; 4) *Eu e a*

entregar seus produtos ao mercado, caso os preços não sejam compensadores⁶. O caráter incompleto ou imperfeito do mercado é dado pela existência e preponderância das relações de *dependência pessoal*: o vínculo do camponês com o comprador de seus produtos não é regido unicamente pelas “leis de mercado”; os laços pessoais permeiam e direcionam todo o processo.

Dessa forma, afirma ABRAMOVAY, as sociedades camponesas são incompatíveis com um ambiente econômico onde predominam relações claramente mercantis e impessoais. Sua capacidade de sobreviver no interior de uma sociedade capitalista será extremamente precária, uma vez que o ambiente lhe é hostil. Tão logo os vínculos de mercado tomam conta da vida na “aldeia” (ou na comunidade rural), as bases sociais de existência do campesinato desaparecem. Marx e Weber (*apud* ABRAMOVAY, *op.cit.*) já haviam apontado a incompatibilidade entre o campesinato e o ambiente social e econômico próprio ao capitalismo. O que eles não puderam antever foi que o “extermínio social” do campesinato não significava a eliminação de todo e qualquer tipo de agricultura de base familiar.

Segundo ABRAMOVAY (*op.cit.*), a plena integração às estruturas nacionais de mercado, as mudanças na base técnica e principalmente no tipo de relações sociais, fizeram com que os camponeses dessem origem a uma nova categoria social: os agricultores profissionais. “Aquilo que era antes de tudo um *modo de vida* converte-se numa profissão, numa *forma de trabalho*” [grifos nossos].

No entanto, essa “transmutação” do camponês para o agricultor familiar não se deu de forma homogênea e linear⁷. Ainda hoje pode-se encontrar formas de agricultura familiar muito próximas ao *modelo camponês* e outras, ao contrário, bastante integradas ao mercado. Utilizando-se justamente do grau de integração ao mercado como parâmetro comparatório, LAMARCHE (*op.cit.*) criou um eixo em torno do qual posiciona os diversos tipos de exploração familiar. Numa das extremidades do eixo, encontra-se o *Modelo Original*, considerado “um modelo anterior ao qual todo explorador, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere”. Na outra extremidade, localiza-se o *Modelo Ideal*, a imagem que todo agricultor projeta para o futuro de sua “exploração” e à partir da qual organiza suas estratégias e decisões. Entre esses dois extremos, LAMARCHE estabelece cinco categorias de classificação das unidades

terra de um meu; 5) *Eu e a minha terra*; 6) *Eu e a terra dos meus*.

⁶ Isso é possível graças à *alternatividade*, que será mais bem discutida quando tratarmos da subsistência.

⁷ Além disso, a origem dos atuais agricultores familiares também não é exclusivamente o campesinato (LAMARCHE, 1993).

familiares. Contudo, lembra o autor, o eixo não tem por objetivo estabelecer um padrão determinístico de evolução da agricultura familiar, com um ponto de partida e um ponto de chegada, mas sim mostrar que as “explorações” são influenciadas tanto pela *memória* (o patrimônio sociocultural passado de uma geração à outra) quanto pelo *desafio* (a visão futura da propriedade).

De maneira semelhante, WANDERLEY (1999) afirma que os “novos personagens” (os agricultores modernizados), ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, são resultado de uma *continuidade* e têm por base os camponeses ou outros tipos tradicionais. Como diz a autora, “os agricultores familiares modernos *enfrentam* os novos desafios com as *armas* que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo” [grifos no original].

Embora se concorde com a noção de continuidade, reconhecendo na agricultura familiar uma série de características anteriormente apontadas para o campesinato, é preciso ressaltar a existência de diferenciações, oriundas principalmente do contexto atual. O que se pretende aqui, mais do que encontrar uma conceituação precisa (o que, como já afirmado anteriormente, é improvável e indesejável) ou uma descrição detalhada, é indicar algumas peculiaridades que são atribuídas de forma quase consensual à agricultura familiar e que, de certa forma, auxiliam na compreensão de seu modo de funcionamento.

Diversos autores, como é o caso de VEIGA (1996) e GUANZIROLI (1994), partem da comparação com o que eles chamam de “Modelo Patronal” para caracterizar a agricultura familiar (ou “Modelo Familiar”). O quadro 1 sintetiza a descrição destas duas formas de produção.

Quadro 1 - Comparação entre o Modelo Patronal e o Modelo Familiar.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Separação entre gestão e trabalho	Íntima relação entre gestão e trabalho
Organização centralizada	Direção do processo produtivo é feita pelo proprietário e sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho familiar predominante. Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das	Tomada de decisões “ <i>in loco</i> ”, condicionada

necessidades de mão-de-obra	pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos à propriedade

Fonte: VEIGA (1996); GUANZIROLI (1994).

É claro que estas caracterizações acima listadas são bastante genéricas. A agricultura familiar é extremamente heterogênea, podendo se encontrar tipos mais próximos ao camponês ou mais integrados ao mercado, como descrito por LAMARCHE (1993). O aspecto positivo do quadro que se pode destacar é o fato dele evidenciar a separação que existe entre a agricultura patronal e o que poderíamos chamar de *perfil familiar médio*.

VEIGA (1996) frisa que, do ponto de vista da relação com o meio, são imensas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, quando comparada ao modelo patronal. Tais vantagens são devidas principalmente à ênfase na *diversificação* e à maior *maleabilidade* de seu processo decisório. Aqui entramos novamente num ponto bastante controverso, que é o da relação da agricultura familiar com o meio. Embora os agricultores familiares sejam muitas vezes culpados pela degradação dos recursos naturais, o que não deixa de ter sua parcela de veracidade, é necessário que se considere a marginalização socioeconômica a que são submetidos, a qual muitas vezes leva a interações ecológicas negativas com o meio. Essa marginalização, afirmam WEID & ALMEIDA (1997), condena a agricultura familiar ao *ciclo da pobreza e da degradação ambiental*, já que, limitados no acesso à terra e às políticas de crédito e empurrados para ecossistemas frágeis (como é o caso da floresta amazônica), os agricultores acabam adotando estratégias de sobrevivência que resultam na rápida exaustão dos recursos naturais.

Contudo, o impacto provocado pelo pequeno agricultor acuado, ainda está longe de superar aquele decorrente das grandes explorações agropecuárias. Apenas para citar um exemplo, Leonard (1989, *apud* SIDERSKY, 1994) apresenta um estudo realizado na Amazônia em 1983 (já no final, portanto, do ciclo de colonização capitaneado pelo Estado), onde se conclui que o desmatamento promovido pelos fazendeiros criadores de gado representou 60% do total da destruição da floresta.

De maneira nenhuma pretende-se escamotear a responsabilidade do segmento familiar na conformação da atual crise ambiental. Contudo, é preciso reconhecer que a adoção de práticas agrícolas ecologicamente estáveis pressupõe a existência de sistemas de produção complexos, mais facilmente alcançáveis dentro da estrutura organizacional familiar. O grau de complexidade e interdependência de processos agrícolas equilibrados contraria os padrões de monocultura,

produção em grande escala e trabalho assalariado, típicos da agricultura patronal. De forma semelhante, JEAN (1994) afirma que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima de um “modelo” de agricultura sustentável, podendo, em função disso, “voltar” a ele ou aproximar-se dele facilmente. Por suas características inerentes e pela forma como se relaciona com o meio, a agricultura familiar apresentaria as condições ideais para realizar a transição para um “modelo” de desenvolvimento mais estável (JEAN, op.cit.; GÓMEZ, 1997; CARMO, 1998).

Entretanto, autores como Hefferman, Green e Novak (*apud* GUIVANT, 1995), consideram que não há uma relação direta entre as pequenas propriedades familiares e a adoção de práticas ditas sustentáveis. Para eles, seriam os grandes proprietários os potenciais adotantes deste “modelo”, pelo fato de possuírem recursos para adquirir as máquinas e insumos necessários à implantação do mesmo. Além de terem as condições econômicas, os grandes proprietários teriam ainda condições de acesso às informações necessárias à viabilização desse tipo de agricultura. Os autores citam também as condições de relevo e solo como um fator favorável aos latifundiários, uma vez que suas áreas localizam-se geralmente em regiões com solos férteis e planos, ao contrário das pequenas propriedades, localizadas em áreas declivosas e de pouca fertilidade, estando mais propensas à degradação pela erosão e exaustão do solo.

Considerando a “agricultura sustentável” como uma mera substituição de insumos, pode-se até mesmo aceitar a validade dos argumentos acima apontados. No entanto, o entendimento que se adota neste trabalho é de que o estabelecimento de relações estáveis na atividade agrícola pressupõe a alteração não apenas de insumos mas também das práticas de manejo e, principalmente, da noção de natureza e ambiente. Também a reformulação das relações e estruturas sociais é imprescindível para a concretização de um processo de transição efetivo.

WEID & ALMEIDA (1997) apresentam alguns fatores próprios à organização produtiva da agricultura familiar que contribuem para uma melhor gestão do “meio natural” por parte dessa:

- seu funcionamento econômico não se fundamenta na maximização da rentabilidade do capital e na geração do lucro a curto prazo, mas está orientado para o atendimento das necessidades da família e para a manutenção a longo prazo das potencialidades produtivas do meio rural, percebido como um patrimônio familiar;
- por ser uma unidade de produção e consumo, ocorre uma valorização da diversidade, através da associação do policultivo e das criações animais, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo;

- a unidade de produção familiar, quer por sua extensão, quer pela organização do trabalho (aquele que toma as decisões é o mesmo que as coloca em prática), favorece maiores cuidados técnicos nas operações de manejo da lavoura;
- o grau de conhecimento do meio físico com o qual lida, confere à agricultura familiar a possibilidade de estabelecer relações positivas com esse, valorizando as potencialidades dos ecossistemas em que está inserida e introduzindo-as em suas estratégias de reprodução;
- as suas características organizacionais favorecem uma maior e mais equilibrada distribuição territorial das atividades de exploração do meio.

Contudo, como afirmam os próprios autores, essas vantagens somente se expressam caso a agricultura familiar tenha condições favoráveis de terra e recursos operacionais, o que pode ser conseguido por meio de políticas agrícola e agrária adequadas.

Mesmo assim, para MARTINE (1991), a tão propalada eficiência da grande propriedade rural em relação à pequena, nada mais é do que o resultado do seu poder em obter auxílios do Estado, ou seja, uma eficiência política e não econômica. Poder-se-ia dizer que a eficiência das grandes empresas agrícolas está “fora da porteira” e não “dentro da porteira”.

1.4. Agricultura familiar e saber tradicional

Segundo PAULUS & SCHLINDWEIN (2001), “a agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural, e mais do que processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana”. Como tal, ela é fortemente influenciada pela carga cultural que carregam os indivíduos que a praticam. A própria natureza, afirma MENDRAS (1978), tal como a conhecemos hoje, é produto de uma prolongada interação com o homem e da atuação desse sobre aquela, especialmente por meio da agricultura. Esta atuação dá-se de maneira mais ou menos intensiva e agressiva, entre outras coisas, em função dos conhecimentos e práticas de que se utilizam os agricultores de uma determinada região ou período.

Nessa mesma linha, GONZÁLEZ DE MOLINA (1994) reafirma a existência de uma íntima inter-relação entre sistemas sociais e ecossistemas agrícolas, bem como aponta para o fato de

que a produção agrícola não é apenas o resultado das pressões ambientais, mas também das relações sociais que determinam o grau de artificialização e/ou manipulação de um dado meio físico. Existiria, segundo ele, uma coevolução integrada entre a cultura e o meio.

Para GRZYBOWSKI (1987), as práticas utilizadas pelos agricultores familiares tradicionais em sua relação com o meio são fruto do que ele chama de *saber camponês* (ou *saber tradicional*), que tem sua lógica própria, decorrente das experiências acumuladas pelos agricultores em sua luta pela reprodução das condições de existência material e social. Esse saber caracteriza-se por ser heterogêneo, contraditório, difuso, dinâmico e com capacidade de renovação, em função de seu caráter prático e vivo. Ele é parte da cultura do agricultor e instrumento fundamental na elaboração de sua identidade social, de seu *ethos*⁸.

Graças às suas características específicas, o saber tradicional passa a ser cada vez mais valorizado em projetos e programas de pesquisa, extensão e desenvolvimento rural. Segundo SEVILLA GUZMÁN (2001), a utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais é uma das características centrais do chamado *enfoque agroecológico*. Para WEID & ALMEIDA (1997), a construção de um novo paradigma demandará a incorporação, por parte das instituições de pesquisa, de novos enfoques teórico-metodológicos, com destaque para a revalorização do conhecimento e do saber empírico acumulado pelos agricultores, pois o complexo e diversificado saber acumulado por produtores e comunidades rurais nos processos de gestão do meio e reprodução de sua fertilidade, “constituem uma fonte de inesgotável riqueza, onde a ciência deve buscar lições e experiências para valorizar conhecimentos tradicionais, adaptá-los e desenvolvê-los”.

É também reconhecendo essa importância, que diversas entidades ligadas ao desenvolvimento rural (ONGs, agências de financiamento internacional e órgãos governamentais) buscam recuperar os conhecimentos locais e colocá-los como elemento-chave na formulação de alternativas sustentáveis (GUIVANT, 1997).

Contudo, é necessário ter ciência de que esse saber é *construído localmente* e sua validade não é universal. Dessa forma, sua aplicação em contextos diferenciados pode resultar em problemas de adaptação e prejuízos de diversas ordens. Como bem resume GUIVANT, “cada

⁸ Segundo Gaiger (1994, *apud* TEDESCO, 1999), “o *ethos* é a característica, o estilo, a marca, o modo de ser, a sabedoria implícita ao domínio do conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinando”.

prática faz sentido dentro de uma totalidade; portanto, seu isolamento pode torná-la prejudicial ou inócua dentro de um outro contexto espacial e temporal”.

Em função disso, GUIVANT alerta para o fato dessa nova diretriz de atuação passar a privilegiar excessivamente o conhecimento local, adotando o pressuposto de que ele é sempre sustentável-holístico, em oposição ao conhecimento científico, identificado como predatório-parcial e julgado responsável pelos danos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da agricultura pós-guerra. Segundo Chambers (1983, *apud* GUIVANT, *op.cit.*), o conhecimento tradicional dos agricultores nem sempre se trata do mais válido ou útil e não nos é possível delinear a figura de um “camponês racional”, cujas ações seriam uma otimização perfeita de seus recursos disponíveis (ao contrário do que prega, por exemplo, Schultz). Não há um tipo de conhecimento que, de forma pura, seja ‘naturalmente’ mais apropriado em termos ecológicos.

De maneira semelhante, GONZÁLEZ DE MOLINA (1994) argumenta que a exploração capitalista do trabalho camponês (por meio da auto-exploração principalmente) “produz impactos degradantes nos ecossistemas e desfaz o mito do ‘bom camponês’ que, por natureza, desenvolveria, à margem da história, práticas ecologicamente eficientes para os agroecossistemas”.

Para GUIVANT (1997) diversos aspectos do conhecimento tradicional são classificados como agroecológicos, deixando-se de considerar a variedade de práticas que fogem dessa identificação, como é o caso da queimada, muito comum entre os pequenos agricultores do Sul do Brasil.

GRZYBOWSKI (1987), por sua vez, afirma que reconhecer que os camponeses têm um saber próprio e que é necessário partir de tal saber na busca de formas alternativas de desenvolvimento, não deve levar a uma postura populista por parte dos técnicos. O saber tradicional não pode ser absolutizado, pois é limitado, e a superação de determinadas práticas é necessária até mesmo para que os agricultores se reproduzam como tal. Além disso, esse saber muitas vezes já foi “impregnado” pelas práticas e técnicas típicas da agricultura dita “moderna”.

Ainda segundo GRZYBOWSKI, os dois tipos de conhecimento (tradicional e científico) são importantes e deveriam ser considerados conjuntamente. Os novos conhecimentos trazidos pelo técnico, combinados com o saber adquirido na prática do dia-a-dia e redefinindo-o, seriam uma das condições necessárias à ampliação da capacidade de resistência e do espaço econômico da

agricultura familiar na realidade rural brasileira, afirma o autor. Como diria Pharo (*apud* TEDESCO, 1999, p.238),

“os novos saberes não se apreciam em função de sua adequação aos objetivos dos quais eles tratam, mas em função de sua adequação a sistemas de saber já existentes. O sistema de saber endógeno dos agricultores constitui o fio condutor de todas as aprendizagens da vida”.

Corroborando tal afirmação, GUIVANT (1995) trata da ocorrência, em toda prática social, da reprodução das relações sociais dominantes e, ao mesmo tempo, da produção de novas relações. Ou seja, embora o agricultor adote algumas práticas ditas “modernas”, essa adoção não se dá necessariamente nos moldes pré-concebidos pelo modelo agrícola.

Uma vez que nem todas as estratégias de manejo tradicional foram bem sucedidas, conclui GONZÁLEZ DE MOLINA (1994), “não se trata de reivindicá-las em bloco, mas sim de extrair aqueles princípios mais úteis daquelas que foram mais eficientes e também os ensinamentos pertinentes das que fracassaram”.

No entanto, o que se observou durante a fase de ascensão da Revolução Verde (e em muitos casos continua ocorrendo atualmente), é uma completa desqualificação do saber tradicional enquanto forma de conhecimento legítimo. Alguns autores, como GUIVANT (1997), lembram que a marginalização e a “erosão” dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente nos países mais pobres, têm sido apontadas como uma das conseqüências negativas da difusão do modelo da Revolução Verde, sendo também associados à alguns aspectos da crise pela qual passa o setor agrícola e rural atualmente.

A rotulação desse saber como “atrasado” e “retrógrado”, tinha como complemento a exaltação do modelo da “agricultura industrial”, propagandeada como única alternativa possível para o setor agrícola. Dando sustentação a esses preceitos, está a visão de mundo *positivista* (também chamada de cartesiana), que assume a existência de uma realidade exclusiva e objetiva, à qual a ciência tem acesso privilegiado, através da experimentação (PINHEIRO, 1999). A aceitação de uma realidade única, pressupõe a existência de um também único conhecimento verdadeiro, que é, logicamente, o conhecimento científico.

Segundo ALMEIDA (1991), tal processo teve como conseqüência o enraizamento profundo na consciência social - até mesmo dos agricultores - da associação entre este tipo de agricultura e as noções de progresso e modernidade.

“A expressão ‘plantar na técnica’, muito corrente no campo, ao mesmo tempo que reitera a agricultura químico-mecanizada como paradigma da prosperidade e da eficiência, traduz a força ideológica e a capacidade desagregadora do modelo dominante. (...) O próprio produtor se desqualifica como portador de saber acumulado e de práticas adaptáveis, como sujeito do processo, como experimentador, gerador secular de tecnologias, de conhecimentos e de sistemas agrários diversificados” (ALMEIDA, op.cit., p.3).

1.5. “Eu digo, vou dar meu pulo aonde eu sei...”

Como já afirmado anteriormente, a agricultura é fortemente afetada pela carga cultural e pelos conhecimentos, pelo “saber fazer” dos indivíduos.

Segundo PAULILO (1994), os momentos de *ruptura* (como é o caso da conquista da terra pelos acampados) marcam a passagem para uma outra fase e são seguidos de tentativas de *nova organização*, em que influem tanto as *idéias novas* como as *experiências anteriores*.

Nas entrevistas realizadas no Assentamento Domingos Carvalho, constatou-se que as duas principais atividades agrícolas atuais, o milho e o feijão, estão presentes no cotidiano da quase totalidade das famílias desde períodos anteriores ao seu assentamento, demonstrando a forte influência que as experiências passadas tiveram nesse caso.

“Milho e feijão, na verdade, é uma cultura que a gente tem assim há anos”.

Ademir, assentado

Mais do que simples fontes de renda ou responsáveis pela subsistência das famílias, esses produtos fazem parte da própria cultura dessas pessoas. É uma tradição, passada de geração a geração.

“Eu vou plantar essas culturas no meu terreno, porque essa é a minha, vou dizer... o que eu mais aprendi. No sistema de serviço de cultura, o que eu mais aprendi na minha vida... Por exemplo, meu pai, meus tios, até meu bisavô, o que eles me ensinaram foi plantar o milho, o feijão, o arroz, até a mandioca, a batata, o trigo”.

Ulisses, assentado

A transmissão de conhecimentos e práticas não se restringe ao milho e feijão, é claro. Costuma ser objeto desse processo um *amplo sistema produtivo* do qual faz parte uma série de atividades, voltadas principalmente ao autoconsumo. Contudo, dentro desse sistema, o milho e o feijão têm uma posição de destaque, sendo os cultivos mais lembrados e valorizados pelos assentados durante as entrevistas. É necessário frisar que, dependendo da realidade específica de onde provém o assentado, pode haver diferenças no peso que ele atribui a cada cultura. É o caso de um dos entrevistados que trabalhava na propriedade do pai, cuja principal atividade era a olericultura. Atualmente, embora também produza milho e feijão, o “carro chefe” da propriedade são as verduras, sendo ele o único que permanece com essa atividade para fins comerciais.

COUTO (1999), em sua tese de doutorado a respeito de um assentamento no município de Limeira d’Oeste/MG, verificou que os produtores rurais analisados encontravam-se, no sentido cultural, ainda fortemente marcados por alguns produtos que faziam parte de sua esfera sociocultural anterior, como por exemplo, o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, a cana e o leite. Segundo a autora, a opção por esses cultivos parece ficar num plano de escolha *subjetiva*, fora da esfera da racionalidade econômica.

Diversos depoimentos conduzem à conclusão de que, na percepção dos assentados, alguns produtos encontram-se tão incorporados à unidade agrícola, que o seu cultivo é inerente à própria condição de agricultor.

“O milho e o feijão, esse vem... esse aí não é ninguém que vai dizê porque tem que plantá ou deve plantá. Porque faz parte da propriedade, o milho e o feijão. Porque, o feijão, a gente precisa comê. O milho, a criação precisa comê. Então, isso aí já é hereditário, né. Não tem como você dizê que não vai fazê isso. Se dá bastante ou dá pouco, mas é uma coisa que sempre você vai tê que produzi, o milho e o feijão”.

Paulo, assentado

Além da tradição, percebe-se que muitas vezes o que leva ao cultivo desses produtos é o próprio desconhecimento do itinerário técnico (o “saber fazer”) de outras atividades.

“Por causa que eles [o milho e o feijão] é uma coisa que não tem preço e não tem nada, mas é a única que quem trabalhou na agricultura, sabe fazê isso. Coisa que, se der ou não, ele sabe fazê. Agora, não adianta nós pegá uma coisa prá querê fazê, que nós não sabemo”.

Luiz Alexandre, assentado

A precariedade da assistência técnica recebida pela maioria dos assentamentos contribuiu para esse tipo de ocorrência. No caso do Domingos Carvalho, quando os assentados começavam a colocar em prática as atividades planejadas no PDA (muitas delas inéditas para a maioria, como a olericultura), o governo federal suspendeu o Projeto Lumiar, responsável pela assistência técnica. Justamente nessa fase mais crítica, onde afloraram inúmeras dúvidas e questionamentos, os assentados sentiram-se desamparados. Tal situação foi responsável por uma série de alterações nos planos iniciais.

Esse ambiente de dúvidas e incertezas expôs uma das características da racionalidade camponesa, abordada anteriormente no item 1.1, e que se pôde perceber presente também nos assentamentos: o comportamento *minimizador de riscos*. Embora existisse a possibilidade de implementar atividades mais rentáveis financeiramente, como a olericultura e a bovinocultura de leite (previstas no PDA), no momento da execução diversos agricultores “recuaram” e acabaram preferindo optar pelo milho e feijão, com as quais já estavam acostumados e cujo risco de prejuízos elevados é inferior às “novas” culturas, seja pelo domínio das técnicas produtivas, a garantia de comercialização, a possibilidade de armazenamento por períodos longos, ou mesmo pelas menores quantias de investimento inicial necessárias.

“Outra coisa, o senhor vê que, outra coisa a gente quase não lidava, só lidava com isso aí [milho e feijão]. Eu achei que, prá mim me boleá numa coisa que eu nunca fiz, tava sujeito eu não tirá nada. Como tem muitos aí que, eles quis a hortaliça, [e agora] tá parado, não tirou nada. Esse é o meu pensamento. Se eu planto planta de grão, se eu não tiro muito, mas ao menos um pouco, ao menos prá comê eu tiro”.

Darci, assentado

A segurança alimentar mostrou-se uma preocupação bastante presente no discurso dos assentados, mesmo porque a maioria passou por situações bastante precárias no período de acampamento e ainda mantém viva essa memória.

1.6. “Porque tudo que vem por cima da subsistência é lucro...”

Uma das formas usualmente empregadas para classificar a agricultura familiar em diferentes categorias, é por meio do seu grau de integração ao mercado. Um agricultor capitalizado pressupõe a existência de fortes vínculos com o mercado e o total direcionamento das atividades agrícolas para fins comerciais. Da mesma forma, acredita-se que o agricultor descapitalizado seja aquele cujas atividades destinam-se prioritariamente (ou exclusivamente) à subsistência da família. No entanto, como revelou a pesquisa realizada nos assentamentos de reforma agrária em 1992 pela FAO (FAO/PNUD, 1992), a *renda de autoconsumo*⁹ (ou simplesmente “renda consumo”) representa 37,01% da renda total em poder das unidades familiares dos assentados. O que mais chama a atenção é o fato dos maiores percentuais de renda de autoconsumo estarem concentrados nas regiões Norte, Sul e Sudeste, justamente aquelas que, de acordo com a mesma pesquisa, apresentam as maiores rendas totais.

Essa constatação rompe com o mito de que as práticas de autoconsumo estariam associadas às unidades mais pobres e que a melhoria do padrão de vida resultaria, necessariamente, em sua redução ou desaparecimento. GARCIA JR. (1994) lembra ainda que a forma utilizada para calcular a “renda consumo” acaba por subestimar a sua importância, haja vista que o cálculo leva em conta o valor que seria obtido pela venda dos produtos consumidos pela família, quando na verdade deveria tomar os preços médios ao consumidor ao longo de todo o ano. A razão óbvia, afirma o autor, “é que a renda do produto comercial teria que permitir uma quantidade maior ou igual dos produtos de consumo que poderiam ser obtidos diretamente com os mesmos recursos e esforços”.

ABRAMOVAY (1994) de certa forma ameniza tais críticas ao tratar a imputação “arbitrária” de valor monetário ao autoconsumo como um ‘mal necessário’. Segundo ele, essa é a única forma de levar em conta a especificidade desse objeto de análise.

Ressaltando a importância do autoconsumo, COUTO (1999) aponta-o como uma das principais estratégias de sobrevivência e permanência do grupo familiar na propriedade. No entanto, há uma grande diversidade entre os estabelecimentos no que se refere aos tipos de

⁹ “Renda de autoconsumo é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção. As quantidades consumidas são avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção. Ou seja, trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse, ao invés de consumir, essa parcela da produção” (FAO/PNUD, op.cit.).

produtos consumidos, proporção de autoconsumo e, principalmente, o significado dessa prática para os diversos produtores.

Ao analisar os dados obtidos pela pesquisa internacional coordenada por Hugues Lamarche, WANDERLEY (1995a) apresenta os casos da Polônia, França e Brasil. Na Polônia, o autoconsumo está relacionado às restrições de mercado e assume uma proporção bastante elevada no total da produção obtida. Na França, por sua vez, o autoconsumo “constitui uma prática que mantém e reforça certa tradição camponesa”, além de assegurar uma melhor qualidade de vida pela origem conhecida e controlada dos produtos. Já no Brasil, afirma a autora, essa prática está associada principalmente à necessidade de garantir a alimentação de base da família.

Segundo ABRAMOVAY (1994), a questão fundamental que deve ser observada não é o autoconsumo em si, presente em praticamente todas as unidades de produção agrícola (embora em graus diferenciados), mas sim a *flexibilidade* entre consumo e venda de um produto, em função de circunstâncias ocasionais. Para reforçar a sua idéia, o autor cita o exemplo da produção de mandioca no Nordeste, em que o agricultor pode “jogar” com as condições de mercado e optar pela venda ou consumo direto, dependendo da situação do momento. Caso o mercado não seja propício, o objetivo central de abastecer e garantir a sobrevivência da família não estará comprometido. Isso explicaria, por exemplo, o fato da mandioca ocupar um espaço tão crucial na vida desses agricultores, em detrimento de outras culturas teoricamente bem mais rentáveis. No caso do Domingos Carvalho, a opção pelo cultivo do milho e feijão e a oposição desses ao fumo, bastante comum, pode também ser explicada por esse mecanismo.

“É, a gente plantava... por exemplo, o suficiente prá casa, a lavoura, né. Milho, feijão, essas coisas a gente plantava. Porque o fumo era um recurso que vinha, mas a gente tinha que... prá panela a gente tinha que fazê diferente”.

Paulo, assentado

“Porque quando tu tá plantando fumo, tu tem que se dedicar, e tu não pode dizer assim ‘hoje vou colher meu feijão, hoje vou quebrar meu milho’, porque tu tem o fumo. Então, acaba meio que deixando tua subsistência de lado”.

Maria José, assentada

Mesmo a oposição entre subsistência e reflorestamento, tratada no capítulo III, segue essa linha de raciocínio.

“Pinus é bom? É bom. Uva japão é bom? É bom. Eucalipto é bom? É bom. Só que também não podemos confundir as bolas. Você tem que ter a terra prá ter o leite, a terra prá ter o porco, a terra prá ter a galinha, a terra prá ter um feijão, prá ter a verdura, prá ter o milho”.

Luiz Renato, assentado

O que torna possível a flexibilidade entre produção e consumo é a *alternatividade* de algumas culturas alimentares. Conforme GARCIA JR. (1983), a alternatividade é a propriedade apresentada por alguns produtos agrícolas de terem utilidade dupla, servindo tanto para a venda como para o consumo direto. Essa característica reforçará a presença desse tipo de cultura nas propriedades, em relação àquelas tipicamente comerciais. É o caso do milho, do feijão e também do arroz. Essas três espécies, amplamente cultivadas no assentamento pesquisado (especialmente as duas primeiras), constituem o núcleo central de quase todas as unidades produtivas. As características intrínsecas a elas, como a durabilidade (possibilidade de armazenagem), facilidade de comercialização (apesar dos preços baixos) e, principalmente, as suas inúmeras utilidades, foram bastante ressaltadas pelos assentados.

“É porque a coisa que você mais usa é o milho e o feijão. O feijão ninguém passa sem ele, o milho a mesma coisa. O milho tem que ter. Tanta coisa dá prá fazer do milho: o fubá, a quirela, tanta coisa sai do milho. É uma coisa que a gente tem que plantar toda vida”.

Renato, assentado

Chamou-nos a atenção o comentário de um assentado a respeito da soja. Parece que o fato do autoconsumo da soja, embora possível, não ser tão comum no cotidiano dos agricultores daquela região, é responsável por um certo “rebaixamento” dessa cultura na escala de valorização simbólica, e mesmo utilitária, dos produtos agrícolas, inculcada na mentalidade desses indivíduos.

“E hoje a planta que tem mais é o milho e o feijão. E aí tem a soja, só que... Eu não vou dizer que a gente não plante soja, mas o nosso objetivo é mais assim prá parte que dá alimento. Que nem o milho, você usa prá criação, tudo. O feijão o pessoal consome, na cidade, em toda parte”.

Wilson, assentado

O milho adquire o *status* de cultura nobre no imaginário dos agricultores. Ele traz consigo um *valor moral*, que lhe é atribuído em função de sua importância como base de manutenção da unidade familiar. TEDESCO (1999), em trabalho realizado com os “colonos” do Nordeste do Rio Grande do Sul, constatou que para esses agricultores, o milho tem prioridade na ocupação dos espaços de roça disponíveis num determinado ano agrícola, pois é o produto que articula um sistema de relações sociais e de trabalho. “Estar com o paiol cheio de milho”, afirma TEDESCO, “possui um significado além do econômico e simbólico; significa segurança alimentar (animais e família), significa expressão de trabalho”.

Mesmo que o milho tenha um custo de produção semelhante à outras culturas (como a soja) e um preço de venda não muito compensador, a diminuição de sua área de plantio leva em conta a importância alimentar do produto para o consumo interno, sendo essa responsável pelo estabelecimento do limite de redução.

“Isso aí a gente sempre precisa mesmo plantá, porque nós tinha as vaca também. Tem as criação daí a gente se obriga a plantar milho...”

Alves, assentado

TEDESCO (op.cit.) aponta ainda mais duas vantagens do milho: a possibilidade de “armazená-lo” na roça, por meio da dobra da planta, o que torna viável a colheita no inverno, época de menor intensidade de atividades; e a utilização dos restos culturais do milho na alimentação do gado leiteiro em períodos de carência de pastagem (utiliza-se uma cerca elétrica para cercar a área). Dessa forma, o milho possibilita a implementação de uma atividade que vem sendo responsável pela manutenção de um grande número de agricultores no meio rural: a produção de leite¹⁰.

¹⁰ Não apenas pelo uso da palhada e dos restos culturais, mas também por meio do consumo direto dos grãos (na forma de ração) ou produção de silagem.

“Nós tinha a discussão também de vender leite. Aí nós pensamo de plantá milho pro consumo. Tipo prá silagem, ração. (...) Parte do leite ia ficar pro consumo e parte nós venderia”.

Antônio, assentado

Não é apenas a produção leiteira que é viabilizada pelo milho. Também a criação de aves e de suínos, seja para o consumo da família ou para a comercialização, somente é possível, na opinião dos assentados, graças à existência do milho.

“No caso do milho, nós pretendemo colocar o chiqueirão dos porco e [o milho] ser mais usado no consumo, e daí vender os porcos. Não vender o milho”.

Marília, assentada

BRANDÃO (1999), em trabalho realizado no município de Joanópolis/SP, verificou também uma exaltação à “bondade” existente no milho, considerado a “melhor lavoura”. Essa “bondade” viria em parte de suas qualidades comerciais, mas estaria longe de ser apenas isso, como pode-se constatar pelo depoimento de um agricultor:

“O senhor veja, de tudo ele aproveita, prá gente, as pessoas, de muitas maneiras, prá criações, os grãos, todas elas: o gado, os porcos, as aves, as folhas, tudo. Até um cigarrinho de palha, de onde é que a gente faz ele?” BRANDÃO (op.cit., p.130).

Da mesma forma que o milho, também o feijão recebe um tratamento bastante especial. Embora não tenha uma gama de utilidades tão grande quanto o milho, sua presença quase que obrigatória nas refeições diárias faz dele a base alimentar dos agricultores assentados, sendo em alguns casos consumido até mesmo no café da manhã, na forma de um prato denominado “virado”.

Em sua pesquisa no Nordeste gaúcho, TEDESCO (1999) observou também que o feijão é o alimento presente todos os dias. Para os “colonos”, ele adquire um sentido prático-simbólico por se tratar de uma comida *pesada*, que sustenta e dá força ao indivíduo para suportar uma exaustiva jornada de trabalho.

O fato de comercializar ou consumir um produto, lembra ABRAMOVAY (1994), não significa que o agricultor desconsidere a existência do mercado, mas sim que ele adota uma

estratégia em que o grau de integração ao mercado não é dado de antemão. Esta parcialidade é permitida, entre outras coisas, pelo fato de que uma grande parte dos meios de produção utilizados pelo agricultor não são comprados. É o que Tepicht (1973, *apud* SIDERSKY, 1994) chama de *autoconsumo intermediário*: a substituição de insumos comprados por aqueles passíveis de serem obtidos no interior da unidade de produção. GARCIA JR. (1983), de maneira semelhante, afirma que “pode-se observar que a regra fundamental é a utilização intensiva dos recursos disponíveis, limitando-se as despesas em dinheiro”. Essa, segundo ele, é uma “condição básica de seu cálculo, para não depender a sua condição de pequeno produtor das flutuações do mercado dos produtos do seu trabalho”.

MARTINS (1986), por outro lado, parece desconsiderar o princípio da alternatividade. Ao relatar a pesquisa realizada no Alto Paraíba (SP), ele utiliza-se da expressão *economia de excedentes* para caracterizar o tipo de relação dos “caipiras” daquela região com o mercado. Segundo MARTINS, de forma alguma trata-se de uma economia de subsistência, pois esses produtores encontram-se integrados no mercado. O que se verifica é a comercialização de excedentes agrícolas e pecuários, uma vez assegurada previamente a produção direta dos seus meios de vida. Contudo, “o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos *fatores de produção excedentes* dos que foram utilizados na subsistência” [grifos nossos].

Diversos casos observados no Assentamento Domingos Carvalho, entretanto, não se perfilam no quadro teórico formulado por MARTINS. Vários foram os assentados que afirmaram cultivar determinados produtos (especialmente o milho e o feijão) com o intuito principal de alimentar a família (ou as criações animais) e, havendo sobras, comercializá-las.

“A gente escolheu só pela necessidade mesmo. O feijão é prá se manter. E o milho é prá criação. Só que ainda sobrou e a gente vendeu”.

Neusa, assentada

Essa prática de vender apenas o que “sobra” do autoconsumo, parece estar presente também na fase anterior ao assentamento de um número significativo de entrevistados, como pode-se constatar por alguns relatos transcritos abaixo.

“A agricultura era de subsistência. (...) Vendia o excedente. Se sobrava alguma coisa a gente vendia e tal”.

Luiz Renato, assentado

“Nós, assim, produzia prá nossa subsistência e o que sobrava nós vendia, nós trocava. Vendia nos próprio mercado que ficava mais perto, mais próximo, dava uns 12 km de distância de lá onde nós tava. Então, era nosso jeito de sobreviver lá”.

Marcello, assentado

A segurança alimentar, como já salientado anteriormente, é uma questão bastante valorizada entre os assentados. A base está no “dueto” milho & feijão, mas uma série de outras culturas complementa o cardápio da família. As principais são o arroz, a mandioca, a batata, a batata-doce, a batata-salsa e uma grande diversidade de verduras.

A independência (quase total, em alguns casos) em relação ao mercado é exaltada como uma virtude, um sinal da eficiência e capacidade do produtor. Como uma forma de valorizar a sua condição de agricultor, são frequentes também as comparações com os assalariados urbanos. A possibilidade de produzir seus próprios alimentos e de prover seu sustento com um mínimo de desembolso de dinheiro é ressaltada e contraposta à excessiva monetarização das relações e custo de vida elevado das cidades.

“Por mais que no mato é ruim, mas você tem, da roça você tem aipim, você tem batata-doce, você tem carne do porco, da galinha. E lá na cidade não, você depende de tudo isso. Você pode até ganhá um pouco bem, mas não chega. (...) E aqui não é que a gente tenha um ganho fixo. A gente não tem nada [em termos de ganhos financeiros]. (...) Mas pelo menos você tem [o suficiente para viver]”.

Luiz Alexandre, assentado

“Não tem perigo de você passar fome. Na cidade, se você ganha meio pouco, tem perigo de você passar fome. Aqui, se não tem dinheiro, pelo menos fome a gente não passa. Produz meio de tudo prá comê”.

Hermes, assentado

A importância da produção de autoconsumo é também ressaltada frente às inconstâncias e instabilidades socioeconômicas que afligem o país e o mundo nos últimos tempos.

“Se tocá de dá uma crise, pelo menos prá comida ele [o agricultor] tem. É só mexer, porque faltar comida não falta”.

1.7. O assentado: Uma nova categoria social?

Em alguns dos itens anteriores, discutiu-se e procurou-se fundamentar, entre outras coisas, a idéia de que a agricultura familiar tem grande parte de suas características oriundas do campesinato, pelo fato desse modo de produção e de vida ser um dos principais constituintes de sua base de formação. Apesar de reconhecer-se a existência de inúmeras diferenças e variações, a análise das lógicas e tendências preponderantes de cada uma não nos deixa dúvidas de sua inter-relação.

Mas, ultimamente, vem ganhando peso nos estudos realizados em (e sobre) assentamentos de reforma agrária, a utilização da categoria *assentado* para fazer referência aos sujeitos beneficiários desse processo. Tal constatação remete-nos a alguns questionamentos: existe alguma característica especial nesses sujeitos que demande a utilização de uma categorização diferenciada? Em que grau se dá essa diferenciação do assentado em relação ao agricultor familiar? A lógica de funcionamento da agricultura familiar pode ser utilizada para explicar as práticas adotadas no interior dos assentamentos?

Essas são algumas questões que procurar-se-á abordar e discutir nos itens a seguir, com vistas a avaliar a importância do modo de vida anterior nas opções pós-assentamento.

1.7.1. A ascensão das categorias empíricas

A utilização de determinados conceitos e categorias nas pesquisas que tratam do meio rural, mais do que uma escolha arbitrária, reflete a percepção que o pesquisador tem de seu “objeto” de estudo e, mesmo, sua visão de mundo. Dessa forma, a opção por um ou outro termo é fortemente influenciada pelos valores e pela formação política, ideológica e cultural de quem demanda a classificação.

Por outro lado, tal opção leva em conta também as transformações ocorridas na sociedade ao longo dos tempos, de forma que, um determinado grupo social enquadrado numa categoria ou

conceito, pode passar a ser classificado em outra, em função de mudanças que ele próprio tenha sofrido.

PORTO & SIQUEIRA (1994) apresentam o caso do conceito de *campesinato* que, amplamente utilizado nos estudos rurais nas décadas de 50 e 60, perde força e é gradativamente substituído pelo conceito de *pequena produção* a partir dos anos 70. Tal redirecionamento estaria associado tanto às novas conformações do meio rural, quanto à maior operacionalidade do segundo conceito. Mais recentemente, afirmam as autoras, o conceito de pequena produção, que ainda mantinha alguns elementos aglutinadores, foi esfacelado e deu origem a um “caleidoscópio de categorias empíricas”.

A multiplicidade de tipos de atores sociais diferenciados decorrentes do modelo de modernização agrícola, bem como as conseqüências desse modelo, resultaram na fragmentação das demandas e no surgimento de movimentos de caráter específico, mais restritos à realidade imediata dos agentes envolvidos (PORTO & SIQUEIRA, op.cit.). Assim, a partir de meados dos anos 80 intensificam-se os estudos acerca dos problemas e questões colocados por diversos grupos sociais organizados. É nesse bojo que ganha espaço o uso de categorias como *sem terra*, *barrageiros*, *assentados*, etc., de caráter essencialmente empírico.

O abandono dos conceitos e categorias-síntese (de caráter teórico), segundo as autoras, deu-se principalmente pelo fato dos esforços de reflexão desses estudos concentrarem-se na busca de compreensão dos processos e movimentos sociais em curso, tomando sua categorização diretamente ao real, sem a devida mediação analítica. Isso reforça a condição descritiva em que são teoricamente construídas.

PORTO & SIQUEIRA afirmam ainda que, nessa construção, participam de maneira decisiva os próprios atores sociais protagonistas das situações a que se referem as categorias, além dos agentes mediadores (igrejas, sindicatos, organismos governamentais e não-governamentais). A categoria *Sem Terra*, por exemplo, recebe em sua estruturação um grande aporte dos sujeitos que estão sendo categorizados, como veremos mais adiante. De forma semelhante, a categoria *assentados* foi moldada e ganhou a conotação que tem atualmente, graças à intervenção de seus sujeitos.

Segundo ESTERCI *et al.* (1992), o termo *assentamento* (que deu origem a *assentado*) foi formulado no âmbito da burocracia estatal e trata das diversas etapas do processo de

reordenamento fundiário, implementadas pelo Estado. Assim, essa seria uma categoria datada e cujo significado refletiria a percepção das instâncias em que foi formulada.

Contudo, ressaltam ESTERCI *et al.*, “ao assumirem esses termos [assentamento e assentado], os trabalhadores, através de sua ação política, os vão modificando e acrescentando outros conteúdos associados aos processos de luta em que se encontram envolvidos”. Eles reinterpretam essas noções segundo uma ótica diferenciada, conferindo-lhes um caráter político e ideológico do qual os termos eram destituídos originalmente.

Nas palavras de um membro do MST, entrevistado por CALDART (2000, p.25),

“Dizer ‘sou assentado’ é diferente de dizer ‘sou pequeno agricultor’. Assentado é simbologia, é sinônimo de resistência,... de uma utopia, de uma luta por um ideal, e é sinônimo de que esta cidadania, este sonho, é possível de realizar... O conjunto da população vê em nós uma espécie de esperança que se reacende...”.

1.7.2. A formação do sujeito *Sem Terra*

Uma categoria que ultimamente vem ganhando bastante destaque na literatura da área agrária (e na imprensa como um todo) é a dos *Sem Terra*. Ela constitui-se em um importante instrumento de luta pela terra, pois seus elementos aglutinadores tornam possível abranger e comprometer mutuamente *acampados* e *assentados*, fortalecendo o processo de organização e tornando plausível a conquista de suas reivindicações. Essa categoria dista-se das tradicionais por não apenas caracterizar uma determinada situação ou momento, mas principalmente refletir um modo de agir e de pensar bastante peculiar.

A distinção inicia-se pela própria construção dessa noção. Ao contrário de *assentado*, que teve sua origem no Estado e somente depois foi apropriado pelos trabalhadores rurais, o termo *Sem Terra* surge no interior do MST e de seus espaços de atuação.

Segundo CALDART (op.cit.), a condição (individual) *sem (a) terra*, ou seja, de trabalhador rural que não possui sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a apropriação privada desse bem natural. Contudo, a recente efervescência da luta pela terra no Brasil, acabou resultando na criação do vocábulo *sem-terra*, com hífen, que indica a designação social para a condição de ausência da propriedade ou posse da terra, refletindo uma identidade coletiva.

O MST, continua a autora, nunca utilizou o hífen em seu nome (nem o “s” para a flexão de número), criando dessa forma um nome próprio e uma identidade comum entre seus

membros, construída de maneira autônoma. Ser *Sem Terra* hoje em dia, não significa o mesmo que ser trabalhador rural que não possui terra para cultivar.

“Quando tu vai prá cidade, prá algum lugar, antes eu era simplesmente a filha de um agricultor. Hoje não, hoje eu sou a Sem Terra, que mora num assentamento e tem 5,5 alqueires. Então, a valorização do ser humano. (...) Eu nunca me canso de repetir isso, porque é isso que eu sinto”.

Maria José, assentada

Essa nova categoria, ou esse novo *sujeito social* como prefere CALDART, forma-se a partir da interação e reflexão crítica sobre a realidade. Assim, para que possamos compreendê-lo, torna-se obrigatório analisar os processos através dos quais ele é constituído.

O ser humano é essencialmente uma produção social e histórica. Como tal, ele forma e é formado pelas vivências cotidianas. Sua atuação diária é sempre moldada pelo acúmulo histórico que carrega consigo e pelas perspectivas de futuro que projeta. O que as classes dominantes procuram fazer é justamente alienar o indivíduo de sua consciência histórica, desenraizá-lo. A perda desse referencial conduz à aceitação de relações desiguais com uma naturalidade e legitimidade que elas não possuem.

O sentido maior da atuação do MST, afirma CALDART (op.cit.), está no fato de que ele proporciona novamente condições a uma parcela da sociedade de recriar os laços com o passado e resgatar as esperanças de um futuro digno, condições essenciais para que esses sujeitos se vejam como construtores de seu próprio destino e sintam-se motivados a lutar por isso. A reflexão crítica realizada no decorrer desse processo, traz à tona a consciência de que eles são *cidadãos* e, em função disso, sujeitos sociais que possuem *direitos*.

“Porque a gente não tinha informação de nada. Hoje tem a informação, o que significa que se você chega lá no hospital [e diz] ‘eu sou do Movimento e eu quero pelo SUS uma ficha’, ninguém te ousa dizer que não vai te dar, porque eles sabem que você tem informação. Esse é um direito teu”.

Ana Rita, assentada

Contudo, essas mudanças demandam, necessariamente, a ruptura de padrões culturais firmemente estabelecidos pelas ideologias hegemônicas no transcorrer de vários séculos de dominação social, política e cultural. Essa ruptura se dá por meio de algumas *vivências socioculturais* no interior do MST, descritas por CALDART.

Uma dessas vivências, considerada a mais valiosa em termos pedagógicos, é a *ocupação de terras*. Rompe-se no imaginário dos trabalhadores rurais (e mesmo urbanos), por meio desse ato, uma das noções mais caras ao modo capitalista de produção: a *propriedade privada*. Como afirma Tierra (1995, *apud* CALDART, op.cit.), “quando o alicate morde o fio e o arame estala como a corda de um violino e a cerca vem abaixo, os sem-terra *perdem a inocência*” [grifos no original]. Nesse momento, eles estão rompendo com alguns valores e recuperando ou criando outros. Essa nova forma de olhar o mundo, começa pela substituição do termo *invasão* (anteriormente utilizado pelos sem-terra e ainda adotado pelo governo e pela imprensa) por *ocupação*¹¹.

Outra vivência que também implica em profundas mudanças é a do *acampamento*. Schimitt (1992 *apud* CALDART, 2000) chama a atenção para a importância desse momento na formação de uma identidade coletiva ou *coletividade em luta*. Embora haja uma grande heterogeneidade de origens, costumes e heranças culturais, o acampamento coloca-se como um espaço social capaz de aglutinar os anseios e perspectivas dos sujeitos que o compõem. Também nessa etapa do processo, valores antigos são resgatados e novos valores são forjados.

“Na verdade, nós vindo lá da sociedade normal, tudo que aprendeu de bom até hoje, foi depois que entrou no Movimento”.

Ivar, assentado

Um dos principais valores cultivados na situação de acampamento é a *solidariedade*, fundamentada numa espécie de ética comunitária que se busca construir em substituição à *ética individual*, valor essencial das sociedades capitalistas. A própria situação de miséria extrema vivenciada facilita (ou torna obrigatória) essas mudanças comportamentais.

¹¹ Como aponta GOMES DA SILVA (1996), invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar, por sua vez, significa preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumpram sua *função social* – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação.

“E também porque a gente aprendeu que a pessoa unida, ela tem mais força, até política. Porque, você sozinho, você é um só. Você em forma de grupo, você tem mais força, tem mais ânimo. (...) Na verdade, o que a burguesia prega pra gente é que a gente fique sozinho. A burguesia não prega que a gente é pra dizer nosso. Jamais é pra dizer ‘nosso trator’. É pra dizer ‘o meu trator’ ”.

Ana Rita, assentada

Uma vez conquistada a terra, surge um terceiro momento crucial no processo de formação da identidade Sem Terra: o *assentamento*. A necessidade de organizar a produção acaba impondo algumas facetas novas, inexistentes no período de acampamento. É nesse momento que ressurgem alguns valores típicos da fase anterior à organização enquanto movimento social, como a preocupação com o individual em detrimento do coletivo. Isso pode levar a algumas inversões comportamentais, como a que foi relatada por um dos entrevistados no Assentamento Domingos Carvalho.

“Só que daí no começo, quando era acampamento, meu Deus... dava prá você cozinhar na mesma panela ali que você comia junto, sem um olhar com cara feia. Mas depois conseguiram conquistar a terra, daí já mudou completamente a cabeça”.

Jorge, assentado

Esse relato é condizente com as observações de ESTERCI *et al.* (1992), segundo as quais a enorme heterogeneidade existente na trajetória e no perfil do sem-terra é minimizada nos momentos anteriores ao assentamento, quando predomina o consenso e a resolução (ou aplacação) dos conflitos internos. O contrário acontece no momento do assentamento, quando se explicitam e se agudizam diferenças de diversas ordens (como por exemplo: a origem, étnica ou geográfica; as trajetórias de vida; a carga cultural de cada indivíduo; entre outras).

No jogo de contradições que se instaura, ganha destaque o conflito entre o *desejo de estabilidade* e a *necessidade de movimento* que se expressa bem na mudança do grau de dedicação às atividades do Movimento. O centro das atenções e dos esforços dos Sem Terra, em geral, passa a ser a família.

“Eu era um militante assíduo do Movimento. Agora a gente tem família, fica mais difícil. Mas na medida do possível que a gente pode dar uma mão, a gente dá”.

Algumas dessas relações contraditórias características do pós-assentamento serão analisadas no item 2 deste capítulo. Por ora basta-nos aceitar que esse processo é também importante na determinação do perfil dos Sem Terra, principalmente por obrigar a uma reflexão sobre os compromissos que cada indivíduo pretende assumir.

Outra importante vivência sociocultural presente na formação do sujeito Sem Terra e que perpassa todas as demais, é a *mística*.

É muito difícil (impossível talvez) descrever o que seja mística, pois qualquer descrição, por mais completa que seja, jamais conseguirá apreender e comunicar todas as dimensões envolvidas nessa vivência. Sua lógica de significação, afirma CALDART, não se expressa tanto em palavras, mas principalmente em gestos, símbolos e emoções. A própria origem da palavra - que provém de mistério - dá o limite de sua compreensão: se for totalmente conhecido o seu sentido, ela perde sua essência. Segundo Peloso (1994 *apud* CALDART, *op.cit.*), no MST costuma ser freqüente a afirmação de que a mística “é uma realidade que mais se vive do que se fala sobre ela”.

A mística é utilizada, entre outras coisas, como uma forma de obter identificação e unidade interna no Movimento (STEDILE & FERNANDES, 1999). Através dela, alguns símbolos são elevados à condição de representação das idéias e ideais dos Sem Terra canalizando as energias desses para a concretização de objetivos comuns. É dela também grande parte do crédito pela inclusão das noções de *pertencimento* e *comprometimento* nas relações do assentado com o Movimento. Ele passa a se sentir efetivamente parte do Movimento, do que resulta um certo compromisso com a continuidade da luta pela reforma agrária.

“Sim, a gente... porque na verdade, o Movimento somos nós, todos os assentados. Então a gente tem que fazer parte dos movimentos. Isso continua”.

A mística é encarada ainda como um “alimento ideológico”, que renova as forças dos Sem Terra e motiva-os a seguir lutando, fazendo com que se sintam bem em participar da luta (STEDILE & FERNANDES, *op.cit.*; MEDEIROS, 2001). Como afirma BOGO (1999, p.126),

“Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas, aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Essa energia que nos anima a seguir em frente é que chamamos de ‘mistério’ ou de ‘mística’ ”.

Apesar de ser mais facilmente “delimitável” e explícita nos eventos que os Sem Terra organizam, (seja uma reunião num assentamento, um Encontro Estadual ou mesmo um Congresso Nacional), a mística não se restringe a esses espaços formais. Ela faz parte da vida e cria um novo modo de vida. Segundo MEDEIROS (2001), este *novo modo de ser* está enraizado nas músicas, nos poemas, na alegria, nas festas, no cultivo da memória dos seus mortos, na partilha solidária dos acampamentos, nos cuidados com a bandeira do Movimento, no orgulho de se dizer Sem Terra, nas relações pessoais, na produção coletiva dos assentamentos, e em tantos outros gestos que trazem em si uma carga cultural e de valores renovadas¹².

1.7.3. Continuidades e descontinuidades: as vicissitudes do processo de assentamento

Como foi discutido no item anterior, o processo de luta pela terra tem um forte potencial de transformação dos sujeitos que dele participam (seja na dimensão política, cultural, moral, entre outras). A emergência do sujeito *Sem Terra* é resultante de uma confluência de situações e momentos que criam (e/ou recriam) valores e modos de agir e pensar diferenciados. A expressão desse sujeito se dá de diversas formas e em espaços variados.

No caso dos assentamentos, percebe-se a existência de características tipicamente originárias do processo pelo qual passaram seus ocupantes, como por exemplo a participação política acentuada, análise crítica da realidade e a presença de formas coletivas de organização. Por outro lado, nem tudo é novidade dentro dessas áreas. A reprodução de aspectos ligados ao seu modo de vida anterior (a agricultura familiar, na maioria das vezes) parece ser uma busca constante na construção desse novo espaço social.

Em função disso, torna-se obrigatório concordar com PAULILO (1994) quando ela afirma que a trajetória de vida dos assentados é um elemento-chave para entender sua organização

¹² Dada a sua grande importância na determinação do sujeito Sem Terra, a mística é o tema central da pesquisa de dissertação de LIMA (2002), atualmente em andamento no mestrado em Agroecossistemas.

social atual. Mais do que isso, acredita-se que esse seja um fator primordial para o entendimento dos demais caminhos seguidos por eles após o assentamento definitivo.

Ainda segundo PAULO, os assentamentos, por se originarem de situações de *ruptura e luta*, constituem-se, num primeiro momento, em verdadeiros *laboratórios sociais* de novas formas de organização. Embora essa análise se restrinja à questão da organização, podemos extrapolá-la para as demais dimensões da vida social dos assentados. Assim, continua a autora, esses momentos de *ruptura* são seguidos de tentativas de nova organização. Nessas tentativas, a gama de comportamentos possíveis é formada tanto pelas idéias novas (frutos da ruptura) como pelas experiências anteriores (originadas de sua trajetória de vida).

O que tem acontecido muito nas análises que se fazem desse processo, critica PAULO, é uma ênfase excessiva no que há de *extraordinário* em detrimento dos fatos *cotidianos*. Em função disso, ela propõe uma maior atenção e valorização das continuidades (aqueles comportamentos que continuam se manifestando após o assentamento e que são anteriores a ele). De maneira semelhante, ESTERCI *et al.* (1992, p.8), ao questionarem até que ponto os assentados podem ser tratados como pequenos produtores, afirmam que

“Muitas vezes parece que, logrando acesso à terra, depois de períodos mais ou menos longos de pressão e reivindicação, e, uma vez investidos de alguma forma de controle sobre a terra, a tendência é a diluição das demandas, interesses e da própria identidade dos ‘assentados’ num segmento maior de pequenos produtores. A preocupação se desloca para questões tais como a produção, a produtividade, assistência técnica, políticas de crédito, etc. De fato, isto acontece e é possível ouvirem-se alguns grupos de recém ‘assentados’ referindo-se a si mesmos como pequenos produtores”.

Com isso, não pretende-se afirmar que não haja mudanças e que os assentados irão simplesmente reproduzir as formas típicas da produção familiar. Apenas chama-se a atenção para a necessidade de relativizar e ponderar a influência dos aspectos inovadores (os formatos organizacionais, o grau de participação política, a abertura para propostas novas, etc.) decorrentes da luta pela terra.

Nesse sentido, é interessante observar a análise feita por COUTO (1999). De acordo com a autora, o assentado é uma categoria *em construção*. Essa abordagem pressupõe um *processo* ao invés de uma *ruptura drástica*, uma vez que a simples ocupação de um espaço físico (o assentamento), por mais emblemática e carregada de simbologismos que possa ser, não faz com que as características peculiares ao modelo anterior, forjadas por um extenso e meticuloso

processo de interação com determinados meios e atores sociais, desapareçam de um momento para o outro. Isso seria o mesmo que imaginar que, ao se fixar na terra, o assentado imediatamente incorporaria valores e conhecimento novos, rompendo e abandonando o seu passado. Em função disso, afirma ela, embora seja na sua essência diferente do agricultor familiar tradicional, o assentado guarda em relação a esse inúmeras similitudes, as quais busca por em prática no assentamento.

De maneira análoga, CALDART (2000) sugere que os assentamentos sejam vistos como um lugar social *em movimento*, que vai sendo produzido por meio das relações que ali se estabelecem no decorrer do permanente processo de organização e reorganização.

Tal processo adquire, principalmente em sua fase inicial, um caráter essencialmente conflituoso. Quando chegam no assentamento, afirma CALDART, os sem-terra são pressionados a escolher entre o *extraordinário* vivido nos tempos de ocupação e acampamento, buscando transformá-lo em seu *cotidiano*, ou o resgate do *modo de vida familiar* que tinham (ou sonhavam ter) antes de sua entrada no MST. Isso dá origem à inúmeras contradições e conflitos entre os elementos culturais que o sem-terra traz consigo como uma herança passada de geração a geração, e as novas vivências socioculturais que projetam a formação de uma nova cultura, um novo modo de ser. Apesar da curta duração dessas vivências, sua intensidade e densidade são em geral tão fortes que não podem simplesmente ser esquecidas ou ignoradas de um momento para o outro, sem que deixem registradas suas marcas no novo elemento social que está se constituindo.

Tanto isso é verdade que, segundo GUANZIROLI (1991), mesmo a produção individualizada dentro dos assentamentos, não é exatamente a mesma forma tradicional individualizada do camponês e do agricultor familiar. Ela engloba uma mistura de atividades comunitárias e individuais que lhe conferem um caráter inédito. Nesse mesmo sentido, ESTERCI *et al.* (1992) afirmam que, pelo fato dos processos através dos quais se chega aos assentamentos serem em geral politizados/politizadores, é possível esperar concepções mais amplas e contestadoras da ordem social dos sujeitos que ocupam esses espaços. PAULILO (1990), por sua vez, analisando o caso do Assentamento Putinga (Matos Costa/SC), é enfática ao afirmar que o “assentamento não reproduz modelos de pequena produção já existentes no país”. Um dos fatores responsáveis por essa diferenciação é a própria forma de acesso à terra. Enquanto para os agricultores tradicionais esse se dá por meio de herança ou compra, para os sem-terra ele é

fruto de sua inclusão em movimentos sociais rurais que, através da participação e organização política, reivindicam reformas na estrutura fundiária.

Contudo, salienta CALDART (2000), quando um sem-terra de origem camponesa (ou da agricultura familiar) entra numa terra que agora ele sabe ser sua, entra junto toda uma tradição e herança cultural que ele carrega há várias gerações. Ressurgem com força os valores e visões de mundo que lhe eram característicos. Entram junto também os valores e aprendizados que adquiriu durante seu processo de “preparação” (ocupações e acampamentos). Esses, no entanto, apresentam-se de modo mais frágil e tímido, pois proporcionalmente essa fase de pré-assentamento tem uma “vida” curta, quando comparada a todo o período anterior de vida do sem-terra. Em função disso, não encontram-se tão consolidados e enraizados quanto os padrões tradicionais. A aceitação do “novo” deu-se, muitas vezes, em função das condições extremas a que estava submetido, quando a sua sobrevivência e a sobrevivência da família (seja no sentido físico, seja no social) encontravam-se ameaçadas. Tal situação predispôs o escamoteamento e a acomodação dos conflitos em prol de um objetivo maior. Entretanto, uma vez superado esse período crítico, a tendência é de que ele queira voltar a uma *vida normal*, bem diferente da experiência que teve embaixo das lonas pretas e provavelmente muito mais próxima de um momento anterior de sua trajetória como trabalhador do campo. Alguns casos assim puderam ser observados no Domingos Carvalho.

“Se for que melhore um pouco, eu vou investir mais na lavoura e prá mim mesmo. Grupo não quero nem ver mais. A tal Associação não dá nem prá pensá. (...) Investir em milho, feijão, a produção que a gente fizer mais é... Agora investir aqui em roda de casa, fazer um pátio bom”.

Luiz Alexandre, assentado

É esta tentativa de recriar padrões anteriores que leva, por exemplo, a opção por determinadas práticas e culturas agrícolas. Em estudo realizado no Assentamento Banco Safra (Nova Xavantina/MT), Cabanilha de Souza (1996, *apud* FERREIRA *et al.*, 1999) constatou que as famílias oriundas do Rio Grande do Sul, adotaram um sistema de produção bastante tecnificado (tratores, insumos, agrotóxicos, sementes selecionadas, etc.), orientado principalmente para o cultivo de monoculturas para o mercado. Por outro lado, as famílias de origem do Nordeste, de Goiás e de Minas Gerais, desenvolveram principalmente a “roça de toco”, voltada à subsistência. Embora adotem, lenta e gradativamente, novas tecnologias e

formas de produzir, isso é feito de maneira relutante. A explicação para tais opções está nas características socioeconômicas de suas regiões de origem.

No Assentamento Domingos Carvalho, de forma semelhante, pôde-se constatar que praticamente todos os agricultores acabaram optando por atividades com as quais tinham familiaridade. Mesmo nos poucos casos que diferiram do “dueto” milho & feijão, encontra-se a explicação de tais opções na trajetória de vida do assentado. É o caso de dois assentados (pai e filho) que trabalham com a produção de leite e de outro que permanece com o cultivo de olerícolas.

“Não, isso aí [a bovinocultura de leite] é um pouco pelo hábito que a gente tem. Isso aí a gente vem trazendo desde quando começou a trabalhar”.

Cláudio, assentado

Em muitos assentados essa cultura de priorização do conhecimento anterior acumulado e de valorização da herança cultural é tão forte, que eles somente estão receptivos a novas práticas e formas de organização após diversas experiências malsucedidas, quando sua manutenção começa a se apresentar ameaçada. Foi o que ocorreu no Domingos Carvalho onde, embora a princípio a grande maioria das famílias tenha optado por produzir olerícolas, quase todas desistiram dessa atividade quando da ocorrência das primeiras dificuldades (perdas de produção em função de geadas, seca, doenças, etc.). Agora, vislumbrando a dificuldade de realizar a “reprodução ampliada” e ao mesmo tempo pagar os créditos recebidos apenas com o cultivo do milho & feijão, eles começam a procurar outras alternativas. Da mesma forma, com relação à organização, num primeiro momento formaram-se quatro grupos que rapidamente se esfacelaram ante à emergência de conflitos internos. Muitos desses conflitos têm como causa aparente a falta de adaptação às especificidades da vida em grupo e a necessidade de autonomia, tão cara ao modo de vida camponês¹³.

“Nosso grupo é Cooperação. Mas agora tá mudando tudo individual. Cada um vai fazer pra si. Só que é livre. Cada um decide o que planta”.

Renato, assentado

¹³ Essa questão dos grupos será mais bem tratada quando da discussão da organização social atual do assentamento.

No entanto, ainda durante o período de permanência no assentamento, pôde-se acompanhar as primeiras discussões sobre novas formas de organização que pudessem contribuir na superação dos problemas que se apresentavam.

Outra contradição que se mostrava bastante presente no Domingos Carvalho é o sentimento de propriedade. Embora uma das condições básicas para a adesão do “sem terra” ao processo de luta pela reforma agrária seja justamente o questionamento da noção de propriedade privada da terra, observa-se dentro dos assentamentos uma reedição do comportamento de apego à terra e à propriedade dessa, característicos da agricultura familiar. Segundo CALDART (2000), tanto o modo de vida baseado nas relações de assalariamento quanto aquele típico da produção familiar, estão culturalmente vinculados ao “valor sagrado da propriedade e do uso privado da terra”.

O exemplo mais marcante da força desse vínculo é a presença ostensiva de cercas em vários assentamentos, como no próprio Domingos Carvalho. Embora possam ter um sentido funcional (cercar as áreas de pastagem ou de lavoura para evitar que os animais destruam as plantações), carregam também em si um forte valor simbólico. Essa conotação simbólica das cercas ganhou maior destaque quando percebeu-se que elas eram utilizadas em muitos casos não para fechar/demarkar os “potreiros”, mas simplesmente para separar um lote dos demais.

É comum também em algumas regiões a tentativa dos assentados de reproduzirem os modelos agropecuários ali dominantes. Dessa forma, são frequentes os casos em que se encontram, por exemplo, lotes cercados com arame farpado e destinados à pecuária de corte extensiva, apesar dessa atividade mostrar-se economicamente inviável em escala reduzida. Isso acontece principalmente na região Centro-Oeste (embora esteja também presente em algumas áreas das demais regiões), onde o entorno dos assentamentos é muitas vezes constituído por grandes propriedades pecuaristas. No imaginário dos agricultores assentados, esse tipo de unidade produtiva pode muitas vezes assumir o *status* de símbolo de ascensão social e prosperidade, configurando-se, portanto, no modelo a ser seguido e almejado.

PAULILO (1994) faz uma análise semelhante ao tratar dos produtores expulsos do campo pelo processo de modernização. Segundo ela, como a maioria do sem-terra teve sua origem nesse movimento de exclusão (pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores rurais, etc.), uma vez assentados, eles buscam muitas vezes adotar todas as opções tecnológicas que estão ao seu alcance, compactuando com um modelo produtivista, pois têm medo de “ficar para trás”

novamente. Esquecem, entretanto, que foi justamente esse modelo o responsável por sua exclusão, mesmo para muitos daqueles que conseguiram ter acesso ao “pacote tecnológico” completo.

“Agora eu já posso trabalhá tranquilão, que eu já sei que tenho um pedaço de chão prá trabalhá, posso tê um gado em cima, posso criá, posso plantá. (...) É, cada vez trabalhá mais, prá vê se a gente tem um futuro melhor. A gente pensa de ter um trator meu mesmo prá mim trabalhá, um trator equipado prá mim mesmo”.

Tércio, assentado

1.7.4. O conhecimento agroambiental dos assentados: construção ou resgate?

O conhecimento agroambiental constitui-se numa série de saberes e práticas adaptados a um determinado meio e que tiveram origem num longo processo de interação entre o agricultor e o espaço por ele ocupado. Embora tenha alguns aspectos de aplicação universal, em geral é formada por um conjunto de conhecimentos específicos para o ambiente em que foram moldados. Dessa forma, o deslocamento para uma região distante da de origem, pode causar uma ruptura nas estruturas cognitivas do agricultor e deixá-lo desorientado.

SANTOS (1994) chama a relação estabelecida entre o assentado e o meio por ele desconhecido de *estranhamento*. Esse *estranhamento* foi uma característica comum aos projetos de colonização oficial, empreendidos principalmente durante a década de 70 e início de 80, quando agricultores do Sul, Sudeste e Nordeste eram “recrutados” para desbravar a floresta amazônica ou os cerrados. Esses agricultores sentiram-se deslocados frente a um meio diverso daquele que conheciam por suas práticas históricas. As diferenças climáticas também impunham a necessidade de cultivar outras espécies ou variedades, com as quais não estavam habituados. Isso gerou uma série de problemas econômicos, sociais e ambientais, que resultaram nos altos índices de abandono desses projetos (média de 45% em 12 projetos estudados por SANTOS).

Tais conseqüências são perfeitamente compreensíveis sob a ótica da *ontogenia* e do *acoplamento estrutural*, tratadas por MATURANA & VARELA (1995) e MATURANA (1997). Segundo esses autores, todo sistema estruturalmente determinado¹⁴ existe em um meio e apresenta com ele uma complementaridade estrutural. À essa complementaridade é dado o nome

¹⁴ Os “fenômenos” (qualquer ação ou resposta) gerados por esse tipo de sistema são determinados por sua estrutura, ou seja, pelos componentes e pelas relações entre os componentes que o constituem.

de *acoplamento estrutural*. Através desse processo, o sistema interage com o meio desencadeando mudanças nesse e, ao mesmo tempo, sofrendo mudanças desencadeadas por ele. De acordo com MATURANA (op.cit.), os sistemas vivos¹⁵ existem somente enquanto houver a conservação de seu acoplamento estrutural ou *conservação da adaptação*. Esse histórico de mudança estrutural do sistema em congruência com o meio, é chamado de *ontogenia*.

O raciocínio acima pode ser aplicado para o caso dos assentamentos de reforma agrária. Para fins de análise, tomemos os agricultores como sistemas independentes (não se está, com isso, desconsiderando o fato deles fazerem parte de sistemas mais abrangentes, também afetando e desencadeando mudanças nesses). Durante sua história de vida (*ontogenia*), o agricultor interage com o meio em que vive, procurando desenvolver práticas que melhor se adaptem àquele espaço, garantindo a manutenção do potencial produtivo e proporcionando sua sobrevivência. Às alterações sofridas pelo meio, o agricultor responde com novas práticas que fazem parte de seu “repertório” histórico e cultural ou que estejam ao seu alcance. Essa interação, contudo, não se dá de maneira passiva, uma vez que ele busca também modificar o meio, de acordo com suas necessidades.

Ao serem obrigados a se deslocar de suas regiões de origem, como ocorreu no processo de colonização e em diversos assentamentos de reforma agrária, o *acoplamento estrutural* existente sofre abalos, ameaçando a existência do “sistema agricultor”. Diante disso, colocam-se três caminhos possíveis: o primeiro, e mais drástico deles, é a morte do agricultor, seja enquanto ser social (o assalariamento, o abandono do meio rural), ou mesmo enquanto ser biológico; o segundo caminho possível é a migração para outra região, com características mais próximas à de origem, onde ele possa se reproduzir como agricultor; a terceira possibilidade é a busca de novas estratégias¹⁶ de adaptação a esse novo meio. Essa última, é claro, vai depender dos limites de mudança a que podem ser submetidas suas estruturas culturais, cognitivas e mesmo físicas, distintas de um indivíduo para outro.

Tratando justamente do choque que representa a mudança de ambiente (físico e social), SILVA (2000) afirma que um dos principais obstáculos enfrentados pelos assentados na fase inicial do assentamento é a ausência de um uso histórico e cultural da terra. Não houve um

¹⁵ Embora MATURANA trate principalmente de “sistemas vivos”, utilizando-se da célula em muitos de seus exemplos, podemos extrapolar essa condição também para outros sistemas, como os sociais, culturais, cognitivos, etc.

processo anterior de acúmulo de conhecimentos agroambientais que permitisse aos agricultores realizarem a adaptação de maneira rápida e integral. Mesmo onde se verifica a existência de algum acúmulo, ele é bastante incipiente quando comparado ao período em que o assentado viveu como agricultor ou trabalhador rural assalariado. Para BERGAMASCO & FERRANTE (1994), o fato da terra para a qual o assentado “volta” não ser a mesma em que viveram seus antepassados, faz com que ela seja despojada de valor simbólico¹⁷. Diferentemente dessas autoras, acredita-se que a terra do assentamento, embora carente de laços históricos, apresenta sim um valor simbólico para o assentado. Seu caráter de *conquista*, resultado de um processo de *luta* e realização de um *sonho*, confere-lhe um valor tão ou mais importante quanto aquele oriundo da relação do agricultor tradicional com sua terra. Alguns relatos feitos pelos entrevistados no Assentamento Domingos Carvalho deixam isso bem claro.

“Prá nós foi uma vitória conseguir um pedaço de chão. Foi bastante sofrido. Isso aqui não foi uma coisa que a gente ganhou de mão beijada. (...) Quando nós saía nas jornada de luta, nós passava naquelas cidades, os cara chegavam: ‘tropa de baderneiro, vagabundo, vão trabalhá, vão achá serviço!’. Eles achavam que nós não trabalhava porque nós era vadio. Daí nós pensava: ‘um dia nós vamo ganhá terra, nós vamo dá o troco prá vocês’. Vamo vê se a gente não é capaz de sobreviver da própria terra. A gente tá conseguindo”.

Osmar, assentado

“Porque, por exemplo, eu pego e vou na cidade fazê umas compra lá. Fico até meio-dia, mas já fico ansioso prá vim de volta pro terreno. No terreno você tá ouvindo passarinho, cocoreco de galinha”.

Ulisses, assentado

Contudo, BERGAMASCO & FERRANTE (op.cit.) relativizam sua afirmação ao reconhecer a existência de um processo de construção de novas simbologias e valores na fase pós-assentamento, por meio da *práxis*. É também a partir desse período que se começa a construir uma nova integração sociocultural e ambiental com aquele meio.

¹⁶ De acordo com ANTUNIASSI (1998), as *estratégias* são práticas adaptativas dos sujeitos a condições históricas dadas, no sentido da manutenção ou da mudança.

¹⁷ O valor simbólico é um dos principais componentes surgidos a partir da relação do agricultor com a terra, tendo grande influência sobre as opções de uso dessa, como pôde-se discutir no item 1.2 deste capítulo.

REIS (2001), estudando os reassentamentos de Marmeleiro/PR e Campo Erê/SC, decorrentes da construção da hidrelétrica de Itá, cita quatro aspectos ambientais apontados pelos reassentados como problemáticos e que foram responsáveis pelo estranhamento das novas áreas. O primeiro aspecto é a questão da fertilidade das terras, consideradas menos produtivas em relação às da região de origem. Outro elemento, também associado ao solo, é a maior susceptibilidade à erosão dessas áreas. O terceiro, é a intensa ocorrência de geadas, tanto em Campo Erê como em Marmeleiro, pouco freqüentes na região de Itá. Por último, tem-se a presença de “inços”, como o papuã, e o ataque de insetos na lavoura, especialmente a “vaquinha” (*Diabrotica* sp.) no feijão e o “cascudinho” (denominação regional para um tipo de hemíptero) no milho.

Também no Assentamento Domingos Carvalho, observou-se a ocorrência de alguns desses problemas. As queixas com relação ao clima não foram muitas, dado que a maioria dos assentados é oriunda de municípios da região do Planalto Norte (Porto União, Mafra, Irineópolis, Major Vieira, Canoinhas, entre outros) ou já residiu em algum desses municípios por um certo tempo. As poucas queixas originaram-se de agricultores naturais do Paraná. O frio invernal intenso, típico da região, é apontado como fator que dificultou a adaptação e prejudicou a implantação de algumas atividades, como a olericultura e a bovinocultura de leite.

“Lá [no Sudoeste do Paraná] é um pouco mais quente que aqui. (...) [O maior problema] é a comercialização e o clima. O clima aqui também, prá verdura não dá...”

Mário, assentado

“Só que na época nós não compramo o gado leiteiro. Porque deu aquele inverno muito frio e o pasto que nós tinha morreu tudo. Inclusive morreu criação por falta de pasto. Daí nós vimo que aquilo não era alternativa, não servia prá nós. (...) A questão do gado leiteiro por causa do frio. A verdura também, boa parte foi por causa do frio”

Alfredo, assentado

As queixas acerca da ocorrência de “pragas” na lavoura também aparecem em alguns relatos. Os principais prejuízos foram causados pela “vaquinha”, no feijão, e pela lagarta do

milho¹⁸ (que ataca as plantas logo após a emergência). Alguns desses insetos eram desconhecidos dos assentados em suas regiões de origem.

“Na primeira não passemos [veneno]. Pensamos que não tinha esse bicho e apareceu de vereda. Comeu todo o milho. (...) Lá [no Paraná] não tinha, parece. Viemos no lugar da praga, parece. Além de tudo que é praga, o preço não ajuda, a produção não dá coisas boas”.

José Antônio, assentado

Contudo, o problema mais frequentemente apontado é a baixa qualidade das terras do assentamento. Quando comparadas às terras da região de origem de alguns assentados (Sudoeste do Paraná, Oeste Catarinense), essa deficiência torna-se mais destacada.

“A gente acha diferença. Antes quando nós tava acampado, eu proseava bastante com o pessoal que era daqui da região, porque a gente conhecia um tipo de terreno, de solo. E aqui a gente já via uma diferença grande. Que nem areia. Eu não conhecia areia. Eu achava que não tinha terreno com areia assim. Achava que era igual lá onde eu vivia. Daí, quando vim prá cá eu já comecei a falar ‘mas essa terra com areia dá planta?’. Porque daí a gente acha que por ser areia, [era] fraca a terra. Daí eles falavam que dava, só que tinha que ter adubo. Daí eu contava prá eles, eles até ficavam meio duvidando que eu colhia sem adubo”.

Wilson, assentado

Essa diferença é apontada por outro assentado como sendo responsável pelos repetidos prejuízos observados na lavoura.

“Não, lá [no Paraná] não carecia por nada. Por modo disso que aqui nós se demo mal, porque lá se você financiava, você só comprava uréia prá jogar no milho. Lá, você por nada um saco de adubo, dá bem. E aqui se não por nada na base de 3 sacos de adubo, você não colhe. E tem que tá em cima com uréia, coisurada”.

José Antônio, assentado

As análises de solo, feitas durante o PDA e referenciadas no capítulo II (na descrição da área), confirmam a existência de diversos problemas edáficos, principalmente acidez, elevados teores de alumínio e baixos teores de fósforo. Contudo, apesar dessas deficiências, não são

¹⁸ Os relatos imprecisos não permitiram a identificação desse inseto.

todos os assentados que estão descontentes com a área que possuem. Um bom número, embora reconheça as carências do solo, não o desqualifica por completo.

“Eu acho que não é boa nem ruim, ela é tipo média”.

Jucinei, assentado

Outros ainda, ressaltam as características positivas das terras de seus lotes.

“Nós aqui ainda tamo gostando da terra, que é uma terra boa. É uma terra boa de cultura e tudo. O solo é raso, mas a terra é boa”.

Carlos, assentado

Essa diversidade de concepções à respeito da qualidade do solo pode ser explicada por duas razões. Em primeiro lugar, pela origem do assentado. Aqueles oriundos de regiões com solos mais férteis, tendem a classificar as terras do assentamento como ruins ou fracas. Outros, principalmente os que são naturais da própria região do Planalto Norte e que por isso estão mais acostumados com as características dali, consideram o solo do assentamento razoável. Já aqueles que anteriormente viviam em áreas onde o solo apresentava carências mais acentuadas, mostram-se felizes por terem melhorado sua situação.

Outro fator que explica a multiplicidade de opiniões é a diferenciação em termos de qualidade do solo existente no interior do assentamento, oriunda tanto das características naturais da área quanto da utilização agrícola anterior da mesma.

“A terra, essa nossa aqui tava muito boa ainda, porque ela tinha um tanto de calcário. Ela tinha sido calcareada. Nosso terreno tava bom mesmo prá plantá. Já tava preparada do jeito que tava ali. Então, foi só aprimora um pouquinho o calcário e... plantá. Agora, os outro aí já mudou tudo”.

Cláudio, assentado

Para SANTOS (1994), houve nos últimos anos uma redução nas ocorrências dessa relação de estranhamento, principalmente quando se compara os assentamentos aos projetos de colonização. Isso teria ocorrido em função da prioridade dada para a implantação dos assentamentos em regiões próximas à de origem ou de trabalho das populações beneficiárias,

além da recusa dos agricultores ligados aos movimentos sociais de empreenderem uma *fuga* para as regiões de menor densidade demográfica (Centro-Oeste e Norte), como fica evidente no mapa de ocupações apresentado por DAVID *et al.* (1997).

O que se percebe, no entanto, é que embora haja uma predisposição de evitar a necessidade de migração decorrente dos assentamentos, isso nem sempre é possível, pois muitos sem-terra são oriundos de regiões em que a estrutura fundiária é predominantemente formada por pequenas propriedades familiares, não havendo terras desapropriáveis disponíveis. Além disso, inclusive deslocamentos pequenos, dentro de um mesmo estado, podem representar mudanças significativas em termos de clima, solo, relevo, flora, fauna, etc., haja vista a heterogeneidade existente entre diversas microrregiões.

O fato dos assentados constituírem-se em comunidades novas traz algumas dificuldades, mas também tem suas vantagens, afirma SILVA (2000). Por um lado, estes agricultores não apresentam ainda (ou apresentam de maneira incipiente) uma identidade sociocultural e uma história de interação com o agroecossistema que passam a ocupar. Por outro lado, esse agroecossistema, que anteriormente era constituído por um latifúndio improdutivo, deverá ser agora totalmente reconstruído, o que abre interessantes perspectivas em termos de planejamento estratégico desse espaço, visando o desenvolvimento dito sustentável.

Contudo, como lembra BEZE JR. (1994), uma das principais dificuldades está no fato de que a comunidade que se procura reconstituir dentro do assentamento, em condições normais, leva dezenas de anos para adquirir suas características identificadoras. A velocidade que se tenta impor a esse processo nestas novas circunstâncias, exige atenção e acompanhamento especiais, de forma a superar os empecilhos que se impõem num primeiro momento. No entanto, como foi destacado no capítulo III, a deficiência e inconstância da atuação da assistência técnica, da participação do Estado e do próprio MST nos processos de planejamento e execução, colocam nas mãos dos assentados todos os riscos e desafios.

Em seu estudo, REIS (2001) constatou que esse “não saber” *foi* superado por um oneroso processo de “ensaios e erros”. No Domingos Carvalho, pode-se dizer que ele *vem sendo* superado aos poucos por uma série de tentativas, muitas delas fracassadas (como é o caso do cultivo de olerícolas). A disposição em procurar alternativas, contudo, se mantém presente em todos. Dos três caminhos possíveis apontados anteriormente, não se cogita o primeiro (abandono da condição de agricultor), nem tampouco o segundo (abandono do lote e

migração). A opção firme e consciente pela busca da adaptação (*acoplamento estrutural*), aponta para a possibilidade de se estabelecer um processo de desenvolvimento que possibilite a emergência de sustentabilidade em todas as suas dimensões, desde que devidamente acompanhado e estimulado pelos atores sociais vinculados ao assentamento.

1.8. Síntese e considerações

A análise dos assentamentos de reforma agrária expõe a existência de dois padrões comportamentais dentro desses espaços. Por um lado, as especificidades do processo de luta pela terra “imprimem” uma série de características e valores diferenciados nos sujeitos demandantes de terra, a ponto de darem origem a uma nova categoria social. Por outro, as “lembranças” do modo de vida anterior (em geral a agricultura familiar) ainda bastante presentes na memória cultural desses sujeitos, fazem com que eles busquem reeditar diversas práticas e comportamentos com os quais estão habituados.

Neste tópico buscou-se justamente discutir a relação entre esses dois padrões, analisando a contribuição de cada um na construção dessa nova categoria denominada *assentado*. Para tanto, iniciou-se pela apresentação de alguns aspectos que regem a lógica camponesa, uma vez que se adotou o pressuposto de que o camponês constitui uma das principais bases de formação do que atualmente denominamos de agricultor familiar. Dessa forma, reconhece-se na agricultura familiar uma série de características decorrentes de sua origem social: o campesinato.

Essas características, aliadas a outras específicas da própria unidade familiar, configuram um complexo sistema de produção, firmemente entranhado na mentalidade dos agricultores e cujo conteúdo busca-se transmitir e perpetuar.

Assim, ao serem inseridos num novo ambiente, muitos agricultores buscam moldá-lo de forma a poderem retomar seu modo tradicional de vida. Contudo, as experiências pelas quais passaram durante a fase anterior ao assentamento, embora normalmente breves, são tão intensas e profundas que deixam sua marca registrada nos indivíduos. Em função disso, o novo sujeito que emerge do conflito entre o extraordinário e o cotidiano, tem sua formação determinada por

essa dupla contribuição. O agricultor assentado, embora muitas vezes se assemelhe ao agricultor familiar tradicional, diferencia-se desse pelo próprio processo que lhe deu origem, extremamente politizado/politizador e capaz de criar valores novos e/ou resgatar antigos. É claro que as trajetórias de vida diferenciadas vão resultar em diferentes graus de mudança e introspecção desses novos comportamentos.

Dessa forma, nem tudo é novidade dentro dos assentamentos. Pelo contrário, a importância atribuída ao “saber fazer” acumulado, aliado ao desconhecimento do itinerário técnico de outras atividades, é o principal responsável pela presença marcante de culturas como o milho e o feijão. No caso dessas duas espécies, além da tradição, o seu cultivo está também relacionado à importância que elas possuem na garantia de segurança alimentar à família e a sua multiplicidade de utilidades, o que lhes confere um “*status* nobre” no imaginário dos assentados. Mas, mesmo essa valorização, está associada a fatores da trajetória de vida desses indivíduos, como os períodos em que estiveram submetidos a situações de miséria extremada (fator que os leva a buscar prioritariamente a segurança alimentar, garantida pelo milho e feijão).

Assim, embora num primeiro momento a tentativa tenha sido de romper com o padrão agrícola dominante na agricultura familiar da região, o temor do desconhecido (e duvidoso), o medo da fome e da miséria e a valorização simbólica e prática do milho e feijão levaram à sua adoção pela maioria dos assentados, demonstrando o peso dos caminhos trilhados pelos indivíduos na conformação dos processos decisórios e determinação dos sistemas agrícolas a serem implantados.

2. O tempo presente: a organização social dos assentados

Em cada um dos *tempos* analisados, procurou-se centrar a atenção em alguns aspectos considerados de maior relevância no entendimento da questão colocada no início deste trabalho.

Dessa forma, ao tratar-se do *presente*, optou-se por tomar como referência a *organização social* do Assentamento Domingos Carvalho e, a partir disso, analisar como essa pode ter influenciado os processos decisórios dos assentados e direcionado para a adoção de determinadas práticas e/ou culturas agrícolas.

Para realizar tal tarefa, no entanto, é necessário resgatar previamente um pouco do histórico dos processos de organização dentro do MST, bem como a forma com que o Movimento encara essa questão.

2.1. A cooperação agrícola na concepção do MST

Apesar de ter na luta pela terra uma de suas principais bandeiras, o MST se mostra consciente da necessidade de avançar nessa conquista, como demonstra a valorização da questão produtiva dentro dos assentamentos, especialmente a partir do início da década de 1990 (conforme apresentado no tópico 4 do capítulo III). Nesse sentido, são também bastante adiantadas as discussões acerca dos rumos que deve tomar o processo de desenvolvimento desses espaços¹⁹. Dentro de uma discussão mais ampla, destaca-se o debate em torno das formas de organização e divisão social do trabalho e a propriedade dos meios de produção.

A inspiração Marxista/Leninista das principais lideranças do MST nos ajuda a entender sua opção pelo apoio e estímulo às iniciativas cooperativas nos assentamentos, especialmente aquelas que conduzam à coletivização do trabalho e dos meios de produção.

De acordo com o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 da CONCRAB (1998), os assentamentos devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, “desenvolvendo valores humanistas e socialistas. (...) [A cooperação] deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade”.

Essa declaração demonstra que para o MST, a cooperação se apresenta como um projeto ao mesmo tempo de curto, médio e longo prazo. A curto prazo, o objetivo é garantir a sobrevivência dos assentados frente às dificuldades vivenciadas pela agricultura atualmente. A médio prazo, visa-se a solidificação dos assentamentos e a evolução das estruturas organizacionais adotadas nesses, rumo à coletivização total, considerada a forma ideal de cooperação e que exige um elevado grau de organização e consciência. A longo prazo, pretende-se transformar essas áreas reformadas em modelos e sementes de um processo de transformação social. O trecho a seguir explicita bem essa perspectiva de evolução:

“Ao iniciar uma experiência de cooperação os assentados envolvidos devem ter clareza de que na medida em que acontecem determinadas condições objetivas a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar. Sem este salto de qualidade a forma entra em crise, estagna e tende a quebrar. A cooperação precisa ser compreendida como um processo” (CONCRAB, op.cit., p.22).

A cooperação é vista como uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com a organização dos assentados em núcleos de base e a liberação de militantes para a luta política, bem como para a luta econômica (CONCRAB, op.cit.).

¹⁹ Ver, por exemplo, os Cadernos de Cooperação Agrícola nº 5 (CONCRAB, 1998) e nº 8 (CONCRAB, 1999).

Essa concepção de cooperação como uma luta mais ampla que a viabilização econômica faz com que o MST já enxergue e se preocupe com esse processo na fase de acampamento. As experiências vividas nesse período (frentes de trabalho, grupos de discussão, cozinhas coletivas, etc.) são importantes para a definição das formas de organização a serem adotadas num futuro assentamento.

2.2. A trajetória da cooperação nos assentamentos

Contudo, esta convicção política acerca da necessidade de adotar a cooperação como elemento fundamental do processo de desenvolvimento dos assentamentos, parece não ter estado presente em todos os momentos da história do MST. Segundo STÉDILE & FERNANDES (1999), no princípio era muito difícil discutir a organização da produção, já que a maior parte dos militantes visualizava a conquista da terra como o objetivo principal, senão exclusivo, de sua luta. Nesta primeira etapa, que vai das primeiras ocupações (em 1979) até aproximadamente 1985, havia uma visão “romântica” da agricultura, fruto da “memória histórica dos camponeses”. O único debate que surgia nessa época sobre esse tema provinha dos setores ligados à Igreja Católica, apresentando o que os autores denominam de “viés idealista e cristão”: “Será que não é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver mais fraternalmente se fizer mutirão?”.

Com o passar do tempo, as lideranças do Movimento começaram a perceber que apenas ocupar e distribuir terras não resolvia o problema. Teve início assim um período de estudos de textos e debates teóricos. Mas foi apenas a partir do momento em que os próprios assentados passaram a sentir as dificuldades reais de organizar sua produção (agravadas com o fim gradual dos subsídios agrícolas nos últimos anos do regime militar e início da Nova República), que a discussão ganhou corpo dentro do MST. Começa então o que STÉDILE & FERNANDES (op.cit.) chamam de *período de descoberta*, que durou de 1986 a 1990. Nesse período, várias experiências de cooperação agrícola foram feitas nos assentamentos. Os membros da Comissão Nacional dos Assentados também foram conhecer experiências

desenvolvidas em outros países: Nicarágua, Honduras, Cuba, Peru, Chile, México, Espanha e Israel.

Desse período de aprendizado, tirou-se algumas importantes lições, dentre as quais se destaca a constatação de que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis, levando em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai adotá-la (MST, 1995). Isso, entretanto, sem abandonar o ideal da produção totalmente coletivizada, que se transformou numa proposta a ser trabalhada de maneira gradual nos assentamentos. A manutenção desse horizonte fica clara na proposta de uma reforma agrária socialista defendida por uma das principais lideranças do MST.

“Uma reforma agrária hoje, diante dessa realidade, necessariamente teria que atingir em primeiro lugar a descentralização da propriedade. (...) A segunda característica da reforma agrária hoje é que necessariamente ela vai ter que organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, porque a agricultura já está organizada de uma maneira capitalista. Hoje não adianta mais ter só terra. (...) Necessariamente com esse desenvolvimento que o capitalismo teve no campo, uma reforma agrária tem que abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura. E por isso ela adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção” (STÉDILE, 1994, p.318-319).

A percepção da importância da cooperação para a melhoria das condições de vida dos assentados fez com que surgissem uma série de associações e cooperativas por todo o país, além de diversas centrais cooperativas estaduais, culminando com a criação da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e do Sistema Cooperativista dos Assentados, em 1992.

2.3. Formas de organização do trabalho nos assentamentos de reforma agrária, segundo o MST

Desde a criação dos primeiros assentamentos até os dias atuais, diversas são as formas de cooperação que foram experimentadas dentro desses espaços. Algumas por iniciativa ou influência direta das direções e coordenações do Movimento Sem Terra. Outras, surgidas de maneira mais espontânea, por iniciativa dos próprios assentados.

Apresentar-se-á a seguir uma breve descrição das principais formas de cooperação, tomando-se como base de consulta o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 (CONCRAB, 1998). A seqüência de apresentação obedece a hierarquização que lhes é atribuída pelo Movimento, segundo o qual a cooperação estende-se desde as formas mais simples (mutirão, puxirão, troca de serviço), até a mais complexa (Cooperativa de Produção Agropecuária).

a) Mutirão, puxirão, troca de serviço

São as formas mais simples e espontâneas de cooperação, consistindo na ajuda mútua e troca ocasional entre os assentados individuais, principalmente vizinhos ou parentes. É utilizada nos serviços de capina, plantio, colheita e outros que demandem intensa força de trabalho concentrada em alguns momentos do ciclo produtivo.

b) Núcleos de Produção

É a união de assentados individuais que se juntam com o objetivo de organizar a produção. A aglutinação pode se dar em função de proximidade, parentesco ou por linha de atuação em comum. A produção é discutida e planejada em conjunto, mas os meios de produção e a execução das atividades permanecem individuais.

c) Associações

Podem ser de vários tipos e finalidades: aquisição de animais e máquinas, transporte, comercialização, representação política, etc. A compra de máquinas em conjunto é o tipo mais comum nos assentamentos. O planejamento da produção geralmente é individual, com exceção daquelas atividades que fazem parte do escopo da associação. Os meios de produção, excetuando-se os da associação, também permanecem sob propriedade individual.

d) Grupos semi-coletivos

Nesses grupos, parte da terra é destinada ao uso coletivo e parte ao uso individual. A proporção destinada a um ou a outro varia de grupo para grupo. Geralmente as áreas individuais são destinadas às atividades de subsistência e as áreas coletivas aos produtos direcionados ao mercado. O planejamento da produção da parte coletiva é feito pelo grupo todo. Dos investimentos efetuados em meios de produção, uma parcela destina-se ao coletivo e outra ao individual.

e) Grupos coletivos

A produção é toda coletiva. O título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome de cada membro do grupo, mas não há divisão dos lotes. Em geral, toda a área fica submetida ao planejamento do grupo. Os investimentos em meios de produção são feitos coletivamente. Nessa forma de organização existe um elevado grau de divisão social do trabalho, sendo a aplicação da força de trabalho planejada pelo grupo.

f) Cooperativas de prestação de serviço

Têm por objetivo planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados de um determinado assentamento, independente deles produzirem individualmente ou participarem de algum grupo. As cooperativas de prestação de serviço dedicam-se basicamente à comercialização, assistência técnica, serviço de máquinas e instalação de unidades de processamento. O planejamento das atividades fica a cargo de cada indivíduo ou grupo, mas a cooperativa pode estabelecer prioridades e estimular a produção de certos produtos.

g) Cooperativas de prestação de serviços regionais

Também conhecidas como Cooperativas Regionais, são semelhantes às cooperativas de prestação de serviço, mas possuem uma abrangência maior. Normalmente atuam com a comercialização da produção e de insumos, no beneficiamento, na assistência técnica e, em alguns casos, na organização da produção.

h) Cooperativas de produção e prestação de serviço

É considerada uma espécie de transição entre a cooperativa de prestação de serviço e a cooperativa de produção agropecuária. Quando a primeira deixa de apenas prestar serviços e passa também a organizar a produção e a industrialização de um determinado produto, ela torna-se uma cooperativa de produção e prestação de serviço.

i) Cooperativas de produção agropecuária

No interior do MST, as cooperativas de produção agropecuária são consideradas “a forma superior de organização da produção”. São muito semelhantes aos grupos coletivos, diferindo-se principalmente pela personalidade jurídica. O título de propriedade ou concessão de uso da terra pode permanecer tanto em nome do indivíduo como em nome da própria cooperativa.

2.4. A organização social do Assentamento Domingos Carvalho

Em qualquer grupo social, a organização costuma ser uma característica bastante dinâmica, variando constantemente para adaptar-se às mudanças de conjuntura. No caso do Domingos Carvalho, tal dinamismo se faz presente de forma ainda mais intensa, uma vez que se trata de um assentamento recente, onde o processo de socialização e construção de novas relações está em seu auge, fazendo com que “um dia nunca seja igual ao outro”.

Em função disso, observa-se uma série de mudanças na organização do assentamento, desde sua constituição até os dias atuais. Procurar-se-á aqui esboçar um rápido quadro das principais alterações ocorridas *com e nos* grupos, bem como a situação atual. Parte-se da organização inicial surgida ainda na fase de acampamento, quando haviam 3 grupos: Coletivo, Semi-coletivo e Cooperação. Optou-se por abordar também um quarto grupo, organizado de forma coletiva, surgido no transcorrer do processo. Este grupo será aqui denominado de Coletivo II²⁰.

2.4.1. Coletivo

Inicialmente, na fase de pré-assentamento, o grupo coletivo contava com 13 famílias. No momento em que foi criado o assentamento e iniciou-se a demarcação dos lotes, 5 famílias abandonaram o grupo. Nas primeiras visitas realizadas ao assentamento (em abril e agosto de 2000), bem como durante a pesquisa exploratória (janeiro de 2001), o grupo contava ainda com 8 famílias. No entanto, por ocasião da pesquisa de campo, deparou-se com um grupo Coletivo constituído por apenas 4 famílias, uma das quais recém-incorporada e ainda não oficialmente assentada.

Pelos relatos de alguns assentados e do técnico do Incra responsável pela área na época, bem como pelas observações feitas, pôde-se construir uma versão própria dos fatos. Segundo essa compreensão, por desavenças internas ao grupo (como denúncias de desvios de recursos provenientes da venda de produtos, discordâncias em relação às opções produtivas do grupo e à

divisão do trabalho, entre outras), 2 famílias abandonaram o assentamento. Um dos desistentes era filho de outro membro do grupo, que permaneceu no Coletivo, mas pretendia que uma das vagas abertas fosse ocupada por outro filho seu. Ante a resistência dos demais membros, ele optou por sair do grupo (mas permanecer no assentamento).

“Se não posso garantir terra para meus filhos no grupo, prefiro ter meu pedaço de chão e trazê eles prá morá aqui comigo”.

Paulo, assentado

Outro assentado, genro de Paulo, também saiu do Coletivo na mesma ocasião. Aparentemente, as relações de parentesco foram determinantes nesses dois casos. A superficialidade das informações disponíveis sobre essa questão, não permitiu elaborar uma hipótese para explicar a saída de um terceiro membro do grupo.

A saída dessas três famílias desestabilizou o Coletivo, pois demandou a divisão da área e dos bens de propriedade desse²¹. Por ocasião da pesquisa de campo, apenas uma família havia sido incorporada ao grupo, permanecendo a outra vaga em aberto.

2.4.2. Coletivo II

Esse grupo, composto por 3 famílias, surgiu após a implantação do assentamento, tendo provavelmente se originado de famílias que faziam parte do Coletivo. Das 3 famílias que o constituem, duas possuem laços de parentesco estreitos (pai e filho).

Embora estejamos chamado-o de coletivo, da mesma maneira que é feito em alguns relatórios do Incra, a forma como está organizado não o caracteriza como tal. Apenas a produção de grãos (milho e feijão) e a área utilizada para esse fim são realmente coletivas. Dois dos membros do grupo (pai e filho), têm em comum também a produção de leite.

Mais uma vez, a preponderância dos laços de parentesco indicava para a provável saída do terceiro membro, de forma a tornar-se um grupo exclusivamente familiar.

²⁰ No interior do assentamento, esse grupo recebe a denominação relativa ao nome de sua principal liderança.

²¹ As quotas referentes às 2 famílias que abandonaram o assentamento, permaneceram de posse do grupo.

2.4.3. Semi-coletivo

Criado com 7 famílias, esse grupo incorporou mais uma após o assentamento, mantendo-se com 8 até recentemente. Nessa forma de organização, cada família dispunha de 2 ha para uso individual, sendo o restante da área trabalhada coletivamente.

Contudo, a própria experiência do MST já sinalizava para a instabilidade dos grupos semi-coletivos e, de acordo com material publicado pela CONCRAB (1998), apontava dois caminhos possíveis para os mesmos: o avanço para um nível maior de cooperação ou o “retrocesso” à individualização. A principal contradição interna presente nestes grupos está na tentativa de conciliação entre os interesses pessoais (materializados na propriedade individual), com o interesse coletivo. PAULO (1990), antes disso, já questionava a possibilidade de convivência dos valores envolvidos nos modelos de cooperação que vinham sendo gestados em alguns assentamentos, os quais ela considerava não apenas “interessantemente híbridos”, mas, também, “perigosamente híbridos”.

De fato, em meados do ano de 2001 o Semi-coletivo foi extinto, sem nunca ter funcionado de forma adequada. Durante a pesquisa de campo pôde-se acompanhar a etapa final deste desmonte, que é a divisão dos lotes.

2.4.4. Cooperação

Formado inicialmente por 14 famílias, incorporou mais uma após o assentamento. Embora para fins de planejamento (PDA) e organização interna seja considerado um grupo, na prática ele não se constitui como tal. Trata-se muito mais de uma maneira de “formalizar” as relações de ajuda mútua (mutirão, troca de serviço) que ocorrem entre os seus membros.

“Nós temo o grupo, o tal grupo... em Cooperação. Mas é só prá dizê que é grupo, só prá modo de nós, a hora que um precisá, um ajuda o outro”.

José Antônio, assentado

Dentro desse “grupo”, essas relações não se dão de maneira igual entre todas as famílias, sendo fortemente permeadas e influenciadas por laços de parentesco, amizade e mesmo de religiosidade²².

Essa característica de heterogeneidade do grupo, talvez ajude a explicar os relatos contraditórios de alguns assentados, afirmando que o grupo não existia mais, e de outros atestando sua existência e pleno funcionamento.

2.4.5. A Associação

Durante a implantação do assentamento, foi criada uma Associação que congregava todos os assentados e tinha por objetivos principais a aquisição de máquinas e implementos para o uso coletivo, a compra conjunta de insumos e a comercialização dos produtos produzidos.

A Associação teve uma vida bastante curta, sendo extinta no início de 2001. Mas já durante as primeiras visitas podia-se perceber a existência de problemas que minaram a base da organização. Os relatos de alguns assentados transmitiam a sensação de que a unidade de referência do projeto de futuro comunitário, deixara de ser o assentamento como um todo e passara a ser cada grupo.

Após a dissolução, o patrimônio da Associação foi dividido entre os grupos.

Embora muitos assentados ainda se referissem à Associação como um dos grandes erros cometidos no processo, especialmente em função dos investimentos fracassados, a maioria admitia a importância de um modelo de organização que abrangesse todo o assentamento.

“Quando veio o dinheiro [do Procera], a gente viu que tava investindo errado. Só que como era prá ser em conjunto, de forma coletiva, a gente acabou caindo naquela e muitas coisas a gente deixou a desejar. (...) E foi naquela que nós tomemo aquela bordoada, que nós compremo tudo aquele material, fez os abrigo e infelizmente a gente não conseguiu se saí com aquilo ali. Então a gente tá, agora, tentando recuperar alguma coisa”.

Osmar, assentado

²² Cinco famílias do Cooperação pertencem à uma religião evangélica denominada “Casa da Bênção” e têm por hábito proceder a ajuda mútua entre si. Além disso, diversas parentelas podem ser identificadas no interior desse grupo, constituindo-se em espaços priorizados para as trocas de serviço.

“Hoje nós tamo repensando, a própria direção, tentando formá novamente a direção dentro do assentamento, tamo começando a discutir com alguns companheiros a questão da organização, prá nós começar da estaca zero novamente”.

Luiz Renato, assentado

2.4.6. A organização atual

Por ocasião da pesquisa de campo, o quadro que se apresentava é o descrito anteriormente. Contudo, a maioria dos assentados mostrava-se ciente da necessidade de se (re)organizar de alguma forma. Os problemas ocorridos no processo produtivo e a proximidade do prazo de quitação da primeira parcela do crédito de investimento, tornavam essa questão premente.

Assim, iniciaram-se as discussões acerca da nova estrutura organizacional a ser adotada no assentamento. Durante as primeiras reuniões, já se delineava uma predileção pela formação de *núcleos de produção*, o que provavelmente está relacionado ao elevado grau de flexibilidade e informalidade desse formato.

Segundo a pesquisa realizada por HEIDEN (2001) no Domingos Carvalho, em novembro de 2001, o assentamento estava reestruturando-se em torno de 6 núcleos de produção, assim constituídos: Núcleo 1 - 6 famílias; Núcleo 2 - 7 famílias; Núcleo 3 - 5 famílias; Núcleo 4 - 7 famílias; Núcleo 5 - 6 famílias; Núcleo 6 - 3 famílias.

No novo modelo de organização, os núcleos são formados de acordo com os interesses e afinidades das pessoas. Também já estava na pauta de discussões a possibilidade de retomar algumas formas de cooperação abandonadas no desenrolar do processo, como a compra e venda conjunta de insumos e produtos agrícolas, característicos de uma associação.

2.5. “O sujeito fica sem governar o que é dele...”

Apesar da cooperação apresentar uma série de vantagens do ponto de vista produtivo e econômico, sua adoção não é generalizada nos assentamentos. Um grande número de

assentados acaba optando pelo trabalho individual ou, quando muito, por formas mais “simples” ou “híbridas” (semi-coletivo, mutirão, associação, núcleos de produção, etc.).

Torna-se fundamental, portanto, proceder a uma rápida análise dos diversos fatores que, de uma maneira ou de outra, afetam a organização dos assentamentos, alguns dos quais se mostraram presentes também no Domingos Carvalho. Percebe-se de antemão que, quanto maior o grau de coletivização exigido por uma determinada forma, maior é a restrição dos assentados em aceitá-la.

O grau de aceitação ou rejeição das propostas coletivas vai depender, em grande medida, da trajetória de vida dos assentados. Aqueles que já tiveram alguma experiência de trabalho coletivo ou com divisão social do trabalho, tendem a se mostrar mais receptivos à formação de grupos com um maior nível de coletivização. O próprio MST reconhece a influência e importância da trajetória de vida nas formas de cooperação adotadas nos assentamentos, ao afirmar que

“os trabalhadores que ocupam terra e facilmente optam pelo trabalho coletivo, na maioria dos casos já passaram pelo trabalho coletivo nas fazendas ou fábricas nas cidades²³ (...). Por outro lado, muitos ocupam terra e não querem nem ouvir falar de trabalho coletivo, preferem o trabalho individual, a propriedade individual, porque sua origem está na pequena produção artesanal (...), o modelo de desenvolvimento do qual fizeram parte foi baseado no trabalho individual” (MST, 1991, p.137).

Até mesmo o fato de ter ou não participado de ocupações de terras e de acampamentos, é capaz de dar origem a comportamentos diferenciados. KLEBA (1994) afirma que os assentados que passaram por essas experiências, adquiriram uma capacidade de auto-organização e uma permeabilidade à cooperação que os demais não obtiveram. Contudo, segundo ESTERCI *et al.* (1992), embora a fase de acampamento, em função da precariedade de condições e do ambiente diferenciado, estimule o consenso e a minimização dos conflitos, tornando os acampados receptivos às propostas de coletivização, o contrário acontece após o assentamento, quando se agudizam as diferenciações, ameaçando inclusive a organização dos grupos²⁴.

Nesses casos, percebe-se a presença do chamado *ethos camponês* em grande parte dos “ex-sem-terra”, a maioria deles oriundos da agricultura familiar e apresentando como principal desejo a retornada desse modo de vida quando da conquista da terra.

²³ Acredita-se que o texto, quando trata do “trabalho coletivo nas fazendas ou fábricas”, está na verdade se referindo à divisão social do trabalho.

De acordo com KLEBA (op.cit.), a *autonomia camponesa*, característica essencial para a existência da unidade familiar nos moldes camponeses, baseada na propriedade privada da terra e na concentração do poder decisório no âmbito da família, dificulta a aceitação e adaptação às formas mais coletivizadas de produção. A subordinação às normas e interesses do grupo resulta numa sensação de perda de autonomia do núcleo familiar.

A importância de “ser livre” foi bastante ressaltada nas entrevistas. Para muitos, a principal vantagem de “ser agricultor” é justamente a liberdade, a possibilidade de decidir seu rumo, “se governar”.

“É uma vida boa. Uma vida que a gente se governa, né? A coisa mais boa que tem, que a pessoa deve de tê com ele, é dizê ‘eu me governo’ ”.

Paulo, assentado

“Porque é mais livre, prá você trabalhar e tudo. Não é mandado. A hora que você quiser ir prá roça, vai. A hora que você quiser voltar, volta”.

Anne, assentada

Outro fator, apontado por NAVARRO *et al.* (1999), como sendo de grande relevância na constituição dos grupos é a origem geográfica. A importância desse aspecto está principalmente em sua atuação como condicionante da formação cultural dos sujeitos, afetando suas visões de mundo e formas de interação com o meio e com os demais indivíduos. BERGAMASCO & CARMO (1991) chamam a atenção para o fato de que a reunião de assentados de diferentes regiões e detentores de hábitos culturais diversos num único grupo, embora tenha o aspecto positivo da pluralidade de saberes, pode resultar em problemas de convivência e o conseqüente fracasso da iniciativa. O relato de um membro do extinto grupo semi-coletivo traduz bem isso.

“Eu acho que [o semi-coletivo foi desfeito] por uma questão cultural das pessoas. As pessoas passam a vida inteira trabalhando sozinhas, ou de empregado. E quando foi prá nós trabalhá junto, pegaram o pessoal de várias região, de várias localidade, e pnharam tudo junto. Isso dificilmente vai dar certo. Às vez até funciona, um e outro, por um tempo determinado. Mas por toda vida é difícil”.

²⁴ As razões para a ocorrência de tal fato já foram suficientemente discutidas no tópico 1.7.

Alfredo, assentado

Diversos autores, dentre os quais BUAINAIN *et al.* (2000), VIEIRA (1984) e ZIMMERMANN (1994), ressaltam a importância dos laços de parentesco na estabilidade e desenvolvimento dos grupos de assentados. Na opinião de muitos agricultores inclusive, a existência da coletividade só é possível dentro da família.

“Entre a família é que é bom”.

Cláudio, assentado

ZIMMERMANN (op.cit.) cita o exemplo do grupo coletivo da Fazenda Etel (assentamento localizado na Grande Porto Alegre/RS), onde a relação de parentesco é o traço predominante e determinante da formação do grupo, ao contrário dos demais (semi-coletivos e de cooperação simples), onde não se vislumbram tais laços. Também no Domingos Carvalho, é possível perceber uma grande influência das relações de parentesco na organização interna, especialmente na constituição informal de grupos coletivos e de cooperação familiares. Mesmo que não haja uma organização formal na maior parte dos casos, as parentelas são responsáveis pela delimitação dos espaços de ajuda mútua e trocas de serviço. Uma análise mais profunda poderia desvendar uma complexa e extensa rede de parentescos dentro do assentamento. Contudo, não é essa a intenção deste trabalho.

Para NAVARRO *et al.* (1999), também é necessário considerar a influência da origem étnica na formação dos grupos de cooperação. Na verdade, a análise deve recair não tanto sobre as etnias em si, mas sim sobre os traços culturais típicos de cada uma e que são originários de sua trajetória de vida.

Dessa forma, ressaltam NAVARRO *et al.*, frente às condições de vida anteriores (em geral bastante precárias), a obtenção de um lugar permanente para morar e a garantia de alimentação para a família, por exemplo, podem representar o ‘horizonte a ser atingido’ pelos “caboclos”²⁵. Já a expectativa de vida dos “de origem”²⁶, que têm seus pais “colonos” como referência, é bem

²⁵ De ascendência lusa, espanhola e/ou indígena. São conhecidos também por “brasileiros” ou ainda “bugres”, quando há predominância dos caracteres indígenas (ZIMMERMANN, 1994).

²⁶ Descendentes de três e quatro gerações de imigrantes italianos e alemães (ZIMMERMANN, op.cit.).

mais “sofisticada”, motivo pelo qual dão prioridade aos investimentos na produção e se “sujeitam” às condições e restrições do trabalho grupal para atingir seus objetivos.

2.6. Organização e produção: descobrindo os vínculos

Parte de uma das hipóteses apresentadas no início deste trabalho aponta para a influência da organização e das formas de cooperação implantadas pelos assentados, sobre os sistemas agrícolas adotados por eles. Tal idéia tem origem na constatação de que algumas estruturas organizacionais, especialmente as coletivas, tendem a propiciar a criação de laços bastante estreitos entre o MST e os assentados, tornando-os mais receptivos às propostas apresentadas/defendidas pelo Movimento.

Um exemplo disso é a adoção de práticas agroecológicas. Embora não se tenha conhecimento de nenhuma pesquisa realizada sobre essa questão, a simples observação dos fatos nos mostra que os assentamentos onde a agroecologia encontra-se em estágios mais avançados, ao menos em termos de Santa Catarina, são justamente aqueles que adotam formas coletivas de produção, como por exemplo os Assentamentos Conquista no Litoral (Garuva), Justino Draszewsky (Araquari) e Conquista na Fronteira (Dionísio Cerqueira).

Uma das explicações possíveis para essa situação é o fato de que os grupos (coletivos ou outras formas de organização “complexas”) possuem uma maior *afinidade ideológica e identificação* com o Movimento. Mesmo após o assentamento, a maioria continua se sentindo *Sem Terra* (têm consciência e orgulho de sua condição diferenciada do agricultor familiar tradicional) e, como tal, responsável pela continuidade do processo de reforma agrária. A própria constituição das instâncias deliberativas do MST (direções e coordenações) evidencia esse relacionamento mais aproximado, sendo grande parte das vagas ocupadas por membros dos grupos coletivos. Isso ocorre, entre outras razões, pela disponibilidade e possibilidade desses grupos liberarem alguns membros para o trabalho político.

A continuidade do processo pressupõe não apenas seu engajamento na luta direta (ocupações, mobilizações), mas também a necessidade de comprovar a eficiência e a viabilidade da reforma agrária.

“E claro, talvez transformar não só a gente individualmente, mas sim o assentamento, num modelo de nossa região. Porque a gente sabe que isso aqui hoje, queira ou não queira, em termos de assentamento esse aqui é o maior que tem em Rio Negrinho hoje. E a gente gostaria que o assentamento tivesse um desenvolvimento bem melhor, que isso mostrasse que a comunidade da gente não é diferente das outras. (...) Que isso aqui se transforme, talvez, num assentamento modelo da coisa, que todo mundo acredite que a agricultura da reforma agrária tem aspectos positivos sim”.

José Antônio, assentado

Essa viabilidade, antes reduzida a aspectos produtivos/econômicos, atualmente tem cada vez mais valorizado seu componente ambiental. Assim, a incorporação da preocupação ambiental por parte do MST (como discutido no capítulo III), estaria levando à adoção crescente de práticas de menor impacto ao meio dentre os assentados “mais organizados”.

A “opção” do MST pela agroecologia é expressa em algumas falas, principalmente de membros do grupo Coletivo, no Domingos Carvalho.

“Não tanto a quantidade, como a qualidade, né? Qualidade de produto. Sem agrotóxico, sem muito.... quanto menos químico tá usando, tipo adubo químico, não usá veneno, cuidá das água. Então essas orientação, todos os assentados sempre têm do Movimento, prá tá cuidando aí do meio ambiente”.

Mário, assentado

“Tudo esse negócio que foi citado aqui, produção agroecológica, da preservação da fauna e flora, tá na agenda [do MST], você vai poder ver, foi compromisso que nós assumimo no 4º Congresso [do MST], onde se reuniu 12.000 trabalhadores. (...) Ele tá como compromisso agora, porque isso já é coisa que vinha sendo discutida há muito tempo”.

Ivar, assentado

A influência dos fóruns de discussão do MST nas decisões cotidianas dos assentados traduz-se, embora de forma implícita, em frases como “foi compromisso que nós assumimo”, da citação anterior, ou em falas como a relatada a seguir, também de um membro do Coletivo.

“Aqui nós, quando formamos o grupo Coletivo, a gente sempre pensou em trabalhar assim, com produto ecológico, plantá verdura, o milho, o feijão, o arroz mesmo. E essas criação, porco, galinha, vaca de leite. Mas também, não usando tanto produto químico. (...) Porque a gente vê hoje, vê pelo produto que tá no mercado aí, quem vê assim é coisa bonita de se ver, uma fruta bonita. Mas se vê ali que é puro veneno, é o adubo químico, é o veneno que eles colocam ali. Você produz ali um pé de alface, por exemplo, na horta, ele não vai dá aquele pé

de alface bonito, vai dá mais pequeno. Mas você sabe que aquilo ali é uma coisa mais saudável, não tem nada de produto químico ali. Então é mais nessa base que o Movimento trabalha, defende o produto ecológico”.

João, assentado

Um outro fator que pode favorecer a adoção de determinadas práticas por parte dos assentados e que, de certa forma, já se faz visível no discurso acima, é a conscientização acerca dos problemas e da inviabilidade do modelo agroquímico. Essa *consciência ambiental* tornou-se um valor a ser resgatado ou construído nos espaços de atuação do MST. A relação entre consciência ambiental e organização coletiva, a qual se tenta caracterizar aqui, advém de um trabalho intenso e profundo de valorização de alguns aspectos e dimensões da vida, que se pressupõe serem necessários para que o indivíduo aceite e internalize o trabalho em grupo. Procura-se criar uma *nova consciência política*, dentro da qual a preocupação com o meio (a consciência ambiental) ocuparia um lugar privilegiado. Contudo, essa consciência política nem sempre se faz necessariamente acompanhar de uma vertente ambiental.

“Depende qual consciência política. Mas a nossa tem a ver, porque diretamente como nós trabalhamos dentro da consciência política a questão do novo modelo de desenvolvimento e a questão do novo modelo de agricultura que nós queremos, dentro disso, tá a questão ambiental. Tá dentro dos nossos princípios a questão do meio ambiente. Porque nós não pensamos unicamente no básico, porque não tem como nós pensá a sociedade, se nós continuá destruindo ela da forma que tá acontecendo agora. Diretamente, mas eu digo, depende do tipo de consciência política que tu trabalha. A nossa especificamente, ela trabalha isso”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

Isso significa dizer que é possível que o indivíduo seja altamente politizado, veja a sociedade enquanto espaço da luta de classes e a agricultura como um sistema de interesses, sem que, no entanto, dedique atenção às causas ditas ambientais (ou ao aspecto ambiental dos fatos). Tal situação era típica dentro do próprio MST, principalmente durante a década de 80. O viés produtivista dominante no Movimento nesse período, considerava supérflua e descartava qualquer preocupação com o meio. Somente a partir da mudança de perspectiva do MST (e da sociedade como um todo), a politização adquire um caráter mais amplo e abrangente. Ela passa a demandar uma “consciência maior”.

A preocupação com questões que ultrapassam o cotidiano próximo e o imediato é uma das marcas que o Movimento vem “imprimindo” em seus militantes²⁷. Nesse sentido, mobilizações contra as privatizações de empresas estatais, manifestações de repúdio à ALCA²⁸, a participação no processo de elaboração da Consulta Popular²⁹ e em espaços de discussão que, à primeira vista, não apresentam relação nenhuma com a luta pela terra, têm se tornado atividades comuns no dia-a-dia dos Sem Terra. Essa “consciência maior” se expressa em relatos como o descrito abaixo, em que a resistência e a crítica ao plantio de espécies florestais exóticas é feita com base em argumentos tanto técnico-ambientais, quanto político-sociais.

“Por isso que eu sempre falo que, ao invés da gente plantar pinus, que é uma coisa que tá nas grandes empresas, que tão demolindo com tudo as florestas e plantando esse tipo de coisa, ao invés de plantar isso, que plantasse o pinheiro brasileiro, que é uma coisa que vai dá pinhão depois. E a bracatinga, imbuia, cedro, essas árvore que, eu digo, é mais saudável. Porque o pinus e o eucalipto é uma coisa que só vai... embaixo do pinus, nem passarinho não fica, por causa que não se cria nada, as cobra também não ficam, não fica nada ali. Morre tudo. Só mesmo a folha dele”.

Osmar, assentado

Entretanto, é necessário ressaltar que, embora a estruturação dos grupos (em especial os coletivos) passe por um extenso processo de resgate de valores e construção de uma nova visão de mundo, isso não lhes garante necessariamente um grau maior de conscientização, seja qual for a dimensão considerada. Mesmo numa conjuntura aparentemente favorável, as questões socioculturais próprias de cada indivíduo e de cada grupo, bem como as especificidades em que se desenvolve esse processo, podem ser determinantes na formação do *sujeito político*. Análise semelhante é feita pela liderança do Movimento Sem Terra entrevistada.

“Isso não significa dizer que as pessoas dos grupos têm um maior nível de consciência política. Elas têm a possibilidade de ter uma maior, mas nem todos que tão nos grupos têm uma consciência política maior do que aquele que tá no individual. O meio ajuda ele a tê uma maior consciência política, mas não necessariamente ele tem isso”.

Sérgio, membro da Coord. Estadual do MST

²⁷ A recomendação de que “se faz necessário que os assentados participem em lutas solidárias (de outras categorias)” (CONCRAB, 1998), é um bom exemplo disso.

²⁸ Área de Livre Comércio das Américas.

²⁹ Processo de discussão e debates sobre alternativas de desenvolvimento, com vistas à construção do Projeto para o Brasil, promovido por alguns setores da esquerda.

Uma terceira forma de interferência dos processos de cooperação sobre as práticas produtivas é a questão pragmática das vantagens ou possibilidades agrônômicas e/ou ambientais resultantes da organização. A cooperação (seja o coletivismo, associativismo ou outras formas) permite, por exemplo, a aquisição de máquinas e implementos que facilitam ou viabilizam determinadas atividades. O próprio relatório FAO/PNUD (1992) reconhece a importância da variável “associativismo” na determinação do grupo de assentados com rendas mais elevadas. Da mesma forma, outro estudo mais recente (GUANZIROLI *et al.*, 1998) aponta para um melhor desempenho socioeconômico dos assentamentos em que a produção está organizada, em algum grau, de forma coletiva.

Alguns autores, como KLEBA (1994) e BEZE JR. (1994), destacam as vantagens do planejamento da área como um todo, sem a divisão em glebas individualizadas, comum nos grupos coletivos. Isso permite a otimização da eficiência econômica e a conservação dos recursos naturais, em função da possibilidade de se utilizar apenas as áreas com melhores características físicas (já que a área total disponível é maior), observando e respeitando os cursos d’água, as curvas de nível e as encostas íngremes. Além disso, facilita-se também a existência da produção integrada em vários níveis, como por exemplo: milho-suínos, adubação verde, cultivos de verão-inverno, rotação de culturas e de áreas, etc.³⁰

De acordo com alguns assentados, a organização na forma de grupos coletivos não é apenas importante, mas essencial para a realização de certas atividades. A adoção de novas práticas ou culturas estranhas ao seu “saber fazer”, por exemplo, demanda um conhecimento que pode ser mais facilmente obtido por meio da realização de cursos e estágios. Contudo, na forma de produção individualizada, a saída do agricultor de sua propriedade por períodos prolongados torna-se mais problemática.

“o coletivo propicia uma maior formação e capacitação das pessoas, em áreas específicas, inclusive. É possível tu sair da tua propriedade prá receber uma capacitação, da tua propriedade coletiva, né. Mas não é possível tu saí da tua propriedade individual prá recebê uma capacitação, por que se tu saí, amanhã tu não come. Depende unicamente da tua força de trabalho, do teu trabalho prá tua sobrevivência. Ali não, ali no coletivo, os que ficam, garantem a tua sustentação. Tu vai e vai trazer benefício pro grupo. As experiências ficam muito mais possíveis, muito mais palpáveis, porque se tem o esforço coletivo”.

³⁰ Entretanto, destaca BEZE JR. (op.cit.), em alguns casos essas novas formas de organização podem também resultar em prejuízos ambientais. É o que acontece, por exemplo, quando por intermédio da cooperação os assentados adquirem tecnologias (tratores, implementos, insumos) com as quais não estão habituados, aumentando os riscos de degradação do meio, caso não sejam manejados de forma adequada.

No Assentamento Domingos Carvalho, tanto o grupo Coletivo como o Semi-coletivo “liberaram” alguns de seus membros para que esses pudessem realizar cursos prolongados na área de olericultura.

“É, nós temo família que trabalhou na propriedade deles com verdura e também trabalhou nos outros assentamentos, tipo Araquari e Garuva, ficou vários meses, eu acho que 60, 70 dias lá fazendo curso. Na teoria e na prática. Esse um tava capacitado mesmo”.

Mário, assentado

Nesse caso, entretanto, essa foi justamente uma das famílias que saíram do grupo Coletivo, levando consigo grande parte do conhecimento e do “investimento” nela efetuado.

Para finalizar, cabe aqui destacar a influência que o grupo Semi-coletivo e principalmente o Coletivo tiveram nas opções feitas durante o PDA, em função de seu grau de organização. Esse tema será retomado no próximo capítulo.

2.7. Síntese e considerações

Dentre os aspectos cotidianos que afetam as tomadas de decisão dos assentados, optou-se por analisar mais detalhadamente a organização social. Das diversas formas de cooperação adotadas nos assentamentos, percebe-se que aquelas que apresentam um grau maior de coletivização possuem laços mais estreitos com o Movimento Sem Terra. A própria concepção de cooperação como uma forma de resistência e, acima de tudo, transformação da sociedade, faz com que o MST estimule a implantação daqueles modelos organizacionais que pressupostamente facilitem o alcance de tais objetivos.

Contudo, a relutância da maioria dos assentados em adotar esses modelos, apesar das vantagens que lhes são atribuídas, parece estar relacionada principalmente ao risco de perda da autonomia e transferência do poder decisório para além do grupo familiar restrito. A maneira encontrada para contornar esses problemas tem sido, em muitos casos, a adoção de formas mais

flexíveis ou “híbridas”, além da reafirmação da parentela como espaço privilegiado e prioritário de cooperação. Isso explica, por exemplo, o grande número de grupos informais existentes no Domingos Carvalho e a opção pelos Núcleos de Produção.

A maior inserção do MST nos grupos que possuem um nível “mais complexo” de organização, tem feito com que esses adotem mais facilmente as propostas vindas do Movimento, mesmo aquelas que, aparentemente, têm um teor mais técnico do que ideológico. Uma dessas propostas, que vem ganhando destaque nos últimos tempo, é a produção agroecológica. A observação geral dessa questão nos leva a acreditar numa maior presença dessas práticas produtivas naqueles assentamentos cuja organização é, em algum grau, coletiva.

Dessa forma, pode-se afirmar que o arranjo organizacional influencia, de uma forma ou de outra, no direcionamento dos processos decisórios e na opção por determinadas atividades ou práticas pelos assentados. Os inúmeros debates e discussões realizados pelo grupo Coletivo do Domingos Carvalho, por exemplo, facilitaram a socialização dos posicionamentos e preocupações que cada um dos membros trazia consigo, o que parece ter desencadeado um processo de reflexão cujo resultado foi a criação de uma consciência ambiental coletiva.

3. Projetos de vida e perspectivas de futuro

Planejar o futuro e orientar suas ações em direção à situação almejada é uma característica normal a qualquer ser humano. No entanto, quando esse planejamento vem precedido de um período de extrema miséria e marginalização, onde nenhuma perspectiva se apresentava, ele ganha um caráter especial.

Para muitas das famílias assentadas, planejar significava, quando muito, pensar no que comer amanhã ou na semana seguinte, no que semear na próxima safra, onde plantar no ano que

vem... Seu projeto³¹ de vida era tentar *sobreviver*. Condições dignas para sua família eram um sonho cuja realização parecia não depender de si, mas da boa vontade do Estado e daqueles a quem ele se encontrava submetido.

A inserção no processo de luta pela terra, ao desvendar ao indivíduo seu papel de protagonista na construção de sua própria história, torna possível a retomada (ou surgimento) de projetos de vida que haviam sido há muito esquecidos e abandonados ou que nunca chegaram a existir.

Contudo, esses projetos que (res)surgem nunca são totalmente novos ou totalmente antigos. Na sua (re)formulação, se fazem presentes aspectos incorporados durante a trajetória de vida do assentado.

Dessa forma, uma análise que procure tomar como objeto os *projetos de vida*, não pode ser feita de forma isolada. Depara-se mais uma vez com a dificuldade de separar os três tempos (passado, presente e futuro), conforme já apontado no início deste capítulo. Em função disso, neste tópico abordar-se-á em alguns momentos questões mais relacionadas ao passado (a trajetória de vida) ou ao presente (condição atual de vida) do que ao futuro propriamente, mas que serão úteis para entender as projeções feitas para esse.

3.1. Condição anterior e expectativas atuais

As experiências vividas pelos assentados podem interferir de diversas formas na construção de seu projeto de futuro. Tanto pode-se manifestar o desejo de repetir as vivências positivas de sua “vida anterior”, quanto a aversão aos aspectos negativos dessa (que se materializa na adoção de comportamentos que vão de encontro ou negam os anteriores).

Retoma-se aqui o exemplo já empregado anteriormente das diferentes concepções de cooperação entre “caboclos” e “de origem”, pois o mesmo é bastante ilustrativo do que se deseja demonstrar.

ZIMMERMANN (1994), em trabalho realizado em alguns assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, concluiu que as diferenças em termos de organização entre “caboclos” e “de

³¹ Schutz (1979, *apud* VELHO, 1994) desenvolveu a noção de *projeto* como “conduta organizada para atingir

origem” não são oriundas propriamente da etnia, mas da trajetória de vida diferenciada. Assim, complementam NAVARRO *et al.* (1999), ao levar em conta a precariedade de seu modo de vida anterior (geralmente marcado por intensa migração geográfica, subordinação a relações de exploração, privações de diversas ordens), a obtenção de um lugar para morar e a garantia de alimentação podem ser a concretização de um ideal de vida de uma família “cabocla”. Já os “de origem”, pelo fato de muitas vezes terem tido a experiência de serem proprietários de terras e apresentarem seus ancestrais “colonos” como referência, buscam um padrão de vida mais “sofisticado”. Em função disso, as estratégias de que cada grupo se utiliza para atingir seus objetivos são sensivelmente diferentes.

CALDART (2000) chama a atenção para o risco da acomodação resultante das melhorias no nível de vida que acompanham o assentamento. Para quem passava fome e já não passa mais, sonhava em ter os filhos na escola e já os têm, diz ela, pode haver a tendência de pensar que as mudanças almejadas no período anterior de luta já aconteceram todas.

De fato, a simples efetivação de um projeto de assentamento, por mais problemas que ele possa apresentar, já é responsável por uma considerável elevação na qualidade de vida dos indivíduos demandantes de terra. Diversos trabalhos (GUANZIROLI, 1991; CARDOSO, 1994; REIS, 2001) informam um elevadíssimo nível de satisfação dos assentados (ou reassentados, no caso do trabalho realizado por REIS, *op.cit.*) com as condições de vida em que se encontravam após o assentamento.

Também no Domingos Carvalho verificou-se situação semelhante. A grande maioria dos entrevistados, ainda que em graus distintos, reconheceu a existência de melhorias. Há desde aqueles que vêem uma “mudança de 100%”, até outros para os quais as alterações foram pouco significativas. Isso pode estar relacionado às condições anteriores (mais ou menos restritivas) ou às expectativas formuladas acerca da vida no assentamento.

“Eu imaginava sempre uma vida melhor aqui dentro do assentamento. Tem as vantagens, mas não tá aquelas coisas que deveria estar”.

Marília, assentada

É preciso considerar ainda a diferenciação interna, resultante tanto dos distintos níveis de capitalização anteriores ao assentamento, quanto dos processos posteriores.

A contraposição às características do modo de vida anterior é bastante recorrente na qualificação do modo atual. Os aspectos mais valorizados são a condição de proprietário, moradia própria e a “ausência de patrão”. Também a projeção de uma trajetória melhor para os filhos toma como parâmetro a sua própria experiência de vida.

“Uma das coisas é que, depois que eu vim pro assentamento, eu consegui dar um pouco mais de estudo pros meus filhos. Com isso eu me sinto mais tranqüila, porque aquilo que eu não pude estudar, meus filhos tão estudando. E ter a casa própria que nós tamo construindo. Já pela própria alimentação, que melhorou bastante, e outras coisas que no dia a dia vai melhorando com a nossa luta”.

Júlia, assentada

Muitos daqueles que afirmaram ter havido poucas mudanças, reconhecem, entretanto, tratar-se de um processo lento e ainda em fase inicial, sendo melhorias significativas esperadas num futuro próximo.

“Nós tamo desenvolvendo ainda. Não melharemo muito, mas tamo desenvolvendo. Se a gente for fazer um cálculo, hoje aqui nós não tira meio salário mensal de cada um. Mas só que a gente tem as coisas que a gente planta. Acho que daqui a uns dois ou três anos, se corrê bem as coisas, vai sair mais lucro nisso aí”.

Carlos, assentado

Em outros casos, as dificuldades do presente são encaradas como um estágio necessário à construção de um futuro melhor.

“Eu não digo que ainda teve melhoria. Eu acho que a gente caiu um pouco prá tentá levantá, prá andar de novo, prá melhorar”.

Ademir, assentado

3.2. A relação “campo x cidade” no imaginário dos assentados

Muito freqüente ainda é a idéia de que a parcela da população que se encontra no meio rural, está ali apenas pela falta de oportunidades de trabalho no meio urbano. Tal concepção leva RETI (1994), por exemplo, a fazer a afirmação um tanto alarmista de que esses agricultores “só estão esperando que haja um sinal de reativação econômica urbana ou industrial para migrar em massa para as cidades”, haja vista as condições de miséria em que vivem, decorrentes de décadas de recessão, problemas climáticos e políticos.

Contudo, ao menos no que se refere aos assentados, não é exatamente isso que as declarações coletadas no Domingos Carvalho levam a concluir. A grande maioria dos entrevistados ressalta as dificuldades da vida no campo, mas apesar disso, consideram-na melhor do que a vida na cidade. A tranquilidade, o estilo de vida saudável, a liberdade e a segurança são os fatores mais lembrados e utilizados para caracterizar a vida no campo. A vida na cidade, ao contrário, é vista como um misto de caos, violência, insegurança e insalubridade.

“A gente enfrenta um monte de dificuldades. Só que, aos trancos e barrancos, a gente consegue produzir uma parte daquilo que a gente consome, o que é muito bom, porque a gente tá comendo um produto, mesmo na dificuldade, mas é de qualidade, sem agrotóxico. (...) A gente come aquilo que a gente produz, e é de qualidade, come sem medo. E tem outra questão também que é mais tranqüilo. Porque hoje na cidade, prá tu morá num bairro, tu tem que se cuidá de Deus e de todo mundo. O caos que tá a sociedade em geral. (...) E a gente tem mais tempo livre. Que na cidade é uma correria. É impossível você conversá com alguém alguns minutos”.

Ivar, assentado

“Na cidade você não consegue amigos, você consegue colegas só. Na verdade na agricultura, se você chegar aqui, eu vou mandar você entrar. Eu nunca te vi, sei que você tá fazendo estágio por aí, mas eu vou mandar você entrar. E se você bater numa porta na cidade, eles vão perguntar o que você quer. Eu morei na cidade. Eu tinha que fazer essa pergunta. Muitas vezes eu não queria, como ser humano”.

Ana Rita, assentada

“Ah, eu adoro vivê aqui.(...) E na cidade é só aquela, tipo, poluição. Naquelas cidades que eu andei, em Minas Gerais, Goiás, esses lugar, é só fumaça que tem. Você sempre anda com aquela dor [na garganta]”.

Ulisses, assentado

O fato de ter nascido e “se criado” em condições diferentes, é apontado por muitos como a causa de sua não adaptação ao ambiente urbano.

“Porque eu acho que hoje se for prá gente ir prá cidade... prá quem já nasceu e se criou lá talvez seja bom, mas não tem a mesma paz que nós no interior temo. Aqui não tem violência. A única violência que nós temo é por parte do governo, que não dá condições prá nós produzi bastante e prá nós melhorar mais rápido a nossa situação. Mas no interior é bom”.

Júlia, assentada

A valorização do rural e da agricultura é inclusive vislumbrada por alguns assentados como a saída para os problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento pelo qual o país “optou”. A base para essa idéia é a sua própria trajetória de vida e o seu relativo sucesso atual.

“Se o Fernando Henrique investisse mais na agricultura, não precisava muito, 60% ele investisse na agricultura, não tinha essas favela na cidade, que todo mundo sabe, tá no olho, que tem terra aí criando cobra a dá com um pau. Ele investisse mais na agricultura, trouxesse o pessoal da cidade, que foi da agricultura e foi prá cidade e tá lá hoje que não tem onde cair morto...”.

Osmar, assentado

Dessa forma, o medo de terem que se submeter novamente (ou pela primeira vez) às dificuldades e perigos da vida urbana, pode levar muitos assentados a se tornarem refratários à culturas que impliquem em riscos elevados, cujo resultado pode ser a sua *descampezinização* forçada, para usar a terminologia de WANDERLEY (1999). A busca de um futuro acima de tudo estável, onde as condições até aqui alcançadas ao menos sejam mantidas, torna-se primordial e prioritária. Segundo GUIVANT (1995), isso explicaria, por exemplo, o uso de agrotóxicos por parte de muitos agricultores familiares. Frente ao quadro geral de incertezas, a adoção de práticas que propiciem uma certa segurança e manutenção da situação atual (características que os agricultores percebem nos agrotóxicos) é facilitada.

“Mas eu penso o seguinte, no mínimo estabilizá economicamente, razoavelmente, que dê prá você se mantê e o direito e acesso àquilo que a pessoa precisa prá vivê dignamente. No mínimo isso. Não tenho aquela ambição de ser rico e ter muito capital”.

Ademir, assentado

“Eu acho que o agricultor que conseguir dizer: ‘eu vou me manter na agricultura’, já é alguma coisa. Então primeiro, uma busca de você se garanti no campo. Não adianta querer ir prá cidade. Fazê o que na cidade? Essa é a grande pergunta. Tentá se garanti, tentá se mantê nesse contexto de assentamento e tal. Eu acho que é isso, eu acho que essa busca nós temo que ter, nós temo que continuá”.

Luiz Renato, assentado

3.3. A centralidade da família e da terra no projeto de futuro

Como já discutido anteriormente, a terra assume para o agricultor familiar um caráter não apenas material/utilitário, mas também simbólico. No caso dos assentados, embora muitos dos laços que ligam o agricultor à sua terra não se façam presentes, outros vínculos e percepções tornam-na especial. Em função disso, a terra (e a manutenção de sua posse/propriedade) constitui-se em objeto central nos projetos de futuro que ambas as categorias traçam para si e para sua família. Esse “coletivismo interno da família” aliás, segundo WOORTMANN (1990), é um dos fatores que têm garantido a permanência desse tipo de agricultura ao longo da história. Isso pode ser comprovado pelas escolhas que fazem e pelas estratégias que adotam.

WANDERLEY (1995b), em estudo realizado em 3 estados brasileiros (Cariri/PB, Leme/SP e Ijuí/RS), constatou que, quando solicitados a indicar como usariam eventuais economias, a maioria dos agricultores apontou aquelas alternativas mais relacionadas aos projetos familiares: ajuda à instalação dos filhos, compra de terras, pagamento de dívidas e melhorias na casa. Diante da necessidade de escolher apenas uma alternativa, as opiniões se aglutinaram basicamente em torno da ajuda aos filhos e a compra de terras.

Dessa forma, percebe-se um cruzamento e um entrelaçamento entre estas duas questões: a manutenção da propriedade e o futuro dos filhos. Em muitos casos, os agricultores gostariam que a realização desses dois projetos se fizesse de maneira simultânea. No Assentamento Domingos Carvalho, pôde-se também constatar a ocorrência de tal situação.

Quando questionados sobre o que um agricultor deveria deixar para seus filhos, as respostas dividiram-se basicamente em 3 grupos.

Há aqueles que acreditam que a maior herança que pode ser deixada para os filhos é o estudo. Para esse grupo, o mais importante é o bem-estar dos filhos, independente do caminho

que eles seguirem. A atual situação da agricultura faz com que outras alternativas sejam buscadas e aceitas. Assim, a educação (escolaridade) entra como uma importante ferramenta de ascensão social, especialmente quando a saída vislumbrada depende da migração para a cidade. STANEK (1998) classifica essa estratégia como de *promoção social*: o objetivo é dar aos filhos uma formação superior para que consigam uma profissão com *status* social mais elevado.

“Eu acho que a educação hoje é o primeiro, é a coisa mais necessária que existe, isso é o futuro dos filhos. (...) A agricultura, hoje, ela é uma forma de sobreviver, mas eu acho que existem mais alternativas. Então a gente gostaria que os filhos tivessem um futuro melhor, diferente. (...) Os filhos devem fazer o que eles acham melhor. Agora, se eles achar importante continuar na agricultura, eu acho que é uma alternativa deles. Agora, se eles achar que outro rumo é melhor, a gente vai dar todo o apoio prá que eles consigam”.

José Antônio, assentado

Num segundo grupo de respostas, encontram-se aqueles que expressam claramente seu desejo de que algum dos herdeiros permaneça e dê continuidade ao trabalho no lote. É o que STANEK (op.cit.) chama de estratégia *patrimonial*. Contudo, mesmo nesses casos, ressalta-se sempre que a decisão final cabe aos próprios filhos, pois cada um tem um “dom” que precisa ser respeitado.

“Eu por enquanto tenho uma menina. Não sei qual vai ser o futuro dela, mas eu o que puder passar de conhecimento, vai ser nesse sentido. Ela que vai ver o que ela vai ser na vida. Mas eu gostaria que ela continuasse tocando meu lote, continuasse tocando onde eu parei”.

Alfredo, assentado

Há ainda um terceiro grupo que, embora valorize a educação dos filhos, enxerga nela uma possibilidade de garantir a manutenção e perpetuação da unidade familiar, ao mesmo tempo em que realiza o desejo de ascensão de sua prole. Essa estratégia seria um misto entre a *patrimonial* e a de *promoção social*, localizando-se mais próxima da primeira pelo fato da propriedade constituir-se no objetivo central da formação dada aos filhos.

“Eu vejo que hoje o agricultor não adianta só virar a terra. Ele tem que saber de tudo. No caso, colocar um estudo aí pro filho no nível de técnico. Porque, hoje se for depender de um técnico contratado, ele vai ter certo tempo e certo tempo ele já não vai ter. Então, tendo um

*técnico dentro de casa, o filho sendo técnico, então isso é uma vantagem, porque ele não vai depender de coisas receitas dos outros”.*³²

Marília, assentada

O reconhecimento da terra como um bem hereditário (mesmo no primeiro grupo não se descarta essa possibilidade), pressupõe a necessidade de manutenção de suas características naturais, de forma que possa prover o sustento das próximas gerações. Mais do que isso, a preocupação com o entorno do lote e a qualidade de vida desfrutada atualmente, bem como o desejo de que tais condições se perpetuem e estejam ao alcance dos filhos, estimula alguns comportamentos e práticas menos danosas ao meio (sejam agrícolas ou não).

“Então aqui no assentamento às vez a gente briga muito prá pessoas não desmatá, não fazer queimada, porque a gente quer continuar sempre com isso daqui. Não só prá nós, mas eu fico pensando assim, eu quero que o meu filho sintá isso, eu quero que os filhos do meu filho sintam essa sensação que a gente tá sentindo hoje, esse gosto de conviver com a natureza, eu quero que isso não acabe. Então por isso a gente luta prá que isso permaneça”.

Neusa, assentada

Em função disso, acreditam os assentados, não é apenas a terra que deve ser repassada aos filhos, mas o próprio sentimento de amor e carinho e o respeito no seu manejo. É tarefa do agricultor agir de modo adequado em sua relação com o meio e transmitir esse comportamento aos seus descendentes.

“Eu acho que tem que ensinar sim os filhos desde pequeno a cuidar da terra. Mas não cuidar no sentido trabalhar, só trabalhar em cima da terra ali, produzir. A questão é ensiná pros filhos cuidá numa vertente d’água, cuidá do lixo, a questão de lixo tóxico. E ensiná a cuidá da terra mesmo, cuidá meio no geral. Cuidá de criação, passarinho. Porque senão, os filhos dos nossos filhos, de repente não vão conhecê um pinheiro, conhecê um sabiá, um passarinho. A questão da natureza hoje, tá sendo muito depredada. Que nem na nossa região, o pinus tá tomando conta de tudo, tá aí praticamente arreadado de pinus. Acho que tem que ensinar esse tipo de cultura pros filho. Preservá a natureza”.

Alfredo, assentado

³² Esse retorno dos filhos “formados” à propriedade dos pais, contudo, é uma hipótese cada vez menos plausível. A situação difícil enfrentada pela agricultura familiar, estimula a busca de outras oportunidades por parte desses jovens. Como observado por HAYGERT (2000) em seu trabalho, os projetos individuais se sobrepõem ao “coletivismo familiar”.

3.4. Síntese e considerações

Qualquer tomada de decisão baseia-se, entre outras coisas, numa meta a ser atingida. Quando essa meta abrange várias dimensões da vida de um sujeito social e constitui-se numa visualização de seus desejos e sonhos, podemos chamá-la de *projeto de futuro* ou *projeto de vida*.

A construção desse projeto é permeada pela cultura e pelos valores que o indivíduo traz consigo, os quais são frutos de sua trajetória de vida. Dessa forma, dialeticamente, pode-se afirmar que o futuro carrega em si o próprio passado, o qual é fundamental na sua moldagem. Ou, como afirma VELHO (1994), os projetos individuais interagem necessariamente com outros, dentro do que se pode chamar de um *campo de possibilidades*. Eles “não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos”.

Ao ser assentado, o agricultor sem-terra busca reconstruir sua vida com base em sua experiência e nas aprendizagens do processo de luta pela terra. As privações e dificuldades do passado ainda se fazem bastante presentes em sua memória cultural e são responsáveis pela desconfiança com que ele encara o futuro.

O medo de que algo venha a perturbar a estabilidade alcançada e trazer de volta os momentos difíceis de outrora, pode resultar na recusa à opções cujo risco associado seja muito elevado. Aqui parece manifestar-se o comportamento de aversão ao risco do campesinato, descrito no início deste capítulo.

O desejo de um futuro melhor para os filhos e, principalmente, de reprodução da unidade produtiva familiar, é também responsável pela valorização de atividades que proporcionem estabilidade, podendo isso resultar numa “volta ao passado” (no sentido de adoção de técnicas e culturas típicas de suas fases de vida anteriores).

Por outro lado, uma vez atingido um mínimo de segurança, passam a surgir preocupações anteriormente desconsideradas, já que toda a atenção e esforços estavam dirigidos para a garantia da sobrevivência. Dentre essas preocupações emergentes, está a busca de melhorias de qualidade de vida, para si e para os filhos.

Assim, observa-se que no Assentamento Domingos Carvalho, algumas práticas agrícolas de menor impacto ambiental tiveram sua adoção facilitada por trazerem implícita a possibilidade de uma vida melhor e mais saudável, além de garantirem a perpetuação dessas condições.

Contudo, o medo do desconhecido faz a maioria evitar mudanças abruptas, o que explica diversas projeções de futuro que se apresentam como simples melhorias ou ampliações das condições atuais (aumentar a área de lavoura, comprar mais algumas vacas leiteiras, expandir a criação de suínos, construir mais algumas estufas, etc.).

CAPÍTULO V

FRAGMENTOS DE UMA CENA...

Nos capítulos anteriores analisou-se a caracterização físico-social do assentamento e de seu entorno (o que poderíamos metaforicamente chamar de “palco”), os atores externos que se relacionam com esse espaço (Aroma, Incra, Lumiar e MST) e os atores internos, os assentados (sua trajetória de vida, organização atual e perspectivas de futuro). No decorrer do trabalho, procurou-se avaliar o grau de influência de cada um desses aspectos nos processos decisórios, com especial ênfase para a questão produtiva.

Neste capítulo pretende-se discutir aquele que foi, de certa forma, o espaço de encontro de todos esses atores: o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O processo de elaboração do PDA é marcado, entre outras coisas, pela necessidade dos assentados tomarem inúmeras decisões de grande relevância num curto período de tempo. Ele é provavelmente o momento de maior turbulência de idéias de todo o processo de assentamento e onde a atuação de alguns dos atores acima citados se dá de forma mais decisiva.

Em função disso, optou-se por abordá-lo somente no penúltimo capítulo, para que se pudesse utilizar em sua análise as discussões previamente realizadas.

É claro que o grau de complexidade e as inúmeras dimensões envolvidas no PDA demandariam, para uma compreensão mais completa e aprofundada, uma atenção muito maior do que lhe é dedicada neste trabalho (acredita-se, inclusive, que o tema é digno de constituir-se como objeto central de uma dissertação de mestrado específica). Contudo, dado que o objetivo proposto pelo presente estudo é analisar os processos decisórios em diversos espaços e momentos da trajetória do assentamento (antes, durante e depois do PDA), considerou-se adequado incluí-lo nas reflexões, sem entretanto tomá-lo como tema central. Isso não exclui a existência de profundidade nas análises aqui empreendidas. Apenas alerta-se para o fato de que a atenção foi centrada em alguns aspectos desse tema amplo, como de resto, se fez em todo o trabalho.

1. O PDA

Em face do exposto acima, inicia-se o capítulo com uma breve discussão acerca dos processos que deram origem ao PDA e algumas premissas nas quais ele se fundamenta, em especial a descentralização e a participação. A seguir, descreve-se sua estruturação e funcionamento, destacando tanto o formato padrão com que foi concebido a nível nacional pela Diretoria de Assentamentos do Inca, quanto as especificidades que lhe foram impressas pela equipe estadual que colocou-o em prática. Por último, analisa-se o desenrolar desse processo dentro do Assentamento Domingos Carvalho, no que diz respeito à sua influência nas práticas e culturas agrícolas atualmente em uso.

1.1. Descentralização e reforma agrária

De acordo com ARAÚJO (2000), o paradigma “concentrador e intervencionista”, que orientou a ação do Estado principalmente no período pós-Segunda Guerra, tendeu a se esgotar nas décadas recentes. A necessidade de flexibilizar os processos de produção e a incapacidade do Estado de controlar de forma centralizada tais processos, dado o seu gigantismo e sua complexificação, parecem ter levado à demanda pela descentralização, principalmente durante os anos 80 e 90. Além disso, é necessário considerar também a pressão advinda da sociedade, que manifesta um desejo de maior participação e protagonismo efetivo na gestão das políticas públicas e tem buscado lutar pela implementação de mecanismos que lhe garantam esse papel.

Para ARAÚJO (op.cit.), a descentralização constitui-se num “processo de *transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores*” [grifos no original]. Essa descentralização pode se dar de duas formas diferentes: *descentralização Estado-Estado*, em que o poder é passado da instância mais ampla para a mais reduzida e local; *descentralização Estado-sociedade*, onde a responsabilidade sobre decisão e/ou execução de atividades, é passada às mãos da sociedade civil.

DRAIBE (1993), por sua vez, destaca que a descentralização é concebida como um modo de aumentar a eficiência e a eficácia dos gastos, já que aproxima problemas e gestão. Argumenta-se ainda, continua a autora, que com a descentralização, aumentam as possibilidades de interação, no nível local, dos recursos públicos e dos não-governamentais, para o financiamento das atividades sociais. Enfim, amplia-se a utilização de formas alternativas de produção e operação dos serviços mais facilmente organizados nas esferas municipais.

Embora apresentada e aclamada como um processo inovador, capaz de elevar os indivíduos à condição de verdadeiros cidadãos, percebe-se que em grande parte dos casos a descentralização mostrou-se muito mais uma transferência de responsabilidades executivas do que de poder decisório propriamente dito.

MUSSOI (1999, p.19), faz uma análise semelhante dessa questão:

“O Estado como indutor e mantenedor do modelo convencional de desenvolvimento, de corte neoliberal, demonstra cada vez mais sua incapacidade e desinteresse em manter os serviços públicos e sociais. Por outro lado, recebe críticas dos movimentos sociais organizados e da sociedade em geral que espera dele soluções frente ao agravamento dos problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos. Isto leva o Estado a buscar formas de re-estruturar-se (mas sem perder o poder), encontrando na ‘descentralização’ uma resposta adequada a uma série de problemas que enfrenta, como a incapacidade de manutenção de alguns instrumentos de políticas públicas (extensão rural, educação e saúde, por exemplo) e a necessidade de criar um aparente aumento da participação dos cidadãos na formulação e gestão das políticas públicas”.

Ainda de acordo com MUSSOI (op.cit.), o caso da municipalização (também ironicamente chamada de “prefeiturização” pelo autor) dos serviços de extensão rural é bastante ilustrativo. Segundo ele, é possível perceber uma precarização ainda maior da extensão, entre outras coisas, pela restrição dos recursos ao seu dispor¹.

No bojo desse processo, a reforma agrária acabou tornando-se também um tema merecedor de discussão, iniciando-se o debate em torno de sua concepção centralizada.

Embora alguns estados tenham realizado assentamentos de trabalhadores rurais, principalmente São Paulo, a grande massa desses têm ficado a cargo do governo federal. O fato do Estatuto da Terra restringir à União a possibilidade de utilização do instrumento da

¹ Outro exemplo é a assistência técnica aos assentamentos. Embora o Projeto Lumiar tenha “nascido” como fruto do processo de descentralização, sua concepção participativa incluía os assentados na definição dos rumos da assistência, a começar pela escolha dos profissionais. Contudo, com o fim do Lumiar houve um retrocesso e, embora atualmente a contratação dos técnicos continue descentralizada, o poder decisório foi concentrado nas mãos do Incra ou entidades com quem ele estabeleça convênio.

desapropriação com uso de Títulos da Dívida Agrária (resgatáveis em até 20 anos), dificulta² ações por parte dos governos estaduais. Muitas das demais atividades características do processo de assentamento, contudo, têm sido delegadas às esferas de governo mais locais. A assistência técnica, por exemplo, antes da criação do Projeto Lumiar era executada (embora de maneira precária) pelas empresas estaduais de extensão rural.

Desde sua criação o Incra tem sido o órgão da administração federal responsável pela implementação e gestão da política de assentamentos. No entanto, num período mais recente, dado o gradual crescimento no número de assentamentos sob sua responsabilidade e, principalmente, a política de desmonte do serviço público que atinge o órgão (com a defasagem no quadro de servidores e diminuição dos recursos de custeio das atividades), tornam-se evidentes as dificuldades em garantir a execução das tarefas que lhe competem. Além disso, segundo CURADO (2000), embora a ação do Incra sempre estivesse mais concentrada na regularização fundiária, isso não impediu que todas as questões pertinentes à reforma agrária fossem remetidas ao órgão, apesar de sua incapacidade em lidar com elas. Atualmente, acrescenta ARAÚJO (2000), em função da ampliação da pauta de reivindicações dos movimentos sociais e de sua luta pela *cidadania plena* (que extrapola em muito o acesso à terra), a reforma agrária é vista como um processo maior que o próprio Incra.

Assim, consonante com as políticas de caráter neoliberal que têm sido implementadas pelo governo, em 1999 é lançado o “Novo Mundo Rural”, que se propõe a estabelecer as novas diretrizes de atuação do Estado no que diz respeito à agricultura familiar e, principalmente, à reforma agrária. Antes disso, em 1994, no documento intitulado “Diretrizes de Política Agrária” (FAO/INCRA, 1994), o governo federal já manifestava seu interesse em repassar uma série de atribuições aos estados e municípios, concentrando na União apenas o estritamente necessário (leia-se: a atividade desapropriatória).

Entre outras coisas, o “Novo Mundo Rural” prevê a terceirização de algumas tarefas de responsabilidade do Incra, como os serviços topográficos e de infra-estrutura do assentamento, além de agilizar o processo de emancipação (subtraindo a responsabilidade que o Incra tem sobre os assentamentos). Também a perspectiva de ampliação da sistemática de compra e venda

² Mas não impede, diga-se de passagem. Vide o exemplo do estado do Rio Grande do Sul, onde o governo estadual adotou um posicionamento político bastante claro, favorável à reforma agrária, e vem realizando inúmeros assentamentos, com recursos do próprio estado.

como forma de acesso à terra, por meio da criação do Banco da Terra (em sucessão ao Projeto-piloto Cédula da Terra), é destacada no documento.

Apesar das duras críticas feitas pelos movimentos sociais ao “Novo Mundo Rural” em função das questões apresentadas no parágrafo anterior, alguns aspectos inovadores merecem destaque. Entre eles, está a possibilidade do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, normalmente elaborado pelos técnicos do Incra, passar a contar com a participação efetiva dos assentados.

1.2. O PDA: uma nova concepção de planejamento do assentamento?

Em meados de 1999, a Diretoria de Assentamentos do Incra lança um documento intitulado “Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento da Reforma Agrária” (INCRA/IICA, 1999), no qual estabelece um roteiro mínimo comum e algumas orientações gerais para a formulação do PDA. Complementarmente ao roteiro e às orientações, o documento inclui alguns pressupostos básicos que deverão nortear a elaboração dos planos, sendo eles: sustentabilidade, planejamento participativo, eficiência econômica, divisão de responsabilidades, capacitação permanente, integração rural-urbana e regional, integração com os municípios e preservação ambiental.

É possível perceber a inclusão da temática ambiental, que nunca mereceu muita atenção por parte do Incra, nessa discussão (sustentabilidade, preservação ambiental), embora a simples menção dessa questão não garanta, por si só, a sua transformação em medidas concretas³.

Também no que diz respeito ao papel dos assentados no processo de planejamento, percebe-se algumas mudanças relevantes. Na elaboração do diagnóstico da área, por exemplo, o documento recomenda que se incorpore a visão dos assentados sobre o contexto socioeconômico em que vivem. Da mesma forma, a busca de soluções aos problemas que se colocam “deve combinar o saber científico dos técnicos com o saber popular dos assentados”.

A proposta de formulação do plano foi dividida em duas fases: fase de diagnóstico e fase de programação.

O diagnóstico, como já comentado nos parágrafos anteriores, deve ser elaborado com base no princípio da participação. Nesse sentido, algumas metodologias (ou técnicas inerentes a elas) são recomendadas: Auto-diagnóstico, Sistemas Agrários, Diagnóstico Rápido Participativo, entre outras. Fazem parte ainda dessa etapa o levantamento de informações gerais do assentamento, histórico, caracterização do meio físico e do meio social no qual o assentamento está inserido, potencialidades e limitações.

Na fase de programação, realizada em seqüência ao diagnóstico, a comunidade identifica ações e atividades que necessitam ser realizadas para se chegar ao futuro almejado. Também são estabelecidos os prazos e os responsáveis pela execução das tarefas. Com relação a essa etapa, o documento aponta a importância de se buscar, preferencialmente, soluções endógenas para a superação dos obstáculos encontrados.

Embora se reconheça um avanço em relação às formas anteriores de planejamento, ainda assim é necessário salientar que o uso de metodologias que tenham um “rótulo” de participativas, não garante necessariamente a participação efetiva dos assentados no processo. Segundo relata PETERSEN (1999a), a difusão das chamadas metodologias participativas tem sido orientada predominantemente pela razão instrumental, ou seja, pela atração exercida pelas técnicas, mais do que a abordagem participativa em si. A participação acaba assumindo um caráter meramente formal. ROMANO & ALMEIDA (1999) lembram ainda que a implantação de metodologias participativas pode não eliminar a ocorrência de alguns “vícios” ou desvios, como as relações de poder e hierarquia entre técnicos e agricultores ou dentre os próprios agricultores.

É preciso considerar ainda que a participação pode assumir vários graus e formatos distintos. GEILFUS (1997), por exemplo, trabalha com uma escala que tem 7 níveis progressivos: participação passiva, fornecimento de informações, participação por consulta, participação através de incentivos materiais, participação funcional, participação interativa e auto-desenvolvimento.

Dessa forma, o simples “desejo” de realizar um trabalho participativo, pode não se expressar na prática, estando sujeito até mesmo à concepção de participação do executor do planejamento. O próprio PDA abre espaço para a utilização de níveis mais restritos de

³ Essa temática já havia sido abordada, por exemplo, no documento “Diretrizes de Política Agrária” (FAO/INCRA, 1994), sem que mudanças efetivas fossem observadas nas práticas do Incra.

participação, onde o papel do assentado é o de mero legitimador do processo. O relato do técnico do Inca expressa essa possibilidade.

“Ele [o PDA] determinava linhas... eram predeterminadas linhas, o que eles queriam. Então, tu pode montar um PDA em cima de uma mesa. Porque tu vai pegar hipsometria, vais pegar relevo, fauna, flora. E lá no finalzinho, tu vais entrar nos sistemas agrícolas. Então, tu pode fazer esse PDA sentado numa mesa, numa escrivaninha. No final tu só vai lá discutir com os caras os sistemas agrícolas, através de muitos gráficos, curvas e tal, que o nosso agricultor muitas vezes não [entende]... se tu pegar o [site do] IICA⁴, lá tu vai ver que tem uma porção de gráficos e curvas, o preço da melancia, tal e tal”.

Antônio Augusto, técnico do Inca

Isso vem corroborar a observação de PETERSEN (1999a) de que os princípios dos processos participativos têm tido uma aceitação e incorporação ao discurso facilitada, mesmo em organizações bastante conservadoras. Já a tradução desses princípios em mudanças de rotinas, atitudes e valores, não tem encontrado a mesma permeabilidade. As inovações permitidas são, na maioria das vezes, meramente superficiais ou “cosméticas”.

1.3. O PDA do Domingos Carvalho

Como as orientações básicas para a formulação do PDA estabeleciam apenas um roteiro mínimo comum (que engloba alguns conteúdos e pressupostos essenciais), ficando os detalhes e a forma de sua aplicação a critério de cada equipe executora⁵, a Superintendência Regional do Inca contactou o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Icepa) com vistas a desenvolver uma metodologia para a elaboração do PDA, que teria como projeto-piloto o Assentamento Domingos Carvalho. Formou-se então uma equipe constituída por dois técnicos do Icepa, um técnico do Inca e um supervisor do Lumiar, para a criação e aplicação dessa metodologia.

É importante destacar que Santa Catarina foi o primeiro estado a desenvolver esse trabalho em assentamentos novos. A esse caráter de ineditismo, aliás, se atribuem algumas das falhas observadas no decorrer do processo.

⁴ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

“O PDA, através do IICA e do PNUD⁶, tinha algumas ações que estavam sendo feitas em Brasília como projetos antigos, em que se fazia toda uma metodologia, uma radiografia de toda aquela região e tentava-se através de gráficos e explicações, fazer uma projeção sobre a atividade daquele pessoal. Sobre projetos novos, desenvolvidos no Brasil, Santa Catarina foi o primeiro a desenvolver um Plano de Desenvolvimento do Assentamento, buscando uma metodologia própria. (...) Por isso tantas falhas”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

A metodologia desenvolvida, de acordo com os relatos dos membros da equipe do PDA, procurou pautar-se na participação efetiva dos assentados em todas as etapas do processo.

“Nós discutíamos mais ou menos o que fazer, uma proposta, uma linha mestra. Depois, em função da execução, nós íamos adequando algumas coisas. Sendo que nosso papel sempre foi um papel de animador. Nós não interferíamos no processo, nós animávamos o processo”.

Luiz Carlos, técnico do Icepa

Uma vez planejado e estruturado, a fase de execução do PDA previa 6 etapas (INCRA/ICEPA, 2000b): a) Preparação e sensibilização da comunidade para o processo; b) Levantamento das alternativas para o desenvolvimento do assentamento; c) Estudo dos recursos naturais disponíveis; d) Elaboração do Plano Estratégico do Assentamento; e) Elaboração dos planos operacionais; f) Acompanhamento e avaliação.

Todo o processo de aplicação prática do método, que resultou na elaboração do PDA, teve início em agosto de 1999 e foi concluído em fevereiro de 2000 (com exceção da etapa de acompanhamento e avaliação, que teve continuidade após esse período).

A primeira etapa, iniciada em agosto de 1999, consistiu de uma rápida reunião em que se apresentou a nova sistemática de planejamento da reforma agrária, resultante do “Novo Mundo Rural”. Também fez parte dessa etapa a realização de um seminário de sensibilização e capacitação inicial, com duração de 3 dias, realizado no começo de setembro de 1999, com a finalidade de instrumentalizar a comunidade para a elaboração do restante do plano. Durante o referido seminário, foram utilizadas diversas técnicas de sensibilização (as chamadas

⁵ A qual, segundo o “Novo Mundo Rural”, deveria ser contratada através de convênio celebrado entre a entidade representativa dos assentados e as Superintendências Regionais do Incra.

“dinâmicas”), visando mostrar para a comunidade do Assentamento Domingos Carvalho, a importância do planejamento das atividades num processo de desenvolvimento.

A segunda etapa (levantamento de alternativas) iniciou-se concomitante à primeira. No decorrer do seminário inicial, realizou-se um levantamento de experiências a serem conhecidas (em especial outros assentamentos de reforma agrária bem sucedidos, como Garuva, Araquari e Morro do Taió) e empresas ou entidades a serem visitadas (Ceasa, supermercados, Fundação Municipal 25 de Julho de Joinville/SC, entre outras). Essas visitas foram realizadas no período de 27 de setembro a 01 de outubro de 1999, contando com a participação de representantes de todos os grupos⁷. Integram ainda essa etapa algumas palestras e reuniões técnicas que ocorreram em diversos momentos durante a elaboração do PDA. Também desenvolveu-se nesse período a caracterização do território do Planalto Norte Catarinense e o levantamento das condições sócioeconômicas do assentamento, realizadas pelos técnicos do Icepa.

A terceira etapa (o estudo dos recursos naturais disponíveis), iniciou-se ainda durante o mês de agosto de 1999, com a vinda de um professor da Universidade Federal de Santa Catarina que coordenou o trabalho de levantamento e classificação dos solos do assentamento, desenvolvido em conjunto com os assentados. Durante o segundo semestre daquele ano, outras atividades referentes àquela etapa foram executadas, como por exemplo a avaliação de uso e manejo do solo (coordenada por um técnico especialmente contratado para tal atividade pelo Convênio Incra/Icepa) e levantamento da flora existente no assentamento (realizado pela Aroma).

A quarta e quinta etapas (o Plano Estratégico e os planos operacionais), acabaram também sendo realizadas paralelas às três primeiras. Por exemplo, ainda durante o seminário inicial, discutiu-se os principais problemas do assentamento, elencando aqueles considerados prioritários. Depois disso, formaram-se grupos para aprofundar cada uma das questões e apontar possíveis soluções a serem então discutidas e encaminhadas pela comunidade toda. Tais discussões deram origem aos planos operacionais básicos (habitação, infra-estrutura, produção, projetos sociais, etc.). As próprias visitas aos assentamentos e demais entidades, foram tomadas como referência e contribuíram na elaboração de alguns planos. Após as visitas, foi realizada uma avaliação do que havia sido visto, discutindo-se a possibilidade de aproveitar algumas

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁷ Coletivo, Coletivo II, Semi-coletivo e Cooperação.

daquelas experiências na condução dos trabalhos no Domingos Carvalho. A elaboração do Plano Estratégico, resultante de diversas reuniões realizadas nesse período, também contou com o aporte das experiências visitadas.

Uma vez concluídos os planos estratégico e operacionais, iniciou-se a implementação das atividades. Como última etapa do PDA, estava previsto o acompanhamento do processo de implantação e a avaliação do mesmo. Contudo, essa etapa foi bastante prejudicada por uma série de problemas e imprevistos. Em primeiro lugar, os constantes atrasos na liberação do salário e recursos de custeio das atividades do técnico do Lumiar durante todo o ano de 2000, culminando com a suspensão do projeto no final daquele ano. Também um acidente automobilístico sofrido pelo técnico do Incra responsável pelo assentamento em fins de 1999, contribuiu na potencialização das dificuldades⁸.

“Só que ocorreu um erro muito grande. Porque os grupos se uniram prá fazer o negócio, eles não tiveram uma coordenação técnica, porque bem na hora da implantação, em que se precisava uma assistência técnica lá junto a eles, houve a cisão do contrato entre o Incra e a CCA⁹ lá, e aí o Lumiar foi pro espaço. Ficou o Juares trabalhando sem receber. (...) O Incra também se ausentou da área, teve um afastamento ali. Teve o meu acidente, foi no finalzinho do PDA também, que me afastou por uns 4 meses da área. Então teve uma série de fatores que fizeram com que a implementação do plano não pudesse ser na magnitude ou tão plena como previsto”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

Em função disso, a única avaliação do andamento do PDA foi feita em julho de 2000. Naquela ocasião, já se apresentavam alguns problemas que mais tarde viriam a se agravar, como por exemplo: falta de planejamento na compra dos materiais e controle dos gastos feitos; enfraquecimento da união da comunidade, inclusive dentro dos grupos; falta de capacitação específica para o desenvolvimento das atividades previstas; desigualdade no avanço dos grupos; encaminhamento e execução aquém das metas estabelecidas. No relatório dessa avaliação (LIMA FILHO, 2000), aponta-se como um dos fatores responsáveis pela situação enfrentada naquele momento, a não presença do técnico do Lumiar na área, que gerou a desestruturação de toda a

⁸ Esse acidente ocorreu num dos deslocamentos feitos por esse técnico ao Assentamento Domingos Carvalho, durante a realização do PDA. O fato do Incra não ter nomeado outra pessoa para dar continuidade ao processo no período de afastamento daquele técnico (em torno de 4 a 5 meses), pode ser tomado como indicativo da falta de quadros, resultante do desmonte a que vem sendo submetido, ou do desinteresse com que é tratada a reforma agrária pelo órgão responsável por sua execução. Infelizmente, as informações disponíveis não permitem uma resposta conclusiva a respeito dessa questão.

comunidade, tanto sob o aspecto afetivo, quanto produtivo. O relatório alertava também para os problemas ocasionados pela troca da linha geral de produção por parte de alguns assentados (especialmente os membros do Cooperação), o que, naquela altura do processo, poderia comprometer todo o assentamento (já que o planejamento havia sido feito em conjunto).

1.3.1. As estratégias produtivas

Como resultado do PDA foram gerados diversos documentos, referentes às diferentes etapas. Mas, sem dúvida, o principal deles foi o “Comunidade Saudável Domingos Carvalho” (INCRA/ICEPA, 2000b), que de certa forma resume todo o processo.

Embora o PDA tenha abordado várias dimensões da vida no assentamento, chegando-se a discutir e delinear estratégias de desenvolvimento social (educação, meio ambiente, lazer, saúde), conforme consta no referido documento, procuraremos aqui apenas descrever sucintamente as estratégias e os ramos de atividades agrícolas selecionados pelos agricultores para constituírem o “centro” de seus sistemas produtivos.

A produção agrícola em escala comercial do assentamento foi ancorada basicamente nos projetos de olericultura, bovinocultura de leite e produção de grãos.

O projeto de olericultura contava com a participação de 28 famílias: 8 do grupo Coletivo, 8 do Semi-coletivo e 12 do Cooperação. Seriam utilizados dois sistemas de cultivo: o cultivo extensivo e o cultivo protegido em túneis ou abrigos. No projeto ressaltava-se ainda a proposta de não utilização de agrotóxicos e adubos de síntese industrial. O esquema de produção previa o planejamento e a compra de equipamentos e insumos de forma coletiva. A produção, em si, seria realizada por cada grupo separadamente. Já a comercialização (que incluía o beneficiamento e o transporte) também se daria coletivamente.

Do projeto de bovinocultura, por sua vez, faziam parte 31 famílias, divididas em 3 grupos: 16 famílias do Coletivo e do Semi-coletivo, 3 famílias do Coletivo II e 12 famílias do Cooperação. Também nesse caso, a compra de insumos, a programação da produção, a industrialização e comercialização, deveriam ser feitas de forma coletiva, ficando a produção a cargo de cada grupo. A industrialização era um projeto a longo prazo. De imediato, previa-se a venda do leite *in natura* para laticínios da região ou produção caseira de derivados.

⁹ Cooperativa Central dos Assentamentos de Santa Catarina.

Com relação à produção de grãos, havia a pretensão de que fossem produzidos, basicamente, feijão e milho para o consumo na propriedade (humano e animal) e venda de possíveis excedentes.

1.4. “Lá no lápis é bonito, mas na prática...”

Dada sua magnitude e grau de inovação, não nos é possível desconsiderar a importância e influência do PDA nos processos decisórios transcorridos no Domingos Carvalho. O fato de ter criado um espaço onde os assentados puderam refletir e planejar de maneira mais detalhada seu futuro e conhecer outras experiências realizadas nos demais assentamentos, é bastante lembrado e valorizado por eles.

Contudo, o que se constatou durante a pesquisa de campo é que, das atividades planejadas, pouca coisa havia sido implementada. A grande maioria havia desistido do trabalho com a olericultura e a bovinocultura de leite. A produção de grãos, que deveria ser apenas uma atividade complementar, voltada primeiramente para a subsistência, acabou assumindo a posição de atividade central do assentamento.

Busca-se, nesse item, discutir alguns fatores relacionados ao próprio PDA (e à forma como foi executado) que contribuíram na opção dos assentados pelas duas primeiras atividades acima mencionadas e seu posterior abandono, bem como a centralidade adquirida pelo cultivo do milho e do feijão em decorrência disso.

Entre esses fatores, a intensidade e velocidade com que se deu o processo são apontadas por muitos entrevistados como duas das principais causas de seu fracasso. A necessidade de tomada de decisões sem o devido tempo de reflexão, levou à adoção de práticas e culturas sem uma convicção e um conhecimento mais profundo a seu respeito.

“O PDA foi um troço muito bom. Só que foi muito rápido. Eles vieram aí, e daí a gente não tinha tempo de, depois do curso, você analisá ele. Daí você saía, e bem na época nós tava com destoca prá fazer, comprando material prá estufa... olha, era uma correria que nossa. (...) Só que o dinheiro tava saindo nessa época. E quando o dinheiro saiu, daí terminou o PDA, sumiram tudo. Não apareceu ninguém prá dar continuidade, ver se era isso ou não era. Aí ficou meio que abandonado. Um tempo [depois] que começaram a retomar de novo, mas daí a coisa já tinha desabado muito. O PDA de um jeito foi bom e de um jeito foi ruim. Porque

a gente se baseou muito nele prá fazer as coisas. (...) Foi atropelado. A gente não conseguiu analisar bem ele. A gente não conseguiu concluir ele”.

Antônio, assentado

O ritmo de implantação do processo acabou prejudicando não apenas a possibilidade de reflexão, mas inviabilizou a experimentação, em escala reduzida, dessas novas culturas por parte dos agricultores. Essa etapa, comum no processo de adoção de inovações, foi suprimida dada a necessidade de se cumprir um cronograma de implantação predeterminado. A própria liberação dos recursos demandava a aceleração do ritmo.

“Eu acho que, da forma que [o PDA] foi feito, tava mais ou menos. Só que eu acho que o PDA não deveria ser feito de uma vez só. Por exemplo, planejava um tipo, e experimentava aquilo. Porque daí nós fizemos no geral do assentamento e meio que assim numa linha só”.

Mário, assentado

“Mas eu acho que não foi errado na discussão do PDA. Foi errado o acordo. Se nós fizesse bem devagar, não precisava nós num ano querer fazer tudo as coisas. (...) Tem que ser devagarinho, daí a gente vai vendo o que vai acontecendo. E nós não, nós queria do dia prá noite mudar tudo”.

Wilson, assentado

A não observância do “tempo” de cada sujeito, principalmente numa realidade tão heterogênea como são os assentamentos de reforma agrária, certamente levou muitos deles a “estranharem” as novidades implantadas. A própria equipe que coordenou a implantação do PDA faz uma análise semelhante com relação a este aspecto.

“Na metodologia propriamente dita, eu até não mudaria. Eu mudaria o ritmo das coisas. Eu acho que esse é um processo que não pode ser muito rápido. As decisões não podem ser precipitadas. Precisa ser um processo mais lento, que permitisse às pessoas assimilarem bem as idéias que estavam sendo discutidas e postas”.

Dieter, técnico do Icepa

No entanto, o problema mais constantemente apontado pelos assentados, foi a falta de acompanhamento da etapa de implantação das atividades planejadas no PDA. Conforme já comentado anteriormente, em função de inúmeros problemas, ocorreu o afastamento do Inca,

do Icepa e do Lumiar, após a conclusão do planejamento e no auge da implantação. Pelo fato de algumas das atividades serem pouco familiares à maioria dos assentados, houve uma perda de referencial, o que fez aumentar o receio de adentrar em áreas que lhes eram quase desconhecidas.

“Quando o pessoal fez aquele projeto, o pessoal não tinha conhecimento de como fazer aquilo, era só teoria. E a hora que foi prá prática, o pessoal que fez o PDA não tavam junto prá acompanhá. Eu acho que faltou acompanhamento do próprio pessoal que fez o PDA. Porque eles chegaram ali, ponharam uma coisa na mão do agricultor e foi embora e depois voltaram prá vê o que tinha acontecido, foi mais ou menos isso que aconteceu. Daí quando voltou, a bomba tinha estourado. (...) Eu acho que o pessoal do PDA deveria acompanhar no mínimo uns 2 anos. Pelo menos uma vez por mês aparecer lá, vê como é que tá, fazer uma reunião, conversar com o pessoal. Porque não adianta nada eu ter uma aula de matemática hoje, prá mim usar daqui a 3, 4 anos. Sendo que durante todo esse tempo não fiz nenhuma conta”.

Alfredo, assentado

A ausência ou a pouca participação das lideranças do MST no decorrer do processo de elaboração do PDA, também é lembrada por alguns assentados. A confiança depositada no Movimento e o seu acúmulo de experiências produtivas, fruto de um longo histórico de discussão dessa questão, poderia ter evitado diversos problemas observados no PDA, acreditam eles.

“O que eu venho dizendo, que os companheiro do Movimento, as liderança do Movimento, tinha que tá junto aqui na hora do PDA. (...) Não participaram do PDA. Que eles precisavam, a liderança, os membros da liderança, tá junto desde o início do PDA. Porque, a gente não desvaloriza o serviço do Icepa, foi um serviço muito bem feito, eles mostraram muito esforço, mas, os coitado sabem mais na teoria. A prática mesmo, tinha que sê mesmo os companheiro do Movimento prá tá junto nesse PDA. Não tinha desmanchado. (...) O pessoal do Movimento devia estar junto, prá dizê: ‘olha, não é que vamo interferi, mas nós já temo exemplo de lá, não funcionou. Aqui pode não funcioná’. É o que eu venho dizendo, o Movimento falhou nisso. (...) Se o povo do Movimento tivesse junto, hoje a coisa aqui tava diferente”.

Paulo, assentado

Quando questionados acerca da origem das propostas discutidas no PDA (em especial, a produção de olerícolas e a bovinocultura de leite), três razões principais foram apontadas: o interesse preexistente em relação àquelas atividades; a influência de alguns grupos ou pessoas sobre os demais; o influxo do mercado e de outros assentamentos.

É interessante ressaltar o grau de subjetividade desse tipo de avaliação feita pelos assentados. Embora na maioria dos casos seja possível identificar um certo vínculo entre a percepção do indivíduo sobre essa questão e o grupo do qual ele faz parte, isso não constitui uma separação estanque. Dentro de um mesmo grupo pode-se encontrar percepções diferenciadas. Assim, por exemplo, a afirmação de que as atividades planejadas no PDA já eram de seu interesse anteriormente ao início desse processo, foi mais comum no Coletivo e entre aqueles que participavam desse grupo na época, mas pôde se verificar tal opinião mesmo entre os demais entrevistados.

De acordo com esses assentados, o PDA serviu mais como uma forma de aprofundar seu conhecimento acerca daquelas atividades, de tornar “palpáveis” as idéias.

“Porque nós tinha assim na cabeça que o PDA foi mais uma clareza prá nós. Porque o nosso interesse era gado de leite e verdura, então eles colocaram prá nós quais eram as possibilidade pro gado de leite e prá verdura. Então acho que o PDA em termos, ele colaborou com aquela discussão que nós tava na nossa cabeça. Ele contribuiu”.

Ariadne, assentada

“Cada um podia escolhê o que quisesse produzi.

Pergunta: *Mas vocês já tinham essa intenção [de trabalhar com gado de leite] antes de vim pro assentamento?*

Já, já tinha. Só que lá onde nós morava não tinha condições. Não tinha nem luz elétrica, não tinha nada. Daí não tinha como a gente...”.

Hermes, assentado

É claro que isso não exclui a possibilidade desse interesse ser fruto da influência de algum dos outros fatores apontados, como o mercado ou algum assentamento conhecido. Apenas destaca-se a existência do mesmo antes do PDA, demonstrando que esse processo não necessariamente provocou alterações nas propostas iniciais de todos os assentados.

“Eu acho que isso faz parte de uma viabilidade. É uma das coisas que vai dá sustentação economicamente pro grupo. E é uma das saídas que nós temo hoje, até mesmo prá própria região. E foi isso que a gente achou por bem de trabalhar, com a verdura, com o gado de leite. Foi muito aprofundada dentro do grupo essa discussão, já até mesmo porque existe aqui na região outros pequenos produtores que trabalham com gado de leite. E a hortaliça seria, já seria uma coisa mais nova, nossa aqui, já devido à experiência que a gente tem de outros assentamentos”.

Júlia, assentada

Há ainda um número relativamente grande de entrevistados que apontaram a influência de alguns grupos ou pessoas sobre os demais, como sendo responsável pela importância e centralidade dada à olericultura e à bovinocultura de leite no PDA. Essa influência se deu de diversas maneiras.

O caso do Coletivo, por exemplo, que em função de seu grau de organização e seu poder de articulação e intervenção nos espaços coletivos (haja vista que a maioria dos membros, graças a sua atuação no Movimento, têm experiência nesse sentido), conseguia muitas vezes se sobrepor aos demais grupos e convencê-los a aprovar determinadas decisões.

“Teve uma influência de grupos que acabou puxando pro lado deles. Eles sabiam mais que outros grupo. Eram eles que sabiam organização, sabiam como na parte de finanças. Eles que sabiam mais.

Pergunta: *Como esse grupo influenciou os demais?*

Não sei explicar. Tipo, eu querê que você faça uma coisa que você não sabe. Dizê ‘não, você tem que fazer isso, é isso que o pessoal tem que fazer’ ”.

Alves, assentado

Essa tentativa do grupo Coletivo, e mesmo do Semi-coletivo, de convencer os demais assentados a seguirem as mesmas linhas de produção adotadas por eles, pode ser explicada pela pressuposta necessidade de criar uma escala de produção que viabilizasse determinadas atividades, como é possível concluir do relato de um membro do Coletivo.

“Um dos [motivos] de abortá o projeto das verdura, porque acabou ficando só o grupo Coletivo produzindo verdura. Se fosse o planejamento inteiro do assentamento, que seria em torno de 20, 20 e poucas famílias produzindo verdura, a gente ia consegui atingi o mercado tranqüilo, porque daí nós tinha quantidade de produção. Mas daí como ficou só um grupo produzindo, ou dois grupos, porque o Semi-coletivo também começou a produzi. Mas depois parou, e nós ficamo lutando com as verdura. Daí a produção é muito pouca. Mas se fosse mais família produzindo, teria viabilidade”.

Mário, assentado

Contudo, nas palavras desse mesmo assentado, a influência sobre o grupo de Cooperação existiu, mas foi muito mais no sentido dos membros daquele grupo buscarem seguir o que era discutido pelo Coletivo, sem que se fizesse qualquer tentativa de persuadi-los a tal.

“Nós tinha uma discussão antes já, que ia plantá verdura, porque a gente conhecia. Os outros, o Cooperação por exemplo, foi meio atrás. Nós tinha essa linha, agora o Cooperação parece que foi meio atrás. E aí onde que eles não conseguiram caminhar juntos. Porque a idéia era que todos caminhassem juntos”.

Mário, assentado

Nesse caso, a própria noção de “caminhar juntos” merece ser analisada. Ao utilizar esse termo, o entrevistado estava provavelmente fazendo referência à uma técnica de sensibilização utilizada no PDA (para mostrar a importância e dificuldades do trabalho em grupo), mas expressava também uma concepção de desenvolvimento do assentamento. A idéia de que todos devem avançar unidos, apoiando-se mutuamente, pode ser interpretada, por outro lado, como a necessidade de que todos sigam na mesma direção, compartilhem de um mesmo projeto. Não se descarta a possibilidade dessa segunda ter sido a interpretação adotada por algumas “lideranças” do assentamento.

Também a questão da produção de base agroecológica, que fez parte das discussões realizadas durante o PDA e encontra-se citada em diversos momentos do Planejamento Estratégico (INCRA/ICEPA, 2000b) como uma meta a ser trabalhada, parece ter sido introduzida no assentamento pelo grupo Coletivo. Esse grupo, devido à sua proximidade com o Movimento Sem Terra, vinha fazendo o debate em torno dos modelos produtivos já há algum tempo.

Embora na avaliação de um dos técnicos que conduziram o PDA, o interesse pela produção “orgânica” tenha surgido no decorrer do processo de planejamento, unicamente em função da possibilidade de elevação da renda pela venda de um produto diferenciado, o relatório de uma reunião realizada em maio de 1999, antes portanto do início do PDA, já indica alguma manifestação nesse sentido: “o assentamento como um todo, está disposto a trabalhar unicamente com a *agricultura orgânica e agroecológica*. Já foram realizadas experiências e as mesmas deram resultados” (BOFF, 1999) [grifos no original]. O relato do técnico do Lumiar que atuou no assentamento corrobora tal perspectiva ao apontar a origem da discussão acerca de

agroecologia no grupo Coletivo e, sem negar a importância do mercado nessa opção, inserir um componente ideológico na mesma.

“Até porque hoje os assentamentos do MST, a linha de trabalho, a discussão de trabalho, da produção, é trabalhá essa linha agroecológica. Então essa questão, eu acredito assim, de produção orgânica, partiu de um certo pessoal, que seriam o Coletivo.

Pergunta: *Porque tu acha que o Coletivo teve essa [iniciativa]...?*

Vamo dizê assim, eles tinham um amadurecimento. As discussões deles eram mais amadurecidas e as experiências que eles tinham, fizeram com que... até porque ali se destacavam lideranças, que participavam a nível estadual de discussões de sistemas de produção. Então, ali dentro deles, eles conseguiram se conscientizá que a produção orgânica, tanto prá eles quanto prá venda, era importante trabalhá essa linha orgânica”.

Juares, ex-técnico do Lumiar

Além do Coletivo, algumas lideranças dos demais grupos também parecem ter sido decisivas na determinação dos rumos que tomaram os processos decisórios. Diversos assentados ressaltam o papel de um dos membros do Semi-coletivo que, dada a sua comunicabilidade (articulação e fluência do discurso), acabou assumindo a função de “porta-voz” e liderança “natural” do assentamento. O grande poder de convencimento e a posição de destaque ocupada por esse assentado, reforçam sua influência no processo.

Alguns entrevistados relatam a existência de uma pressão (implícita ou explícita) sobre eles, para que adotassem determinadas atividades que não eram de seu interesse. Há ainda aqueles que denunciam o uso da coerção financeira (os assentados que não integrassem algum dos projetos estipulados no PDA, eram informados de que não iriam receber os recursos do Proceca) como forma de “convencimento”.

“Nós queria o leite porque nós já tinha mais conhecimento, porque eu me criei lidando com gado. Então a gente já sabia lidá. E verdura eu nunca tinha lidado. Daí nós entremo nesse negócio da verdura porque fumo... praticamente obrigados. Porque daí tinha que saí esse projeto ali, daí tinha que saí prá alguma coisa. E queriam que fizesse em conjunto. Então onde foi meio socado, meio goela abaixo, numa porção de pessoas. Uma pessoa que eu conheço [que brigou bastante por] esse projeto em conjunto ali, prá esses negócio das verdura, uma das pessoas foi o Luiz Renato. Isso eu digo prá quem quiser e, foi mesmo. Aonde ele batia o pé, que tinha que saí esses projeto e que fosse prá lidá com verdura, porque daí o pessoal do coletivo iam lidá com verdura, porque eles iam lidá com verdura”.

Marcello, assentado

“Eu dizia prá eles que não dava certo, eles quase me pulavam. (...) O financiamento meu, já não quis entrar no projeto, já saiu apartado. Desde o começo. Por isso eles falaram prá mim, que se nós não entrasse em grupo, tipo em... que daí não saía financiamento prá mim. Daí eu disse: ‘pois tendo a terra, o resto eu me viro’ ”.

José Antônio, assentado

A própria equipe de condução do PDA tinha noção do grau de influência de alguns assentados e das distorções que poderiam ocorrer no resultado final em função disso, como expõe o relato a seguir.

“O grupo do Luiz Renato, o Luiz Renato era o que mais apresentava idéias. Às vezes a gente até fazia a brincadeira da batata quente, prá puxar outras pessoas prá participar. (...) Mas o Luiz Renato, ele tem um poder muito grande de se expressar, ele é uma liderança que na pedagogia a gente diz que ele somatiza prá menos. Ele é uma liderança que tem o seu valor, mas às vezes ele diminui. E o Cláudio, também era uma pessoa bem determinada, tanto é que ele criou o grupo dele e agora o grupo dele é o que mais tem força (...). Mas teve lideranças sim, bem localizadas, e que nós discutíamos à noite, não como neutralizá-las, mas como fazer com que os outros pudessem também colocar a idéia deles”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

A expressão exacerbada de algumas lideranças ou grupos parece estar relacionada também ao comportamento passivo de diversos assentados. Esses, mesmo participando de todo o processo e não concordando com os rumos que estavam sendo seguidos, não se manifestavam pois já tinham bem claro quais eram suas opções e estavam ali de forma meramente formal. Independente das discussões que surgissem, suas escolhas estavam feitas. A participação no PDA, no entanto, era condição necessária para o acesso aos créditos de investimento.

“As famílias acabaram indo prá aquilo porque elas precisavam daquele dinheiro. Só que elas tinham outras intenções com aquele dinheiro. Mas já que é prá ser assim, então vamo ser assim, só que depois no final não vai ser isso. Era o que cada um tava pensando no momento”.

Neusa, assentada

“Uns grupo aí [direcionaram o PDA]. Eu não vou mencionar... não adianta. Mas teve coisas aí que eu vi, achei que não era por ali, mas a gente não se meteu porque não envolvia a gente. Porque ninguém conseguiu me envolvê assim com coisa. Porque nós tomemo a nossa decisão, a nossa direção é por aqui e nós não vamo cáí fora, o que nós pensava fazê [desde antes do assentamento], nós tamo tentando”.

Cláudio, assentado

Essa questão nos leva a questionar a própria maneira como se deu a execução do PDA. Embora concordando com a colocação de Sidersky & Guijt (1998, *apud* PETERSEN, 1999b) de que os processos de desenvolvimento participativo funcionam melhor quando existe um razoável grau de organização social e grupos locais através dos quais se organizam a massa crítica para a ação coletiva e a geração de inovações técnicas, parece-nos que a pretensão de organizar a produção do Domingos Carvalho de forma cooperativa e a pressão de alguns atores (MST, Incra, Icepta e mesmo alguns assentados) nesse sentido, levou à formação de determinados grupos sem que os assentados tivessem consciência de sua real importância ou necessidade, nem tampouco interesse por sua continuidade. Dessa forma, a coesão desses grupos e o empenho de seus membros tornaram-se extremamente frágeis. E, como aponta HEIDEN (2001), a “implosão” dos grupos previstos no modelo de organização foi um dos motivos da reconversão dos projetos produtivos.

“Na época foi montado os grupos e o próprio pessoal que ficou individual começou a achar que o grupo tava sendo mais beneficiado (...). Eu acho que no PDA foi incentivado muito a questão coletiva, meio que deixando os individuais, nessa questão, de lado. Se fosse totalmente individual, o assentamento teria uma outra cara hoje”.

Alfredo, assentado

“Por exemplo, muito grupo só se formou à partir do PDA, mas formou-se os grupo a toque de caixa. ‘Porque eu me dou bem com o compadre, fulano de tal, meu irmão ali...’. Quando nós fomos pra prática, a questão cultural, a questão de conhecimento, a questão de interesse diferente. [foi] Tudo pro pau. Eu acho que ele é interessante, desde que haja acompanhamento. Que ele não precipite essa formação de grupo, a coisa mais devagar um pouco”.

Luiz Renato, assentado

Alguns assentados criticam a forma conjunta como foi feito o planejamento, em função das disparidades em termos de conhecimentos e de disponibilidade de força de trabalho. Embora esse tipo de queixa tenha sido mais comum entre os assentados individuais, surpreendentemente até mesmo membros do grupo Coletivo compartilham dela.

“O PDA poderia ter funcionado se tivesse trabalhado com cada pessoa dentro da realidade dele. Porque, não dá prá dizer assim que há um nível de conhecimento de causa com cada produção. Uns tinha conhecimento na verdura, que gostaria de trabalhar na verdura, outros tinham conhecimento no gado de leite, outros tinham conhecimento na produção de grão, de milho, feijão, soja. Nem todo mundo que conhecia um pouco disso não tinha um grau parelho. E o PDA foi trabalhado uma coisa parelha. Porque, por exemplo, é difícil um professor dar a mesma aula prá um da 1ª [série], um da 2ª, um da 3ª e um da 4ª. Não tem como dar a mesma aula. Vai ser muito fácil, alguém vai saber tudo, ou alguém não vai entender nada. O PDA dá prá melhorar. É uma experiência que tem que ser avaliado”.

Ademir, assentado

Um terceiro fator responsável pelo afloramento e valorização de algumas propostas durante o PDA, foi a pesquisa de mercado e as visitas a outros assentamentos realizadas nesse período. Na avaliação de muitos assentados, a ilusão de lucro garantido e retorno rápido e fácil dos investimentos feitos, levou-os a optarem pela produção de olerícolas. A realização da pesquisa de mercado (bem como as visitas a diversos supermercados da região) numa época de carência de produtos e conseqüente elevação dos preços, parece ter contribuído na mitificação das possibilidades que a olericultura oferecia.

“O Icepa colaborou muito prá isso também, porque aquela pesquisa de mercado que foi feita, foi levado o pessoal daqui a conhecer as micro-usinas de leite, onde deu certo, onde que não deu certo, tipo assim, conhecer as experiências passadas. Até ali tudo bem. Só que na pesquisa de mercado, eles viram que produzir verdura, no momento, seria a melhor coisa do mundo a se fazer e que tinha que ser por ali, e que nós ia ter capacidade prá isso. Então foi bastante influenciado. Foi uma época em que a verdura tava estourando nos mercado. Então foi por essa linha que eles acharam que aqui no assentamento tinha que ser feito”.

Neusa, assentada

Além da pesquisa de mercado, as visitas realizadas à diversos assentamentos durante o PDA tiveram um papel de grande importância na determinação dos rumos do processo. O vislumbre das boas condições de vida existentes nesses assentamentos e dos êxitos conseguidos com a olericultura, estimularam os assentados do Domingos Carvalho a adotarem essa atividade. Embora muitos estivessem cientes da situação diferenciada em relação aos assentamentos visitados (especialmente o Conquista no Litoral, em Garuva, e o Justino Draszewsky, em Araquari), dada a maior proximidade com o mercado, elevado grau de organização e número reduzido de famílias daqueles, entre outros fatores, a euforia e a expectativa geradas pela possibilidade de atingir condições semelhantes, em diversos momentos se sobrepuseram à

cautela recomendada e necessária nesses casos. Contudo, a tentativa de transposição dos modelos vistos mostrou-se problemática e pouco eficiente.

“Mas eles olharam muito o sucesso do assentamento de Garuva e Araquari. Então eles achavam que copiar esse modelo de organização era suficiente prá alavancar o desenvolvimento do Domingos Carvalho. Esses líderes tinham informação de fora e achavam que o simples fato de trazer aquele modelo prá lá, resolveria o problema. Isso eles me disseram agora e hoje eles apontam isso como uma falha grave que eles tiveram”.

Dieter, técnico do Icepa

“Com relação à verdura, eu acho que foi mais uma coisa assim que... surgiu, a gente viu algumas experiências tipo Araquari e Garuva, que é muito perto dos centros e tal, e que tem dado retorno e que tem sobrevivido em cima disso. Só que a gente... enquanto isso foi feito o PDA e que criou mais expectativa com relação à verdura. Parece que tem mercado e tudo. A gente esqueceu de avaliá que aqui era mais longe, era mais dificultoso, o frete sairia mais caro, que o mercado não ia pagá um preço bom pro nosso produto. O mercado não queria sabê se o nosso era agroecológico ou não era. O mercado queria saber se era muito bonito”.

Ademir, assentado

É necessário considerar ainda o fato de que, embora o planejamento tenha sido feito em conjunto, a implantação das atividades planejadas obedeceu ritmos um pouco diferenciados, de acordo com o grupo. Dessa forma, enquanto o Coletivo já produzia e comercializava olerícolas, por exemplo, o Cooperação ainda estava na fase inicial de construção dos abrigos. Esse descompasso foi responsável pela desistência antecipada de várias famílias dessa atividade, antes mesmo que iniciassem a produção. Esses assentados, vendo as dificuldades enfrentadas por aqueles que estavam mais adiantados na implantação do PDA, optaram por abortar os projetos iniciais e redirecionar suas linhas de produção, com o receio de que os problemas viessem a se repetir.

“Não, nós nem começemo [a produzir verduras]. É que eles começaram lá embaixo, e daí já não deu certo e daí já paremo também”.

Gilmar, assentado

A pouca atenção dedicada à análise e compreensão dos indivíduos que compõem o assentamento (suas trajetórias de vida, desejos, conhecimentos, etc.) parece ter sido também uma das responsáveis por muitos dos problemas apresentados pelo PDA, destacados nas

páginas anteriores. O direcionamento do planejamento deu-se em função do conjunto, do todo, desconsiderando a necessidade de valorizar também a individualidade de cada uma das partes.

“Pergunta: O que tu mudaria hoje na metodologia do PDA?”

Ah, mudaria tudo.

Pergunta: Tudo como?

Mudaria, por exemplo... (...) Hoje, por exemplo, é inviável fazer um PDA, sem tu fazer uma pesquisa sociológica, daqueles seres que tão lá em cima. Primeiro tu entender o ser, prá depois tu tentar fazer... Então eu começaria por aí. E se eu começo por aí, eu mudo tudo. Porque quando nós começamos a desenvolver lá, nós não tínhamos... a nossa noção da comunidade lá, era muito pequena. E lá, a gente lida com agricultores e não agricultores. Então, quer dizer, é uma disparidade muito grande. E como você não tem os dados sociais prá você ter uma amplitude maior do projeto em que você tá trabalhando, você acaba cometendo certos erros e certos vícios”.

Antônio Augusto, técnico do Incra

“Segundo, se o PDA, além da questão financeira, levasse em conta também a questão cultural do pessoal, o conhecimento prático do pessoal. Aqui não se fez essa pergunta: quem é que já trabalhou na agricultura realmente aqui? Quem é que sabe plantá um pé de milho? Levasse em conta a capacitação real do pessoal”.

Luiz Renato, assentado

Dessa forma, não poderíamos *a priori* falar de uma participação efetiva, já que essa, segundo PETERSEN (1999a), somente ocorre quando os *múltiplos interesses* dos *diferentes atores* são contemplados na esfera decisória, por mais difícil que isso possa vir a ser.

1.5. Síntese e considerações

Nos últimos tempos, vem se observando crescentes esforços dos grupos que controlam o Estado no sentido de reduzir sua intervenção direta nas dimensões social e econômica da sociedade. Tais esforços, norteados pela teoria do *Estado mínimo*, são cristalizados em ações práticas de diversas maneiras, dentre as quais se encontra a *descentralização*. No entanto, embora a descentralização possa constituir-se num instrumento da política neoliberal, faz parte também das reivindicações e propostas de diversos setores da sociedade e dos próprios

movimentos sociais. A diferença está no fato de que, para esses, a descentralização constitui-se muito mais numa transferência de poder decisório propriamente dito, do que de atribuições executivas.

Assim, se por um lado o “Novo Mundo Rural” traz alguns instrumentos consonantes com a estratégia de desobrigação e “encolhimento” do Estado, por outro vem atender parte da demanda dos assentados por uma maior participação no processo de desenvolvimento do assentamento, através do PDA.

Contudo, dada a multiplicidade de interpretações possíveis do termo “participação”, a sua simples menção e a utilização das chamadas metodologias participativas, não garantem o protagonismo efetivo dos sujeitos interessados.

Tal problema pôde ser constatado no caso do PDA desenvolvido no Assentamento Domingos Carvalho que, embora tenha adotado como pressuposto uma concepção participativa, não conseguiu inserir todos os assentados de maneira efetiva no processo. Por exemplo, com relação à origem das atividades produtivas discutidas e planejadas durante o PDA (principalmente a olericultura e a bovinocultura de leite), apenas uma minoria dos assentados aponta-as como sendo fruto de um interesse preexistente. Para a maioria, sua adoção (e posterior rejeição) deve-se à influência do mercado (que se mostrava favorável), de assentamentos que já praticavam essas atividades (os quais foram tomados como um modelo a ser copiado) e do trabalho de convencimento (ou mesmo pressão) de algumas lideranças, que viam no planejamento conjunto e na adoção de determinadas culturas, a única saída possível.

Contudo, uma série de problemas, como a velocidade com que se deu o processo e a falta de acompanhamento da etapa de implantação do mesmo, resultaram no abandono da maioria das atividades planejadas, muitas delas antes mesmo de implantadas, e a conseqüente priorização da produção de grãos por parte dos assentados.

Pelo fato de ter se constituído num espaço/momento de encontro dos atores sociais envolvidos com o assentamento, como já afirmado no início deste capítulo, o PDA acabou reproduzindo o padrão geral de atuação de cada um desses atores, que foram determinantes no direcionamento dos processos produtivos adotados no decorrer do planejamento: a ausência do MST e da assistência técnica, a dificuldade dos agentes do Estado de abrir mão de seu poder, a influência (pressão prática e simbólica) de grupos mais organizados sobre os demais, o apego dos assentados às práticas características de sua trajetória de vida, etc.

CAPÍTULO VI

FECHANDO O PANO...

A postura metodológica adotada neste trabalho implica em reconhecer que as idéias e opiniões expostas no decorrer do mesmo, e em especial neste capítulo, são fruto de uma visão de mundo do pesquisador, determinada por sua “bagagem” histórica e cultural, e, como tal, não podem de maneira nenhuma ter a pretensão de adquirir o *status* de verdades absolutas ou conclusivas.

Dessa forma, mais do que concluir algo, pretende-se aqui recordar e reforçar algumas percepções sobre o tema em questão, já discutidas em diversos momentos do trabalho, e baseado nessas percepções, fazer algumas recomendações e sugestões, com o objetivo de contribuir tanto no necessário avanço do processo de reforma agrária, quanto no aprimoramento dos conhecimentos gerados pela universidade acerca dos assentamentos.

1. Considerações finais

Uma das características mais marcantes do processo de reforma agrária é o tensionamento que ele provoca. Tensionam-se, e muitas vezes rompem-se, não apenas as estruturas fundiárias dominantes nas regiões em que se realizam os assentamentos, mas também as estruturas cognitivas, os valores e as tradições características dos atores envolvidos nesse processo, bem como o círculo de miséria e exclusão em que os sem-terra estavam inseridos.

Contudo, dado que não existe “vácuo sociocultural”, todo rompimento, seja ele drástico ou gradual, requer o estabelecimento de novas relações e estruturas. Dessa maneira, inúmeras possibilidades de conformação desse novo sujeito social, denominado *assentado*, se colocam.

O que se procurou fazer neste trabalho, foi justamente analisar o grau de rompimento com o passado decorrente do assentamento e a importância de alguns atores

sociais externos a esse espaço, além de fatores inerentes aos próprios assentados, no direcionamento dos processos decisórios que deram origem aos sistemas agrícolas atualmente preponderantes no Assentamento Domingos Carvalho.

Percebe-se que, num primeiro momento, houve uma tentativa de romper com o padrão agrícola tradicional na agricultura familiar da região, baseado no cultivo do milho e do feijão. Tal tentativa manifestou-se principalmente durante o PDA, quando a grande maioria dos assentados optou pela adoção de atividades estranhas ao seu cotidiano, como a olericultura e a bovinocultura leiteira.

Embora alguns assentados declarem que o seu interesse por essas atividades surgiu antes do PDA, o que os relatos permitem constatar é que, de forma geral, o principal fator responsável por essas escolhas foi o mercado, que se mostrava favorável naquele momento (especialmente no caso das olerícolas). A existência de alguns assentamentos com um elevado nível de vida decorrente dessas atividades, visitados durante o PDA, serviu também como um estímulo para a sua adoção. Além disso, a pressão (simbólica e prática) exercida principalmente pelo grupo Coletivo, acabou levando alguns assentados a optarem por culturas e práticas agrícolas que inicialmente não eram de seu interesse.

No entanto, a falta de familiaridade no manejo dessas atividades, resultou em uma série de problemas, como perdas de produção e morte de animais. A situação tomou proporções ainda mais graves em função da ausência dos atores externos, que deram sustentação às etapas de elaboração do PDA, no momento mais crucial e delicado do processo, que foi a implantação das atividades planejadas.

O Incra, cuja atuação nos assentamentos tem sido marcada pelo crescente descomprometimento e gradual terceirização de suas atribuições, ausentou-se completamente após um acidente automobilístico do técnico responsável pela área. Em função disso, as avaliações previstas no PDA ficaram comprometidas e, quando finalmente foram realizadas, já era tarde demais para reverter alguns dos problemas constatados.

Da mesma forma, a inconstância do Projeto Lumiar (os frequentes atrasos na liberação dos recursos de custeio e salário) e o grande número de assentamentos a serem atendidos pelo técnico, resultaram em uma assistência bastante deficitária que, embora tivesse uma concepção inovadora, pouco conseguiu se diferenciar da extensão rural tradicional e sua lógica “projetista”. O fim do Lumiar, no início de 2001, dificultou ainda mais a situação.

Outro ator que se fez pouco presente no assentamento (principalmente durante o PDA) e cuja ausência foi sentida por parte dos assentados, foi o MST. A confiança e as

esperanças depositadas no Movimento não obtiveram o retorno esperado. O fato de ter um bom acúmulo de discussões e experiências acerca da questão produtiva, fazia dele um importante agente no processo de desenvolvimento. A influência mais marcante do Movimento pôde ser percebida no grupo Coletivo, devido à sua maior afinidade ideológica com aquele e pela presença de um membro da Coordenação Regional nesse grupo.

Os problemas enfrentados na implantação das “novas” atividades, a falta de apoio dos atores externos na superação desses obstáculos e a sensação de desamparo, foram responsáveis pelo desestímulo e conseqüente abandono daquelas atividades e retorno aos cultivos “tradicionais”, em especial o milho e o feijão.

Além disso, os riscos associados àquelas inovações, quando analisados à luz de um passado de privações e incertezas, tornaram muitos assentados receosos quanto à sua adoção em larga escala. Por sua vez, culturas como o milho e o feijão, cujo itinerário técnico é de domínio dos agricultores, transmitem-lhes uma sensação de segurança que, por si só, justifica seu plantio. O fato de estarem diretamente relacionadas à subsistência da família, apresentarem uma grande multiplicidade de utilidades no interior da unidade de produção, serem passíveis de armazenamento por períodos mais ou menos longos, serem de comercialização relativamente fácil (apesar dos preços baixos) e estarem presentes no histórico produtivo da quase totalidade dessas famílias há várias gerações, confere a essas culturas um “*status* nobre”. Elas passam a ser valorizadas não apenas pelo que *são*, mas também pelo que *representam* (valor simbólico): segurança alimentar, possibilidade de manutenção da condição de agricultor (mesmo que de forma um pouco precária), a perpetuação de uma tradição, entre outras coisas.

Contudo, isso não significa que eles se restringirão a essas atividades indefinidamente. Diante da ameaça de retorno à situação de miséria e exclusão decorrente dos problemas vislumbrados nas atividades “novas”, o dueto milho & feijão representa um “porto seguro”, uma espécie de refúgio que garantirá, ao menos, o mínimo necessário à sobrevivência. Uma vez assegurado esse mínimo, parte-se gradativamente para a busca de outras alternativas, testando-as em escala reduzida, para somente depois implantá-las de forma definitiva. No caso do Domingos Carvalho, por exemplo, constatou-se que diversas famílias vinham aumentando a área plantada com batata-salsa nos últimos dois anos e algumas já pretendiam cultivá-la em escala comercial no ano seguinte (ao da entrevista). De forma semelhante, além das duas famílias que mantiveram a bovinocultura de leite, outras expressaram seu interesse em lentamente retomar essa atividade. A própria olericultura, que em certo momento parecia condenada ao desaparecimento dentro do

assentamento, mostrava alguma possibilidade de retomada (embora a maioria tenha afirmado que pretendia “*cultivá algumas verdura, só pro gasto da casa*”, alguns não excluíram a possibilidade de, futuramente, cultivá-la comercialmente).

Atendidas as necessidades imediatas, outras preocupações passam a adquirir importância, como por exemplo a questão ambiental. Mesmo que se mostrassem um tanto receosos quanto às dificuldades que provavelmente enfrentariam no processo de conversão, muitos assentados expressaram o desejo de adotar práticas menos impactantes do ponto de vista ecológico, também de forma gradativa. O primeiro passo, já posto em prática por alguns, é a eliminação do uso de agrotóxicos. A utilização do adubo de síntese industrial ainda se faz necessária, argumentam eles, em função das deficiências nutricionais do solo e da falta de recursos que garantam e tornem menos instável essa transição. Além da preocupação com a própria saúde e a influência das discussões feitas pelo Movimento Sem Terra (esta última, preponderantemente no caso do grupo Coletivo), a inquietude com o futuro dos filhos e o desejo de que esses se mantenham trabalhando “com a terra”, parecem ser razões que estimulam o surgimento ou a evolução dessa consciência ambiental.

Essa preocupação com o futuro aparece também como principal responsável pela adoção de atividades cujo retorno é de longo prazo, como o reflorestamento. Esse projeto, no entanto, interage no *campo de possibilidades* com os projetos mais imediatos, relacionados ao cotidiano e à manutenção da família, o que faz com que o cultivo de pinus e eucalipto somente seja aceito e legitimado naquelas áreas que não se prestam às lavouras tradicionais.

Para finalizar, é possível constatar que, seja qual for a atividade adotada ou os problemas enfrentados, o simples fato de terem novamente (ou pela primeira vez) acesso à terra e a possibilidade de garantirem seu sustento por meio dessa, são capazes de fazer (res)surgir nos assentados a auto-estima perdida e alçá-los à condição de cidadãos que lhes era negada.

“Digo com o maior orgulho: sou agricultor. (...) Porque eu conheço pessoas que tão nos assentamentos nossos que tiveram uma vida muito triste, que nunca entraram num banco e a partir do momento que foi pro assentamento, teve a oportunidade de se sentir cidadão, de se sentir pessoa, se sentir coordenador de um assentamento, de um grupo, de um núcleo. Se sentir mais valorizado. A sociedade lá fora já dizia que a gente não era ninguém. Então eu espero que no mínimo essa dignidade eu consiga aumentá e melhorá e que eu consiga fazer com que mais pessoas tenham isso. (...) Eu acho que só conquistar a terra, ter casa e comida, é uma parte, mas nós merecemo muito mais ainda”.

Ademir, assentado

2. Algumas recomendações

- ✎ O PDA, apesar de todos os seus problemas, mostrou-se um espaço importante e com grandes possibilidades de impulsionar um processo de desenvolvimento que tenha por objetivo a emergência de sustentabilidade. No presente estudo, procurou-se, de acordo com os objetivos propostos, analisá-lo com a maior profundidade possível. Mesmo assim, acredita-se que o tema seja merecedor de um estudo específico, que procure, por exemplo, apontar os aspectos positivos, de forma a valorizá-los, bem como os problemáticos, para que sejam corrigidos.
- ✎ Um desses pontos problemáticos que a análise aqui empreendida permitiu detectar, foi a falta de sincronia entre o *tempo dos assentados* e o *tempo do PDA*. Isso levou à adoção de determinadas atividades sem a devida reflexão. O PDA deve se adequar ao ritmo dos assentados, dando-lhes o prazo necessário para que reflitam sobre as escolhas efetuadas e, inclusive, testem-nas em escala reduzida, antes de sua adoção generalizada.
- ✎ É necessário também que o processo de implementação das atividades planejadas durante o PDA tenha um acompanhamento constante por parte do Incra e dos demais atores que participaram de sua elaboração, bem como avaliações rotineiras, de modo a sanar eventuais problemas antes que eles se agravem e prejudiquem todo o processo.
- ✎ A presença da assistência técnica dentro do assentamento, apoiando e estimulando os assentados, mostrou-se imprescindível, especialmente durante o período de ambientação. Essa assistência, entretanto, deve se dar de forma ininterrupta, possibilitando o desenvolvimento de um trabalho de longo prazo e que não incorra na “lógica dos projetos”. Também é fundamental que se adote uma postura metodológica na qual prevaleça o respeito ao saber e à cultura do assentado, devendo os novos conhecimentos ser oriundos do diálogo entre esses dois saberes (o técnico-científico e o popular-tradicional).
- ✎ O Movimento Sem Terra deve buscar fazer-se presente de forma mais intensa nos assentamentos a ele vinculados, em especial nessa fase inicial, pois constitui-se num

ator bastante valorizado pelos assentados e cujo acúmulo histórico (teórico e prático), pode representar uma importante alavanca ao processo de desenvolvimento. Além disso, embora algumas lideranças apontem para uma mudança de postura do Movimento no que diz respeito à sua relação com os assentados, nunca é demais frisar a importância e a necessidade de se aceitar e reconhecer aquelas formas de organização mais flexíveis e espontâneas, que fogem das modelares, de modo a incluí-las nas discussões promovidas e estimuladas pelo MST.

- ✎ A adoção de uma mera *política de assentamentos* por parte do governo federal, voltada principalmente à resolução de conflitos localizados e amenização da tensão social no campo, tem se mostrado ineficiente diante da amplitude do problema. Para que transformações efetivas sejam possíveis, torna-se necessário que o Estado assumira uma posição firme e decidida em favor desse processo e adote uma verdadeira *política de reforma agrária*, cujas diretrizes devem surgir de um amplo debate com a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Comercialização e Clientelismo. In: ROMEIRO, Ademar *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2^a ed., São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

AGENDA 21 BRASILEIRA. **Bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

ALENTEJANO, Paulo R.R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

ALMEIDA, Sílvio G. de. A agricultura alternativa em construção. **Revista Alternativas: Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro: AS-PTA, p.1-6, 1991.

ANDRADE, Manuel C. de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

ANTUNIASSI, Maria H.R. Os núcleos de reforma agrária como espaços de integração social: o caso da família Pereira. In: FERREIRA, Angela; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

ARAÚJO, Tânia B. de. Descentralização e Participação na Reforma Agrária: um processo em discussão. In: LEITE, Pedro S., *et al.* (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

AROMA. **Relatório de Visita Técnica ao Assentamento Domingos Carvalho**. Itaiópolis, 25 de jan. 2000. Relatório. Trabalho não publicado.

BARRY, Glen. **Forests: Plantations Are Not Forests**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por afantini@cca.ufsc.br em 25 de mai. 2002.

BASES para a transformação econômica e social no campo. **Jornal Sem Terra**, São Paulo, n.201, jun. de 2000.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. A construção social da questão ambiental - o caso dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, SP. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL e CONGRESSO DA SOBER, X e XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: Sober, 2000. CD-ROM.

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. 1985. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás do números. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 11, n.31, p.37-49, 1997.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P.; CARMO, Maristela S. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Reforma Agrária**, Campinas, vol.21, n.1, p.60-68, jan./abr. 1991.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P.; FERRANTE, Vera Lúcia S.B. Assentamentos Rurais: Caminhos e Descaminhos de Pesquisa. In: ROMEIRO, Ademar, *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

BEZE JR., Zeke. Assentamentos Rurais e Aproveitamento do Espaço Agrário. In: ROMEIRO, Ademar, *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 8ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOFF, Odenir. **Relatório da Reunião (06/05/99) – Assentamento Domingos Carvalho – Corredeiras**. São Bento do Sul, 18 de mai. 1999. Relatório. Trabalho não publicado.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRANDÃO, Carlos R. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Balanco da reforma agrária e da agricultura familiar**. Brasília: MDA, dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br>. Acesso em 17 de janeiro de 2002.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. **O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo**. Brasília, [1999?]. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br>. Acesso em: novembro de 2000.

BUAINAIN, Antônio M.; SILVEIRA, José M. da; TEÓFILO, Edson. O Programa Cédula da Terra no contexto das novas políticas de reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. In: LEITE, Pedro S., *et al.* (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMARGO, Lidiane; CAZELLA, Ademir A.; MUSSOI, Eros M. O caráter de complementaridade do Banco da Terra frente à reforma agrária. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA e ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, V e V, Florianópolis, 2002. **Anais...** Florianópolis: SBSP, 2002. CD-ROM.

CAPORAL, Francisco R. Negociar com o clima? Soluções ecotecnocráticas para o efeito estufa. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, Campinas, vol.24, n.3, p.70-90, set./dez. 1994.

CARDOSO, Eulália E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. **Reforma agrária**, Campinas vol.24, n.3, p.140-153, set./dez. 1994.

CARMO, Maristela S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D.D.; BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

CARNEIRO, Marcos. Pobreza impede visão ecológica. **Gazeta do Rio**, Rio de Janeiro, 4 de julho de 2001.

CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura; relações e mediações**. 4^a ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

_____. **Estado e teoria política**. 4^a ed., Campinas: Papyrus, 1994.

CARVALHO, Abdias V. de. As Ligas Camponesas. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Propostas de Reforma Agrária**, Fascículo 4, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. 2^a ed., São Paulo: Concrab, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 5).

_____. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST**. São Paulo: Concrab, 1999. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 8).

CORDEIRO, Ângela, *et al.* **Reforma Agrária e crédito rural**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

COSTA, Byron P. Reforma Agrária - Aspectos Institucionais. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Aspectos institucionais da reforma agrária**, Fascículo 5, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

COUTO, Andréia T. **Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais**. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CURADO, Fernando F. Considerações sobre o meio ambiente na reforma agrária: perspectivas para a gestão ambiental em projetos de assentamento rural no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL e CONGRESSO DA SOBER, X e XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: Sober, 2000. CD-ROM.

D'AGOSTINI, Luiz R.; SCHLINDWEIN, Sandro L. **Dialética da avaliação do uso e manejo das terras: da classificação interpretativa a um indicador de sustentabilidade.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social** Petrópolis: Vozes, 1981.

DAVID, Maria B.A.; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v.11, n.31, p.51-68, 1997.

DIÉGUES JR, Manuel. Antecedentes da Reforma Agrária no Brasil. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Propostas de Reforma Agrária**, Fascículo 4, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

D'INCAO, Maria C. Assentamentos rurais do estado de São Paulo: notas sobre os impasses da assessoria técnica estadual. In: ITESP. **Cultivando sonhos: Caminhos para a assistência técnica na reforma agrária.** São Paulo: Itesp, 1998. (Série Cadernos Itesp/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, n.7).

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n.17, p.86-101, mar./mai. 1993.

DULLEY, Richard D.; CARVALHO, Yara M.C. Política de Reforma Agrária Brasileira e Meio Ambiente. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Reforma Agrária e Meio Ambiente**, Fascículo 7, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 19 de abril de 2001.

EPAGRI/CIRAM. **Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Sonopress, 1999. CD-ROM.

ESTERCI, Neide *et al.* Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Reforma Agrária**, Campinas, vol.22, n.3, p.4-15, set./dez. 1992.

FAO. **O dilema do eucalipto.** Roma: FAO, 1989.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: FAO/Incra, 1994.

FAO/PNUD. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária.** - Vol. I, Brasília: FAO/PNUD [s.l.:s.n.], 1992. Relatório Final - Versão Preliminar.

FASER. **Seminário Nacional: Decidindo a política de extensão rural para o Brasil.** Brasília, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Eudson de C.; FERNÁNDEZ, Antônio J.C.; SILVA, Evande de P. da. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/Ufrgs; Rio de Janeiro : CPDA, 1999.

FIESC. **Fiesc 50 anos: uma história voltada para a indústria catarinense**. Florianópolis: Expressão, 2000.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO. **Uma medida de justiça: acabar com 500 anos de latifúndio**. Goiânia: CPT, [2000?]. (Folder da campanha pela emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil).

GARCIA JR., Afrânio. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Geração de Rendas, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985-1989): Comentários Sobre um Estudo da FAO. In: ROMEIRO, Ademar, *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo; diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador, El Salvador: IICA, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar; como fazer pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

GOMES DA SILVA, José. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: Abra, 1996.

_____. Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988: uma avaliação crítica. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Aspectos institucionais da reforma agrária**, Fascículo 5, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

GÓMEZ, Willian H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: FERMIANO, D. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 1997.

GONZALEZ DE MOLINA NAVARRO, Manuel. Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa. **Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Clades/AS-PTA, n.2, P.3-17, nov. 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa; Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **O que é questão agrária**. 16^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRZYBOWSKI, Cândido. O Saber dos Camponeses em Face do Saber dos Técnicos. **Revista Fase**, Rio de Janeiro, s/n, p.60-63, 1987.

GUANZIROLI, Carlos E. Reforma agrária e liberalização da economia. **Reforma agrária**, Campinas, v.21, n.1, p.23-38, jan./abr. 1991.

_____. Porque a agricultura familiar. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Reforma Agrária e Desenvolvimento**, Fascículo 1, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

GUANZIROLI, Carlos E.; BRUNO, Regina; MEDEIROS, Leonilde S. de. **Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais**. Brasília: MDA/Incra, 2001. (Série Cadernos da Terra - n.9).

GUANZIROLI, Carlos E. (coord.) *et al.* **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: FAO/Incra, 1998.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Política agraria en Brasil: reflexiones sobre una experiencia inoperante. In: REYDON, Bastiaan P.; RAMOS, Pedro (org). **Mercado y Políticas de Tierras**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 2^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIVANT, Júlia S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, Eduardo J., *et al.* **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

_____. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, p.411-447, set./dez. 1997.

HAYGERT, Maria L.L. **De pai para filho: tecendo um novo território familiar; Uma etnografia sobre as relações geracionais na agricultura familiar do Município de Quilombo/SC**. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HEIDEN, Francisco C. **O processo de organização social do Assentamento Domingos Carvalho - Rio Negrinho/SC**. 2001. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade do Oeste de Santa Catarina/Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, São Joaquim.

IBGE. **Censo Agropecuário - 1995/1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 de novembro de 2001.

_____. **Censo 2000 - Sinopse**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 de novembro de 2001.

INCRA. **Evolução da Estrutura Agrária do Brasil**. Brasília: Diretoria de Cadastro e Informática, 1987.

_____. **Histórico do Incra.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2002(a).

_____. **O Incra e o assentamento.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2002(b).

_____. **Projeto Lumiar.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2002(c).

INCRA/ICEPA. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Domingos Carvalho. - Uso e Manejo das Terras do Assentamento Domingos Carvalho - Rio Negrinho - Corredeiras - Santa Catarina.** Florianópolis: Convênio Incra/Icepa, 1999. Trabalho não publicado.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento – Caracterização do território do Planalto Norte de Santa Catarina.** Florianópolis: Convênio incra/Icepa, 2000(a). Trabalho não publicado.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – Comunidade Saudável Domingos Carvalho; Plano Estratégico.** Florianópolis: Convênio Incra/Icepa, 2000(b). Trabalho não publicado.

INCRA/IICA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento da Reforma Agrária; Roteiro e Orientações Básicas para Formulação.** Brasília: Incra/IICA, jul. 1999.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.51-75, 1994.

KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, vol.24, n.3, p.132-139, set./dez. 1994.

LAMARCHE, Huges (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Ed. Unicamp, 1993. (Tomo I)

LIMA, Flávia T. **A influência da mística na percepção ambiental dos Sem Terra.** Florianópolis, 2002. Projeto de dissertação (Mestrado em Agroecossistemas/UFSC). Trabalho não publicado.

LIMA FILHO, Ademar de M. **Relatório de viagem - PA Domingos Carvalho.** Florianópolis, 17 de jul. 2000. Relatório. Trabalho não publicado.

LINS, Marcos C. A Democratização da Política Fundiária. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Reforma Agrária e Desenvolvimento**, Fascículo 1, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política.** 11^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.

MALUF, Renato S.J. **A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/Ufrjr, 2001. Projeto apresentado ao convênio Capes-Cofecub.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, n.23, p.7-37, mar. 1991.

MARTINS, José de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Revisando a questão agrária. **Jornal Sem Terra**, São Paulo, n. 160, p.3-5, julho de 1996. Entrevista concedida a Débora Lerrer.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Magro, C.; Graciano, M.; Vaz, N. (orgs.). Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

MEDEIROS, Evandro C. de. **A dimensão educativa da *mística Sem Terra*: a experiência da Escola Nacional “Florestan Fernandes”**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MEDEIROS, Leonilde S. Os movimentos pré-64 e o Estatuto da Terra. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Propostas de Reforma Agrária**, Fascículo 4, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

MELLO, Ulisses P. de. **A utilização agrícola das áreas de mata ciliar degradada; estudo de caso no Projeto de Assentamento União da Vitória, Fraiburgo (SC)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, Maria C.S. **O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde**. 5ª ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

_____. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, Roberto J. Metodologia da Reforma Agrária: o Censo e o Projeto Lumiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.8, p.163-177, abr. 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio A.; STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Programa de Reforma Agrária**. 2ª ed., São Paulo: MST, 1996. (Caderno de Formação nº 23).

_____. **Propostas ambientais para assentamentos de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 16 de setembro de 2000.

_____. **Reforma agrária sustentável**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mstsp/pontmeio.htm>. Acesso em: 14 de novembro de 2001.

MUSSOI, Eros Marion. **Extensão rural; uma contribuição ao seu repensar**. Brasília: Embrater, 1985. (Leituras selecionadas, n.22).

_____. **Integración entre Investigación y Extensión Agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil**. 1998. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia) - Universidad de Córdoba, Córdoba, Espanha.

_____. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria I.G.; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. (no prelo)

_____. Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, p.11-39, 1999.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Anpocs, 1988.

NAVARRO, Zander; MORAES, Maria S.; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. 2ª ed., Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Fernando G. de; SANTOS, Luciano B. dos. O Banco da Terra e a Reforma Agrária no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL e CONGRESSO DA SOBER, X e XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: Sober, 2000. CD-ROM.

ORTÍ, Alfonso. La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. In: FERRANDO, Manuel G.; IBÁÑEZ, Jesús;

ALVIRA, Francisco. **El análisis de la realidad social; Métodos y técnicas de investigación**. 2ª ed. rev. e ampliada, Madrid: Alianza Editorial, 1994.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.3, n.7, p.87-108, 1989.

PAULILO, Maria Ignez S. O "ser" e o "deveria ser" no conceito da pequena produção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 28º, 1990, Brasília. **Anais...**, Brasília: Sober, 1990.

_____. Os Assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo. In: ROMEIRO, Ademar, *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

PAULUS, Gervásio; SCHLINDWEIN, Sandro L. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? In: **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, P.44-52, jul./set. de 2001.

PETERSEN, Paulo. A participação não participada: incorporando as abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das instituições. In: PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (orgs.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.

_____. A paisagem social e as abordagens participativas. In: PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (orgs.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.

PINHEIRO, Sérgio L.G. Desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de construção social participativa. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.12, n.4, p.26-31, dez. 1999.

PORTO, Maria S.G.; SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.76-88, 1994.

PRETTY, Jules. **Regenerating agriculture; policies and practices for sustainability and self-reliance**. Londres: Earthscan, 1995.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REIS, Maria J. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e da recriação dos espaços. In: REIS, Maria J.; BLOEMER, Neusa M.S. (orgs.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura/Ed. da UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001.

RETI, Jorge. Reforma agrária e modernização. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Educação e Produtividade**, Fascículo 9, [1994?]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2002.

RIO NEGRINHO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Comunicação Social. **Dados sócio-econômicos e históricos de Rio Negrinho, Santa Catarina.** Rio Negrinho, 2001(a). Trabalho não publicado.

_____. **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - 1990/2000.** Rio Negrinho: Pref. Municipal de Rio Negrinho, 2001(b). Mimeografado.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-Providência.** Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral.** Florianópolis, 1997.

SANTO, Evelise N.E. **As transformações da agricultura nos municípios de Santa Catarina no período de 1920-1985.** 1998. (Tese de doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

SANTOS, José T. dos. Assentamentos e Colonização: Duas Relações com o Meio Ambiente. In: ROMEIRO, Ademar, *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o Relatório da FAO em Debate.** Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

SAUER, Sérgio. **Síntese do Relatório de Avaliação Preliminar do Programa Cédula da Terra.** Brasília, fevereiro de 2000. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2001.

SCHULTZ, Theodore. **A Transformação da Agricultura Tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SCHWADE, Elisete. Poder do "sujeito", poder do "objeto". In: **Trabalho de campo & subjetividade.** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, 1992.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-43, jan./mar. 2001.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, p.1-27, mai. 1985.

SIDERSKY, Pablo. **Agricultura familiar: uma opção para o Brasil; subsídios para o debate sobre um programa de governo progressista para o campo.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. (Textos para debate, 53).

SILVA, Carlos E. M. **Sustentabilidade ambiental e gestão do uso da terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária.** Disponível em: www.dataterra.org.br. Acesso em: 16 de setembro de 2000.

SOUZA, Maria A. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST.** Disponível em: <http://www.dataterra.org.br>. Acesso em: 16 de janeiro de 2001.

STANEK, Oleg. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. (Tom II)

STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária e o Socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje.** 2ª ed., Porto Alegre: Ed. da Universidade/Ufrgs, 1994.

_____. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família; racionalidade produtiva e *ethos* camponês.** Passo Fundo: EdUPF, 1999.

TEIXEIRA, Gérson. **A realidade das metas, e o fracasso da estratégia política do Programa de Reforma Agrária do governo FHC.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/agrario.htm>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2002.

TEIXEIRA, Gérson; HAKBART, Rolf. **A Nova (Anti) Reforma Agrária.** Brasília, 19 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/agrario.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2000.

TREVISAN, Antônio. **O sistema Oficial de Financiamento da Agricultura.** Florianópolis, 2000. Trabalho não publicado.

TREVIZAN, Salvador D.P.; ALGER, Keith. Movimentos sociais de luta pela terra e a sustentabilidade do ecossistema. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL e CONGRESSO DA SOBER, X e XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: Sober, 2000. CD-ROM.

UBERTI, Antônio A.A., *et al.* **Metodologia para classificação da aptidão de uso das terras do estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Epagri, 1992.

UNIVALI/PMRN. **Plano de Desenvolvimento Turístico de Rio Negrinho.** Rio Negrinho: Convênio Univali/Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, 2000. Trabalho não publicado.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Encontro Nacional da Anpocs, XX, Caxambu, out. 1996. Mimeografado.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VIEIRA, Maria A.C. O trabalho engrupado na organização do Divino Pai Eterno. In: ESTERCI, Neide (org.) **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

WEID, Jean Marc von der; ALMEIDA, Sílvio G. de. Agricultura. In: FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Brasil Século XXI: Os Caminhos da Sustentabilidade Cinco Anos depois da Rio-92**. Rio de Janeiro: Fase, 1997.

WANDERLEY, Maria N.B. Pequena produção: uma perspectiva comparativa. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco A. (org.). **O Brasil na virada do século; o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995(a).

_____. Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, v.25, n.2 e 3, maio/dez. de 1995(b).

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia. In: **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C.L. (org). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZIMMERMANN, Neusa de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde S., *et al.* (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A - Tema condutor: Histórico de vida

- 1 – Onde nasceu?
- 2 – Quais municípios/regiões já morou? Por quanto tempo?
- 3 – Onde morava antes de vir para o assentamento?
- 4 – Há quanto tempo está no assentamento?
- 5 – Participou da ocupação desta área?
- 6 – Participou de alguma outra ocupação? Acampamento? Quanto tempo ficou acampado?
- 7 – Há quanto tempo tomou contato com o MST?
- 8 – No que trabalhava antes de vir para o assentamento?
- 9 – Já morou/trabalhou na cidade?

B – Tema condutor: MST

- 1- Como tomou contato com o MST?
- 2- Atualmente continua tendo alguma relação com o MST? Qual?
- 3- A participação no MST teve alguma influência no modo de produzir?
- 4- Existe alguma orientação por parte do MST quanto à forma de produzir? Qual?
- 5- Essa orientação é levada em consideração?
- 6- Existe algum compromisso do MST em relação à produção de alimentos? Quantidade? Diversidade? Qualidade?

C – Tema condutor: Organização

- 1- Participa de algum grupo interno ao assentamento? Qual?
- 2- Em que consiste esse grupo? Como está organizado? Como funciona?
- 3- Como são tomadas as decisões?
- 4- Existe alguma orientação dentro do grupo sobre como organizar a produção, a comercialização, a forma de produzir?

D – Tema condutor: Manejo agrícola

- 1 – O que plantava antes de vir para o assentamento?
- 2 – Como escolhia as culturas?
- 3 – Como manejava/conduzia as culturas? Por que as escolhia?
- 4 – O que é plantado atualmente? O que já plantou?
- 5 – Por que escolheu estas culturas?
- 6 – Como são conduzidas/manejadas?
- 7 – Como eram as terras do assentamento quando chegaram aqui?
- 8 – Utiliza algum tipo de agrotóxico? Por quê? Quando? Sob recomendação? De quem?
- 9 – Já houve algum caso de intoxicação na família/conhecidos?
- 10 – Utiliza algum tipo de adubo? Qual? Por quê? Quando? Quanto?

- 11 – Os outros assentados fazem as mesmas coisas?
- 12 – Para você, o que é agroecologia/agricultura orgânica?
- 13 – Já teve alguma experiência com agroecologia?
- 14 – Quais as maiores dificuldades que está encontrando?
- 15 – Para quem vende os produtos? Como vende? Acha justo?
- 16 – De que forma poderia melhorar os preços de venda de seus produtos?

E – Tema condutor: ONGs (Aroma)

- 1- Que atividades foram orientadas pela Aroma?
- 2- O que acha das orientações dadas pela Aroma? Atende as necessidades/desejos?
- 3- O reflorestamento é uma boa alternativa? Vê algum problema no reflorestamento? Qual?
- 4- Quem elaborou/planejou o Plano de Manejo Florestal?
- 5- A Aroma teve alguma influência na escolha da forma de manejar as culturas? Na escolha das áreas a serem desmatadas?
- 6- Alguma outra ONG, além da Aroma, atuou junto ao assentamento?

F – Tema condutor: Assistência técnica

- 1- Recebeu assistência técnica para implantar sua lavoura? Foi adequada?
- 2- Tinha experiência anterior com essas culturas?
- 3- A quem recorre quando precisa de informações sobre alguma prática/cultura específica?
- 4- A assistência técnica o estimulou a adotar práticas alternativas?
- 5- O que poderia melhorar na assistência técnica recebida?

G – Tema condutor: PDA

- 1- Participou da elaboração do PDA?
- 2- O PDA contribuiu para a melhoria do assentamento? Como?
- 3- O PDA expressou o interesse dos assentados? Por quê?
- 4- O que lhe levou a fazer tais opções no momento de formulação do PDA? Por que mudou?
- 5- Como utilizou as verbas/créditos recebidos? O uso foi aquele planejado no PDA?
- 6- Quais haviam sido suas opções (em termos produtivos) por ocasião do PDA? Houve alterações?
- 7- Vê algum problema na metodologia do PDA (planejamento/execução/avaliação)? Qual? Por quê?

H – Tema condutor: Perspectivas / Projetos de vida

- 1- Por que decidiu ser agricultor?
- 2- Gosta de ser agricultor? Que profissão seguiria se não fosse agricultor? Por quê?
- 3- O que tem a dizer sobre a vida no campo hoje?
- 4- Houve melhoras nas condições de vida após o assentamento? O que melhorou?
- 5- Na sua opinião, o que um agricultor deve deixar para seus filhos?
- 6- Quais são seus projetos para o futuro?
- 7- E o de seus filhos? O que gostaria que eles fossem/fizessem? O que eles querem?

ANEXO II

OS CO-AUTORES

Posfácio *

*“Um pedacinho de terra, perdido no mar.
Um pedacinho de terra, belezas sem par.
Jamais a natureza, reuniu tanta beleza,
jamais algum poeta teve tanto prá cantar.
Um pedacinho de terra, belezas sem par.
Ilha da moça faceira, da velha rendeira, tradicional.
Ilha da velha figueira, onde em tarde fagueira,
vou ler meu jornal.
Tua lagoa formosa, ternura de rosa, poema ao luar.
Cristal onde a lua vaidosa, sestrosa dengosa,
vem se espelhar”.*

(Rancho de amor à ilha –
Poeta Zininho)

*“Todo mundo ama um dia, todo mundo chora,
um dia a gente chega, no outro vai embora.
Cada um de nós compõe a sua história,
e cada ser em si, carrega o dom de ser capaz,
e ser feliz...”*

(Tocando em frente –
Almir Sater)

* Uma singela homenagem a essa ilha maravilhosa, que me acolheu durante mais de 7 anos e onde tive a oportunidade de conhecer pessoas fantásticas. Sentirei saudades...